

Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

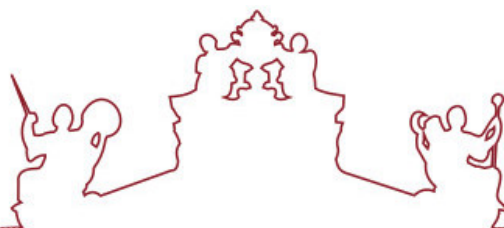
Dissertação

**Movimento Moderno no Algarve do século XX: Centros de
Assistência Social Polivalente**

Edite Sofia Barracosa Borges

Orientador(es) | Maria do Céu Simões Tereno
Ricardo Manuel Costa Agarez

Évora 2020



Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

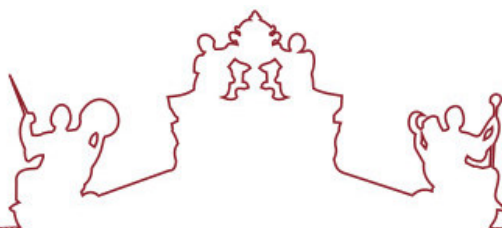
Dissertação

Movimento Moderno no Algarve do século XX: Centros de Assistência Social Polivalente

Edite Sofia Barracosa Borges

Orientador(es) | Maria do Céu Simões Tereno
Ricardo Manuel Costa Agarez

Évora 2020



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Artes:

Presidente		Jorge Paulo Duarte Hipólito de Sá (Universidade de Évora)
Vogais		João Paulo Martins (Universidade de Lisboa - Faculdade de Arquitetura) (Arguente)
		Maria do Céu Simões Tereno (Universidade de Évora) (Orientador)



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Movimento Moderno no Algarve do século XX:
CENTROS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE

Orientação: Prof.ª Doutora Arq.ª Maria do Céu Tereno

Co-Orientação: Prof. Doutor Arq. Ricardo Agarez

Edite Sofia Barracosa Borges . 24873

Universidade de Évora . Mestrado Integrado em Arquitectura . 2019

Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri.

Esta dissertação não cumpre o novo acordo ortográfico e segue a norma APA (6ª Edição).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer aos orientadores desta investigação: à Prof.^a Dr.^a Arq.^a Maria do Céu Tereno, pela motivação, apoio e disponibilidade constantes ao longo deste processo; e ao Prof. Dr. Arq. Ricardo Agarez pelo entusiasmo e a generosa partilha de conhecimentos que muitas portas abriu a esta investigação.

Ao arquitecto Gonçalo Vargas, pela prontidão com que disponibilizou a informação recolhida na sua investigação sobre o arquitecto Gomes da Costa.

À architecta Luísa de Castro, pela disponibilidade e entusiasmo com que nos recebeu e nos deu acesso ao arquivo do seu pai.

Ao Dr. João Nuno Reis, curador do arquivo pessoal do arquitecto Manuel Laginha, no Forte de Sacavém, pela prontidão e disponibilidade.

Ao Dr. Nuno Ribeiro, coordenador do Arquivo Central das Gambelas, e em especial ao Sr. Ângelo, funcionário do arquivo, pela enorme paciência e disponibilidade durante o longo processo de pesquisa no acervo da DUF.

Aos amigos, pela energia, partilha e inspiração. À família do RR12A, pelo carinho, pelas noites mal dormidas e pelas histórias que ficarão para sempre. Às Patrícias e à Cátia, pela amizade, apoio, força e motivação; ao Bruno e à Marlene pela experiência e partilha de conhecimentos paralelamente a esta investigação.

À família, sempre presente, aos avós e irmãos, ao meu pai pelo apoio e em especial à minha mãe, pelo carinho, motivação e apoio incondicionais.

À memória do Manelito e da Caetana.

ÍNDICE	
RESUMO	9
ABSTRACT	11
1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Pertinência e Motivação	16
1.2. Estado da Arte	17
1.3. Metodologia	19
2. CONTEXTOS	21
2.1. Bases para um programa de Assistência Socail Polivalente	
2.1.1. A Indústria no Algarve	25
2.1.2. Políticas de Assistência	27
2.1.3. Programas de Assistência Materno-Infantil	30
2.1.4. Pediatria Social	32
2.1.5. Recomendações para a criação de um Centro de Assistência Social	33
2.2. Entre o Regionalismo e o Modernismo – Influências	
2.2.1. Raul Lino – Projectos-tipo para a Infância	36
2.2.2. Nacionalismo e Regionalismo	38
2.2.3. O fim da guerra e o 1º Congresso de Arquitectura	39
2.2.4. Influências do Brasil	41
2.2.5. Novas técnicas e materiais e a integração das artes	44
3. OS ARQUITECTOS E PERSONALIDADE INTERVENIENTES	
Arquitecto Manuel Laginha	48
Arquitecto Manuel Gomes da Costa	52

Arquitecto António Vicente de Castro	56
Personalidades intervenientes	60
4. CENTROS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE	63
4.1. Arquitecto Manuel Laginha	
Centro de Assistência Social Polivalente de Loulé	70
Centro de Assistência Social Polivalente de Olhão	100
4.2. Arquitecto Manuel Gomes da Costa	
Centro de Assistência Social Polivalente de Aljezur	118
Centro de Assistência Social Polivalente de Tavira	136
Centro de Assistência Social Polivalente de Vila R. de Sto António	146
4.3. Arquitecto António Vicente de Castro	
Centro de Assistência Social Polivalente de Portimão	170
Centro de Assistência Social Polivalente de Lagos	190
4.4. Arquitecto Manuel Garrido	
Centro de Assistência Social Polivalente de São Brás de Alportel	206
5. MOBILIÁRIO	218
6. ANÁLISE COMPARATIVA	229
7. CONCLUSÃO	241
8. ANEXOS	
8.1. Centros de Assistência Social Polivalente – Esquema de Percursos	246
8.2. Centros de Assistência Social Polivalente – Quadro Comparativo	248
BIBLIOGRAFIA	253
ÍNDICE DE FIGURAS	262

ABREVIATURAS

ABPAVC	Arquivo e Biblioteca Pessoal António Vicente de Castro
ADMTSBA	Arquivo Documental do Museu do Trajo de São Brás de Alportel
CASP	Centro(s) de Assistência Social Polivalente
CAM	Comissão para Aquisição de Mobiliário
CIE	Centro Intencional da Infância (Centre International de l'Enfance)
CGSA	Comissão Geral de Saúde e Assistência
CMAL	Comissão Municipal de Assistência de Loulé
CPIL	Casa da Primeira Infância de Loulé
CSHAS	Conselho Superior de Higiene e Assistência Social
DGEMN	Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGSU	Direcção Geral dos Serviços de Urbanização
DUF	Direcção de Urbanização de Faro
ICAT	Iniciativas Culturais Arte e Técnica
ISHDRJ	Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge
LCP	Lar da Criança de Portimão
MOP	Ministério Obras Públicas
MUD	Movimento de Unidade Democrática
ODAM	Organização dos Arquitectos Modernos
ONU	Organização das Nações Unidas
SCMA	Santa Casa da Misericórdia de Aljezur
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations International Children's Emergency Fund)

RESUMO

Os Centros de Assistência Social Polivalente foram criados no âmbito de uma iniciativa distrital de combate às elevadas taxas de mortalidade infantil no Algarve. Estes Centros tinham como programa base serviços de Assistência e Inquérito Social, Assistência à Família, Assistência médica Materno-Infantil e Creche, podendo, no entanto, incorporar outros programas de acordo com necessidades locais.

Estes edifícios, influenciados pelo Movimento Moderno e pela arquitectura moderna brasileira, são exemplares únicos de equipamentos modernos construídos a sul de Portugal na segunda metade século XX. Tendo como figuras centrais, antigos alunos da Escola de Belas Artes do Porto, os arquitectos: Manuel Laginha (1919-1985), Manuel Gomes da Costa (1921-2016) e António Vicente de Castro (1920-2002).

Esta investigação procura, assim, promover o conhecimento e a valorização destes CASP, através da recolha, compilação e análise de informação relativa a esta iniciativa, aos seus intervenientes e a estas propostas, de linguagem moderna, que surgiram inseridas num contexto nacional de regime político autoritário.

Palavras-Chave: Centro de Assistência Social Polivalente . Movimento Moderno . Manuel Laginha . Gomes da Costa . Vicente de Castro .

ABSTRACT

MODERNISM IN THE TWENTIETH CENTURY ALGARVE: MULTIPURPOSE SOCIAL CENTERS

The Multipurpose Social Centers (CASP) were created within the scope of a regional plan aimed to lower the infant mortality rate in Algarve. These facilities had a base program that provided Social Assistance and Inquiry, Family Assistance, Maternal and Child health care and kindergarten, being, also, able to integrate other programs in accordance with local needs.

Influenced by the Modern Movement and the Brazilian modern architecture, these Centers were unique examples of modern public facilities built in the south of Portugal in the second half of the twentieth century. Designed by EBAP architecture alumni: Manuel Laginha (1919–1985), Manuel Gomes da Costa (1921–2016) and António Vicente de Castro (1920–2002).

Therefore, this investigation aims to promote greater knowledge and appreciation for these Centers, through the collection, compilation and analysis of information relating this initiative, its actors and the modernist proposals that arose in a context of national dictatorship.

Keywords: Multipurpose Social Centers . Modern Movement . Manuel Laginha . Gomes da Costa . Vicente de Castro .

1. INTRODUÇÃO

O século XX foi um período de grandes conflitos e de grandes avanços, marcado por duas guerras mundiais, inúmeros desenvolvimentos técnicos e novas preocupações sociais reflectidas pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Criança. Foi também um período fértil para a arquitectura internacional e nacional, sobretudo para o movimento moderno, que beneficiou da inovação dos sistemas construtivos e da utilização de novos materiais, complementados pela difusão dos novos ideais funcionalistas.

O Algarve, palco desta investigação, apresentava-se, em meados do século XX, como uma região subdesenvolvida, marcada pela exploração industrial e pela pobreza da sua população e sob a governação de um regime autoritário.

Foi neste ambiente que surgiram os Centros de Assistência Social Polivalente, criados para dar resposta a problemas sociais e de saúde pública numa rede de abrangência distrital. Pretendiam ter uma acção assistencial, profiláctica e educativa através de um programa que incluía serviços de Assistência e Inquérito Social, Assistência à Família, Assistência Materno-Infantil e Creche. Ao qual poderiam ser adicionados outros serviços procurando uma melhor adequação às necessidades específicas de cada localidade.

Desta “rede de “Centros” de Protecção e Assistência à mãe e à Criança” (DUF-98/MU/56), estavam identificados os CASP de Loulé e Olhão, da autoria dos arquitectos Manuel Laginha (1919-1985) e Rogério Buridant Martins (1920-1997), os CASP de Aljezur, Tavira e Vila Real de Santo António, da autoria do arquitecto Manuel Gomes da Costa (1921-2016), e os CASP de Portimão e Lagos, da autoria do arquitecto António Vicente de Castro (1920-2002). No decorrer desta investigação foi identificado, também, o CASP de São Brás de Alportel, da autoria do arquitecto Manuel Martins Garrido.

Através da análise destes edifícios foram abordadas diversas questões que nos permitiram perceber melhor as influências e motivações presentes nesta iniciativa social de assistência. Entre estas, a perspectiva social sobre a função do arquitecto, as teorias e problemáticas relacionadas com a flexibilidade de programas e espaços, ou as influências e relações entre o movimento moderno e o regionalismo.

MOTIVAÇÃO E PERTINÊNCIA

A linguagem formal destes edifícios, evocativa dos princípios do movimento moderno e das influências transatlânticas da arquitectura moderna brasileira, despertou desde cedo a minha atenção. Enquanto natural de Loulé, a excepcionalidade da linguagem deste CASP, classificado como imóvel de Interesse Municipal, bem como o reconhecimento da qualidade da obra do seu autor, fez parte do meu percurso pessoal. No entanto, foi durante a procura de informação sobre os outros CASP, que se verificou escassa e insatisfatória, que a motivação para esta investigação surgiu.

Com base na “Recomendação N.º R (91) 13 Sobre a Protecção do Património Arquitectónico do século XX” (Lopes e Correia, 2014, p.286) que sublinha a importância de “promover um melhor conhecimento e compreensão deste património, evidenciando as suas qualidades, bem como a riqueza e a diversidade dos seus elementos”, definimos os objectivos desta investigação. Assim, procurando responder à questão: *quais foram as características dos edifícios pertencentes à rede distrital de Centros de Assistência Social Polivalente?* Tornou-se essencial conhecer e compreender estes edifícios, procurando perceber quais foram as bases e motivações desta iniciativa. Quem foram os seus intervenientes? Quais as respostas formais resultantes? E de que modo foram informadas pelo período e contexto em que se inseriam? Tendo como principal intenção contribuir para a valorização e salvaguarda da memória destes exemplares únicos da expressão do movimento moderno no Algarve.

O ESTADO DA ARTE

No âmbito da contextualização do presente estudo, sobre o pensamento e enquadramento teórico em arquitectura desta época e sobre esta época, destacamos: as obras de Pedro Vieira de Almeida (ALMEIDA, 1964); de Octávio Lixa Filgueiras (FILGUEIRAS, 1985) e Umberto Eco (ECO, 1991); a publicação *Brazil builds: architecture new and old, 1652- 1942* (GOODWIN,1943), fundamental para a análise contextual da moderna arquitectura brasileira do século XX. E os contributos teóricos e críticos de Nuno Portas, em *A Arquitectura para Hoje; seguido de: Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal* (Portas, 2008); de Kenneth Frampton, em *História Crítica da Arquitectura Moderna* (FRAMPTON, 2003); ou de Ana Tostões, em *Os Verdes Anos na arquitectura portuguesa dos anos 50* (TOSTÕES, 1997) e em *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970* (TOSTÕES, 2004). A publicação das comunicações do *1º Congresso Nacional de Arquitectura* (SNA, 1948) apresenta-se como ferramenta fundamental para perceber as preocupações e motivações dos arquitectos desta época, abordando os temas do ensino e prática da profissão, da habitação social e das condições de vida das crianças.

Relativa à assistência à maternidade e à infância destaca-se: a tese de doutoramento *Protecção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal: as origens do estado-providência* (Baptista, 2012); a valiosa contribuição de Maria de Lourdes Levy (2002) no tema da pediatria social; e a publicação do *I Congresso Nacional de Protecção à Infância* (SPP, 1952).

Sobre a arquitectura algarvia nas suas relações entre modernidade e regionalismo, foi analisada a publicação *Algarve Building. Modernism, Regionalism and Architecture in the South of Portugal, 1925-1965* (Agarez, 2016), que apresenta também o trabalho dos arquitectos Manuel Laginha e Gomes da Costa, fazendo uma breve descrição da iniciativa dos CASP e de algumas personalidades intervenientes.

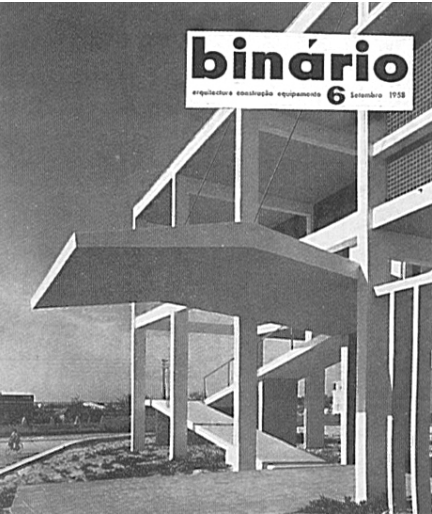


FIG.1.1. Capa da revista *Monumentos* n.º23, 2005.
FIG.1.2. Capa da revista *Binário* n.º6, 1958.

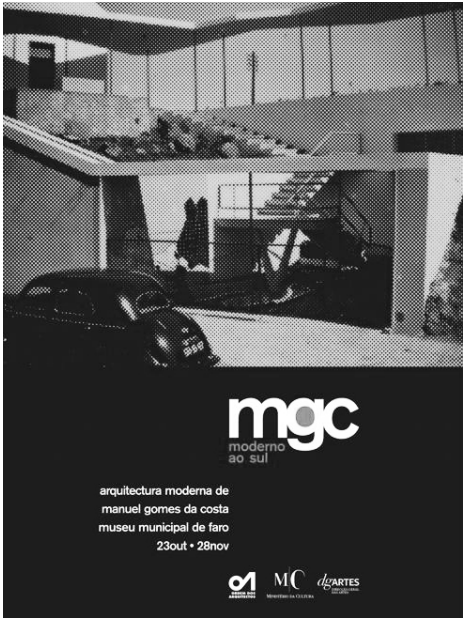
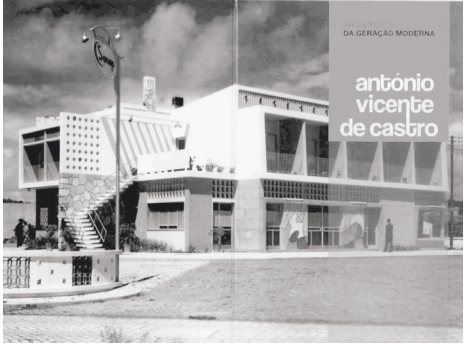


FIG.1.3. Cartaz da exposição *Arquitectos da Geração Moderna*, sobre Vicente de Castro, 2004.
FIG.1.4. Cartaz da exposição *Manuel Gomes da Costa - Moderno ao Sul*, 2009.

Referente a bibliografia específica sobre os Centros de Assistência Social Polivalente são de assinalar: o artigo *A saúde e o apoio para a infância no Algarve, em meados do século XX: Os Centros de Assistência Social Polivalente* (Santos, 2013) onde é apresentado o tema na perspectiva da assistência materno-infantil, com um especial foco no enquadramento social e legislativo; o artigo *O Centro de Assistência Social Polivalente de Loulé novo arquivo do arquitecto Manuel Laginha* (Agarez, 2005), da revista *Monumentos nº 23*, onde o autor descreve em grande detalhe este CASP apresentando, também, fotografias e desenhos da obra.

Sobre o CASP de Olhão, o edifício com mais destaque editorial na época, foi analisada a publicação na revista *A Arquitectura Portuguesa e cerâmica e edificação nº1* de 1952, apresentando uma descrição muito próxima do que seria a memória descritiva do anteprojecto, juntamente com plantas, cortes e fotografias da maquete. Em 1958, este CASP foi também publicado na revista *Binário n.º 6*, onde aparecia em destaque na capa, o artigo continha uma breve descrição, plantas e cortes do projecto, bem como, fotografias do edifício acabado.

O CASP de Portimão é apresentado do ponto de vista da sua instituição privada responsável no livro *Lar da Criança de Portimão, a Utopia de um Colo* (Duarte, 2016).

Ainda que sem possuírem uma publicação específica, destacam-se duas exposições temporárias: a primeira, de 2004, sobre a obra do arq. António Vicente de Castro, integrada num conjunto de exposições promovidas pela Ordem do Arquitectos intituladas: *Arquitectos da Geração Moderna*. E a segunda, em 2009, intitulada: *Manuel Gomes da Costa - Moderno ao Sul* sobre a vida e obra deste arquitecto.

Os CASP são também mencionados, sem descrição de maior, em algumas publicações relativas ao movimento moderno no Algarve, como é exemplo a publicação *Arquitectura no Algarve: dos primórdios à actualidade, uma leitura síntese* (FERNANDES e JANEIRO, 2006), onde são também apresentados os arquitectos Manuel Laginha, Gomes da Costa e Vicente de Castro como os nomes mais importantes da arquitectura moderna algarvia.

METODOLOGIA

Para a recolha da informação gráfica e documental necessária ao presente estudo foi essencial a intensa investigação nos diversos arquivos disponíveis: Arquivo da Direcção de Urbanização de Faro; Arquivo Pessoal e Biblioteca do arquitecto Manuel Maria Laginha; Arquivo e Biblioteca Pessoal do arquitecto António Vicente de Castro; Arquivo Histórico Municipal de Loulé; Arquivo Pessoal do arquitecto Manuel Gomes da Costa; Arquivo da Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur; Arquivo Municipal de Portimão; Arquivo Documental do Museu do Trajo de São Brás de Alportel; e Arquivo Distrital de Faro. Para a recolha bibliográfica foram consultados os seguintes acervos documentais: Biblioteca Municipal de Loulé; Biblioteca da Universidade de Évora; Biblioteca Nacional de Portugal; Biblioteca da Universidade do Algarve; Biblioteca Municipal de Faro; entre outras.

Após a recolha dos elementos estabeleceu-se uma metodologia composta por:

- Compilação, análise, e redesenho da informação gráfica (desenho assistido por Autocad), com o objectivo de obter uma representação de leitura clara e uniforme comum todos os casos de estudo apresentados.
- Organização e análise dos documentos referentes aos processos de obras, incluindo: documentos integrantes dos ante-projectos e projectos finais de arquitectura e especialidades; mapas de medições; e toda a correspondência entre órgãos do Estado, entidades envolvidas, arquitectos e construtores.
- Análise e comparação dos CASP tendo em conta a sua localização, programa, linguagem arquitectónica e influências.

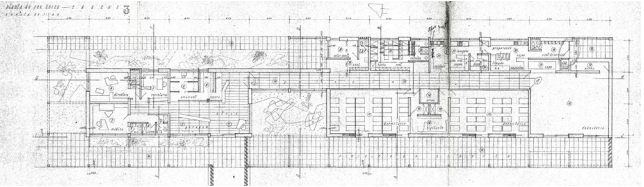
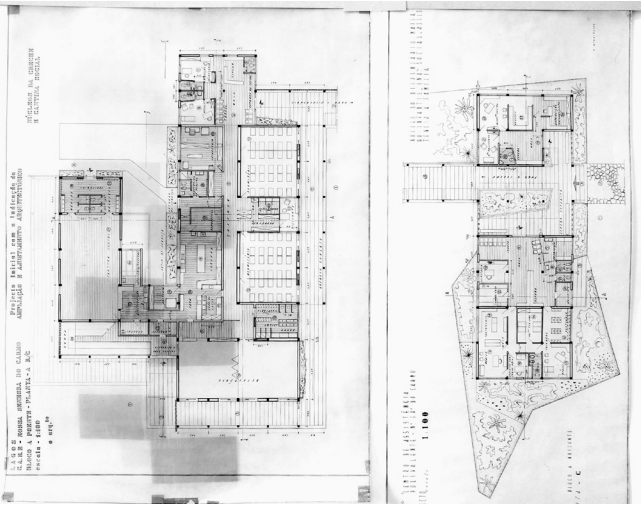


FIG.1.5. Arquivo e Biblioteca Pessoal Arq. Vicente de Castro, 2017.
FIG.1.6. Fotografia de desenhos originais do CASP de Lagos, 2017.
FIG.1.7. Digitalização de desenho original do CASP de Loulé, 2017.

O enquadramento interdisciplinar da profissão do arquitecto na relação com as suas responsabilidades sociais foi alvo de vários ensaios ao longo dos anos – nestes eram frequentemente teorizados os limites e abrangências da profissão, das influências e motivações presentes na elaboração do programa à adequação formal e funcional da sua concepção projectual. Tendo em vista o posicionamento temporal e temático do presente estudo destacamos as obras de Filgueiras (1985) e Almeida (1964).

Filgueiras (1985), na sua dissertação elaborada em 1962, apontava a necessidade de “conhecer para compreender” como acção fundamental à função do arquitecto, esclarecendo que “o arquitecto, para realizar-se tem que saber fazer e, ao mesmo tempo, conhecer as coisas, e os homens, e o mundo, e a vida, e de tudo isso saber tirar uma lição que lhe permita erguer, no dealbar, um hino de esperança ao novo dia.” Considerando que, ainda que fosse “ambicioso invocar enquadramentos tão vastos para situar o plano da acção do Arquitecto”, este, para cumprir a sua função na sociedade deveria de valer-se de um conhecimento amplo e multidisciplinar.

De forma complementar, Almeida (1964) dividia em três pontos as responsabilidades do arquitecto na sua relação com a sociedade: a arquitectura enquanto arte, que reflectia a sociedade sem a influenciar; a arquitectura do ponto de vista do homem, que respondia às preocupações da sociedade (habitação, saúde, conforto, eficiência) limitando-se “a herdar um esquema «funcional» predeterminado por várias contribuições” que lhe permita “revestir um esqueleto de exigências precisamente definidas”; e a arquitectura enquanto ferramenta sociológica, para solucionar e propor necessidades e comportamentos, entendendo a actuação social não como uma actividade paralela à arquitectura, mas como um prolongamento da mesma, tornando toda a acção profissional, também, uma acção social.

Estes princípios e preocupações, contemporâneos aos presentes casos de estudo, encontram-se reflectidos nos CASP, onde se verificou o tratamento de inúmeros temas médico-sociais e políticos através da linguagem arquitectónica. Como tal, de forma a promover o entendimento destas respostas arquitectónicas, será necessário, antes de mais, perceber as questões tratadas. Assim, neste capítulo reunimos os principais temas e acontecimentos, relevantes à presente investigação, que contribuíram para a criação dos Centros de Assistência Social Polivalente. Divididos em duas categorias, a primeira trata de variados acontecimentos históricos e sociais que motivaram a criação desta rede distrital de assistência e informaram o seu programa: o desenvolvimento da indústria no Algarve; as políticas de assistência criadas pelo Estado; os equipamentos de assistência materno-infantil; a criação da pediatria social; e as recomendações feitas para a criação de um centro de assistência social.

A segunda categoria explora os acontecimentos e influências que resultaram na linguagem arquitectónica característica destes edifícios. É feita uma breve análise dos projectos-tipo para a infância, da autoria do arquitecto Raul Lino, e ponderado o papel do regionalismo na linguagem moderna algarvia. É analisada, também, a inspiração e influência dos ideais modernos reforçados pelo final da guerra e pelo 1º Congresso de Arquitectura; bem como, as influências do Brasil e os novos materiais e técnicas construtivas.

2.1. BASES PARA UM PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE

2.1.1. A INDÚSTRIA NO ALGARVE

O início do século XX foi uma época de grande desenvolvimento industrial na região do Algarve, tendo como principais centros os concelhos de Vila Real de Santo António, Olhão, Portimão, Silves e Lagos. Este sector em crescimento tornou-se, rapidamente, o meio de sustento para muitas famílias pobres, onde era empregada, predominantemente, mão de obra feminina. “Em 1917, o distrito de Faro, possuía 239 estabelecimentos industriais, empregando 10.186 operários, 5.064 mulheres (50%) e 1 793 menores (18%)” (Rodrigues, 1997, p.151).

O Decreto nº 14.498 de 29 de Outubro de 1927, complementando o regulamento publicado em 1891, tinha como objectivo regular o trabalho e proteger legalmente as mulheres e menores empregados no sector industrial, regulamentando horários de trabalho, condições mínimas de higiene e saúde, entre outros. Deste decreto faziam parte, também, artigos direccionados à melhoria das condições de trabalho de grávidas e puérperas, entre eles, o Art.19º estipulando que “cada um dos estabelecimentos em que trabalhem cinquenta mulheres ou mais terá uma creche.”

Segundo Rodrigues (1997), Oliveira Salazar visitou Vila Real de Santo António, Olhão e Portimão com o objectivo de realizar um diagnóstico da indústria conserveira, fazendo um levantamento do estado e organização do sector industrial, e das condições de vida e assistência dos seus operários. Este estudo publicado na imprensa, em 1931, analisava os dados recolhidos e reflectia sobre possíveis soluções. Relativamente às condições do operariado, constatou que a intensidade do seu trabalho dependia das flutuações

da indústria e da disponibilidade de matéria-prima, variando entre épocas altas, em que a produção estava em funcionamento 24 horas por dia, e épocas baixas, em que não era possível manter todos os operários a trabalhar. A assistência fornecida pelas entidades patronais revelava-se “insuficiente”, pois não existiam cantinas, escolas ou bairros operários, sendo apenas identificada uma creche em Vila Real de Santo António. Como foi possível verificar nesta investigação, na década de 50, estas eram, ainda, questões pendentes de resolução, às quais os Centros de Assistência Social Polivalente (CASP) tentaram também dar resposta. Em específico os CASP de Lagos, Portimão, Olhão e Vila Real de Santo António, inseridos em áreas de predominante expansão industrial, tendo alguns destes sido executados com apoio financeiro do Consórcio Português de Conservas de Sardinha ou do Grémio das Conservas de Peixe (DUF-103/MU/57); (Duarte, 2016).

2.1.2. POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA

Segundo as estatísticas apresentadas nos anuários demográficos dos anos 30 e 40, em Portugal, a taxa de natalidade era alta em comparação a outros países da Europa, no entanto, a taxa de mortalidade infantil também o era, como consequência da falta de assistência materno-infantil (Pimentel, 2001). Em resposta ao problema, o Ministério do Interior criou, em 1943, o Instituto Maternal, com o intuito de “efectivar e coordenar a prestação de assistência médico-social à maternidade e à primeira infância” (Decreto-Lei nº.32:651, 1943) e ampliar a função médico-social das maternidades além do momento do nascimento, à vigilância durante a gravidez e ao puerpério.

No entanto, o Estado pretendia manter o regime de assistência domiciliária, que o poupava de criar “estruturas estatais colectivas” (Pimentel, 2001) e ao mesmo tempo, diminuir a taxa de mortalidade infantil. Apostando na vigilância e educação, incentivando as autarquias à instalação de postos de assistência destinados a proporcionar às mães os “ensinamentos, cuidados higiénicos e socorros de urgência que carecerem durante a gravidez, parto e lactação” (Decreto-Lei nº.32:651, 1943).

Foi neste Decreto-Lei estabelecido, também, um Sistema de Inquérito Social aos assistidos, de modo a que estes viessem a “contribuir, de harmonia com as suas posses, para tornar menos onerosa a assistência pública (...) e revertam para as instituições as receitas colhidas em pagamento de serviços” (Decreto-Lei nº.32:651, 1943).

No ano seguinte, foi criada a Lei 1998, de 15 de Maio de 1944, conhecida como o Estatuto da Assistência Social, que definia os princípios orientadores da Assistência Social, bem como os agentes e organismos intervenientes.

Nesta, a Assistência Social propunha-se a “valer aos males e deficiências dos indivíduos, sobretudo pela melhoria das condições morais, económicas ou sanitárias

dos seus agrupamentos naturais”, clarificando, no entanto, que a função do Estado e autarquias na prestação desta assistência era meramente complementar das iniciativas particulares. Na falta destas, os primeiros deveriam incentivar e apoiar as obras de assistência conforme as necessidades, devendo estas ficar a cargo de particulares assim que possível.

Na base XII desta lei podemos constatar que, na tentativa de aperfeiçoamento das modalidades de assistência, foram criados os Centros de Assistência Social Infantil, destinados à coordenação local dos vários tipos de assistência fornecida pelo Instituto Maternal, como: consultas de pré e pós-parto, abrigos maternais, creches-lactários, parques infantis ou colónias estivais, entre outros.

Esta lei regulamentou também as participações de obras para fins de assistência, definindo que nenhuma poderia ser executada sem a aprovação do Ministério do Interior sob parecer do Conselho Superior de Higiene e Assistência Social, cujos critérios recaíam sobre o ajustamento da obra às necessidades a colmatar, às possibilidades financeiras da entidade que tomava iniciativa e aos subsídios de participação concedidos pelo Estado ou autarquias. Subsídios estes que deveriam ser incluídos nas verbas destinadas a Melhoramentos Rurais ou do Fundo de Desemprego.

Como complemento a esta lei, no ano seguinte foi publicado um novo Decreto-Lei (Decreto-Lei nº.35:108,1945) para reorganizar os Serviços de Assistência Social, onde foi enfatizada a importância de uma política profiláctica com preferência a uma assistência preventiva em detrimento de uma paliativa.

Na reorganização destas funções, ao Ministro do Interior, através do Sub-secretariado de Estado da Assistência Social, competiria dirigir a política assistencial de carácter oficial ou particular. Como sistema de apoio a estas funções foram criados os órgãos superiores de assistência: o Conselho Superior de Higiene e Assistência Social, de carácter consultivo na orientação das políticas de assistência; a Direcção Geral de

Saúde, com acção educativa e preventiva; e a Direcção Geral de Assistência, com carácter administrativo. Comum às direcções de Assistência e de Saúde ficava a Inspeção da Assistência Social, que cooperava na orientação, tutela e fiscalização das instituições.

Foram, também, criadas as Comissões Municipais de Assistência, que tinham como função cooperar com a Direcção Geral na coordenação da actividade das instituições locais e na melhoria do seu funcionamento.

Determinadas modalidades de assistência complementares seriam entregues a institutos especializados, como: o Instituto de Assistência à Família, que tinha como finalidade promover a melhoria das condições morais, económicas e financeiras; ou o Instituto Maternal, incumbido de coordenar e incentivar a criação de instituições de prestação de assistência “à vida no nascimento e na primeira infância” (Decreto-Lei nº.35:108,1945).

2.1.3. PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA MATERNO-INFANTIL

Como foi anteriormente referido, até meados da década de 40, as taxas de mortalidade devido a gravidez e de mortalidade infantil apresentavam valores alarmantes. Nas mães, as principais causas eram a falta de acompanhamento, que em zonas rurais era quase inexistente; os abortos clandestinos; a má nutrição e as complicações durante o parto. Nas crianças, os problemas congénitos; o abandono da amamentação; a má nutrição e falta de higiene alimentar; e as doenças digestivas e infecciosas (INSRJ, IP, 1947).

No início do século XX já existiam Maternidades nas principais cidades do país (Porto, Coimbra e Lisboa). Complementarmente a estas, como resposta à necessidade de assistência materno-infantil, surgiram os dispensários, que prestavam assistência “médica e medicamentosa” a mães e crianças carenciadas; os lactários, que forneciam leite aos bebés cujas mães não tivessem condições para providenciar, sendo, em alguns casos, prestados também serviços de puericultura; as Creches, para crianças até aos 3 anos, e os Jardins de Infância, para crianças dos 3 aos 6 anos, que funcionavam inicialmente como serviços de apoio aos operários ou a famílias carenciadas, “recebendo, agasalhando e alimentando os seus filhos” (Baptista, 2012).

Segundo a lição publicada no Volume II do Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge, em 1947, ao analisar o questionário feito no ano anterior a Subdelegados de Saúde, sobre 27 concelhos que abrangiam todos os distritos de Portugal continental, concluiu-se que nos 16 concelhos rurais, excluindo os concelhos mais próximos das capitais, não existia qualquer “vigilância organizada das grávidas” ou assistência puericula, referindo que apenas em 3 localidades existia assistência de carácter alimentar, nomeadamente distribuição de farinhas e leites (INSRJ, IP, 1947).

Ainda na lição apresentada pelo Dr. Francisco Fernandes Homem Rodrigues, foram referidos os dados do “Inquérito de Higiene Rural” de 1942, que ajudaram a perceber

o estado da assistência materno-infantil no país. Este informava que, em Portugal concelhio, numa contagem que excluía os grandes centros universitários, mas incluía todos os outros de tipo industrial, existiam apenas: 128 parteiras diplomadas; 41 Creches, algumas privadas e sem controlo de funcionamento; 12 Dispensários de Puericultura e Pediatria; 7 Lactários; e “um número indeterminado de subsídios alimentares não vigiados” (INSRJ, IP, 1947).

Dez anos depois, na publicação referente ao I Congresso Nacional de Protecção à Infância de 1952 foi fornecida, pela Direcção-Geral de Assistência, a contagem das Creches existentes nos diversos distritos: 18 em Lisboa, 13 no Porto, 12 em Aveiro, 7 em Beja, 5 em Braga, 3 em Castelo Branco, 4 em Évora, 3 em Faro, 7 na Guarda, 4 em Leiria, 5 em Portalegre, 13 em Santarém, 2 em Setúbal, 2 em Vila Real e 3 em Viseu (SPP,1952).

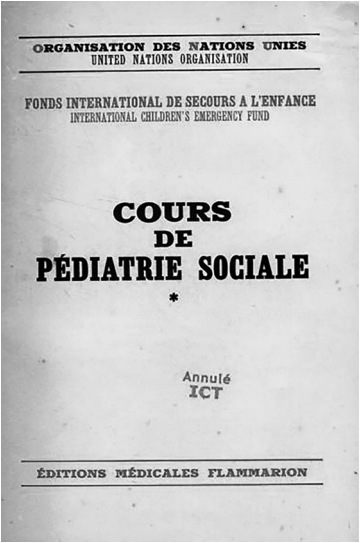


FIG.2.1. Capa da publicação do *Cours de Pédiatrie Sociale*, 1949.

2.1.4. PEDIATRIA SOCIAL

Após o final da 2ª Guerra Mundial, em 1946, a ONU criou o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF) com o objectivo de prestar ajuda e fornecer alimentos e cuidados médicos às crianças afectadas pela guerra (Levy, 2002). Complementar a esta organização surgiu, em 1949, em Paris, o Centro Internacional da Infância (CIE), dirigido pelo médico pediatra Dr. Robert Debré, com o objectivo de contribuir para a formação de profissionais, de diversas áreas relacionadas com a infância, e para difusão de conhecimentos e noções básicas de higiene e puericultura. Tinha como meios de acção: cursos de pediatria social; atribuição de bolsas de investigação para o estudo dos diversos aspectos relacionados com saúde e protecção da infância; e a realização e disponibilização de exposições, palestras e publicações (Colin, 1950). Segundo Levy (2002), o CIE foi fundamental para a criação das bases da Pediatria Social, sendo utilizada, para definir a mesma, a citação de Debré explicando que “desde que, a nível local, nacional ou internacional, uma acção se torna colectiva, então a Pediatria torna-se social” (ESSOP, 1989). Foi também através do CIE que este conceito se difundiu em Portugal, pois era frequente os pediatras portugueses participarem nos cursos anuais de Pediatria Social (Levy, 2002). Destes cursos resultavam também publicações anuais, editadas pela ONU, que permitiam a difusão dos seus princípios.

2.1.5. RECOMENDAÇÕES PARA A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge representa a segunda fase editorial deste instituto, até 1929 designado de Instituto Central de Higiene, que tinha como publicação inicial os Arquivos do Instituto Central de Higiene. Este instituto, fundado em 1899 pelo médico e humanista Ricardo Jorge, tinha como objectivo complementar o sistema de saúde português, funcionando como laboratório nacional e do Estado, bem como observatório nacional de saúde. Tendo, também, um papel educacional e informativo, disponibilizava cursos destinados a técnicos de saúde e autoridades sanitárias, como são exemplo o Curso de Medicina Sanitária, Curso de Aperfeiçoamento para Subdelegados de Saúde, Curso de Visitadoras Socias, entre outros. Utilizando o Boletim como meio de difusão da informação leccionada.

Na lição intitulada “Erros e deficiências da obstetrícia e puericultura concelhias”, integrada no Curso de Aperfeiçoamento para Subdelegados de Saúde de 1947, o Dr. Francisco Fernandes Homem Rodrigues, apontou como principais falhas no sistema de assistência as questões de organização, de material, de educação e de funcionamento. Assim, como contributo a esta problemática e com base na legislação assistencial e na análise dos dados estatísticos disponíveis na altura, elaborou um conjunto de recomendações destinadas à organização programática de um “Centro de Assistência Social”, que apresentaremos de seguida (INSRJ, IP, 1947).

Com base na interpretação da legislação foi sugerido que as Comissões Municipais de Assistência juntamente com o apoio de privados, Misericórdias, ou de públicos, Câmaras Municipais, incentivassem a criação de Centros de Assistência Social, dos quais faria parte uma “secção materno-infantil” equipada para a assistência pré e pós-parto. Incluindo, caso houvesse possibilidade, um “abrigo maternal” para intervenções obstétricas e uma sala para bebés “débeis e prematuros”.

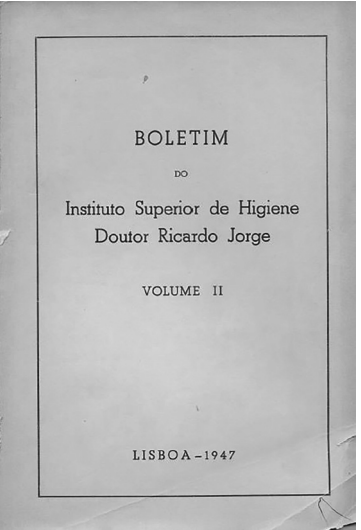


FIG.2.2. Capa do *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*, Volume II, 1947.

Foi então proposto um programa, com o que se considerava “suficiente”, para um Centro de Assistência Social distrital ou concelhio:

Deveria ser feito um inventário e estudo das obras existentes em “funcionamento satisfatório” de modo a perceber e colmatar possíveis falhas e faltas.

Nos casos em que o anterior não se verificasse e fosse criado um edifício para o efeito, o seguinte programa deveria ser considerado como “mínimo indispensável”: sala de espera com entrada independente e zona de admissão; junto desta, instalações sanitárias e duas “boxes” de isolamento, que poderiam ser utilizadas para consulta de grávidas e crianças, separadamente; zona de vestiário com arrumação e “boxes” para vestir e despir as crianças, balanças para adultos e para bebés e craveiras; os consultórios poderiam servir apenas para observação, possuindo o material necessário para observação clínica e obstétrica, ou poderiam servir, também, como salas de tratamento, contendo então o material necessário para observação ginecológica, pequena cirurgia, vacinações e outros serviços clínicos. Junto aos consultórios deveria estar previsto, exclusivamente para os médicos, uma zona para ficheiros clínicos.

Deveriam incluir-se “instalações de R.U.V., R.I.V., Diatermia e Radio-diagnosticos” bem como um “pequeno laboratório de urgência e depósito de material de partos domiciliários, de farmácia e leites”, caso não existisse cozinha própria. Deveriam ser previstos espaços para os funcionários, nomeadamente, sala de estar e instalações sanitárias.

Estes Centros tinham “preocupações de ordem social que lhes impõem acordos e combinações com outras obras de assistência social.” Entre estas algumas requeriam uma “orientação médico-social”, das quais eram exemplo: as creches, os jardins de infância e os refeitórios materno-infantis.

As creches eram consideradas “elementos de assistência semi-abertos” que funcionavam durante o dia e não excederiam as 40 crianças, número máximo para garantir uma boa

“vigilância”. Do seu programa constava: uma sala de berços, uma sala de recreio, “boxes” para isolamento, refeitório, cozinha de leite e de alimentos, instalações sanitárias, “logradouro com boa exposição e envidraçados para repouso”, e um consultório médico.

Os Centros de Assistência Social concelhios deveriam seguir as mesmas bases apresentadas, excluindo os espaços e equipamentos destinados a rádio-diagnóstico e diatermia.

Era recomendado que em cada conjunto populacional de mil pessoas, ou menos, se as condições de isolamento e comunicação o justificassem, fosse criado um “Posto Rural com consultas periódicas de obstetrícia e de puericultura”. Estas seriam instalações básicas de emergência com condições sanitárias satisfatórias e mobiliário simples. O material especializado não seria afecto ao Posto, sendo fornecido pela equipa de assistência (SPP,1952).

Acreditamos que estas recomendações, juntamente com as do Cours de Pediatrie Sociale, poderiam incluir-se nos “conselhos de especialistas idóneos” a partir dos quais foi “orientado” o programa para os Centros de Assistência Social Polivalente, como iremos demonstrar na análise dos edifícios (ML-NP386).

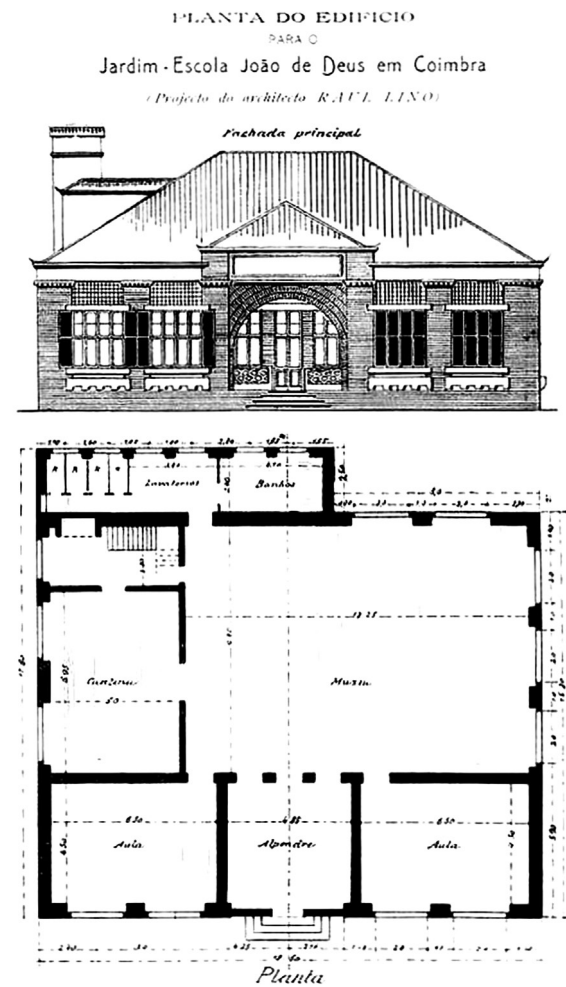


FIG.2.3. Raul Lino 1909, Alçado e Planta do Jardim-Escola João de Deus em Coimbra.

2.2. – ENTRE O REGIONALISMO E O MOVIMENTO MODERNO – INFLUÊNCIAS

2.2.1 RAUL LINO – PROJECTOS-TIPO PARA A INFÂNCIA

A presente investigação debruça-se sobre a criação de uma rede distrital de equipamentos destinados a mães e crianças, neste âmbito procurámos perceber que iniciativas semelhantes existiram antes desta. Não tendo sido possível identificar nenhum conjunto com um programa semelhante no Algarve, optámos por apresentar, de forma sucinta, os projectos-tipo da autoria do arquitecto Raul Lino, de forma a perceber qual era a sua abordagem aos programas destinados a crianças e qual seria a resposta formal utilizada para um mesmo programa repetido em locais diferentes.

O legado de Raul Lino foi marcado pela sua concepção anti-moderna e nacionalista da “Casa Portuguesa” onde criava uma variação regional do que seria uma casa tipicamente portuguesa (Tostões,1995). Contudo, o seu meio de acção no panorama nacional não se cingiu à habitação. Entre outros programas, desenvolveu, em 1911, a primeira rede nacional de jardins de infância (Agarez, 2016), com um programa-tipo adaptável, onde se destacava um espaço de grande dimensão, denominado de Museu, em torno do qual se organizava o restante programa (salas de ensino, cantina, cozinha, instalações sanitárias) que poderia ser reduzido ou ampliado conforme as necessidades específicas de cada lugar (Fig.2.3.) (Bigode, 2013).

Em 1935, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais encomendou um estudo de projectos-tipo regionais para escolas primárias aos arquitectos Raul Lino e Rogério de Azevedo. A cargo de Lino ficaram três tipologias para o Sul de Portugal. Foram criadas soluções para escolas com uma, duas, três ou quatro salas de aula, sendo

que as últimas duas se desenvolviam em dois pisos. Estas variações utilizavam sempre a mesma planta base com pequenos ajustes nos materiais, técnicas construtivas e elementos decorativos exteriores de acordo com a região. A tipologia para o Algarve caracterizava-se pelas paredes caiadas de branco, grandes arcadas que marcavam o alçado e limitavam o espaço de recreio exterior coberto, contrafortes de secção circular e telhados de inclinação acentuada (Pouca, 2013); (Agarez, 2016).

Foi-nos possível verificar que, enquanto resposta tipológica, o arquitecto criou modelos de actuação e respectivas variações com sucesso, no entanto, a sua adequação e adaptabilidade às diferentes regiões poderá ser posta em causa, tendo como exemplo as escolas primárias do Algarve (Fig.2.4.) e Alentejo (Fig.2.5.) que se encontravam inseridas em categorias tipológicas diferentes. É curioso perceber que nestes projectos ambas partilham as mesmas características formalmente marcantes.

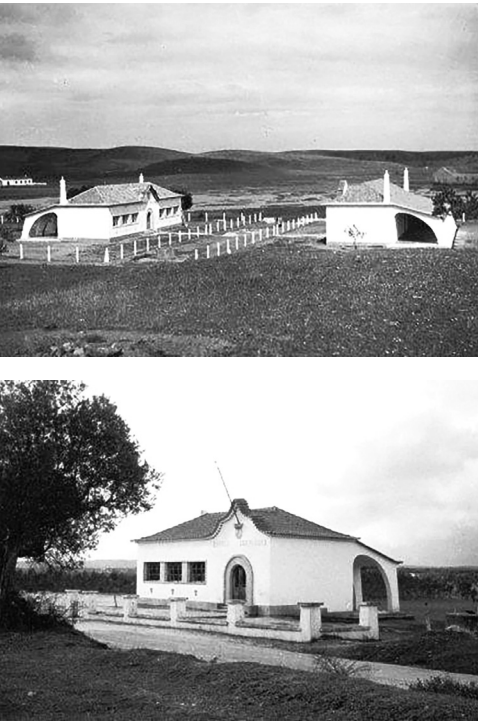


FIG.2.4. Raul Lino . Tipologia para o Algarve.
FIG.2.5. Raul Lino . Tipologia para o Alentejo.



FIG.2.6. Cartaz promocional do Algarve.

2.2.2. NACIONALISMO E REGIONALISMO

Em 1940, a Exposição do Mundo Português marcou a celebração do duplo centenário da fundação da nacionalidade e da restauração da independência (Arruda, 1995), assumindo-se também como uma glorificação do poder do regime e da valorização do estilo tradicionalista e nacionalista. Cottinelli Telmo foi o arquitecto-chefe, ficando a seu cargo a concepção e organização da Exposição para a qual convidou diversos artistas modernos a participar. O evento ficou marcado pelo final simbólico do primeiro modernismo, assumindo-se um estilo historicista, espelhado no estilo monumental do regime alemão e italiano (Tostões, 1995).

Nos pavilhões expuseram-se exemplares da propaganda nacionalista liderada por António Ferro, que em 1922, enquanto jornalista, descreveu Olhão como uma vila geométrica, quase “cubista”. Descrição que permaneceu ligada à identidade tradicionalista do Algarve, como poderia ser observado no Pavilhão do Centro Regional da Vida Popular, onde a exposição “Aldeias Portuguesas”, composta por painéis representativos de 13 províncias portuguesas, apresentava o Algarve como uma versão fantasiosa de Olhão, através das casas de cobertura plana e caiadas de branco, representação, também, associada à narrativa de simplicidade e humildade divulgada por Raul Lino (Agarez, 2016).

Esta distorção da imagem do Algarve pode, de certo modo, ter beneficiado a aceitação da linguagem moderna dos edifícios que nos propomos analisar. Segundo Agarez (2016), apoiado nas palavras de Cottinelli Telmo, que apontou Olhão como inspiração para o modernismo, podemos considerar que o Algarve tinha nas suas características culturais e construtivas a capacidade de conciliar o moderno e o tradicional, possibilitando uma narrativa de causa efeito que seria a base justificativa do regionalismo, tanto de propostas modernas como conservadoras.

2.2.3. O FIM DA GUERRA E O 1º CONGRESSO DE ARQUITECTURA

Na segunda metade da década de 40, com o final da guerra e a derrota do fascismo na Europa, iniciou-se um período de esperança e agitação política sentido também em Portugal. O regime autoritário de Oliveira Salazar sobreviveu às investidas democráticas inspiradas pelo pós-guerra (Tostões, 1997) e tentou ajustar-se a uma nova realidade económica e social, através da implementação de medidas governamentais que tinham como objectivo embelezar o Estado Novo e distanciá-lo dos países autoritários derrotados (Pereira, 2008).

Em 1946 foi organizada, pelo MUD (Movimento de Unidade Democrática), a I Exposição Geral de Artes Plásticas. Espaço que reunia artistas de diversas áreas e onde prevaleciam os ideais neo-realistas e o espírito anti-fascista. A procura da “realidade” contemporânea era um dos principais temas abordados no meio artístico desta época. Foi através desta vertente que os arquitectos encontraram o meio para aplicar os ideais do movimento moderno internacional no panorama da arquitectura nacional (Tostões, 1997).

No mesmo ano, surgiu, em Lisboa, o grupo ICAT (Iniciativas Culturais Arte Técnica), que adquiriu a Revista Arquitectura e sob nova direcção editorial transformou-a num meio difusor do pensamento arquitectónico contemporâneo, publicando obras do movimento moderno nacional e internacional, entre as quais se incluía a publicação, em português, da Carta de Atenas. Em 1947, com ideais semelhantes ao ICAT surge, no Porto, o grupo ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos). Estes dois grupos foram fundamentais para o desenvolvimento do pensamento crítico em arquitectura e tiveram um papel importante no congresso que se realizaria ano seguinte (Tostões, 1997).

O 1º Congresso Nacional de Arquitectura, promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos e patrocinado pelo Governo, realizou-se entre Maio e Junho de 1948,



FIG.2.7. Capa da publicação *1º Congresso Nacional de Architectura*.

coincidindo com a Exposição dos 15 Anos de Obras Públicas. Esta simultaneidade ajudou, de certo modo, à narrativa de contraste entre o criticado estilo nacionalista e o desejado estilo moderno, acordante com os ideais contemporâneos. O Congresso contou com a participação de vários arquitectos que apresentaram as suas comunicações, tratando temas como: a função do arquitecto na sociedade moderna, a sua formação e condições de exercício da profissão; habitação e urbanismo; a “subordinação a estilos arquitectónicos” e a “imitação de elementos do passado”; entre outros. Foram, também, feitas inúmeras referências a Le Corbusier, aos CIAM e às recomendações da Carta de Atenas (Pereira, 2008).

Para efeitos da presente investigação destacamos a comunicação do arquitecto Mário Bonito (2008). Nesta, era feita uma reflexão sobre as “tarefas do arquitecto”, apontado que as mesmas não deveriam recair apenas sobre a componente artística e estética da profissão, mas, também, sobre a componente social e humana. Criando um enfoque na criança, o autor criticou o seu estado de negligência até ao século XX, descrevendo-a como “o ser que ainda não era”, e apontando como “anti-pedagógico e desumano” o meio de desordem em que habitava. Claramente apoiadas nos princípios da Carta de Atenas, o arquitecto apontou como prioridades de intervenção o tratamento das questões referentes à salubridade, à boa exposição solar, ao arejamento dos espaços e à proximidade a espaços verdes. Na relação com o meio urbano, considerou ideal a instalação dos programas necessários às crianças, como as creches e escolas, dentro dos blocos habitacionais ou o mais próximo possível das respectivas habitações, sendo que, na impossibilidade da primeira hipótese, o arquitecto recomendava um planeamento cuidadoso das ligações entre espaços de ocupação e vias de trânsito. Bonito (2008) considerava, então, que a arquitectura moderna estava capacitada, como nenhuma outra, para dar resposta às necessidades da criança, promovendo e influenciando o seu desenvolvimento.

2.2.4. INFLUÊNCIAS DO BRASIL

Através da recolha de documentação e de depoimentos de vários arquitectos, Milheiro (2012) verificou a influência da informação que chegava a Portugal sobre a arquitectura moderna brasileira no desenvolvimento da arquitectura moderna portuguesa.

O catálogo *Brazil Builds* e as exposições de arquitectura moderna brasileira de 1948 e 1953 teriam sido os principais meios de difusão desta linguagem arquitectónica. Segundo Fernando Távora, “é a afinidade entre a arquitectura brasileira e Le Corbusier que prende a atenção portuguesa e na sua origem está (...) *Brazil Builds*” (Milheiro, 2012).

Exemplares do catálogo da exposição presente no MoMa em 1943, *Brazil Builds: architecture new and old, 1652-1942*, já circulavam por Portugal em meados da década de 40 (Milheiro, 2012). Neste, eram apresentadas a arquitectura tradicional e a arquitectura moderna brasileiras. Detalhando as influências, os estilos adoptados, os materiais de construção e de acabamento. Na segunda parte desta publicação, o autor apresentava as influências estilísticas vindas da França, da Alemanha e da Itália, e as lições construtivas vindas dos Estados Unidos da América. Assinalando, porém, que o Brasil tinha encontrado nestas influências a sua própria linguagem, e que a sua contribuição para a nova arquitectura estava “nas inovações destinadas a evitar o calor e os reflexos luminosos em superfícies de vidro, por meio de quebra-luzes externos, especiais.” (Goodwin, 1943, p.84). Apresentava-se, como exemplo, um esquema de funcionamento dos quebra-luzes móveis do edifício do Ministério de Educação e Saúde Pública do Rio de Janeiro, da autoria do arquitecto Lúcio Costa e equipa, com consultadoria de Le Corbusier (Fig.2.8 e Fig.2.9) (Goodwin, 1943). No Brasil estes sistemas de sombreamento externo, conhecidos como brise-soleil, variavam entre a instalação vertical ou horizontal, móvel ou fixa. Utilizando materiais como o amianto, o cimento ou a madeira. Nesta publicação, eram também apresentados os cambogés, blocos cerâmicos perfurados também conhecidos como cobogós, que favoreciam o sombreamento

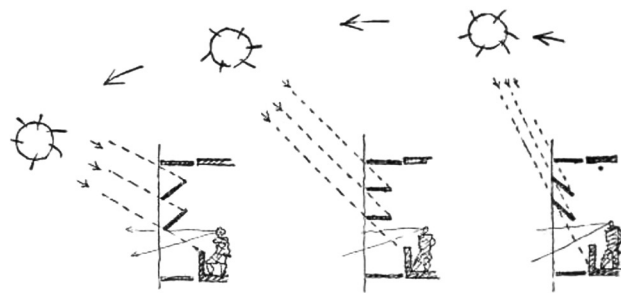


FIG.2.8. e FIG.2.9. Esquema funcional e pormenor da fachada noroeste do Ministério de Educação e Saúde Pública, do Rio de Janeiro.



FIG.2.10. Artigo na revista *Arquitetura* nº53 sobre a “Exposição de Architectura Contemporânea Brasileira” de 1953.

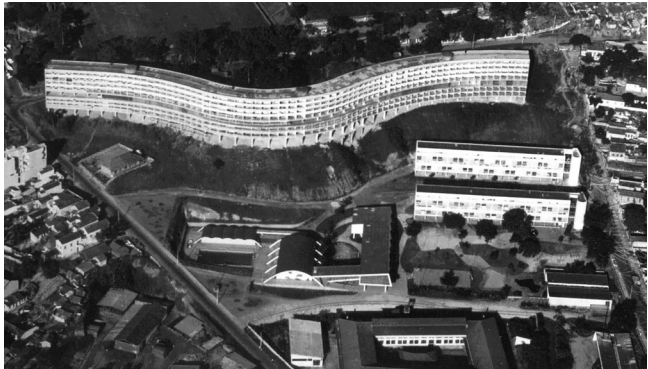


FIG.2.11. Affonso Reidy – Conjunto Residencial Perfeito Mendes e Moraes, aerolevantamento, 1950.

e a ventilação dos espaços, como era exemplo a Torre de Água Olinda, onde estes elementos revestiam completamente as duas fachadas principais.

No que respeita à construção, era apresentado como material principal para os grandes edifícios o cimento armado, devido à fraca actividade sísmica do país, e para a construção de edifícios mais baixos era utilizada a alvenaria de pedra “tosca”. Sendo que independentemente do material construtivo, o exterior seria rebocado ou revestido com lajes de pedra.

Foram apresentados, entre outros, os projectos do Ministério de Educação e Saúde Pública do Rio de Janeiro, de Lúcio Costa; a Associação Brasileira de Imprensa, de Marcelo e Milton Roberto; o Hotel em Ouro Preto e o Casino Pampulha, de Oscar Niemeyer; o Instituto Superior de Filosofia, Ciências e Letras, de Rino Levi; e o Pavilhão Brasileiro da Feira Mundial de Nova York, de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer (Goodwin, 1943).

O contacto entre os arquitectos portugueses e a arquitectura moderna brasileira foi, também, reforçado através das várias exposições sobre o tema que passaram por Lisboa. Em 1953, integrada nas actividades do III Encontro da União Internacional de Arquitectos, a Exposição de Architectura Contemporânea Brasileira (Fig.2.10)(Arquitetura nº 53, 1954) apresentava, entre outros, o projecto do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, de Affonso Reidy; o complexo habitacional de Paquetá, de Francisco Bolonha; e o Parque Guinle de Lúcio Costa (Milheiro, 2012).

No âmbito da presente investigação, pareceu-nos pertinente fazer uma breve apresentação do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Fig.2.11), exposto em Lisboa em 1953, focando a nossa atenção nos edifícios construídos de carácter assistencial, nomeadamente a escola primária e posto de saúde.

O Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (1946–1958), conhecido como Pedregulho, da autoria do arquitecto Affonso Reidy, apresentava-se como uma interpretação brasileira dos princípios de Le Corbusier e da Carta de Atenas. Este projecto, com

objectivo solucionar o problema habitacional carioca, teve o seu programa definido através do estudo das necessidades das famílias dos funcionários do Distrito Federal, a quem a obra se propunha ajudar, estabelecendo as variações habitacionais, os serviços assistenciais e os apoios de lazer que integrariam o conjunto.

O programa de assistência e lazer, implantado na parte mais baixa do terreno, seria composto por: posto de saúde, mercado, lavandaria, escola primária, ginásio, vestiários e piscina (Silva, 2006). O edifício da escola primária era dividido em dois pisos. O piso térreo era marcado por um conjunto de pilotis que suportava o andar superior e que criava um espaço de recreio exterior coberto, debaixo da laje de piso, onde se localiza um volume que continha: instalações sanitárias; cozinha; refeitório; w.c.; e despensa. No primeiro piso, com acesso através de uma rampa exterior coberta, que fazia também a articulação entre este núcleo e o ginásio, o programa era distribuído por: hall de entrada com secretaria; sala para professores com instalações sanitárias; biblioteca; cinco salas de aula; e instalações sanitárias masculinas e femininas. Os compartimentos organizavam-se sequencialmente ao longo de um corredor de distribuição, localizado a norte do edifício, zona de maior insolação, que possuía um sistema de sombreamento constituído por uma parede de cobogós que percorria todo o alçado, promovendo, também, a ventilação dos espaços (Fig.2.12); no extremo oposto, todas as salas possuíam um grande vão envidraçado, que se encontrava recuado em relação ao limite da facha criando um terraço exterior coberto (Fig.2.13).

O Posto de Saúde, dedicado a serviços básicos de higiene e saúde, possuía, também, serviços de dentista e pequena cirurgia. O seu programa continha: recepção; consultórios; sala para curativos; farmácia; salas de observação, com pátios adjacentes; sala de administração; refeitório; cozinha; lavandaria e instalações sanitárias. No alçado principal destacava-se o embasamento em pedra do edifício, esculpido para dar forma a uma escadaria e a uma rampa, em pontos opostos, que davam acesso à entrada principal protegida por painéis de sombreamento verticais (brise-soleil) (Fig.2.14) (Silva, 2006).



FIG.2.12., FIG.2.13. e FIG.2.14. Affonso Reidy – Conjunto Residencial Perfeito Mendes e Moraes. Escola Primária – rampa de entrada; Escola Primária – alçado sul; Posto de Saúde – entrada.



FIG.2.15. Ministério de Educação e Saúde Pública, Rio de Janeiro . Azulejo: Cândido Portinari.

2.2.5. NOVAS TECNICAS E MATERIAIS E A INTEGRAÇÃO DAS ARTES

Os avanços técnicos dos materiais e dos sistemas construtivos foram factores determinantes para as transformações no modo de projectar e construir no século XX. Segundo Tostões (2004), a utilização dos materiais pode ser dividida em três fases distintas: a “industrialização” de alguns materiais como a madeira, o vidro ou a alvenaria de pedra que, sem alterar a sua natureza, facilitou o acesso aos mesmos; a substituição dos materiais tradicionais por materiais de produção em série e com dimensões standard, como o tijolo; e, por último, a influência dos materiais estruturais, como “o ferro, o aço e o betão armado”.

Através do conceito da “máquina de habitar”, associado ao movimento moderno, a linguagem arquitectónica procurava agora evidenciar os sistemas construtivos e integrar os avanços técnicos das engenharias que possibilitavam a aplicação dos seus princípios. Também a influência da arquitectura moderna brasileira incentivou a adopção de uma linguagem estética, com bases construtivas, que procurava a leveza e a permeabilidade das construções, tentando, ao mesmo tempo, atenuar condições climatéricas e controlar a iluminação.

Associada ao movimento moderno e à arquitectura moderna brasileira encontra-se também a temática da integração das artes, unindo a arquitectura, a pintura e a escultura, numa colaboração entre artistas e arquitectos. O azulejo, parte integrante do léxico tradicional da arquitectura portuguesa, era aceite de forma semelhante no Brasil, como herança colonial. Encontramos em *Brazil Builds* (1943) inúmeras referências a este material, como é exemplo o edifício do Ministério de Educação e Saúde Pública do Rio de Janeiro (Fig.2.15), onde o azulejo, integrado na obra por sugestão de Le Corbusier (Almeida, 2012), revestia todo o vestíbulo do edifício em tons de azul e branco e com design de Cândido Portinari.

A integração desta nova vertente de utilização do azulejo, em Portugal, pode ser encontrada em algumas obras de referência da arquitectura moderna, como são exemplo: o Centro Comercial do Restelo (1949–1956), com azulejos da autoria de Querubim Lapa (Fig.2.16); o Bloco das Águas Livres (1953–1956), com painéis da autoria de Almada Negreiros, entre outros; ou o Conjunto Habitacional da Av. Infante Santo (1955–1960), com painéis da autoria de Maria Keil, Júlio Pomar, entre outros (Fig.2.17).

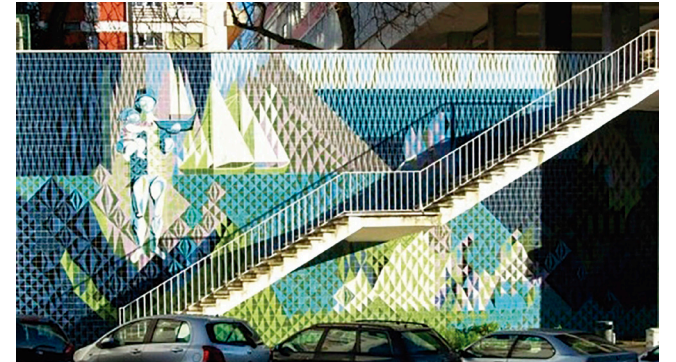
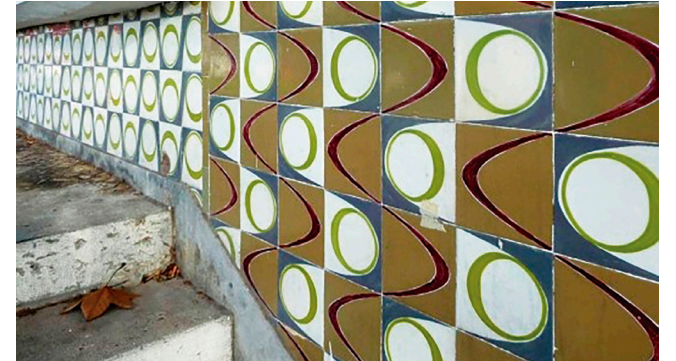


FIG.2.16. Centro Comercial do Restelo, Lisboa . Azulejo: Querubim Lapa.

FIG.2.17. Conjunto Habitacional da Avenida Infante Santo, Lisboa . Azulejo/ Painel: Maria Keil.

3. OS ARQUITECTOS E PERSONALIDADES INTERVENIENTES

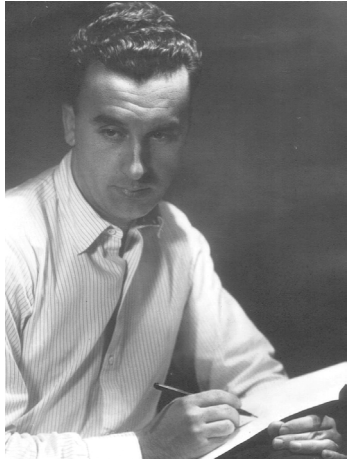


FIG.3.01. Fotografia do Arquitecto Manuel Maria Laginha, data desconhcida.

ARQUITECTO MANUEL LAGINHA

Manuel Maria Cristóvão Laginha, nasceu a 9 de Abril de 1919, em Loulé, e faleceu a 20 de Dezembro de 1985, em Lisboa.

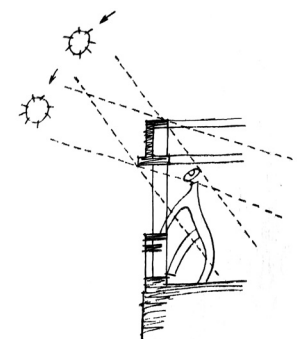
Reprovado pelo júri de provas de admissão da Escola de Belas Artes de Lisboa, em 1939, foi no ano seguinte admitido na Escola de Belas Artes do Porto (Arquitectura nº26, 1948). Como resultado do seu bom aproveitamento recebeu a bolsa de estudo “Ventura Terra”, que premiava os três melhores alunos do curso com classificação de 20 valores, bolsa que manteve até 1945, ano em que terminou o curso. Fez o estágio sob a orientação do arquitecto Cottineli Telmo e apresentou a prova final para obtenção do diploma de arquitecto (CODA) em 1947, na EBAP, com o projecto “um grupo de cinquenta casas para pobres”, obtendo 18 valores de classificação.

Foi arquitecto da Câmara Municipal de Lisboa entre 1948 e 1952, data em que entrou, por concurso público, no quadro técnico da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), para a Repartição de Estudos de Urbanização, onde subiu gradualmente de escalão de Arquitecto de 3ª até Arquitecto de 1ª, entre 1952 e 1973, data em que passou a Arquitecto–Chefe, sendo promovido, em 1979, a Arquitecto Assessor do Quadro da Direcção do Planeamento Urbanístico. Em 1953, enquanto funcionário da DGSU, realizou uma viagem de estudo à Grã-Bretanha, Países–Baixos, Bélgica e França. O “Relatório” da mesma foi publicado em 1957, ano em que, através da bolsa de estudo da Fundação Calouste Gulbenkian, frequentou o curso de Urbanismo na “University College of London” (CML–Biografias). Elaborou inúmeros Planos Gerais de Urbanização, como são exemplo, os planos de Campo Maior, de Vila Verde de Ficalho, de Loulé, de Alvalade, entre outros. Foi também autor do Plano Sub–Regional do Sector XI do Algarve e do Plano da Região de Corimba, em Angola (ML–NP386).

Na sua actividade profissional adoptou uma linguagem que reflectia os princípios modernos do regionalismo crítico, muito presente nas suas memórias descritivas. Procurava a adaptação moderna dos elementos tradicionais da arquitectura, bem como a tradução das influências internacionais, da arquitectura brasileira e europeia, que se reflectiam em propostas modernas e integradas no meio em que se inseriam.

Em 1959, juntamente com os arquitectos Arnaldo Araújo e Frederico George, fez parte de uma das três equipas finalistas do concurso para a Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian (CML–Biografias).

O arquitecto Manuel Laginha foi homenageado, em Março de 2015, a propósito da Celebração dos 70 anos da Casa da Primeira Infância de Loulé (CASP de Loulé), numa conferência intitulada “A Arquitectura de Manuel Laginha ao serviço da paz”, organizada pelo arquitecto Carlos Delgado Pinto, na Biblioteca Municipal Sophia de Mello Breyner Andresen, em Loulé.



Da sua obra construída destacamos:

MORADIA EM LOULÉ / EDIFÍCIO NA RUA MARIA CAMPINA (1946-), LOULÉ.

Projecto de 1946, publicado na revista *Arquitectura* nº 26, em 1948, consistia numa habitação unifamiliar desenvolvida num único piso, elevado da cota da rua. Com uma planta fluída que privilegiava a “sala de família”, vista como elemento multifuncional, pretendia criar um espaço de reunião familiar favorecido pelo grande envidraçado da fachada principal, voltado a sudeste e protegido por estores. Neste espaço definia-se a zona de entrada com um móvel fixo sobre o qual corria uma “espessa cortina”, esta poderia também criar uma separação entre o espaço principal de estar e as zonas de cozinha e sala de jantar que, por sua vez, davam acesso a um terraço. Através do corredor de distribuição, também com ligação ao terraço, acedia-se a três quartos e uma casa de banho. No terraço, para o qual se abrem os vãos da cozinha e de um dos quartos, existia uma escada de acesso ao terraço da cobertura.

A proporção do alçado principal (Fig.3.02 e Fig.3.03), favorecida pela elevação da cota do interior, era marcada por elementos característicos da linguagem moderna, o grande envidraçado que rasga horizontalmente a fachada e o coroamento da açoteia como elemento de sombreamento. No artigo da revista *Arquitectura*, o arquitecto foi elogiado pelo “particular respeito pelas condições climatéricas do Algarve”, referindo-se à localização resguardada da sala de refeições e à adopção de protecção solar no terraço da cobertura, justificado pelo arquitecto, através de um esquema de incidência solar (Fig.3.01); (Agarez, 2006); (*Arquitectura* nº26,1948).



FIG.3.02. Edifício na Rua Maria Campina, Loulé – Esquema de justificação Quebra-luz.

FIG.3.03. FIG.2.04 Edifício na Rua Maria Campina, Loulé – Alçados.

CONJUNTO HABITACIONAL NA AVENIDA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E NA RUA EPIFÂNIO DIAS (1955-1956), LISBOA.

O conjunto ocupava um quarteirão completo e era constituído por 11 blocos habitacionais, divididos em três tipologias diferentes e dispostos em forma de “pente” sobre um “plano ajardinado contínuo”. O bloco maior possuía dez pisos e era repetido cinco vezes em implantação paralela; perpendicularmente a estes e paralelo à rua, o bloco de três pisos era repetido quatro vezes nos intervalos entre os blocos anteriores; no extremo Este do conjunto, numa implantação seguida e ligeiramente desfasada, localizava-se o bloco de cinco pisos, repetido duas vezes.

Os blocos maiores eram divididos em três lotes com acesso individual, dois nos topos, norte e sul, e um central. Cada um continha dois fogos por piso, que variavam entre as tipologias T3 e T4. Os apartamentos atravessavam transversalmente o bloco, permitindo que cada um possuísse pelo menos duas orientações distintas, sendo que, os que se localizavam nos topos possuíam três. Os alçados nascente e poente (Fig. 3.04) eram definidos por espaços exteriores (varandas) que permitiam o prolongamento do interior para o exterior e favoreciam a ventilação natural; através da utilização de elementos de sombreamento em grelhagem cerâmica, que contrastavam com o plano recuado, eram criadas variações de profundidade nos alçados que simultaneamente garantiam a protecção solar e a privacidade dos espaços interiores.

Este projecto, feito em colaboração com os arquitectos Pedro Cid e João Esteves, assumia uma linguagem urbana e arquitectónica característica do Movimento Moderno, presente na implantação e disposição dos blocos elevados sobre pilotis, que permitiam uma relação de continuidade ao nível da rua, e no tratamento das fachadas com elementos de sombreamento que revelavam a influência da arquitectura brasileira (Fig.3.05); (Agarez, 2005).



FIG.3.05. FIG.3.06. Conjunto habitacional na Avenida dos Estados Unidos da América e na Rua Epifânio Dias – Pormenor de fachada oeste e vista da Avenida.



FIG.3.07. Fotografia do Arquitecto Manuel Gomes da Costa, data desconhecida.

ARQUITECTO MANUEL GOMES DA COSTA

Manuel Gomes da Costa nasceu a 1 de Janeiro de 1921, em Vila Real de Santo António, e faleceu a 17 de Junho de 2016, em Faro.

Em 1941 ingressou no curso de Arquitectura da Escola de Belas Artes de Lisboa, do qual desistiu antes de terminar o primeiro ano, por descontentamento com o tipo de ensino praticado. No ano seguinte, entrou na Escola de Belas Artes do Porto onde obteve a bolsa de estudo “Ventura Terra” por bom aproveitamento. Foi aluno de Carlos Ramos e terminou o curso em 1949, com o projecto para o Mercado Municipal de Vila Real de Santo António, com a classificação de 20 valores, ganhando a “1ª medalha de mérito” (Vargas, 2009).

Em 1949, enquanto estudante, submeteu o projecto “Casa de um Pilar” para a IV Exposição Geral de Artes Plásticas (EGAP) em Lisboa. O trabalho, que acabou por integrar a Exposição, foi também escolhido para ilustrar um artigo sobre o evento, publicado na revista *Arquitectura* nº30. No ano seguinte, voltou a concorrer à EGAP, desta vez com três projectos e com a colaboração do arquitecto Jorge de Oliveira (Agarez,2016).

Após um período de estágio em Lisboa nos ateliers dos arquitectos Manuel Laginha (1950–1953) e Fernando Silva (Agarez,2016), Gomes da Costa voltou para o Algarve para preparar o projecto da Cooperativa Agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo, apresentado na sua prova final de obtenção do diploma de arquitecto (CODA) em 1953, na Escola de Belas Artes de Lisboa (Vargas, 2009). No mesmo ano, na edição especial nº 3 e 4, da revista *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação*, intitulada *habitação e artes domésticas*, foram apresentados projectos de “moradias” dos arquitectos Viana de Lima, Fernando Távora, Rui Pimentel, Eduardo Matos, Maurício

Vasconcelos, Manuel Laginha e Gomes da Costa. Deste último destacavam a moradia Guerreiro (Fig.3.06) que ficou conhecida como casa “milagre”, pois na sua descrição, de tom dramático, como descreve Agarez (2016), terminavam afirmando que esta moradia “clara, elegante, muito certa, cheia de frescura e de imaginação, seria já excepcional numa Lisboa nova feita por arquitectos; em Loulé [Faro] é um milagre.” (Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação,1953).

Gomes da Costa foi um dos arquitectos mais marcantes do Algarve, construindo, entre 1950 e 2002, cerca de quatrocentos edifícios na região (OA, 2016). Com uma expressão plástica reconhecível, utilizava frequentemente elementos característicos da linguagem arquitectónica moderna brasileira, como o sombreamento exterior (brise-soleil e cobogó) ou o azulejo policromado (Fernandes e Janeiro, 2005).

O arquitecto Manuel Gomes da Costa foi homenageado, em 2009, numa exposição itinerante intitulada “MGC – Moderno ao Sul”, organizada pelo arquitecto Gonçalo Vargas. A exposição, que esteve presente no Museu Municipal de Faro, no Centro Cultural António Aleixo em Vila Real de Santo António, entre outros, apresentava 38 projectos e 4 maquetas deste arquitecto.



FIG.3.08. Moradia Guerreiro, “Milagre” em Faro.



FIG.3.09. FIG.3.10. Edifícios Brandão / Edifícios na Avenida Cinco de Outubro, Faro – Alçado principal e alçado tardoz.

Da sua obra construída destacamos:

EDIFÍCIOS BRANDÃO / EDIFÍCIOS NA AVENIDA CINCO DE OUTUBRO (1957–), FARO.

Este projecto, implantado no canto entre a Avenida Cinco de Outubro e a Avenida Dr. J. F. Almeida Carrapato, criava um remate à linha urbana e definia o espaço público. Dois edifícios, simétricos, que volumetricamente se assumiam como um. Nos desenhos do projecto era possível observar a linguagem urbana influenciada por Le Corbusier, onde o edifício, com três pisos, se elevava do solo e se apoiava sobre pilares em forma de V. Característica alterada no decorrer da obra, resultando na adição de um piso térreo com comércio e serviços (Vargas,2009).

Os alçados principais eram marcados por pilares e vigas de betão que transpunham o ritmo da estrutura recuada para o alçado, criando galerias exteriores cobertas, de circulação, com elementos cerâmicos vazados, cobogós, que filtravam a luz e as vistas (Fig.3.07).

Os edifícios possuíam também dois núcleos de escadas exteriores, localizados no alçado tardoz, rematados por um plano de betão que permitia criar sombreamento no terraço da cobertura (Fig.3.08) (Agarez, 2016).

AMPLIAÇÃO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO ALTO (1960–), FARO.

O Projecto de ampliação do antigo Colégio da Nossa Senhora do Alto foi implantado ao lado do edifício existente, o antigo palácio Fialho, assumindo um pequeno afastamento e torção em relação ao anterior que lhe permitia aproximar-se da zona mais densamente arborizada do terreno e orientar-se no sentido nascente-poente. Dividido em três blocos, ligados por duas galerias, que continham o programa administrativo, salas de aula e multifunções (servindo como ginásio, sala de conferências ou de espectáculos). Os blocos da administração e salas de aula (Fig.3.09) assumiam uma volumetria regular, de planta quadrada e rectangular, respectivamente, e cobertura plana, enquanto que o bloco multifunções (Fig.3.10), de planta rectangular, possuía uma laje de cobertura curva, com clara influência da arquitectura moderna brasileira.

Os edifícios apresentavam uma linguagem construtiva bem definida através do uso da estrutura em betão e pilares metálicos que marcavam os alçados principais (Vargas, 2009).



FIG.3.11. FIG.3.12. Ampliação do Colégio Nossa Senhora do Alto, Faro – Bloco de Salas de Aula e Bloco Multifunções.



FIG.3.13. Fotografia do Arquitecto António Vicente de Castro, data desconhcida.

ARQUITECTO ANTÓNIO VICENTE DE CASTRO

António Vicente de Castro nasceu a 17 de Outubro de 1920, em Lisboa, e faleceu a 26 de Novembro de 2002, em Lisboa.

Após uma breve passagem pela Escola de Belas Artes de Lisboa, Vicente de Castro ingressou no curso de arquitectura da Escola de Belas Artes do Porto, onde foi aluno de Carlos Ramos. Estagiou com o arquitecto Manuel Laginha e em 1955 prestou a sua prova final para obtenção do diploma de arquitecto (CODA) com projecto para o Posto Rodoviário de Lagos – Estalagem S. Cristóvão, com o qual obteve a classificação de 19 valores (ABPAVC–1955).

Regressou ao Algarve em 1956, onde tinha passado a sua infância, e estabeleceu um atelier próprio em Portimão, onde iniciou uma intensa actividade profissional da qual foram identificados cerca de 120 projectos da sua autoria (Fernandes, 2003).

Adoptou uma linguagem claramente moderna e desenvolveu projectos que exploravam os temas da habitação unifamiliar e colectiva, serviços, equipamentos e urbanismo. Trabalhou, entre 1975 e 1976, na Câmara Municipal de Portimão onde participou em projectos de planeamento e recuperação urbanos de bairros periféricos da cidade (ABPAVC–1955).

O arquitecto Vicente de Castro foi homenageado em Janeiro de 2003, no Museu de Portimão, numa exposição organizada pela Ordem dos Arquitectos que fazia parte do ciclo de exposições nacionais intitulado “Arquitectos da Geração Moderna”.

Da sua obra construída destacamos:

ESTALAGEM E POSTO RODOVIÁRIO EM LAGOS (1952-1955), LAGOS

O projecto apresentado no Concurso para Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA), era composto por dois volumes e dois programas distintos: uma Estalagem com um pequeno stand anexo e um posto de abastecimento de combustível.

Implantado na entrada da cidade de Lagos, o edifício foi orientado de modo a que as fachadas principais ficassem a nascente e a sul, viradas para a baía e para Lagos. A Estalagem, denominada de S. Cristóvão, (Fig.3.12) era dividida em dois pisos. Contendo, no piso térreo, um restaurante, bar, zona de estar, instalações sanitárias masculinas e femininas, cozinha e copa, instalações sanitárias para funcionários, quarto do guarda e arrumos. Junto às fachadas sul e nascente encontrava-se uma ampla esplanada que iluminava o restaurante, o bar e a zona de estar, separados por tabiques de madeira, prolongando o interior para o exterior. Anexo a este programa encontrava-se ainda um Stand com escritório. No piso superior, o programa era composto por: 10 quartos, 9 com varanda privada, 5 virados a nascente, 3 a sul e 2 a poente; duas casas de banho; uma instalação sanitária com lavabo independente; arrumos; e uma varanda com escada exterior que fazia a ligação entre pisos.

O posto de abastecimento (Fig.3.11) era assente sobre um embasamento em calçada portuguesa com um volume em forma de U, que continha a cabine do guarda e integrava os dois pilares que suportavam a pala de cobertura, esta dividida em dois planos com uma “vigota” para a iluminação no meio, balançava cerca de um metro da linha da plataforma.

O conjunto era fortemente marcado pelo seu “cromatismo”, articulado entre os detalhes em ferro e mosaicos coloridos do posto de abastecimento, os painéis decorativos em marmorite do piso térreo e as varandas “em caixa” com apontamentos de cor. (Fernandes,2003);(ABPAVC,1955).



FIG.3.14. FIG.3.15. Posto Rodoviário em Lagos, lagos – Posto de abastecimento e Estalagem São Cristóvão.



FIG.3.16., FIG.3.17. e FIG.3.18. Residência da Quinta do Malheiro / Casa Cordeiro, Portimão. – Pormenor sombreamento e Alçados.

RESIDÊNCIA DA QUINTA DO MALHEIRO / CASA CORDEIRO (1961–), PORTIMÃO.

Este projecto inserido na malha urbana da cidade, adjacente a uma avenida, consistia numa habitação unifamiliar, distribuída em três pisos (cave, piso térreo e primeiro andar) e com uma cobertura terraço. O programa habitacional era distribuído por: cave, com arrecadação e garagem; piso térreo, com as áreas sociais e de serviço: sala de estar e de refeições; cozinha e copa com acesso ao exterior; e instalações sanitárias; e no piso superior, com 4 quartos e uma casa de banho. O terraço na cobertura possuía um sistema de sombreamento composto por uma pérgula de betão quadriculada (Fig.3.13), apoiada em pilares de betão e reforçada com um conjunto de pilares metálicos em V.

O edifício assumia uma volumetria dinâmica, marcada por adições e subtracções criadas nas relações entre espaços interiores e exteriores, das quais são exemplo as varandas “em caixa” (Fig.3.15). Entre os elementos de sombreamento exterior destacavam-se as pérgulas em betão, que definiam os espaços exteriores da entrada e da cobertura. Nas fachadas a cor era introduzida através do revestimento de alguns paramentos em tijoleira de forra à cor natural (ABPAVC,1955).

PERSONALIDADES INTERVENIENTES

No decorrer desta investigação não nos foi possível apurar, de forma concreta, o conteúdo ou a autoria do Plano Distrital de Assistência de Faro, no qual os Centros de Assistência Social Polivalente se inserem, ou recolher documentos claros que expliquem a origem do seu programa base, ou o processo encomenda dos mesmos. No entanto, através da análise de documentos de arquivos e de publicações variadas, relacionadas com os diversos temas abrangidos no processo dos CASP, foi-nos possível estabelecer algumas ligações entre as principais personalidades intervenientes neste processo, de forma a tentar perceber o percurso que culminou na criação destes edifícios.

Assumindo que, segundo os documentos consultados, o processo dos CASP teve início em 1951, encontramos como principal participante na correspondência com os órgãos do Estado o Governador Civil do Distrito de Faro, Dr. Agostinho Joaquim Pires, nomeado para o cargo a 20 de Junho de 1951 e exonerado a seu pedido a 28 de Março de 1953 (Almeida, 2014). Agostinho Pires foi, de facto, um dos principais apoiantes desta iniciativa¹, sendo identificado por Agarez (2016) como o principal impulsionador deste plano regional. Aparecia, também, mencionado nos volumes III e VII do *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge* (ISHDRJ), durante o desempenho das funções de Inspector-Chefe da Assistência Social, na qualidade de professor da lição de “Organização da Assistência Social” e como presidente do júri de admissão ao “Curso de Visitadoras Sanitárias” dos anos 1948 e 1951 (INSRJ, IP, 1948). Neste mesmo enquadramento, encontramos o Dr. Francisco Fernandes Homem Rodrigues, júri e professor da lição de “Higiene Pré-Natal e Puericultura”. Recordemos que, como foi anteriormente mencionado (Capítulo 2, ponto 2.1.5), Francisco Homem era o autor da lição com as recomendações para o programa de um “Centro de Assistência Social” (INSRJ, IP, 1947), divulgado no mesmo Boletim em 1947.

O engenheiro Alberto Arcanjo Pessanha Viegas, natural de Loulé, foi também um elemento importante no processo CASP. Enquanto director (1949–1963) da Direcção de Urbanização de Faro (DUF), que funcionava como repartição distrital da DGSU, foi um claro apoiante dos CASP e teve um papel fundamental durante os processos de apreciação financiamento das obras. (Agarez,2016);(DUF 39/MU/52).

O Dr. Joaquim de Brito da Mana, natural de Loulé, foi Chefe distrital do Serviço de Saúde Pública e Director do Instituto Maternal de Faro (*Voz de Loulé*, 1958). Considerado por Agarez (2016) como o criador de uma nova política de assistência social para o Algarve. o Dr. Brito da Mana era também mencionado no Boletim do ISHDRJ (INSRJ, IP, 1947) e terá participado no Cours de Pédiatrie Sociale².

Outra ligação importante, que poderá ser feita a partir do Dr. Brito da Mana, referia-se à contratação dos arquitectos. Segundo Agarez (2016), o arquitecto Manuel Laginha fez o projecto de uma casa para o Dr. Brito da Mana, em 1950. Esta poderá ter sido a primeira aproximação ao trabalho do arquitecto, que resultaria, posteriormente, na sua contratação.

Supõe-se que terá sido através de Laginha, que os arquitectos Gomes da Costa e Vicente de Castro foram propostos para os restantes CASP, tendo em conta que, em 1952, Costa estaria a estagiar com Laginha (Agarez, 2016) e que foram todos colegas na EBAP, segundo Gomes da Costa (2009)³, viveram os três na mesma pensão no Porto, sendo que Costa e Castro foram colegas de quarto e amigos próximos.

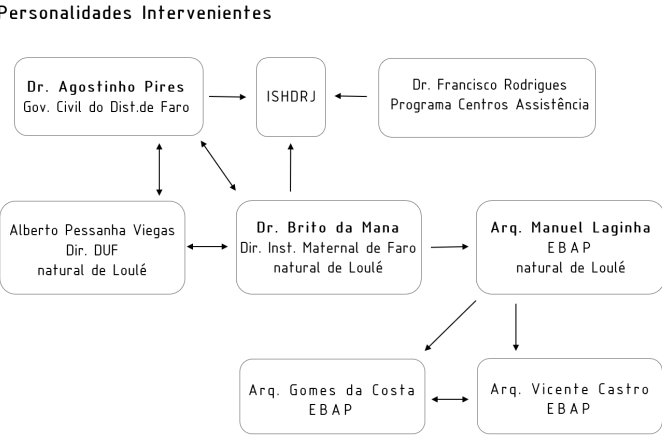


FIG.3.19. Diagrama – Personalidades intervenientes.

NOTAS:

¹ No documento “Nota Explicativa” (IPA- NP 386) de Fevereiro de 1952, o Governador Civil de Faro defende a iniciativa que, segundo o próprio, consistiria num “esquema sistemático de organização de assistência” no Algarve e propõe dois “Centros de Assistência Social, de tipo polivalente”, Loulé e Olhão.

² Segundo informação fornecida pelo seu filho Joaquim Brito da Mana em 2017

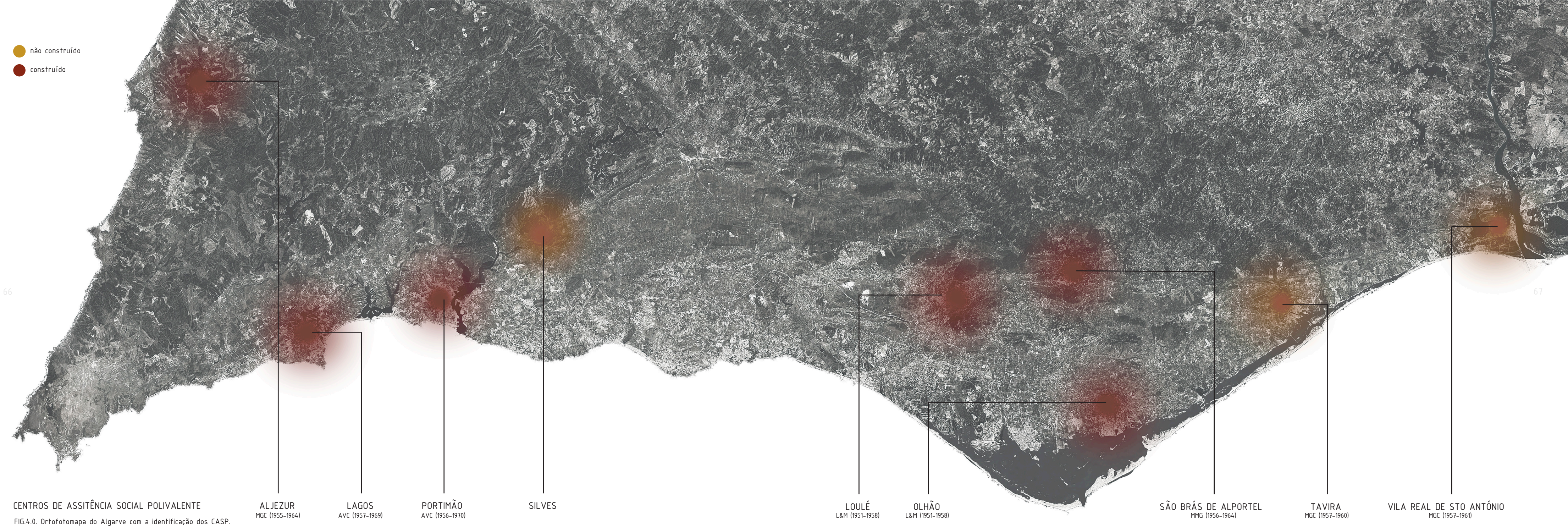
³ Entrevista feita por Gonçalo Vargas a Gomes da Costa no contexto da exposição “MGC – Moderno ao Sul”, 2009.

4. CENTROS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE

Passaremos de seguida à apresentação da informação recolhida e tratada sobre cada um dos Centros de Assistência Social Polivalente identificados nesta investigação. Estes serão agrupados por autor de projecto e, dentro de cada grupo, organizados com base na informação disponível, priorizando os casos de estudo mais detalhados.

Da autoria dos arquitectos Manuel Laginha e Rogério Buridant Martins, os CASP de Loulé e Olhão; do arquitecto Manuel Gomes da Costa, o CASP de Aljezur, o CASP de Tavira e o CASP de Vila Real de Santo António; e da autoria do arquitecto Vicente de Castro, os CASP de Portimão e Lagos.

No decorrer desta investigação foram também identificados outros dois CASP que não se encontravam mencionados nas publicações consultadas. O CASP de São Brás de Alportel da autoria do arquitecto Manuel Martins Garrido, que será apresentado juntamente com os anteriores. E o CASP de Silves, mencionado, mais do que uma vez, em documentos do arquivo da Direcção de Urbanização de Faro, no entanto, não nos foi possível verificar a existência deste projecto, pelo que, para efeitos do entendimento da abrangência desta rede distrital de assistência, este CASP foi apenas incluído no ortofotomapa que será de seguida apresentado.



4.1 CENTROS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE
ARQUITECTO MANUEL LAGINHA



FIG.4.1.01. CASP de Loulé – Entrada bloco de Assistência Materno-infantil, alçado sudeste.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE DE LOULÉ

CASA DA PRIMEIRA INFÂNCIA DE LOULÉ

No início do século XX, Loulé era uma região pobre, onde era comum que nas famílias carenciadas tanto o homem como a mulher trabalhassem para ajudar ao seu sustento, alterando, assim, a função da mulher, mãe, dentro do núcleo familiar, outrora direccionada principalmente para o cuidado dos seus filhos. Por esta altura, as escolas não possuíam condições para acolher as crianças, sendo muitas vezes epicentros de disseminação de doenças, e não existiam associações de solidariedade focadas neste grupo demográfico. Contribuindo para que esta fosse uma das muitas localidades afectadas pela elevada taxa de mortalidade e abandono infantil (INUAF, 2005).

Como foi anteriormente analisado no capítulo 2, existia a motivação do Estado para a resolução do problema da mortalidade infantil, mas a solução passaria obrigatoriamente por uma entidade particular que faria a mediação e coordenação entre as ferramentas criadas pelo Estado e autarquias e os necessitados de assistência.

No caso de Loulé a entidade em questão foi Casa da Primeira Infância de Loulé, numa iniciativa conjunta com a Comissão Municipal de Assistência.

A Casa da Primeira Infância de Loulé (CPIL), também conhecida como Creche de Loulé, foi fundada em 1945 pela Dra. Maria José Cabeçadas (INUAF, 2005). Formada em Farmácia pela Faculdade de Farmácia de Lisboa, foi Diretora Técnica da Farmácia do Montepio dos Artistas, em Faro, e posteriormente abriu a sua própria farmácia em Loulé onde teve contacto directo com as necessidades locais (CML,1997).

Inaugurada a 10 de Junho de 1945, a CPIL propunha-se a cuidar das crianças desprotegidas prestando-lhes os cuidados básicos de saúde, alimentação, abrigo e educação enquanto

as mães se ausentassem para trabalhar. Em 1949 a fundadora da CPIL regressou para Lisboa e convidou a D. Catarina Farrajota, finalista do curso de Enfermagem Geral e Saúde Pública de Lisboa e antiga funcionária do Instituto Português de Oncologia (CML,1997), para o cargo de presidente. Por esta altura a instituição, que funcionava num pequeno espaço habitacional, necessitava de novas instalações para conseguir dar resposta às muitas famílias e crianças carenciadas que procuravam a sua ajuda.

O PROCESSO

No início do processo do Centro de Assistência Social Polivalente de Loulé encontramos a correspondência entre a Comissão Municipal de Assistência de Loulé (CMAL) e a Direcção de Urbanização de Faro (DUF), datada de 10 de Outubro de 1951. Nesta era reencaminhado para a DUF um ofício, enviado ao Ministro das Obras Públicas, que expunha o problema da elevada taxa de mortalidade infantil no concelho e recomendava que a resolução do problema se enquadrasse “nos campos da higiene e da profilaxia, pela adopção das práticas de puericultura” (DUF-39/MU/52). Propondo, assim, a construção do Centro de Assistência Social Polivalente (CASP) de Loulé e pedindo uma comparticipação de 50% para a execução da primeira fase, o Núcleo Materno-Infantil.

No mesmo mês, o Eng.º Director da DUF, Alberto Pessanha Viegas, escreveu ao Director Geral dos Serviços de Urbanização de Lisboa explicando o objectivo desta iniciativa e a sua abrangência:

“1 – A obra em causa faz parte dum plano distrital de assistência, cujos propósitos me parecem merecedores do melhor acolhimento. Trata-se com efeito da construção duma série de centros de assistência social aberta a todas as classes, cujas primeiras fases constarão, como é lógico, da assistência materno-infantil.

2 – O acolhimento que o referido plano tem encontrado, conduziu desde logo á obtenção dos fundos necessários para, num primeiro escalão se resolverem os problemas de Loulé, Olhão e Vila Real de Santo António. (...)” (DUF-39/MU/52).

Em Fevereiro de 1952, foram submetidos os elementos referentes ao Ante-projecto do CASP de Loulé ao Conselho Superior de Higiene e Assistência Social para pedir parecer e à Direcção Geral dos Serviços de Urbanização para pedir comparticipação através do Fundo de Desemprego.

Do Ante-projecto, assinado pelos arquitectos Manuel Maria Laginha e Rogério Buridant Martins (1920-1997), fazia parte a Memória Descritiva e Justificativa, peças desenhadas e fotografias da maquete (ML-NP386).

Junto a estes elementos encontrava-se também uma “Nota Explicativa” do Governador Civil de Faro, Agostinho Pires, datada de 22 de Fevereiro de 1952 (ML-NP386). Nesta, o Governador Civil fazia referência à lei 1998 de 1944 com o intuito de enquadrar este plano distrital na politica de Assistência Social do Estado. Criticando o modo como o incentivo à assistência de iniciativa particular, sem qualquer acção educativa, resultava numa assistência insuficiente em relação às verdadeiras necessidades da população, dando lugar “às formas mais fáceis e mais vistosas de prestação de assistência [...] que raro funcionam integralmente com tais”.

Segundo Pires, estava assim criado o ambiente apropriado para a “organização de um esquema sistemático de organização de assistência” que se adaptaria às necessidades de cada concelho. Propunha, então, a construção dos primeiros dois “Centros de Assistência Social, de tipo polivalente”, referindo-se, para além do CASP de Loulé, ao de Olhão que foi projectado pelos mesmos arquitectos e terá sido entregue para apreciação juntamente com este.

Tendo como objetivo economizar e rentabilizar meios sociais existentes, estes novos centros propunham-se coordenar e complementar o trabalho das instituições já existentes em cada concelho. Para isto deveriam: “facilitar pela sua proximidade, a coordenação de todas as instituições de assistências integradas no esquema geral”; organizar os serviços de modo a “fazer economias em material e pessoal”; facilitar a acção e coordenação dos “serviços sociais do Instituto de Assistência à Família”.

Pires acrescentava que este esquema assistencial deveria assumir a “elasticidade necessária” para que cada serviço pudesse funcionar de forma autónoma, embora coordenado com os restantes. O que permitiria a cada concelho ajustá-lo às suas necessidades.

Definiu então como elemento central para o funcionamento dos CASP o Centro de Assistência Social, que realizaria também a função de inquérito social, a ação educativa e a coordenação de toda a assistência local, bem como a comunicação com as organizações regionais e gerais. Este, além dos serviços de secretaria, deveria possuir também os espaços necessários para entrevistas e atendimento dos assistidos, bem como espaços de acção e educação familiar. Agregados a este núcleo principal encontraríamos os restantes serviços de assistência: a Assistência Materno-Infantil, que incluía consultas de ginecologia e obstetrícia, pediatria e puericultura, assistência domiciliária ao parto e distribuição de farinhas e leites; e a creche, para cinquenta crianças.

No que respeita às verbas para a obra, foram apresentados os fundos disponíveis: um donativo de 150.000\$00 de um benemérito local; 50.000\$00 de subsídio da Câmara Municipal de Loulé; 50.000\$00 do orçamento da CMAL para a obra; 100.000\$00 a obter por subscrição limitada a fazer na vila; e 100.000\$00 dívida da D. Silvina Bonixe, professora e patrocinadora de iniciativas de apoio às crianças (ML-NP386).

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE DE LOULÉ

Bloco 1.
Núcleo de Assistência Materno-Infantil e Inquérito Social (A)
Núcleo de Assistência à Família (B)

Bloco 2.
Creche (C)



Implantação . esc. 1:500
FIG.4.1.a.

O ANTE-PROJECTO

Na “Memória Descritiva e Justificativa” (ML-NP386), o Ante-projecto para o CASP de Loulé foi apresentado segundo: “Localização e orientação”; “Funcionamento”; “Síntese construtiva”; e “Partido estético”. De seguida, iremos focar-nos em cada um destes aspectos, fazendo um paralelismo entre este documento e as plantas apresentadas.

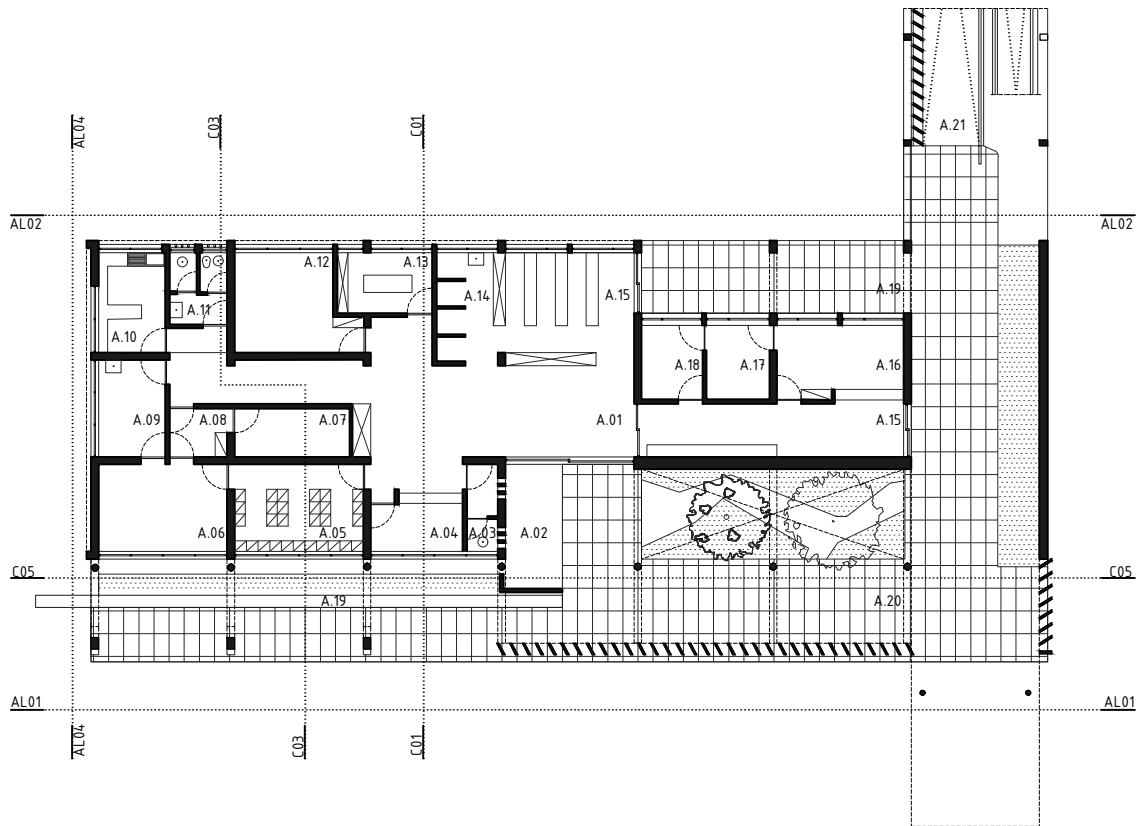
O Centro de Assistência Social Polivalente de Loulé foi implantado num lote cedido pela Câmara Municipal de Loulé, que, por sua vez, se encontrava inserido no terreno destinado ao Parque Municipal¹, localizado no limite norte da malha urbana de Loulé.

O terreno era constituído por uma plataforma inclinada, orientada para sudeste, que, segundo os arquitectos, facilitou a implantação e orientação do edifício, permitindo obter a exposição solar ideal para os espaços destinados às crianças.

Neste CASP estariam presentes os serviços de Creche, para 50 crianças, Núcleo de Assistência Materno-Infantil, Inquérito Social e Assistência à Família.

Segundo os arquitectos, o programa foi “orientado sob os conselhos de especialistas idóneos”, tema já abordado neste estudo, e “principalmente, segundo as recomendações do COURTS DE PEDIATRIE SOCIAL”, documento editado em 1949 pela ONU, no qual se estabeleceu a distinção entre Creche e Assistência Médica e Social. Em concordância com esta recomendação, o conjunto foi concebido de forma a separar estes programas em dois blocos distintos, permitindo um funcionamento independente, ainda que apresentando uma unidade formal, possível através da galeria coberta que os unia.

A implantação destes blocos foi definida de modo a que o bloco da Creche ficasse localizado no extremo norte do lote, zona mais recatada e interior, próxima do Parque Municipal e distante das vias de circulação, possibilitando também com este afastamento uma maior área de recreio a sul. O bloco de Assistência ficaria assim a sul do lote, próximo dos acessos e do aglomerado habitacional já definido.



A. Núcleo de Assistência Materno-Infantil e Inquérito Social

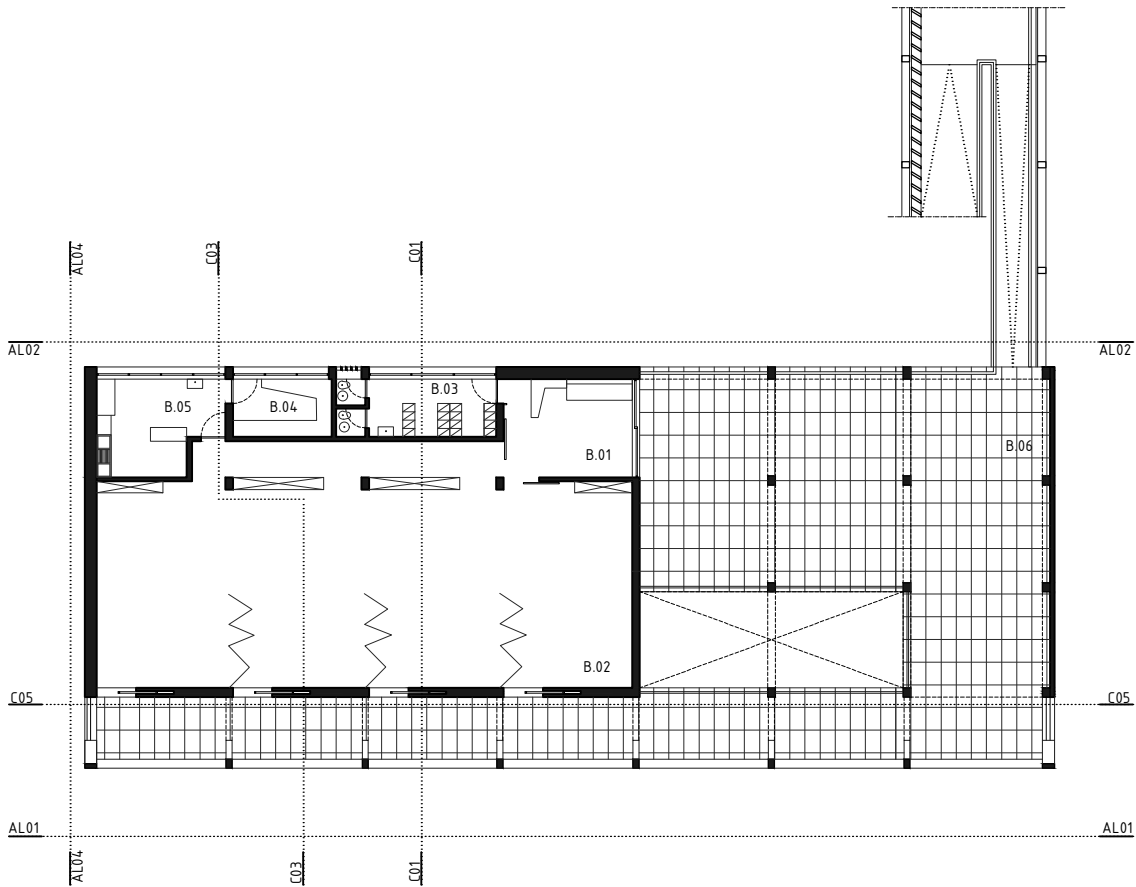
01 - Hall . 02 - Garagem para carrinhos de bebê . 03 - Isolamento . 04 - Secretaria (Serviços de Saúde) . 05 - Vestiários
 06 - Consulta Infantil . 07 - Sala Agentes Físicos . 08 - Antecâmara . 09 - Laboratório . 10 - Copa . 11 - Instalações Sanitárias
 12 - Consulta Materna . 13 - Tratamentos . 14 - Sala de Amamentação . 15 - Espera 16 - Secretaria (Serviços Sociais)
 17 - Assistente Social . 18 - Entrevista . 19 - Espera Exterior . 20- Galeria Exterior . 21 - Rampa

A distribuição programática para o bloco de Assistência foi feita em dois pisos. No piso 0 encontrava-se o serviço de Assistência Materno-Infantil e Inquérito Social e no piso 1 o serviço de Assistência à Família. Os arquitectos justificaram esta organização através da intenção de minimizar a “vizinhança” próxima da área de recreio da Creche. Assim, o programa de Assistência à Família, por não ter necessidade de ligação aos outros, ficaria no primeiro piso.

O acesso ao bloco de Assistência era feito a sul do lote. A entrada era marcada por uma rampa coberta por uma pala inclinada em betão apoiada em pilares metálicos de secção circular; no topo da mesma encontrava-se uma galeria exterior que fazia a distribuição entre o programa do piso térreo e uma rampa de dois tramos pela qual se acedia ao piso superior, através desta, ao nível do seu patamar intermédio, era também possível aceder ao bloco da Creche. Esta galeria exterior possuía vários níveis de permeabilidade, num jogo de luz e sombra separava a zona de entrada do núcleo de Assistência Materno-Infantil, resguardada por uma sequência de lâminas de betão verticais que assumiam uma torção em relação ao plano da fachada, de uma zona de estar, solarenga e contemplativa marcada por um longo banco em pedra (Fig.4.1.09).

No interior do piso térreo foram acomodados dois programas distintos: o de Assistência Materno-Infantil e o de Inquérito Social. Sendo o primeiro composto por: hall de entrada, sala de espera, boxes de amamentação e secretaria, dispostos num espaço onde é perceptível o tema da “planta livre”, separando os diversos momentos através do mobiliário que assume alturas distintas sem nunca tocar no tecto; uma sala de isolamento; vestiários e consultório de pediatria e puericultura, dispostos em espaços sequenciais que potenciavam a celeridade do atendimento; consultório de ginecologia e obstetrícia; sala de tratamentos; sala de agentes físicos; laboratório; copa, para uso dos funcionários; e instalações sanitárias. O programa de Inquérito Social tinha em comum com o anterior o hall de entrada e era composto por: sala de espera e secretaria, separados por um balcão de atendimento; sala da assistente social; e sala de entrevistas.





B. Núcleo de Assistência à Família

01 - Hall . 02 - Núcleo de Assistência à Família / Sala Polivalente . 03 - Vestiário e Instalações Sanitárias . 04 - Despensa
05 - Cozinha . 06 - Terraço

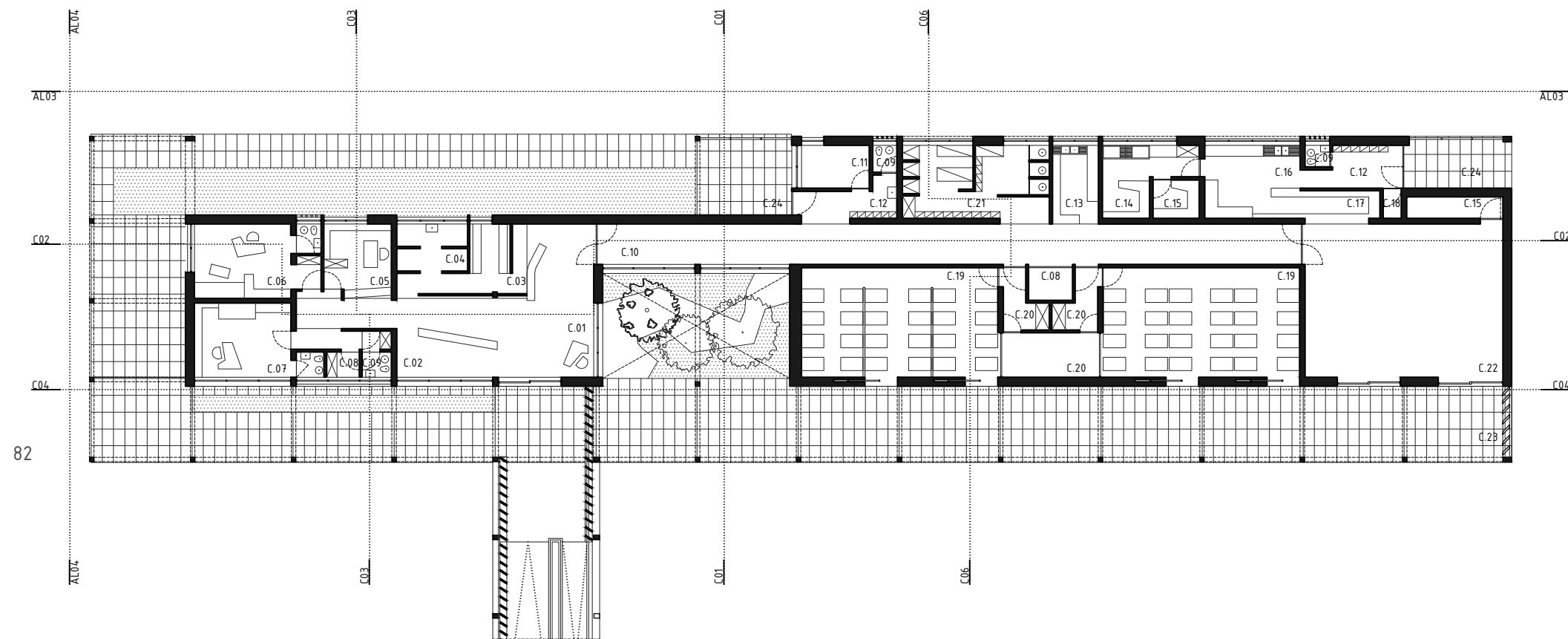


Bloco 1
Planta do piso 1 . esc. 1:250
FIG.4.1.c.

No piso superior encontrava-se o núcleo de Assistência à Família. A aproximação a este programa era feita através de um terraço exterior coberto, que os arquitectos definiram como espaço para “trabalho ao ar livre” e que admitiam ser uma zona de possível expansão do núcleo desenhado. Este era um momento projectualmete marcante, não apenas por ter sido concebido e descrito como um espaço assumidamente mutável, mas também, por ser um espaço onde os arquitectos contradiziam a disposição horizontal do edifício através de um pátio que atravessa as lajes desde o piso térreo até à cobertura. Estes “vazios” tornaram-se componentes integrantes do léxico dos CASP, sendo inúmeras vezes repetidos, quer com o intuito técnico de aligeirar as lajes e permitir a incidência solar nos vãos altos em fachadas recuadas ou poético de ilusão de verticalidade e ligação com o céu. No entanto, este é o único exemplo em que um “vazio” atravessa todas as lajes em dois pisos.

O programa, no interior do núcleo de Assistência à Família, era composto por: hall com sala de espera, que se poderia tornar num espaço contíguo à sala polivalente através da abertura de duas portas de correr que os separavam; sala polivalente, que era o espaço dominante deste núcleo, dotado de especial versatilidade pela possibilidade de ser subdivido, através de “tabiques móveis”, em quatro espaços independentes; vestiário com instalações sanitárias; despensa; e cozinha educativa.

O bloco da Creche, tal como anteriormente mencionado, poderia ser acedido através da cota intermédia da rampa que ligava os dois pisos do bloco de Assistência ou por uma entrada localizada a este do lote. É assim possível identificar os dois tipos de percurso definidos pelos arquitectos: o primeiro, central, ligava os dois blocos por uma galeria coberta, destinava-se a facilitar o acesso dos funcionários aos diversos serviços, tentando dar resposta à intenção de economizar recursos humanos. O segundo pode ser definido como o percurso público, sendo dividido em dois momentos distintos que garantiam que os utentes do bloco de assistência não se cruzavam com as crianças, utentes do bloco da creche (capítulo 8.1).



82

C. Creche

01 - Hall . 02 - Garagem para carrinhos de bebe . 03 - Espera . 04 - Sala de Amamentação . 05 - Secretaria
06 - Direcção . 07 - Gabinete Médico . 08 - Arrumos . 09 - Instalações Sanitárias . 10 - Galeria . 11 - Sala de
Funcionários . 12 - Vestiário Funcionários . 13 - Copa de Leite . 14 - Lavandaria . 15 - Despensa . 16 - Cozinha
17 - Copa . 18 - Combustível . 19 - Dormitórios . 20 - Vigilante . 21 - Balneários / Instalações Sanitárias Crianças
22 - Refeitório / Sala de Jogos . 23 - Recreio Coberto . 24 - Entrada de Serviço.



Bloco 2
Planta do piso 0 . esc. 1:250
FIG.4.1.d.

No interior da Creche era mais uma vez perceptível a intenção de proteger as crianças do contacto com o público. Assim, num primeiro momento de função administrativa e de apoio aos pais e crianças encontravam-se: o espaço de entrada, que continha o hall, um espaço para carrinhos de bebé, uma sala de espera e boxes de amamentação, definidos através do posicionamento de mobiliário de diferentes alturas; secretaria com balcão de atendimento; sala da direcção e gabinete médico, cada um com uma instalação sanitária privada; instalação sanitária para os funcionários; e arrumos. Existiam neste bloco duas barreiras físicas principais que separavam as crianças do público: no interior, uma porta no limite de um longo corredor que fazia a transição gradual entre programas, e no exterior, a continuação até à parede das lâminas de sombreamento verticais que ladeavam da rampa, permitindo uma descontinuidade subtil na longa galeria exterior coberta que marcava o alçado sul do bloco.

O restante programa, destinado às crianças, era composto por: dois dormitórios separados pela sala das vigilantes, que possuía dois grandes envidraçados para observar as crianças; refeitório, que servia também como sala de jogos; balneário para crianças; e recreio exterior coberto a sul, cuja cobertura permitia o sombreamento dos espaços de permanência no interior. Esta parte do programa continha também uma componente técnica composta por: zona para funcionários, com dois vestiários, sala de estar, duas instalações sanitárias e duas entradas de serviço com terraço técnico; lavandaria com despensa; copa de leite; cozinha com copa e balcão passa pratos; sala de combustível e arrumos.

83

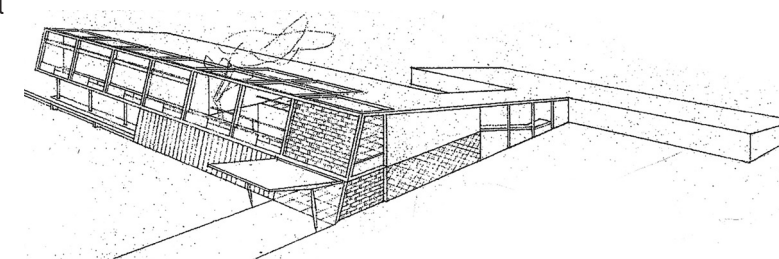
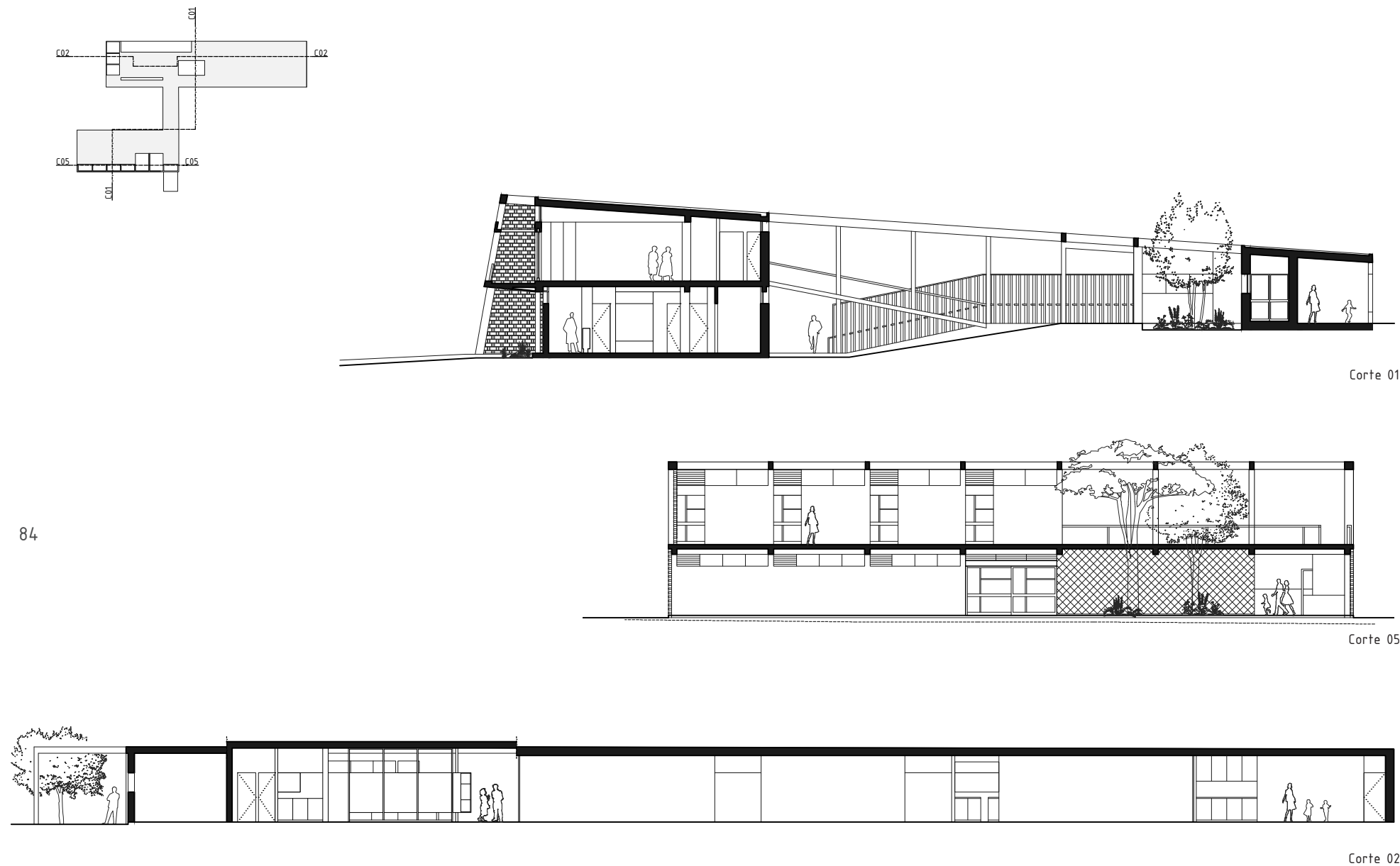


FIG.4.1.02. CASP de Loulé - Perspectiva . entrada bloco de Assistência Materno-infantil, alçado sudeste-nordeste.



84

Corte 01

Corte 05

Corte 02

esc. 1:250
FIG.4.1.e.

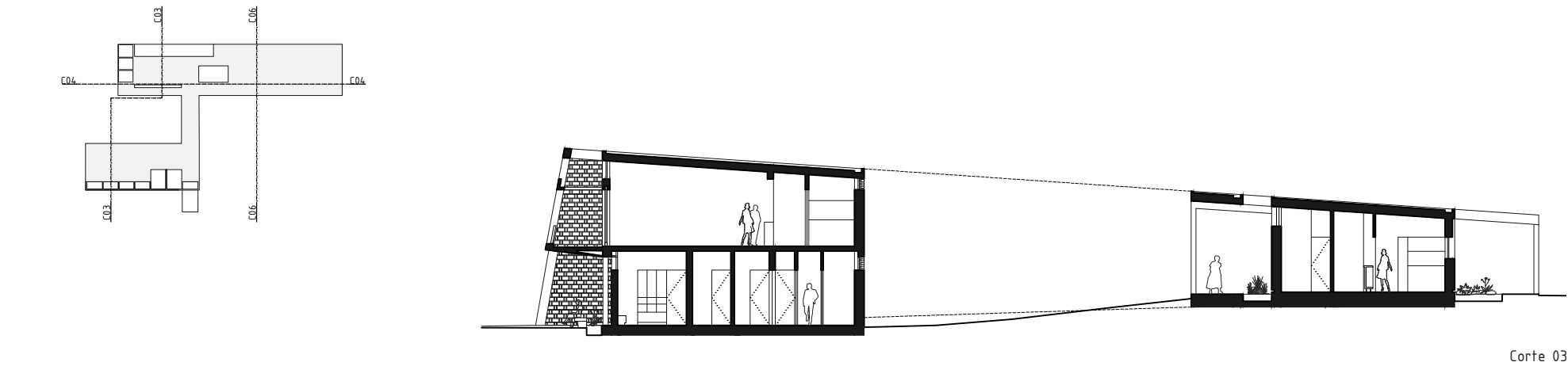
Formalmente, o edifício era definido por dois paralelepípedos de volumetrias distintas, implantados paralelamente de forma desfasada, ligados por um volume que lhes era perpendicular. A cobertura, num plano contínuo, articulava estes elementos e garantia-lhes um sentido de unidade, enquanto que o embasamento, em pedra, os unia ao nível do pavimento, permitindo que o restante terreno fluísse livremente em seu redor.

A sua orientação noroeste-sudeste favorecia os espaços de permanência a sudeste e organizava as áreas técnicas a noroeste. A iluminação e a ventilação naturais dos espaços eram garantidas através dos vãos, horizontais e verticais, dispostos paralelamente nos principais alçados. Eram utilizados diversos elementos de sombreamento, como são exemplo: as galerias exteriores, marcadas pelo ritmo da estrutura em betão; os cobogós ou grelhagens, em elementos cerâmicos vazados; ou as lâminas de betão, dispostas verticalmente.

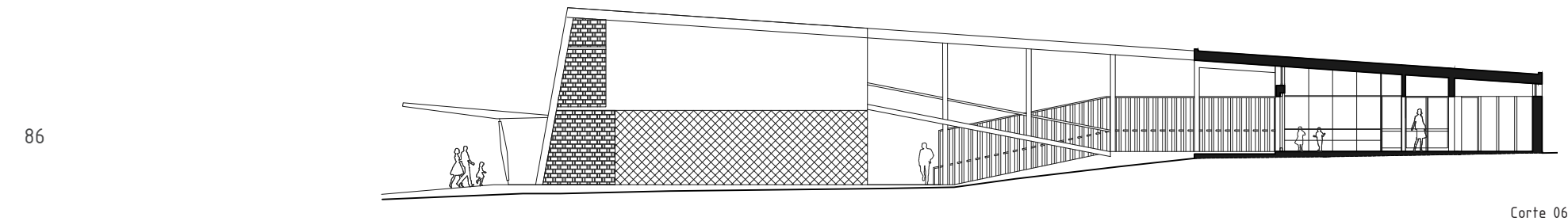
O sistema construtivo definido, segundo os arquitectos, teve em conta questões orçamentais e estéticas procurando adoptar técnicas e matérias locais. Como tal, as paredes exteriores seriam em alvenaria ordinária de pedra, com 40 cm de espessura, e as interiores em tijolo burro, com 25 cm de espessura. A estrutura seria constituída por um sistema de pilares e vigas em cimento armado e as lajes de piso e cobertura eram feitas em “elementos celulares de tijolo”, de uso corrente no Algarve (DUF-39/MU/52).

No final da memória descritiva, sob o título de “partido estético”, os arquitectos justificam a linguagem do edifício como resultado natural do “estudo das condições económicas e naturais da região” e da aplicação de técnicas e materiais tradicionais, numa expressão pura e sem “arrebiques mesquinhos”, evocando as características tradicionais pelo uso da caição branca e das grelhagens cerâmicas.

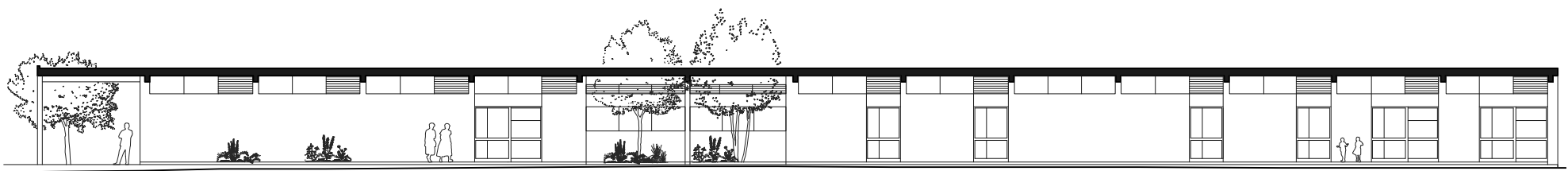
85



Corte 03



Corte 06



Corte 04

PROCESSO DE APRECIAÇÃO E ALTERAÇÕES AO ANTE-PROJECTO

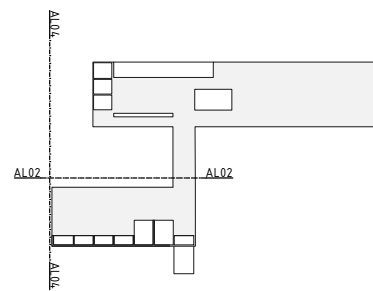
Como era indicado nos Estatutos de Assistência Social (DG, lei 1998, 1944), um edifício para ser aprovado e financiado teria que ser deferido por inúmeras entidades responsáveis, sendo fundamental os pareceres positivos da Comissão Geral de Saúde e Assistência (CGSA), da DGSU e do Ministério de Obras Públicas.

Quando os elementos constituintes do Ante-projecto foram entregues à DGSU e à CGSA, para apreciação, já se faziam acompanhar dos pareceres positivos da Comissão Municipal de Higiene do Concelho de Loulé, da Direcção de Urbanização Faro e do Conselho Superior de Higiene e Assistência Social, que considerou o projecto “bem estabelecido e merecedor de aprovação” (DUF-39/MU/52).

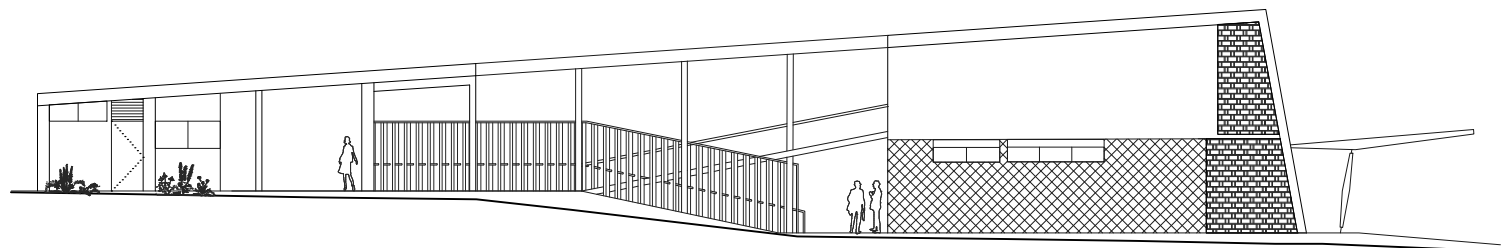
Em Junho de 1952, a da Repartição de Melhoramentos urbanos da DGSU emitiu uma informação favorável:

“(…) resultando logicamente do traçado das plantas, os alçados dos dois edifícios apresentam linhas sóbrias e um notável equilíbrio de volumes e proporções que os torna, em nosso parecer, agradáveis e harmoniosos. Abandonando decididamente as formas tradicionais da arquitectura local, os autores conseguiram, no entanto, um conjunto que, reflectindo o destino dos edifícios, se julga não colidir com o especto geral das construções da região” (DUF-39/MU/52).

Após a recepção desta informação, o Ministro das Obras Públicas, José Frederico Ulrich, pediu o parecer da DGEMN, para o qual foi convocado um Conselho Consultivo. Como resultado, em Setembro de 1952, este Conselho emitiu o seu parecer que, embora favorável, considerava que o projecto final deveria “ser remodelado em face dum programa concreto”. Fazendo, também, referência à repetição elementos programáticos como uma contradição à intenção expressa de fazer economias de material e pessoal, apontando como excessivas as 3 secretarias, os 3 gabinetes médicos e as 3 cozinhas incluídas no projecto.



Alçado 02 . Sudoeste



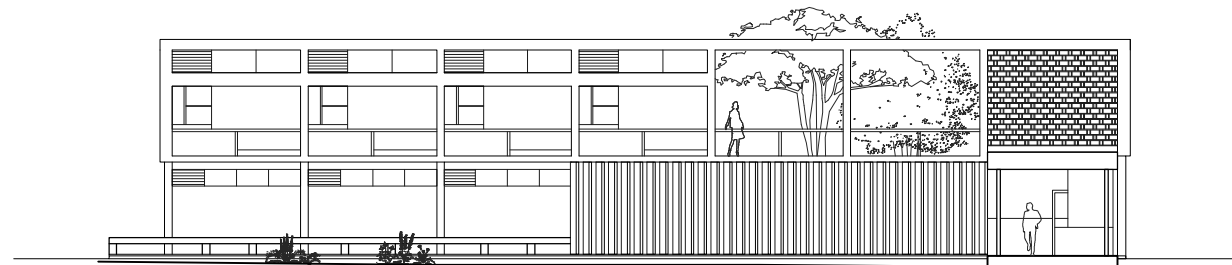
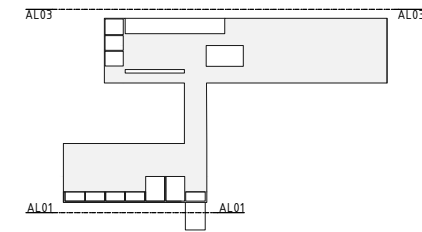
Alçado 04 . Noroeste

O Conselho terminava o seu parecer apontando como uma mais valia a localização do projecto em terreno livre, de modo a evitar o contraste com outras construções. Concluindo que “é de aceitar concepções de acentuado cunho moderno, embora o projecto apresentado com alguns aspectos agradáveis, não traduza as suas características funcionais” (DUF-39/MU/52).

Em Novembro do mesmo ano, os arquitectos submeteram uma “memória descritiva e justificativa adicional” (ML-NP871), onde respondiam às questões anteriormente colocadas pelo Conselho Consultivo da DGEMN. Sobre o reparo feito às repetições do programa, os arquitectos reforçaram a importância da separação dos mesmos, acrescentando que serviços e especialidades diferentes requeriam espaços diferentes. Justificando que a cozinha situada no núcleo de Assistência à Família tinha um carácter experimental e serviria para aulas de culinária, e as outras duas, situadas na Creche, tinham por função separar a cozinha para lactantes, também designada por copa de leite, que servia apenas para esterilização de biberons e preparação de papas, da cozinha para pós-lactantes, “conforme impõem os mais elementares princípios de higiene alimentar”.

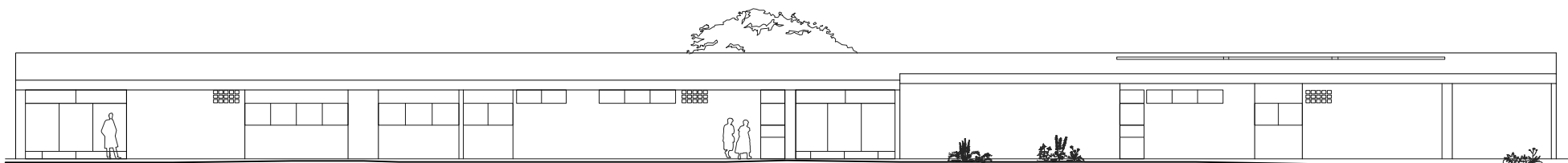
Na sequência da apresentação desta justificação, o Conselho Consultivo da DGEMN aprovou o projecto em Julho de 1953. Junto ao deferimento foi enviado à DGSU um despacho do Ministro das Obras Publicas, José Frederico Ulrich, que acrescentava:

“Em face deste parecer favorável; pressupondo que a urbanização [DGSU] não terá deixado de atender à orientação do edifício e a sua localização, no Algarve, ao considerar os vãos envidraçados voltados a sul; tendo ainda em mente que se trata de “um edifício a construir em terreno livre de outras construções, ou melhor distanciado de imóveis – cujas características arquitectónicas pudessem vir a impôr o estudo dum conjunto de determinado especto; embora me desagrade totalmente o tipo – de pavilhão de exposição – idealizado pelos autores do projecto – não me oporei à aprovação deste, desde que o actual Governador Civil de Faro^[2] confirme o assentimento que ao que parece, lhe mereceu ao seu antecessor” (IPA – DGMEN: DSARH-ED-3.17/18)



Alçado 01 . Sudeste

90



Alçado 03 . Noroeste

esc. 1:250
FIG.4.1.h.

Como resposta a este despacho, foram entregues novas peças escritas e desenhadas. Na “2ª Memória Descritiva e Justificativa” (ML–NP386) os autores prestaram esclarecimentos sobre os vãos, e submeteram um novo conjunto de desenhos onde se distinguiram “os vãos de iluminação [vidro fixo ou móvel] (...) completamente independentes dos vãos de ventilação que são fecháveis” através persianas de madeira fixas ou móveis. Atendendo às advertências feitas sobre a orientação do edifício, explicavam que esta foi fundamental para a determinação da “forma, dimensão e disposição dos vãos de iluminação”, orientando os espaços de permanência das crianças a sudeste, de modo a que a incidência solar tivesse um “fraco poder de aquecimento e uma acção terapêutica máxima”. Acrescentando ainda, que os vãos destes espaços tinham um vidro que não excedia os 65cm de altura e localizavam-se junto ao tecto, de modo a garantir ventilação natural sem correntes de ar, iluminação suave e uniforme, e uma maior protecção acústica, criando as condições ideais para o repouso das crianças.

Em Fevereiro de 1954 foi emitido um despacho pelo Ministro das Obras Públicas autorizando a comparticipação do Estado, através Fundo de Desemprego (DUF-39/MU/52). Segundo a “ficha técnica” (ML-NP871) do CASP de Loulé o orçamento para a obra seria de “cerca de 1.000 contos”.

91

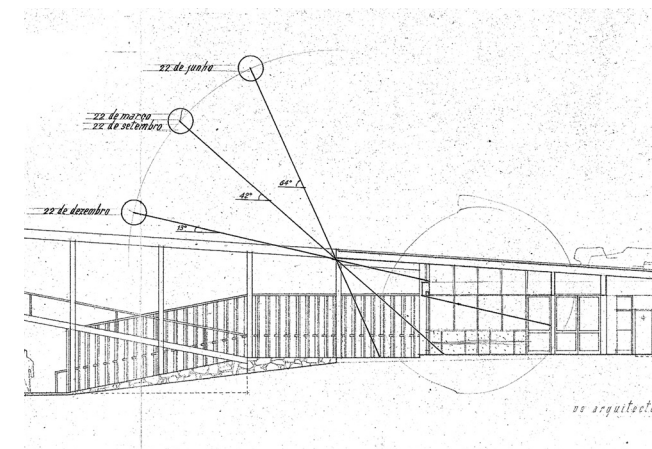


FIG.4.1.03. CASP de Loulé – Esquema de Incidência Solar.

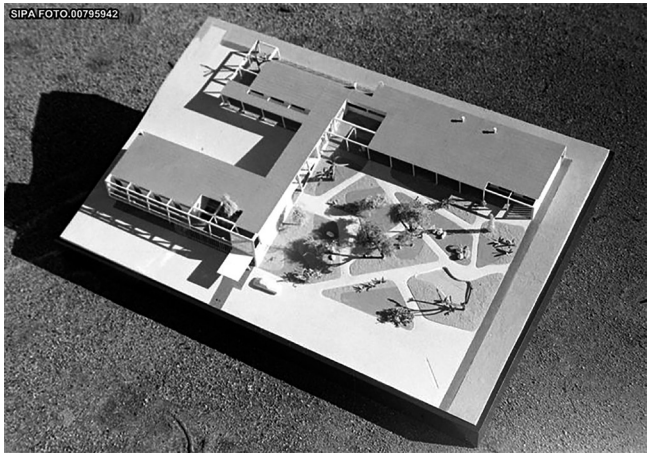


FIG.4.1.04. CASP de Loulé – Maqueta.

ARRANJOS EXTERIORES

Do projecto elaborado pelos arquitectos Manuel Laginha e Rogério Martins fazia parte uma “planta dos jardins” (ML-NP386), desenho n. 910, onde se previa um lago, áreas de pavimento revestidas com heras ou saibro e uma caixa de areia. No entanto, o projecto de arranjos exteriores final ficou a cargo dos serviços da DGSU, da autoria do engenheiro silvicultor e arquitecto paisagista António Luís Facco Viana Barreto³. Deste projecto faziam parte dois desenhos: o “Plano de Plantação de Árvores” e o “Plano de Plantação de Arbustos” (DUF-39/MU/52. Comparando-os com a planta referida anteriormente, foi possível identificar que a base do desenho era a mesma, contudo, a proposta dos elementos naturais foi completamente reformulada. Na “Memória Descritiva e Justificativa” (DUF-39/MU/52), datada de 21 de Outubro de 1957, acompanhada por um mapa de quantidades e estimativa de custos, o arquitecto escrevia: “Nele [jardim] se prevê a plantação de uns grupos de árvores que se harmonizam com a paisagem local e arbustos de flor e folhagem a dar interesse ao jardim. O solo será coberto por cynodon dactilon nos locais soalheiros e vinca xhagas, e por lírios a agapanthus nos sombrios a indicar pela fiscalização”. No mapa de quantidades estava prevista a plantação de 70 arvores, 200 arbustos, 800m2 de herbáceas e outros tantos de relva, resultando num orçamento total de 17.000\$00 escudos.

MATERIAIS E CONSTRUÇÃO

Como foi anteriormente mencionado, na Memoria Descritiva e Justificativa (ML-NP386) entregue pelos arquitectos eram apresentados, de forma sucinta, os métodos construtivos e os principais materiais utilizados neste CASP. No entanto, através da análise de descrições feitas ao longo do processo, do mapa de acabamentos, anexado

ao projecto em 1953 (ML-NP386), e dos autos de medições e quantidades, relativos a trabalhos executados e trabalhos a mais (DUF-39/MU/52), foi-nos possível completar esta informação de forma a perceber melhor a materialidade e espacialidade deste edifício.

A estrutura do CASP de Loulé foi executada em betão armado em cofragem de painéis de pinho. Funcionava como um esqueleto de pórticos de betão, constituídos por vigas apoiadas em pilares de secção rectangular, quadrangular ou circular, que dispostos transversalmente marcavam as fachadas principais criando um ritmo de pilares com 4,5 metros de afastamento. O travamento destes pórticos era feito com vigas longitudinais e lajes de piso ou de cobertura. Estas lajes, em “elementos celulares de tijolo”, eram compostas por vigotas de betão pré-esforçado e blocos cerâmicos de cofragem que recebiam, em obra, uma camada continua de enchimento em betão.

As paredes do edifício, pelo que nos foi possível identificar, foram feitas sempre com o mesmo tipo de tijolo cerâmico furado, de 30x20x4cm, alterando apenas a sua posição de assentamento para criar espessuras de paredes diferentes. Assim, as paredes exteriores eram feitas em alvenaria a “1 1/2vez de tijolo furado, c/argamassa mista 1:2:3” resultando, aproximadamente, numa espessura total de 40cm; as paredes portantes interiores, em alvenaria a “1 vez de tijolo com argamassa mista 1:2:8”, resultando numa espessura de 25cm; e as paredes interiores não portantes, em alvenaria a “meia vez, com argamassa mista de 1:2:8” resultando, aproximadamente, em 13cm de espessura.

Numa acção de concordância com as técnicas tradicionais e de adaptação às condicionantes orçamentais, foi criado um embasamento continuo, revestido em alvenaria de pedra à vista com juntas “refechadas a cimento e caiadas”, que se adaptava às diferentes cotas do terreno; o que permitiu reduzir os custos de movimentação de terras ao criar duas bases niveladas ligadas uma base inclinada, a rampa, melhorando também a protecção contra humidade, não só através da sua elevação da cota de soleira em relação ao



FIG.4.1.05 . CASP de Loulé – Durante a obra . Bloco 1, alçado sudeste. FIG.4.1.06 . CASP de Loulé – Durante a obra Bloco 2, alçado noroeste.

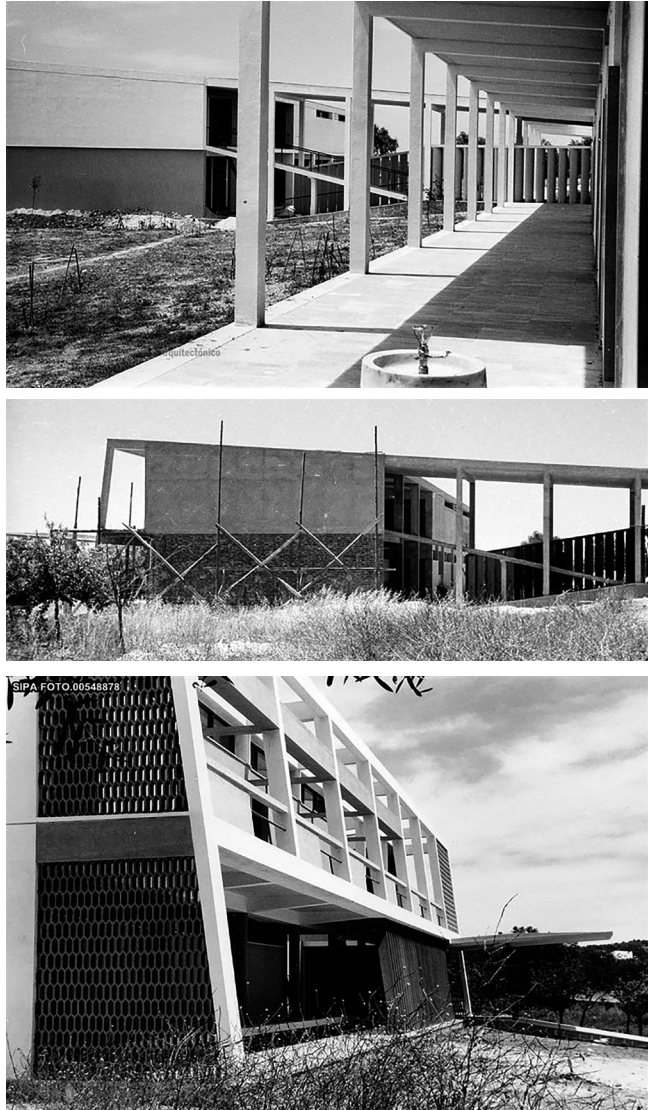


FIG.4.1.07. CASP de Loulé – Bloco 2, galeria exterior coberta;
FIG.4.1.08. CASP de Loulé – Durante a obra – Bloco 1, alçado nordeste. FIG.4.1.09. CASP de Loulé – Bloco 1, alçado sudeste.

terreno, mas também através da execução de uma caixa de pavimento constituída por uma camada de brita sobre o terreno compactado; uma camada de massame de betão, onde passariam tubagens de ligação às redes de águas e esgotos; e uma camada para regularização da base e aplicação do revestimento do pavimento.

Os materiais de acabamento são elementos importantes que contribuem para a definição dos espaços adequando-se aos seus vários tipos de uso. Através destes, foi-nos possível perceber melhor a intenção dos arquitectos para os diferentes espaços do edifício.

Os materiais utilizados para revestimento de pavimentos seguem orientações básicas de conforto, economia e permeabilidade. A madeira, associada ao conforto, foi o material escolhido para os principais espaços de permanência. O pavimento em “parquet de pinho” ou “tacos de pinho, assente com imepa ou semelhante, afagados e encerados” com rodapé em pinho com 7cm de altura, foi utilizado nos espaços das secretarias; consultórios e gabinetes médicos; vestiários para utentes; espaços de amamentação; salas de espera; salas dos serviços de inquérito social; sala das vigilantes; dormitórios e refeitório.

O mosaico hidráulico, um produto artesanal de alta durabilidade característico pelas suas cores e padrões variados, foi utilizado em espaços de circulação e espaços técnicos, tendo sido utilizadas dimensões (e provavelmente padrões e cores) de mosaico diferentes para cada bloco. No bloco da Assistência Social foi utilizado o mosaico hidráulico de 30x30cm, com rodapé de mosaico hidráulico com 7cm de altura, nos espaços de hall, corredor e antecâmara. No bloco da Creche foi utilizado o mosaico hidráulico de 20x20cm, com rodapé de mosaico hidráulico com 7cm de altura, no hall e espaço para carrinhos de bebé, galeria de distribuição e nos vestiários e sala de funcionários. Com propriedades semelhantes, a tijoleira, em terracota manual, material também característico da região, foi utilizado nas galerias e terraços exteriores.

A marmorite é um material resistente e impermeável, resultante da mistura de agregados de pedra e vidro, com ligante em pó de pedra, cal aérea ou cimento e acabamento polido. Razão pela qual terá sido prescrito para aplicação em pavimentos e paredes (lambrins), de zonas húmidas e com necessidade específicas de limpeza. Aplicado apenas em pavimento na sala de tratamento, sala de agentes físicos e laboratório. E aplicado em pavimento e lambrim, com 2.30m de altura, nas salas de isolamento; instalações sanitárias, vestiários e balneários; lavandaria; e cozinhas, copa e copa de leite.

Nos espaços técnicos, como arrumos, despensas e sala de combustível, foi utilizada a “betonilha corada e esquartelada”.

As paredes interiores e exteriores variavam também no seu acabamento conforme as suas necessidades técnicas. Nos espaços exteriores e espaços técnicos, as paredes e tectos eram “emboçados, rebocados, guarnecidos e caiados à esponja”. No interior, nos espaços de hall, corredores e salas de espera, as paredes e tectos eram “emboçados, rebocados, guarnecidos e pintados a água”. E nos espaços de permanência como secretarias, consultórios, dormitórios, sala polivalente e vestiários, ou nos espaços com lambrim em marmorite, as paredes e tectos eram “emboçadas, rebocadas esboçadas” com acabamento em estuque “liso”. (DUF-39/MU/52)

Os elementos de sombreamento foram também pensados, executados e acabados de forma criteriosa, tendo um importante papel funcional e estético no edifício. Através destes elementos eram criados jogos de permeabilidade de vistas e luz, bem como de cor, sendo estes frequentemente pintados de forma a assumirem diferentes planos na relação com os restantes paramentos. Como são exemplo as lâminas verticais, de “cimentos fundido e pintado a tinta de água”, ou os cobogós, elementos cerâmicos vazados frequentemente utilizados na cor natural. A pala da entrada, uma fina laje de betão reforçada por duas vigas superiores imperceptíveis do nível térreo, foi alvo de alteração durante a obra. Sendo que, numa fase inicial, esta encontrava-se



FIG.4.1.10. CASP de Loulé – Bloco 2, galeria exterior coberta.
FIG.4.1.11. CASP de Loulé – Durante a obra – Bloco 1, alçado noroeste.



FIG.4.1.12. CASP de Loulé – Bloco 2, alçado sudeste. FIG.4.1.13. CASP de Loulé – Rampa de acesso ao bloco 1, alçado sudeste (durante a obra). FIG.4.1.14. CASP de Loulé – Rampa de acesso ao bloco 1, alçado sudeste (após alteração).

apoiada em dois pilares de betão com secção quadrangular (Fig.4.1.13), idênticos ao da restante estrutura, contudo, foi-nos possível identificar, em imagens de obra e no auto de trabalhos a mais, a alteração destes elementos para pilares metálicos de secção circular cheios em betão e pintados de preto (Fig.4.4.14). Esta alteração, como consequência, resulta numa ilusão de leveza, onde a pala em betão aparenta flutuar sobre a rampa de entrada.

A INAUGURAÇÃO

O Centro de Assistência Social Polivalente de Loulé foi inaugurado no dia 25 de Maio de 1958, na mesma data terá sido inaugurado, também, o CASP de Olhão. Segundo a publicação do jornal local *A voz de Loulé* (Nº.158, 1958), o evento foi celebrado “com pompa e circunstância”, marcado por uma “prolongada salva de morteiros enquanto bandas locais tocavam o hino nacional” à chegada das entidades oficiais.

A sessão solene teve lugar no interior do bloco de Assistência após o antigo Governador Civil, Dr. Agostinho Pires, cortar a “fita simbólica”. A sessão teve também como participantes o Dr. Baptista Coelho, Governador Civil do Distrito; José do Nascimento, presidente da Comissão Distrital da U.N.; Eng.º Pessanha Viegas, da DUF; o Coronel Sousa Rosal, deputado pelo Algarve na Assembleia Nacional; o Dr. Brito da Mana, diretor do Instituto Maternal de Faro; Varela Pinto, corregedor do círculo judicial de Faro; Fernando de Almeida, inspetor do Instituto de Assistência à Família e o presidente da Câmara Municipal de Loulé, José João Ascensão Pablos.

O jornalista transcreveu a comunicação final do Dr. Agostinho Pires, onde este:

“[elogia Loulé] porque foi pioneira desta organização. A concepção foi nossa e elaborada aqui e ainda não foi ultrapassada por edifícios novos ou velhos hoje existentes. A aceitação do projecto teve agruras, pois parecia demasiado arrojado.

Era tão contrastado, tão novo, que as pessoas não queriam aceitar”.

(Voz de Loulé-Nº.158, 1958)

Os serviços médicos ficaram sob a tutela do Instituto Maternal, com direcção do Dr. Ângelo Delgado e o apoio da “parteira-enfermeira-puericultora”, D. Eugenia Soares. A direcção da creche ficou a cargo da D. Catarina Mendes Pinto Farrajota, diretora da Casa da Primeira Infância.

Nesta reportagem da inauguração do CASP foram também publicados os dados numéricos referentes à prestação de serviços de Assistência Materno-Infantil, que nos primeiros 10 dias de funcionamento tinha dado assistência a 134 grávidas, 916 crianças em consultas de puericultura e 445 em pediatria, enfatizando a importância dos mesmos. (Voz de Loulé-Nº.158, 1958).

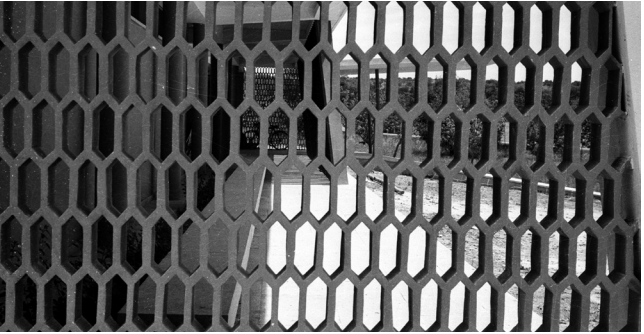


FIG.4.1.15. CASP de Loulé – Grelhagem cerâmica. FIG.4.1.16. CASP de Loulé – Bloco 1, galeria. exterior coberta. FIG.4.1.17. CASP de Loulé – Bloco 1, alçado sudeste.



FIG.4.1.18. CASP de Loulé – Alçado sudeste actualmente.

ESTADO ACTUAL

O CASP de Loulé encontra-se em funcionamento e sob tutela da Casa da Primeira Infância, tendo sofrido, no entanto, inúmeras intervenções de modo a adequar as suas instalações às necessidades actuais. Após os serviços de assistência materno-infantil terem sido instalados no Centro de Saúde local, todo o edifício do CASP passou a albergar o programa de creche e jardim infantil, quadruplicando o número de crianças assistidas. Como consequência todos os espaços deixados “em aberto” pelos arquitectos foram construídos. No bloco de Assistência, o espaço exterior coberto do segundo piso do foi completamente encerrado, apagando os vestígios de um pátio interior. E no bloco da Creche, todos os espaços descobertos, próximos das áreas publicas e de administração, foram também encerrados, tendo sido também construído, a norte, um novo volume, adjacente à ala mais a poente do bloco, para abrigar o programa de cozinha e refeitório capacitado para o novo número de ocupantes.

Apesar das inúmeras intervenções, algumas menos felizes, este CASP mantém ainda muita da sua identidade, sendo possível verificar que, apesar da passagem do tempo e das alterações ao programa, os temas tratados e as soluções encontradas para as questões de implantação, exposição solar, recreio infantil, entre outros mantêm-se ainda relevantes e acertadas. O Centro de Assistência Social Polivalente de Loulé foi classificado, em Outubro de 2012, na categoria de Interesse Municipal.

NOTAS:

¹ O Ante-plano do Parque Municipal foi, em 1952, elaborado pelo Arquitecto Ignácio Peres Fernandes (1910–1989).

² O Governador Civil de Faro era Manuel de Sárrea Tavares Mascarenhas Gaivão desde Maio de 1953.

³ António Facco Vianna Barreto (1924–2012) – Formou-se em Silvicultura e Arquitectura Paisagista em 1952, no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa. Em 1953, integrou os quadros técnicos da DGSU. Foi o primeiro arquitecto paisagista do Estado, onde desempenhou funções até 1978. Paralelamente, trabalhou também no sector privado, entre 1983 e 2012 foi sócio gerente da empresa Projectos de Espaços Verdes, Lda. Foi professor convidado nas áreas do Ordenamento da Paisagem e do Ordenamento do Território na Universidade Técnica de Lisboa (CESUR 1979–1980) na Universidade de Évora (DPBP 1982–1984) e no Instituto Superior de Agronomia (1984–1988). Juntamente com Ilídio Alves de Araújo desenvolveu o projecto de enquadramento paisagístico da Cidade Universitária de Lisboa (1955), com Álvaro Dentinho projectou o espaço de enquadramento da Biblioteca Nacional, os terraços do Hotel Ritz (1956) e o bairro da SACOR (1959). De 1959 a 1969, juntamente com Gonçalo Ribeiro Telles desenhou o jardim da Fundação Calouste de Gulbenkian, tendo sido convidado a participar no concurso para a Sede e Museu da Fundação Calouste de Gulbenkian pela equipa vencedora do concurso constituída pelos Arquitetos Ruy Jervis Athouguia, Pedro Cid e Alberto Pessoa.



FIG.4.119. CASP de Olhão – Entrada bloco de Assistência Materno-infantil, alçado sudeste.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE DE OLHÃO

O CASP de Olhão surgiu da iniciativa conjunta da Comissão Municipal de Assistência do concelho e da Santa Casa da Misericórdia da Olhão, na qualidade de entidade particular. Este projecto da autoria dos arquitectos Manuel Laginha e Rogério Martins foi iniciado em 1952, em simultâneo com o CASP de Loulé, razão pela qual alguns dos documentos e pareceres se repetem ou aglutinam os dois CASP, como é exemplo a “Nota Explicativa” do Governador Civil de Faro à DGSU, apresentada no processo anterior, que se encontra repetida neste processo, mas com uma data posterior (Agarez, 2005)(ML-NP386).

No nº1 da 4ª série da revista *a arquitectura portuguesa e cerâmica e edificação*, em Março de 1952, foi publicado um artigo sobre o “Centro de Assistência Polivalente a construir em Olhão”. O edifício, ainda em fase de ante-projecto, foi apresentado através de fotografias da maquete; desenhos do edifício, três plantas e um corte; e um texto descritivo, que supomos ser uma cópia da memória descritiva do ante-projecto uma vez que, tal como acontece no mesmo documento referente ao CASP de Loulé, este se orienta por: apresentação do programa; “Localização e orientação”; “Aspecto funcional”; e “Aspecto construtivo e estético”.

O programa do CASP de Olhão era composto por: Serviço de Assistência Social, com Assistência Materno-Infantil, Inquérito Social e Assistência à Família; e Creche para 60 crianças.

O edifício encontrava-se implantado num terreno cedido pela Câmara Municipal de Olhão, com orientação no sentido noroeste-sudeste e sobre um embasamento de pedra (DUF-137/MU/52). Seguindo as recomendações e orientações de “especialistas idóneos”, apresentadas anteriormente e à semelhança do CASP de Loulé, o programa era dividido em dois blocos ligados por uma galeria exterior coberta. O bloco na Creche, de piso

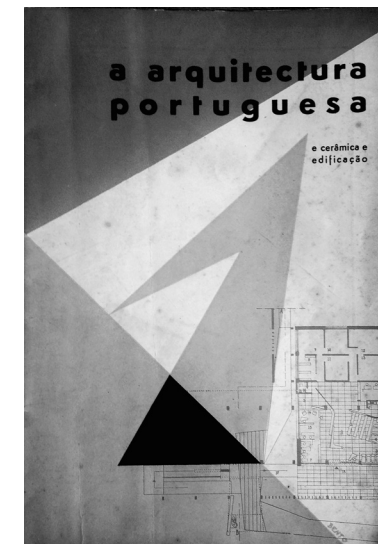


FIG.4.120. Planta do piso 0 do bloco 1, dos CASP de Olhão, em destaque na capa da revista “a arquitectura portuguesa e cerâmica e edificação”, nº1 de 1952.

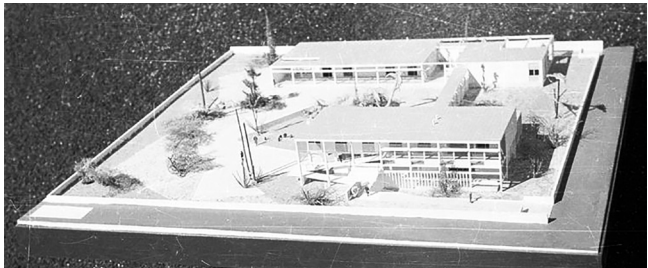


FIG.4.1.21. CASP de Olhão – Entrada principal . alçado este.
FIG.4.1.22. Centro de Assistência Social de Olhão – maqueta.

único, implantava-se no extremo noroeste do lote, deixando a sul uma área livre para o recreio das crianças. O bloco de Assistência Social localizava-se a sudeste e organizava-se em dois pisos, separando o programa de Assistência Materno-Infantil e Inquérito Social do programa de Assistência à Família.

O acesso principal localizava-se a este do lote, o percurso iniciava-se por uma rampa em calçada que ligava o limite do lote com um espaço de entrada exterior coberto, marcado por uma pala em betão, um plano de forma trapezoidal, subtilmente interposto a dois pilares e reforçado por dois tirantes metálicos amarrados à laje de cobertura, que aparentava flutuar. A partir deste ponto era feita a distribuição do percurso: para norte, a galeria exterior coberta dava acesso ao bloco da Creche através de uma rampa de leve inclinação, este volume de ligação entre blocos criava, visto do exterior, a ilusão de que os edifícios se encontravam à mesma cota, por assumir uma cobertura de nível e um alçado poente pouco permeável num jogo entre paramentos de alvenaria e lâminas de betão verticais; para peste, através de uma rampa, dividida em dois tramos e inserida num espaço exterior coberto com pé-direito duplo, acedia-se ao núcleo de Assistência à Família, localizado no piso superior; e para este, através de uma pequena rampa, que vencia apenas a altura do embasamento do edifício, acedia-se ao núcleo de Assistência Materno-Infantil e Inquérito Social.

Este primeiro bloco, de dois pisos, assumia uma volumetria composta, sendo que o volume paralelepípedo do primeiro piso fazia uma rotação de 90 graus sobre o volume semelhante do piso térreo. A partir desta composição era também criado um amplo espaço exterior coberto, resultante do espaço coberto pelo volume do piso superior que não coincidia com o do piso térreo.

Na sua distribuição espacial, o programa de Assistência Materno-Infantil e o de Inquérito Social, partilhavam a mesma zona de espera exterior, protegida a sul por lâminas de betão verticais (Fig.4.1.21) e o mesmo hall de entrada. No interior, o primeiro espaço,

amplo e de planta livre, era dividido e organizado, mais uma vez, através da estratégica disposição de mobiliário, neste caso a separação entre as zonas de espera dos dois programas e a delimitação da área de isolamento com instalação sanitária, do programa materno-infantil, era feita por um painel curvo; do mesmo modo como, por sua vez, a zona de espera do programa materno-infantil era separada das boxes de amamentação e do espaço de distribuição entre secretaria e copa de funcionários por um painel recto com uma flexão de 90 graus. O restante programa de Assistência e Inquérito Social era composto por: secretaria; sala da assistente social; e sala de entrevista. Os espaços dedicados ao programa médico da Assistência Materno-Infantil eram divididos em três áreas principais: a de pediatria e puericultura, composta pela sequência de espaço de vestiário e consultório; a de ginecologia e obstetrícia com consultório e sala de tratamentos, divididos em dois espaços com acesso interior e independente; e no centro, com acesso directo através áreas anteriores, a sala de laboratório e a sala de agentes físicos.

No piso superior, onde se localizava o núcleo de Assistência à Família, a entrada era feita através de um átrio exterior e o programa organizado por: hall; sala de assistência, com acesso directo ao átrio; vestiário com instalações sanitárias; cozinha com despensa; e sala polivalente, divisível em três espaços através de painéis móveis.

O segundo bloco continha o núcleo da creche, e dividia o seu programa entre espaço de acesso público e espaço para as crianças. O primeiro, a este, continha: hall de entrada, com zona para carrinhos de bebé; sala de espera; boxes de amamentação; instalação sanitária; secretaria; sala da direcção e gabinete médico, ambos com instalação sanitária privada. No lado oposto, ligado por uma galeria de distribuição, ou exteriormente por uma entrada de serviço a norte, o programa continha: vestiário para funcionários; lavandaria e engomadoria; copa de leite; cozinha com copa; refeitório, que funcionava também com sala de jogos, com arrumo; rouparia; dois dormitórios divididos pela sala da



FIG.4.1.23. CASP de Olhão – Bloco 1 . alçado noroeste.
FIG.4.1.24. CASP de Olhão – Bloco 2 . alçado sudoeste.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE DE OLHÃO

Bloco 1.
Núcleo de Assistência Materno-Infantil e Inquérito Social (A)
Núcleo de Assistência à Família (B)

Bloco 2.
Creche (C)



vigilante; e balneários com instalações sanitárias para as crianças. Protegendo todo o alçado sul referente a esta parte do programa, uma galeria exterior coberta, destinada a recreio.

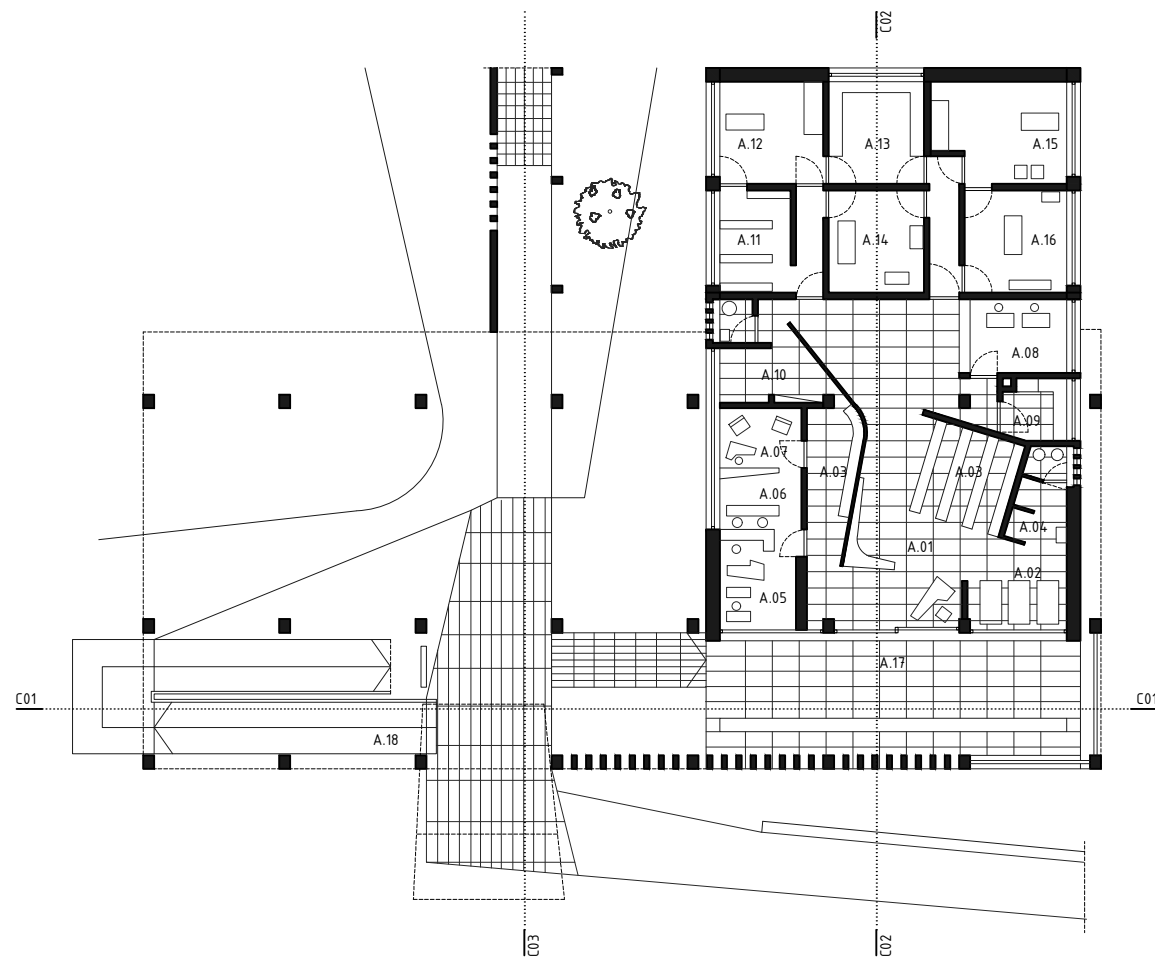
Comparando os desenhos com as fotografias da obra foi possível verificar que, devido à inclinação do terreno no sentido este-oeste, o bloco da Creche, na zona referente aos espaços para as crianças, ao contrario do apresentado nas peças desenhadas, encontrava-se sobreelevado em relação ao terreno, apoiando-se sobre a estrutura de betão e paredes portantes em alvenaria de pedra, que seguiam a cota do embasamento criando um soco continuo nos alçados oeste e norte, a sul o espaço por baixo da Creche encontrava-se aberto, podendo servir com espaço de recreio ou de arrumos (Fig.4.1.24).

As soluções construtivas e estéticas são justificadas, pelos autores, como resultado dos factores económicos e das técnicas tradicionais do Algarve, fazendo referência à caiação branca das paredes, às coberturas planas, e associando as grelhagens cerâmicas ao “rendilhado” das chaminés algarvias (Agarez, 2005).

A estrutura, em betão, era constituída por um sistema resistente de “carlingas” transversais, travadas por “longarinas” e pela laje, de piso ou de cobertura. As coberturas e laje de piso seriam feitas em cofragem perdida de elementos cerâmicos vazados, de uso corrente no Algarve. As paredes exteriores e interiores eram em alvenaria rebocada e pintada, com uma espessura média de 40cm nas paredes exteriores e 13cm nas interiores (DUF-137/MU/52).



FIG.4.1.25. CASP de Olhão – Sul.
FIG.4.1.26. CASP de Olhão – Bloco 1 . alçado sudeste.

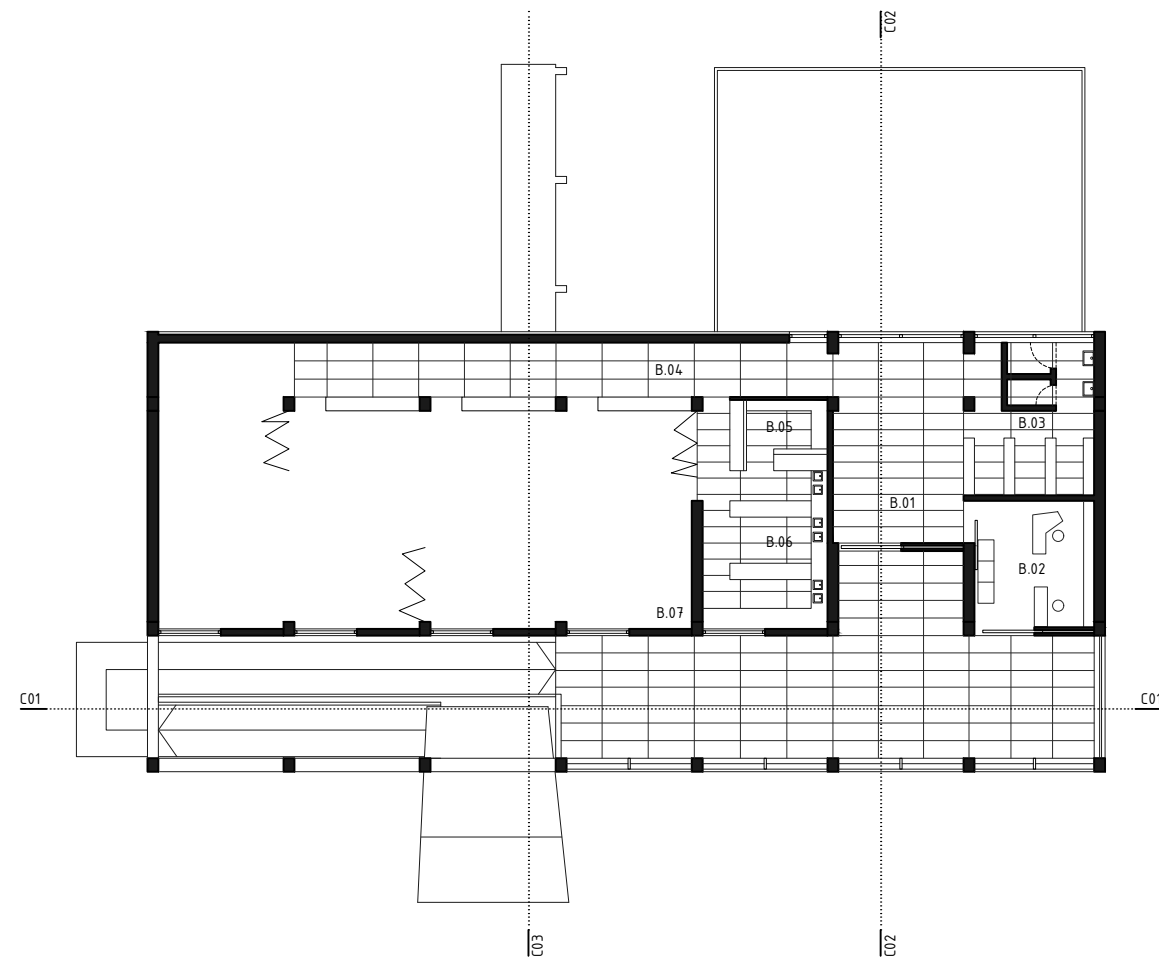


A. Núcleo de Assistência Materno-Infantil e Inquérito Social

01 – Hall . 02 – Garagem para carrinhos de bebê . 03 – Espera . 04 – Sala de Amamentação . 05 – Secretaria (Serviços Sociais)
 06 – Assistente Social . 07 – Entrevista . 08 – Secretaria (Serviços de Saúde) 09 – Copa . 10 – Isolamento . 11 – Vestiários
 12 – Consulta Infantil . 13 – Laboratório . 14 – Sala Agentes Físicos 15 – Consulta Maternal . 16 – Sala de Tratamentos
 17 – Espera Exterior . 18 – Rampa.



Bloco 1
 Planta do piso 0 . esc. 1:250
 FIG.4.1.j.

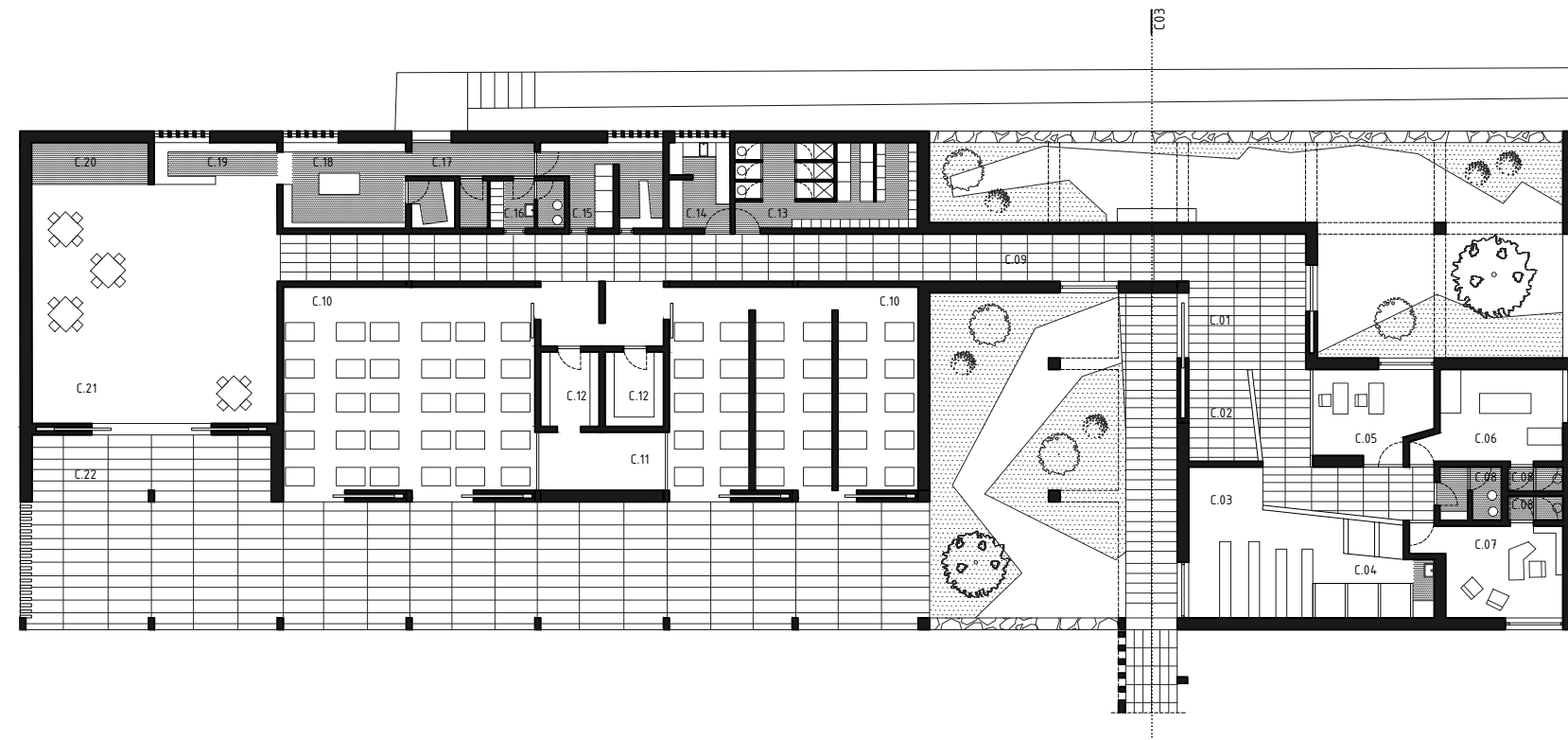


B. Núcleo de Assistência à Família

01 – Hall . 02 – Sala . 03 – Vestiário e Instalações Sanitárias . 04 – Galeria . 05 – Despensa . 06 – Cozinha . 07 – Núcleo de
 Assistência à Família / Sala Polivalente.



Bloco 1
 Planta do piso 1 . esc. 1:250
 FIG.4.1.k.

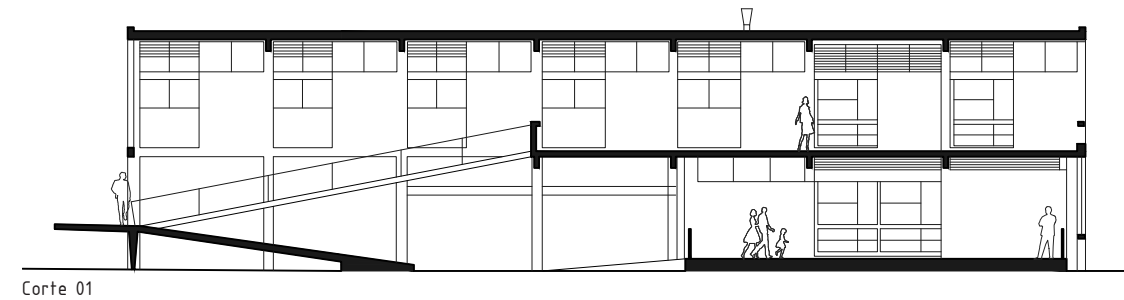


C. Creche

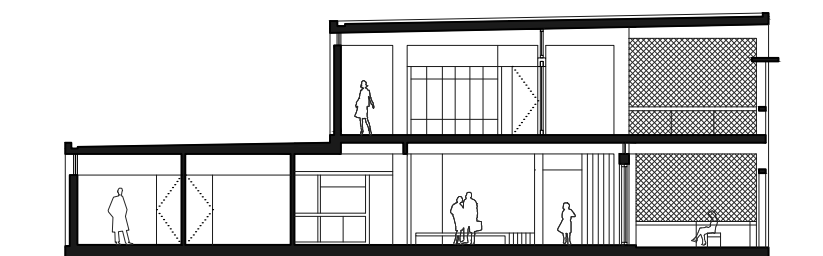
01 - Hall . 02 - Garagem para carrinhos de bebê . 03 - Sala de Espera . 04 - Sala de Amamentação . 05 - Secretaria
 06 - Direção . 07 - Gabinete médico . 08 - Instalações Sanitárias . 09 - Galeria . 10 - Dormitórios . 11 - Vigilante . 12 - Rouparia
 13 - Banheiros / Instalações Sanitárias Crianças . 14 - Copa de Leite . 15 - Lavandaria e engomados . 16 - Banheiros
 para funcionários . 17 - Entrada de Serviço . 18 - Cozinha . 19 - Copa . 20 - Arrumos . 21 - Refeitório / Sala de Jogos
 22 - Recreio Coberto



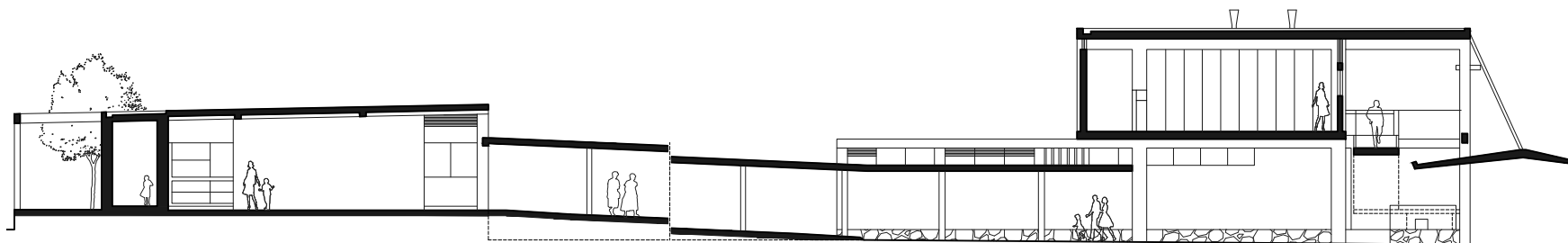
Bloco 2
 Planta do piso 0 . esc. 1:250
 FIG.4.1.l.



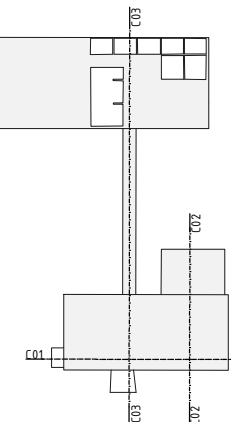
Corte 01



Corte 02



Corte 03



esc. 1:250
 FIG.4.1.m.



FIG.4.1.27. CASP de Olhão – Oeste.

FIG.4.1.28. CASP de Olhão – Bloco 1 . Sudeste.

FIG.4.1.29. CASP de Olhão – Bloco 2 . Nordeste.

No decorrer do processo, o ante-projecto foi submetido para apreciação ao Conselho Superior de Higiene e Assistência Social e à DGSU para subsídio, através do Fundo de Desemprego. Obtendo a aprovação do CSHAS e da DGSU, o ministro das Obras Públicas, à semelhança do que aconteceu no processo do CASP de Loulé, solicitou o parecer do Conselho Consultivo da DGEMN. Neste, o vogal do Conselho Consultivo, o arquitecto Leonardo Castro Freire, conclui que:

“Só me parece digno de reparo que ‘Centros’ como este e como o seu semelhante para Loulé, não estejam já espalhados em quantidade por o País fora. (...) Esteticamente, o projecto traduz a ambição vincada dos seus autores, de criarem qualquer coisa de novo e de arejado, embora como atrás se diz, usando das formas que as técnicas regionais correntes lhes permitem. Os ângulos de insolação, estão estudados em função das aberturas que à primeira vista poderão parecer exageradas; parece não haver exagero de aberturas de vãos em nada que se relacione com zonas, onde crianças pobres permanecem durante o dia, isto é: o exagero porventura hipotético das aberturas referidas, estará talvez na razão inversa da falta de ar, higiene e luz, que as crianças que frequentam este Centro, vivem nas horas da noite. Em conclusão, o Edifício parece estar bem estudado, logo bem proporcionado para o fim em vista”. ([DGEMN.DSARH-005-2515/2] citado em Agarez,2005)

Segundo Agarez (2005), o processo terá sido devolvido à DGSU sem o parecer do Conselho Consultivo, por ter sido feito o reparo de que este CASP era idêntico ao de Loulé, já aprovado, podendo ser considerado que este precedente terá facilitado o deferimento e financiamento desta obra e, quiçá, das próximas.

A inauguração do Centro de Assistência Social Polivalente de Olhão terá ocorrido na manhã do dia 25 de Maio de 1958, no mesmo dia da inauguração do CASP de Loulé, tendo, certamente, contado com a presença das mesmas personalidades anteriormente referidas (Voz de Loulé-Nº.158, 1958).

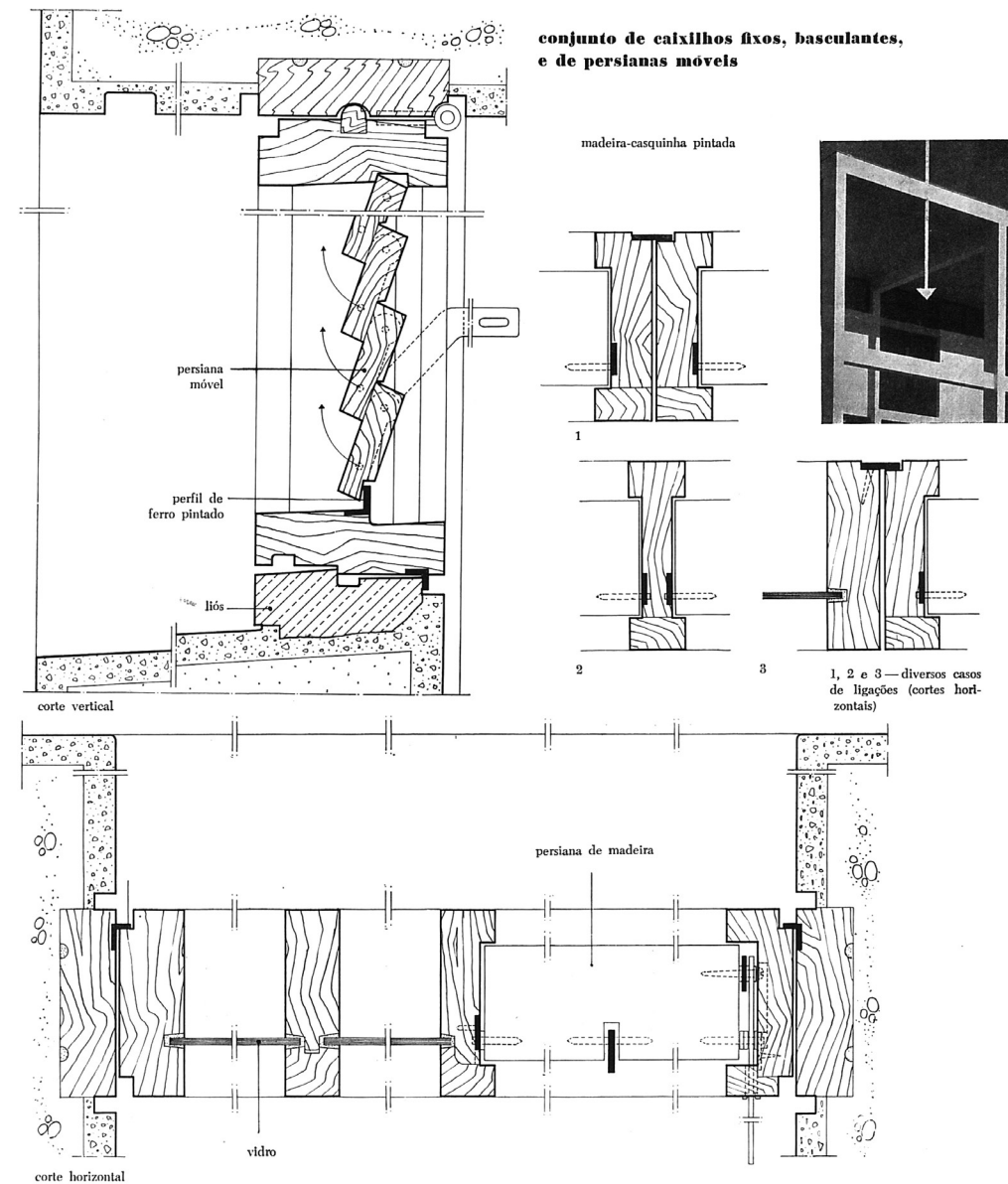


FIG.4.130. Desenho de pormenor do “conjunto de caixilhos fixo, basculantes e de persianas móveis”, publicado na revista Binário nº6 de 1958.

Em Setembro de 1958, o CASP de Olhão foi objecto de publicação na edição nº6 da revista *Binário*, com destaque na capa, a publicação apresentava o edifício, já concluído, através de plantas, cortes e fotografias da obra finalizada. Junto a estes elementos foram também apresentados desenhos de pormenor do “conjunto de caixilhos fixo, basculantes e de persianas móveis” (Fig.4.130), nestes era possível perceber o funcionamento e fixação dos vãos de ventilação compostos por persianas de madeira móveis, também mencionados no processo de Loulé.

De referir que o arquitecto Manuel Laginha tinha demonstrado, em publicações anteriores, elevado interesse no estudo da protecção de vãos através do uso de elementos em madeira, como é exemplo o artigo sobre o projecto “prédio em Loulé”, publicado pela revista *Arquitectura* nº26 em 1948, onde apresentava uma sequência de desenhos esquemáticos de vãos em madeira, demonstrando as variações possíveis em “janelas de correr que em três elementos tem quatro combinações diferentes”. Procurando uma “defesa adequada” do ar, luz e sol, através das combinações possíveis entre o caixilho, a portada e persiana, sendo última, fixa e instalada entre os restantes elementos que corriam paralelamente a esta (FIG.4.131).

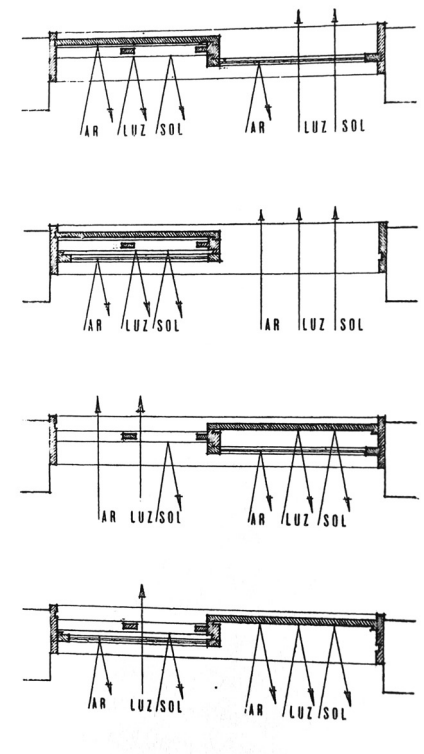


FIG.4.131. Esquema de vãos, projecto “prédio em Loulé”, revista *Arquitectura* nº26, de 1948.



FIG.4.1.32. CASP de Olhão – Entrada principal . Alçado este. Actualmente.

ESTADO ACTUAL

O CASP de Olhão encontra-se em funcionamento e sob a tutela da Santa Casa da Misericórdia de Olhão. No entanto, tal como o CASP de Loulé, também este sofreu inúmeras alterações de forma a ajustar-se às necessidades actuais dos programas de Creche e Jardim de Infância que ocupam agora a totalidade do edifício.

No bloco de Assistência, no piso superior, o átrio exterior coberto do núcleo de Assistência à Família foi fechado. No piso térreo foram criados dois volumes anexos, um no alçado este e outro no alçado oeste, unindo o bloco à antiga galeria exterior coberta, agora completamente fechada; paralelamente a esta, a oeste, foram criados dois volumes anexos, por onde se acede ao edifício através de uma nova entrada feita no limite oeste do lote; e a este, entre os blocos, foi feita uma piscina. No bloco da Creche foram criados três volumes anexos, dois a noroeste e um a este, e o espaço vazio por baixo da creche foi completamente encerrado.

Analisando as principais alterações feitas a este CASP é curioso verificar que, ao contrário do que foi feito em Loulé, optaram por não fechar as zonas deixadas em “aberto” pelos arquitectos, como são exemplo o pátio de entrada e o pátio noroeste no bloco da creche, construindo, por sua vez, inúmeros pequenos anexos adjacentes ao edifício existente.

Em 2006 foi iniciado o processo de classificação do edifício pelo IPPAR, tendo sido, no entanto, proposto em 2008, através do parecer do Conselho Consultivo do IGESPAR, o encerramento do mesmo. O processo de classificação caducou em Outubro de 2009 por falta de resposta.

4.2 CENTROS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE
ARQUITECTO MANUEL GOMES DA COSTA

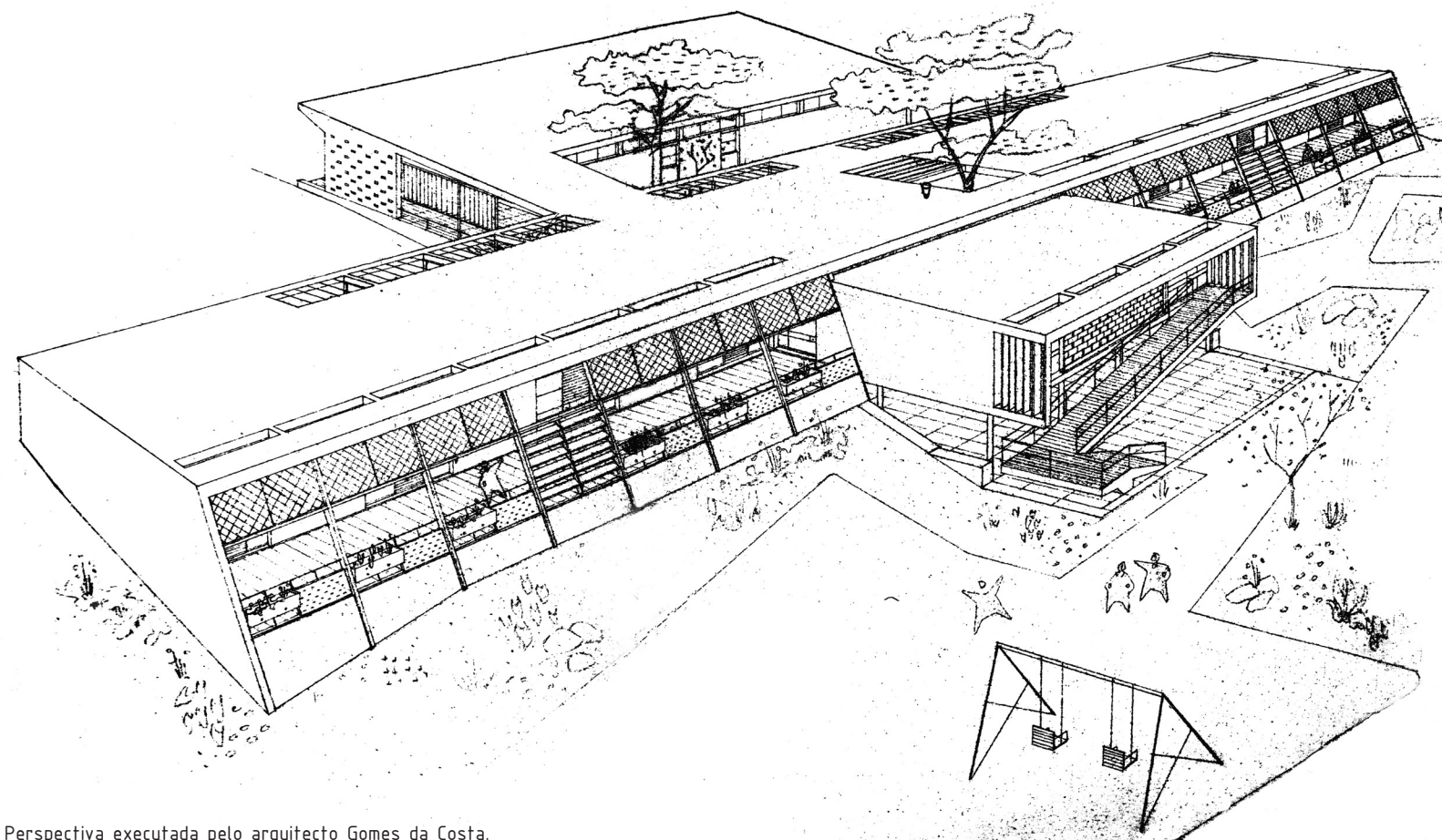


FIG.4.2.01. CASP de Aljezur – Perspectiva executada pelo arquitecto Gomes da Costa.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE DE ALJEZUR

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

O Centro de Assistência Social Polivalente de Aljezur surgiu da iniciativa conjunta da Comissão Municipal de Assistência concelhia e da Santa Casa da Misericórdia de Aljezur, entidade particular responsável pela obra. Tal como foi possível verificar em outros casos de estudo, como foi exemplo o CASP de Olhão, a representação local da Santa Casa da Misericórdia foi por diversas vezes a entidade particular que promoveu a criação e partilhou a coordenação de instituições de apoio locais com o Estado.

A primeira Misericórdia foi fundada em Lisboa, em 1498, pela Rainha D. Leonor, tendo rapidamente alargado a sua área de intervenção tornando a Santa Casa da Misericórdia numa entidade presente em todo o território português. Esta instituição de cunho religioso, assente nas doutrinas da igreja cristã, tinha como intenção ajudar os pobres, os presos e os doentes, socorrendo todos os necessitados com comida, abrigo e medicamentos.

No início do século XX, as Misericórdias eram, por incentivo do Estado, órgãos de orientação e coordenação de serviços de assistência concelhios, prestando apoio a doentes, idosos, grávidas e crianças através da formação, da prestação de cuidados de higiene e saúde, da assistência alimentar aos pobres e da atribuição de subsídios a entidade públicas e particulares que exercessem as mesmas funções e necessitassem de apoio financeiro (Sá e Lopes,2008).

O PROCESSO

Em Abril de 1955, aproximadamente quatro anos depois do início do processo do CASP de Loulé, o Eng. director da DUF, Pessanha Viegas, escrevia à DGSU informando que o programa para a construção “duma Creche, Lactário e Albergue de crianças, em Aljezur” (DUF-168/MU/55) tinha sido fornecido, pela Santa Casa da Misericórdia de Aljezur (SCMA), ao arquitecto Manuel Gomes da Costa para que este iniciasse o estudo para o Ante-projecto.

Na impossibilidade, de cariz técnico e económico, de aproveitar um edifício existente em Aljezur, a SCMA justificava, no referido programa, a criação deste novo edifício como resposta à necessidade de abrigar as crianças, com menos de dez anos de idade, que ficavam privadas dos cuidados familiares, durante cerca de 5 meses por ano, por estes se deslocarem para o Alentejo na “época das mondas do arroz (...) e na ceifa do mesmo”.

Durante este período, as crianças ficavam confiadas a “mercenárias” que as alojavam em “péssimas condições de higiene, conforto e promiscuidade” a troco de dinheiro. Pretendia-se, então, que após a construção deste edifício esse dinheiro fosse pago à instituição de modo a contribuir para as despesas de manutenção.

Deste modo, o edifício deveria ter condições que permitissem o “internamento” de crianças de ambos os sexos, desde lactantes até idade escolar, durante a ausência dos pais. Do programa proposto faziam parte: dormitórios; refeitório, que poderia servir como sala de jogos; cozinha; instalações sanitárias; consultório médico; sala de serviços sociais; e um parque infantil, para recreio exterior. No entanto, não seria necessária a criação de salas de aula para crianças em idade escolar, pois a escola primária encontrava-se a cerca de 200 metros do local onde seria construído o edifício.

Era também proposto que o edifício tivesse as condições necessárias para o funcionamento de um “pequeno Centro Materno-Infantil”, para consultas de obstetrícia, puericultura e pediatria que ficariam ao cuidado do médico da Misericórdia, sob tutela do Instituto Maternal.

Por fim, era solicitado que o projecto permitisse uma construção faseada, de modo a ajustar-se às necessidades locais.

O ANTE-PROJECTO

Após a aprovação da DUF, foi submetido, a 2 de Julho de 1955, à DGSU o ante-projecto composto por: planta de implantação, perspectiva, planta de fundações, planta geral, cortes, alçados, memória descritiva e justificativa e estimativa de custos (DUF-168/MU/55).

Analisando a “Memória descritiva e justificativa”, verificou-se que, ao contrário do descrito no início do processo, o projecto era agora apresentado como Centro de Assistência Social Polivalente. Do seu programa fazia parte uma Creche para 80 crianças, de ambos os sexos, desde lactantes até à idade escolar e um Núcleo de Assistência Materno-Infantil e Inquérito Social. Neste documento eram também apresentadas breves descrições relativas à sua “localização e orientação”, “aspecto funcional” e “aspecto técnico e estético”, às quais voltaremos aquando da apresentação do projecto final.

A 18 de Julho, António Gomez Egea, oficial da Repartição de Melhoramentos Urbanos, enviou a sua apreciação favorável do ante-projecto ao director do mesmo serviço. Juntando, no entanto, algumas considerações como a referência ao número desajustado de crianças a que a obra se destinava, uma vez que no programa apresentado pela

SCMA era apresentada uma estimativa de 200 crianças, muito superior às 80 do ante-projecto; ou à incorrecta estimativa orçamental apresentada, de 415.020\$00, próxima dos 400.000\$00 previamente aprovados pelo MOP, mas que tendo em conta a área e a natureza da obra o valor correcto seria, aproximadamente, 700.000\$00. Como consequência, o Ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira, solicitou a revisão do programa (DUF-168/MU/55).

Em resposta a estas questões, o director da DUF esclareceu que tanto o número de crianças indicado no projecto como o orçamento estariam correctos, uma vez que se referiam à primeira fase da obra que incluía apenas a construção de um dos núcleos de dormitórios.

Entretanto, o ante-projecto foi também aprovado pela Comissão Municipal de Higiene e pelo Conselho Superior de Higiene e Assistência Social com o parecer do antigo Governador Civil de Faro, Agostinho Pires, presidente da 8ª Secção do CSHAS. Neste parecer, Pires considerava necessário distinguir os dormitórios da Creche e do Albergue Infantil, sugerindo que o dormitório mais a poente, por ser mais afastado da movimentação do bloco central, fosse restrito à creche e dividido em duas salas, uma para berçário e outra para crianças até aos dois anos. O outro dormitório, para o abrigo, teria divisórias móveis que permitissem agrupar as crianças por idades. Apontava, também, para a necessidade existirem aposentos para funcionários, sugerindo que o terraço proposto no extremo noroeste do edifício, fosse convertido num quarto com instalação sanitária.

Em 1957, foi submetido o projecto final para o CASP de Aljezur, com novas peças desenhadas que incluíam nesta fase o mapa de vãos e de acabamentos e nova Memória Descritiva e Justificativa, que apresentava a adição de instalações destinadas à “Secção Hospitalar de Urgência”.

A nova memória descritiva e justificativa informava que tinham sido acatadas as recomendações feitas ao ante-projecto. Sendo que, de uma forma geral, o projecto final

apresentava pequenos ajustes no serviço de Creche e uma ampliação ao serviço de Assistência Social e Materno-Infantil.

Com a intenção de dar resposta ao problema da precariedade em que funcionava a Secção Hospitalar de Urgência, este serviço foi adicionado ao núcleo de Assistência. Atendendo às necessidades de economia e rapidez, esta ampliação seria o mais sucinta possível permitindo que o médico e os funcionários afectos às consultas e ao serviço do núcleo Materno-Infantil pudessem, também, ter a seu cargo o funcionamento desta Secção Hospitalar de Urgência.

Através da análise e comparação das peças escritas e desenhadas referentes ao ante-projecto e ao projecto final foi, então, possível perceber melhor a proposta feita para o CASP de Aljezur.

O terreno, segundo os precedentes, terá sido cedido pela Câmara Municipal de Aljezur, localizava-se a sul do núcleo de expansão da vila e possuía um limite irregular, tinha a sua maior extensão no eixo este-oeste e um declive acentuado para sul. O edifício foi implantado, tendo em conta as condicionantes naturais do terreno e as recomendações de estudos relacionados, em dois blocos, que separavam o núcleo de assistência do núcleo da creche, ligados por uma rampa coberta que fazia a transição entre cotas.

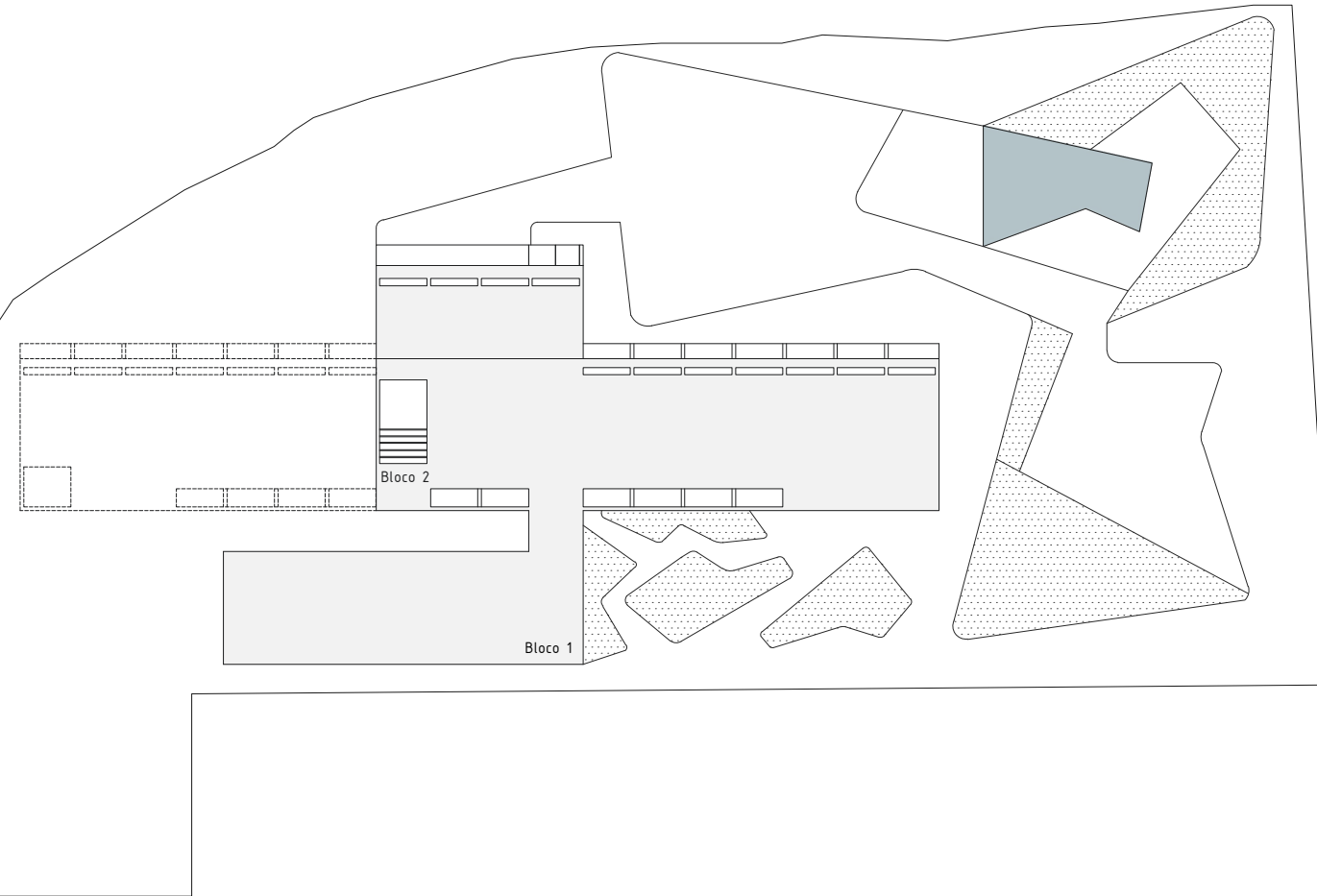
O bloco implantado no limite norte do terreno, mais próximo da via pública, continha o programa de Assistência Materno-Infantil e Inquérito Social, juntamente com a Secção Hospitalar de Urgência. O acesso ao núcleo de Assistência era feito através de um átrio exterior coberto, no limite oeste do bloco, com um espaço para carrinhos de bebé e uma zona de espera exterior. No interior, o programa distribuía-se por: hall de entrada com recepção e sala de espera; secretaria, para os serviços sociais e médicos; sala de assistência social; consultório médico; sala de tratamentos; e instalação sanitária.

A este deste núcleo, encontrava-se o programa de Secção Hospitalar de Urgência, pertencente à segunda fase do projecto e desenhado de forma a que, apesar de estar

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE DE ALJEZUR

Bloco 1.
Núcleo de Assistência Materna-Infantil e Inquerito Social (A)
Secção Hospitalar de Urgências (D)

Bloco 2.
Creche (C)



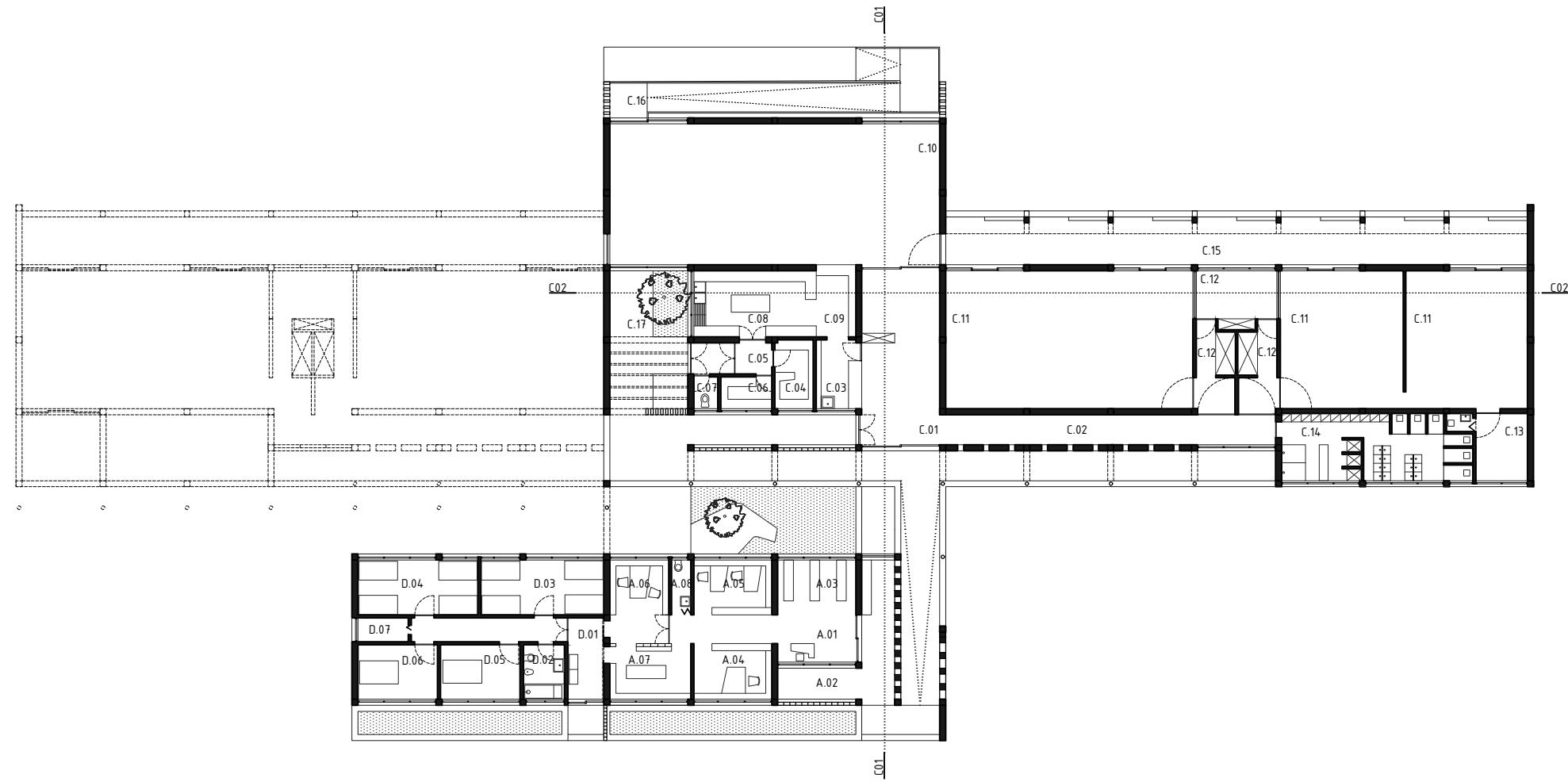
Implantação . esc. 1:500

FIG.4.2.a.

adjacente ao primeiro e possuir uma ligação interior, pudesse ser construído numa fase diferente. A sua entrada, na fachada norte, marcava o limite entre os dois núcleos, tendo no primeiro espaço interior um hall e zona de espera que fazia a transição entre programas. Da segunda fase faziam parte, também, duas enfermarias e duas salas de isolamento (uma feminina e uma masculina), uma instalação sanitária completa e arrumos. O consultório médico e a sala de tratamentos, localizados no primeiro núcleo, seriam partilhados pelos dois serviços.

O segundo bloco, implantado a sul, continha o programa de Creche e Albergue. O seu acesso era feito através de uma rampa exterior coberta que na primeira fase de projecto, e como se manteve inalterado na perspectiva (Fig.4.2.01), possuía uma cobertura contínua que ligava o plano de cobertura do primeiro bloco com o do segundo. No entanto, na segunda fase, esta ligação tornou-se num elemento autónomo cuja cobertura se apoiava sobre um pilar em V e intersectava perpendicularmente o segundo bloco, encaixando-se ligeiramente sob a laje de cobertura da Creche numa zona de galeria exterior coberta (Fig.4.2.04). Nesta galeria que marcava o fim do plano da rampa era colocado um grande vão envidraçado, através deste, e de outros dois idênticos colocados paralelamente, vislumbrava-se o horizonte a sul. No entanto, para se alcançar o espaço exterior avistado era necessário atravessar o edifício percorrendo os espaços de entrada, orientada a este, e o refeitório que antecedia a rampa de dois tramos através da qual se terminava o percurso no parque infantil a sul. O arquitecto criava, assim, uma *Promenade Architecturale* marcada por jogos de enquadramento visual e acesso entre interior e exterior.

Dentro do bloco, o programa era dividido por um hall e uma galeria que separavam, para oeste, o balneário e instalações sanitárias para as crianças; dois dormitórios, que seguiam as recomendações do CSHAS, sendo um destinado à Creche e o outro ao Albergue; a sala da vigilante, entre os dormitórios e com um vão para cada um deles;



A. Nucleo de Assiatência Materna-Infantil e Inquerito Social - 01 - Hall . 02 - Garagem para carrinhos de bebê . 03 - Espera
04 - Secretaria . 05 - Assistente Social . 06 - Consultório medico . 07 - Sala de Tratamentos . 08 - Instalação Sanitária.

D. Secção Hospitalar de Urgências - 01 - Hall / Espera . 02 - Instalação Sanitária . 03 - Enfermaria Feminina . 04 - Enfermaria Masculina . 05 - Isolamento Feminino 06 - Isolamento Masculino . 07 - Arrumos.

C. Creche - 01 - Hall . 02 - Galeria . 03 - Copa de Leite . 04 - Lavandaria e engomados . 05 - Vestiário para funcionários
06 - Despensa . 07 - Instalações Sanitárias . 08 - Cozinha . 09 - Copa . 10 - Refeitório / Sala de Jogos . 11 - Dormitórios
12 - Vigilante . 13 - Quarto Vigilante . 14 - Banheiros / Instalações Sanitárias Crianças . 15 - Recreio Coberto . 16 - Rampa
17 - Terraço.

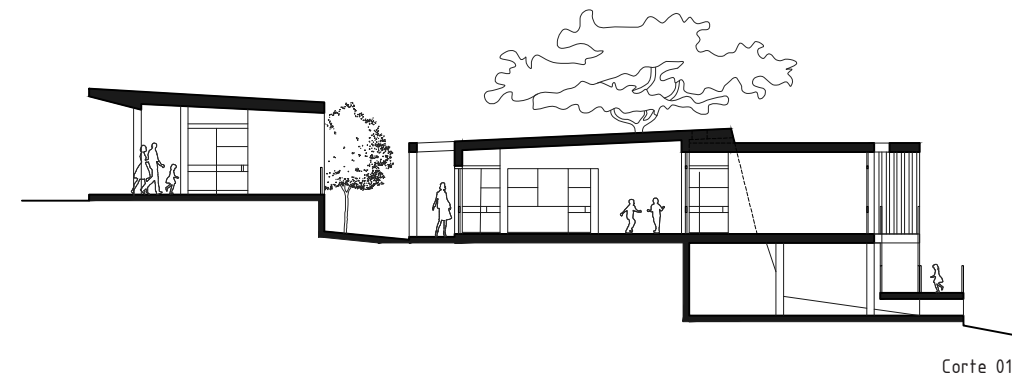
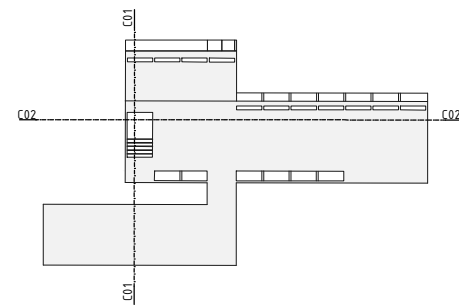


Bloco 1 e 2
Planta do piso 0 . esc. 1:250
FIG.4.2.b.

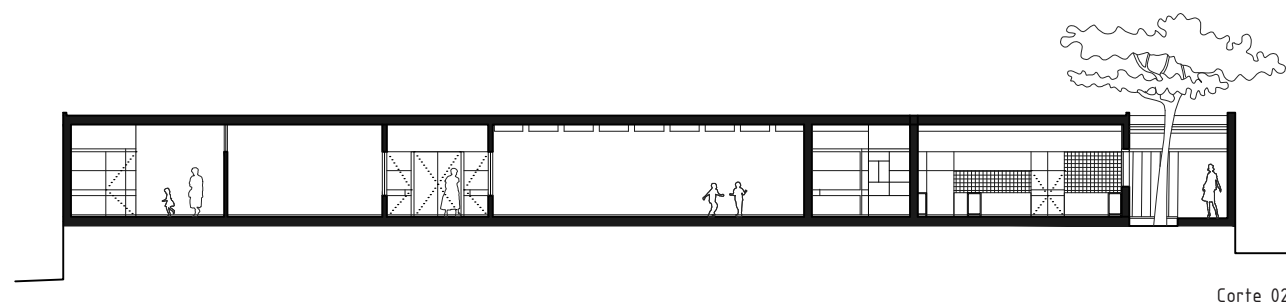
e um quarto para funcionários com instalação sanitária privada, também sugerido pelo CSHAS. A sul dos dormitórios encontrava-se um terraço coberto que servia de recreio exterior e de sombreamento aos espaços interiores. A este do hall encontravam-se os espaços técnicos: copa de leite, mais próxima da zona de entrada e com um balcão para distribuição de farinhas e leites; lavandaria e engomadoria; cozinha, com copa e passa pratos; despensa; instalação sanitária e vestiário para funcionários, que possuíam um acesso exterior, através de um pátio localizado no limite este do bloco, dividindo a primeira da segunda fase da obra que incluía uma nova ala de dormitórios desenhada simetricamente em relação a esta. A sul, o refeitório, que servia também como sala de jogos, e a rampa de acesso ao parque infantil que ocuparia o restante terreno a sul do lote.

Formalmente, o edifício definia-se por dois volumes paralelos ligados por um plano que lhes era perpendicular. Ambos estavam assentes sobre um embasamento que nivelava a cota do interior com a cota do acesso a norte, sem interferir com as pendentes do terreno para sul e oeste. Assumindo nos alçados um soco em alvenaria de pedra que revestia os paramentos abaixo da linha de soleira. Como excepção, os alçados este, sul e oeste do bloco da creche eram totalmente rebocados e pintados, enfatizando as suas formas trapezoidais que seguiam a inclinação do terreno e contrastavam com o volume, recto e regular, do refeitório, que se impunha e destacava como uma adição ao volume da creche, apoiado sobre pilares de betão que criavam um espaço exterior coberto para recreio por baixo da sua laje de pavimento.

O projecto tinha em conta as características climatéricas do local e adaptava-se às mesmas através da sua orientação, abertura de vãos e utilização de elementos de sombreamento exteriores. Assim, os espaços de permanência, principalmente no bloco da creche, encontravam-se a sul, enquanto que os espaços técnicos ficavam a norte. Junto à laje de cobertura eram colocados pequenos vãos horizontais que percorriam



Corte 01

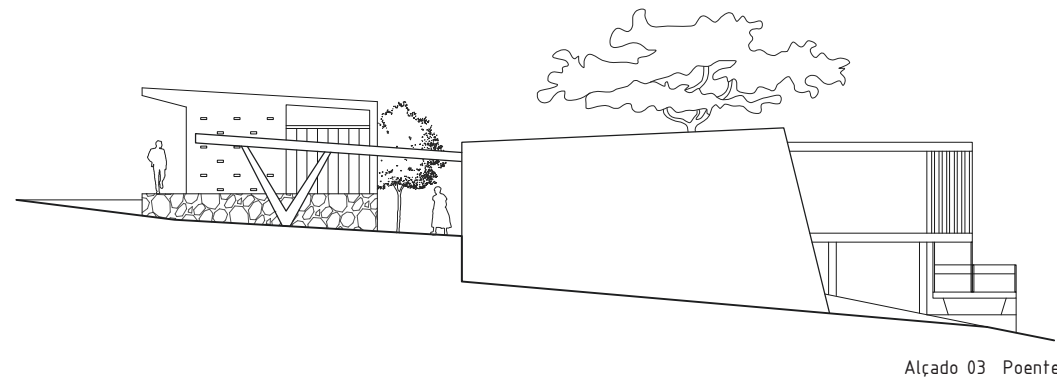
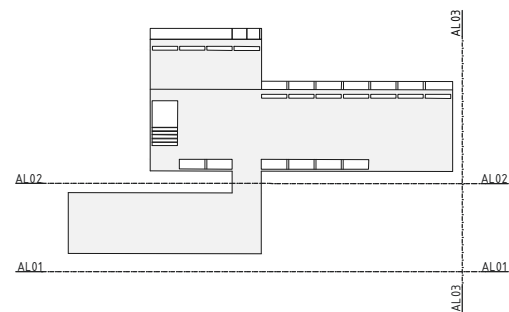


Corte 02

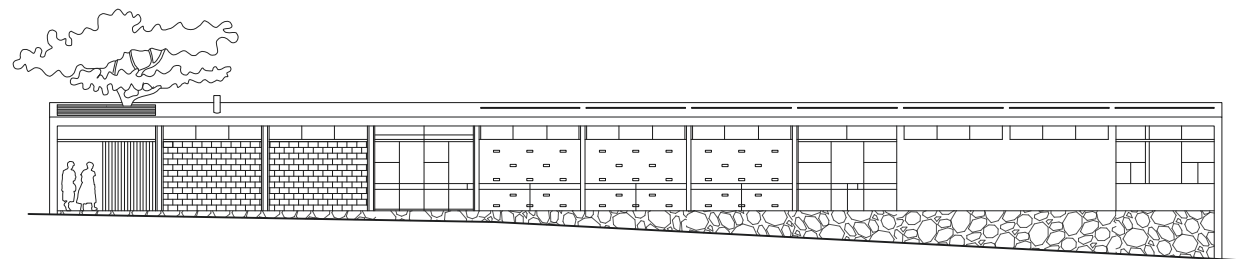
os alçados norte e sul dos blocos, com o objectivo de favorecer a ventilação natural dos espaços e permitir uma iluminação uniforme, ao mesmo tempo que preservavam a privacidade dos utentes do núcleo médico e da creche. Tal como foi anteriormente mencionado, fazia também parte do léxico destes edifícios os espaços vazados nas lajes de cobertura, no presente exemplo estes negativos assumem uma maior expressão junto do alçado norte da creche e no pátio de entrada de serviço, garantindo a ventilação e iluminação natural nos os espaços técnicos mesmo que a segunda fase do projecto, que os tornaria em espaços interiores, fosse executada.

Por sua vez, os elementos de sombreamento exterior utilizados consistiam em paramentos de elementos cerâmicos vazados (cobogós), lâminas em betão verticais coloridas ou reixas em madeira; estes eram justificados não só pela sua função, mas também pela sua relação alusiva a elementos a elementos tradicionais algarvios, como eram exemplo os rendilhados das chaminés ou as reixas utilizadas nos postigos das portas.

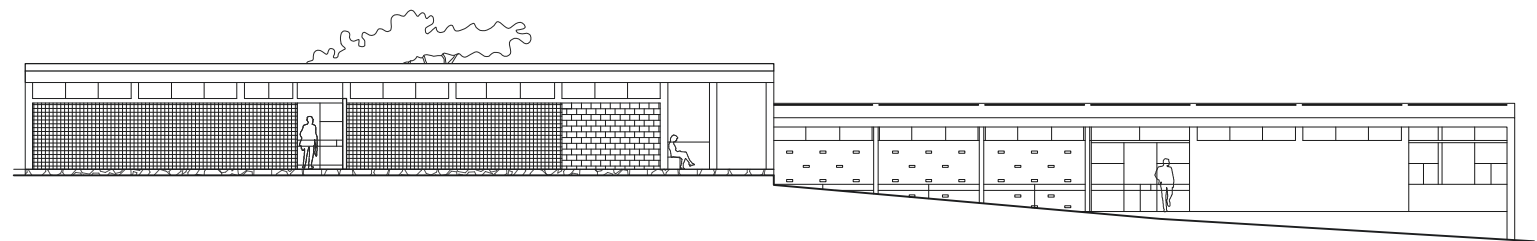
Em Dezembro de 1957, o projecto final foi submetido ao Instituto Maternal para apreciação. O seu parecer foi dividido em dois pontos: o primeiro, focava-se no projecto final e no cumprimento das alterações anteriormente sugeridas; o segundo, focava-se na ampliação que previa a incorporação de serviços clínicos no núcleo de Assistência Social e Materno-Infantil. Sobre o último ponto foram levantadas questões de cariz orçamental e funcional. Considerando que a ligação entre um serviço “Hospitalar de Urgência” e um serviço de assistência materno-infantil era “absolutamente de reprovar”. Acrescentando, que a economia proposta, em superfície construída e pessoal contratado, iria resultar não só na sobreposição da utilização dos espaços de atendimento, mas também dos espaços para funcionários, presentes apenas no núcleo da creche, o que aumentaria o risco de contágio. Concluindo, que o projecto só seria aprovado na condição de que a ampliação, referente à Secção Hospitalar de Urgência, fosse “amputada”, integrando o projecto final apenas o programa previamente aprovado no ante-projecto.



Alçado 03 . Poente



Alçado 02 . Norte



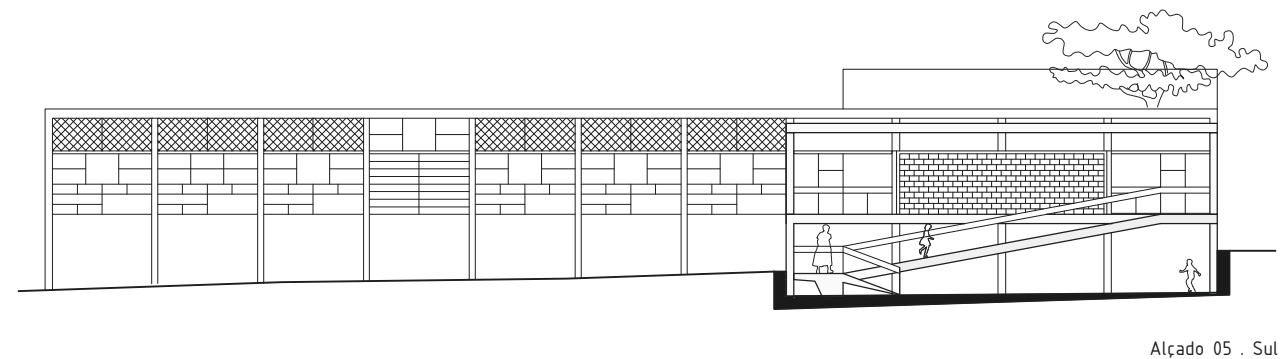
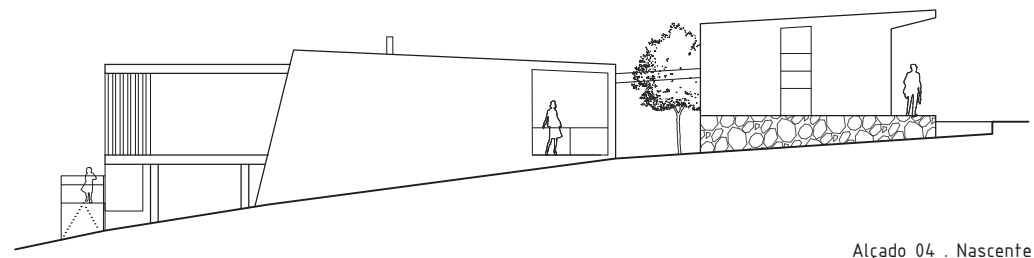
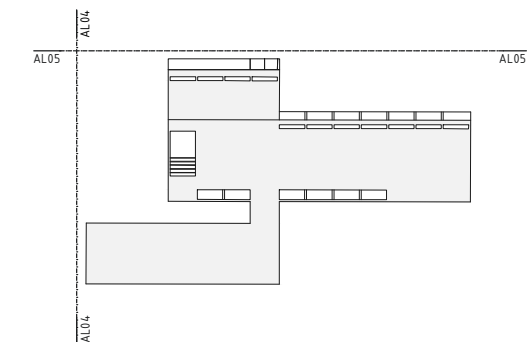
Alçado 03 . Norte

Seguiram-se os pareceres de outras entidades afim de aprovar a comparticipação para a primeira fase da obra, tendo sido, em Maio de 1958, aprovado o orçamento de 550.000\$00, com uma comparticipação pelo Fundo de Desemprego de 30.000\$00. Em Outubro do mesmo ano, foi publicado no nº2.401 do Boletim de Informações o concurso de empreitada para a obra, que foi adjudicada ao construtor José Gonçalves Vieira por 565.000\$00.

Os trabalhos iniciaram-se a 20 de Dezembro de 1958, pouco depois, o empreiteiro apresentou uma reclamação por erros e omissões que, após aprovação, resultou no acerto da adjudicação para 715.003\$00 e num custo total estimado de 750.600\$00.

No ano seguinte, o representante da SCMA recorreu ao Governo Civil de Faro, expondo que durante o planeamento da obra, no mandato de Agostinho Pires, este, juntamente com o Presidente da Junta de Província teriam acordado que o financiamento da obra, estimado em 400.000\$00, seria repartido pela Misericórdia de Aljezur (50.000\$00), Junta de Província (25.000\$00), Governo Civil (25.000\$00), Direcção-Geral de Assistência (100.000\$00) e pelo Estado (200.000\$00). No entanto, após a reavaliação da adjudicação e o esgotamento dos fundos existentes, a SCMA solicitava um “reforço à comparticipação concedida”. O pedido foi aprovado e, em 1963, foi concedido pelo Subsecretario das Obras Publicas um reforço de 100.300\$00.

A obra terá sido terminada no início de 1964, altura em que foi feita a instalação do mobiliário. Não foi encontrada informação relativa a uma inauguração formal, sabemos apenas, através a Santa Casa da Misericórdia de Aljezur, que o edifício nunca funcionou enquanto Centro de Assistência Social Polivalente, tendo sido cedido gratuitamente, em 1972, por um prazo de 30 anos, ao Centro Distrital de Saúde de Faro para utilização como Centro de Saúde.



MATERIAIS E CONSTRUÇÃO

Com base na análise das memórias descritivas, mapas de medições e mapas de acabamentos presentes no processo foi-nos possível identificar algumas das técnicas construtivas e materiais utilizados no CASP de Aljezur.

Estruturalmente o edifício era composto por vigas de fundação em alvenaria hidráulica de cimento; sapatas, pilares e vigas estruturais em betão de 300kg de cimento armado e cofrado. A laje, aligeirada, era constituída por vários tramos de "tijolos cerâmicos do tipo nº2 da cerâmica Lusitânia" apoiados nas vigas da estrutura e sobrepostos por uma camada de compressão em betão de 4cm de espessura. Ao contrário dos CASP anteriormente apresentados, neste, a estrutura não se assumia de forma tão marcada nas fachadas, sendo dado maior destaque aos planos inclinados das coberturas e à composição de elementos decorativos e de sombreamento.

As paredes exteriores eram feitas em alvenaria de tijolo furado a 1 vez e as paredes interiores em alvenaria de tijolo furado a ½ vez, com argamassa mista ao traço 1:2:8, emboçadas e rebocadas. Na memória descritiva era justificada a utilização do tijolo em vez da pedra da região, por esta não apresentar as características necessárias para uma boa alvenaria.

À semelhança dos CASP anteriores, foi adoptada a solução de implantação sobre um embasamento, de forma a minimizar a movimentação de terras. As caixas de pavimento eram compostas por terra e brita compactadas, uma camada de massame de betão pobre, por onde passavam as redes de esgotos e de águas, e uma camada argamassa de cimento sobre a qual seria aplicado o revestimento do pavimento. A elevação até ao nível dos pavimentos era em alvenaria mista de pedra, com socos visíveis em pedra rusticada com juntas refechadas assentes com argamassa hidráulica.

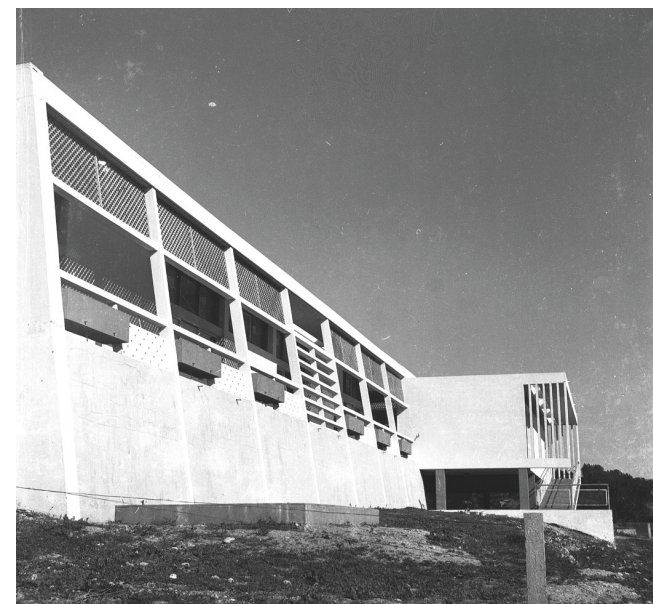


FIG.4.2.02. CASP de Aljezur – Bloco 2 – Alçado sul.



FIG.4.2.03. CASP de Aljezur – Entrada do bloco 1 – Alçado norte.
FIG.4.2.04. CASP de Aljezur – Alçados norte e poente.

Os materiais de acabamento escolhidos procuravam dar resposta às mesmas questões orçamentais, técnicas e de conforto que os exemplos anteriores, apresentando, assim, soluções semelhantes.

Nos principais espaços de permanência, como: secretaria, sala de assistência social, consultório médico, salas de isolamento, enfermarias, dormitórios, sala da vigilante e refeitório o pavimento era em “tacos de pinho de 1ª escolha, assentes com cola, afagados e encerados” e o rodapé era em “madeira de pinho com 0,05m de altura”.

Nas zonas de entrada e de espera dos blocos, em arrumos e na sala de tratamentos foi aplicado, em pavimento e rodapé, o mosaico hidráulico, de uso frequente na região, assente com argamassa hidráulica de cimento. O mesmo, foi também utilizado em conjunto com a marmorite polida, aplicada em lambrins de 1,5m de altura, nos espaços de balneários, instalações sanitárias, a copa de leite, cozinha e copa, lavandaria e vestiários.

Em pavimentos exteriores foi utilizada a tijoleira, tipo “Luzitania”, assente com argamassa hidráulica de cimento. A pedra Lioz foi utilizada nas soleiras e ombreiras de vãos exteriores, com acabamento polido, e nas soleiras dos terraços, com acabamento em “pico fino”.

O acabamento dos paramentos variava conforme as suas necessidades técnicas. Nos espaços exteriores, instalações sanitárias, balneários e arrumos, as paredes e tectos eram “guarnecidos a massa fina de areia e pintura a tinta de água”. Nos espaços interiores de permanência ou espaços técnicos com lambrim em marmorite as paredes e tectos eram “esboçados e estucados lisos pintados a tinta de água branca”.

O arquitecto incorporava também na obra outros materiais de cariz decorativo e/ou de sombreamento, como são exemplo: os painéis cerâmicos decorativos aplicados no alçado principal do bloco de assistência; os blocos de vidro embebidos em paredes exteriores, que filtravam a luz para o espaço do átrio exterior do bloco de assistência

e para a galeria de distribuição do bloco da creche; as floreiras em betão pintado; as lâminas verticais de cimento fundido pintado; as grelhagens cerâmicas (cobogós) pintadas e painéis em reixas de madeira. Justificando-os pela sua utilização corrente no Algarve e concluindo que resultavam numa “uma expressão plástica que se enquadra(va) perfeitamente no ambiente local” (DUF-168/MU/55).

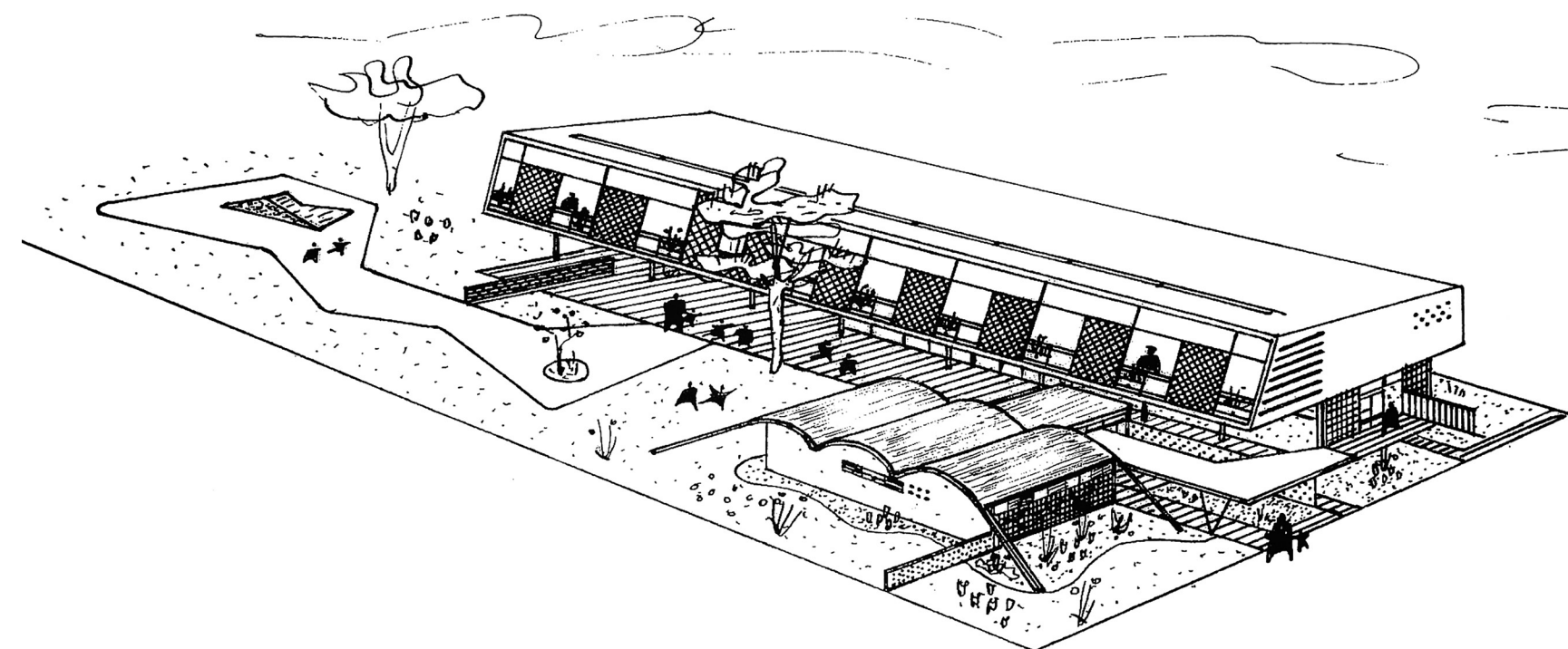
ESTADO ACTUAL

O edifício foi ocupado pelo Centro de Saúde de Aljezur até 1998, data em que este serviço de saúde se mudou para as actuais instalações (Agarez, 2007). Actualmente, o edifício encontra-se abandonado e num estado de degradação avançado e progressivo. Contudo, foi possível verificar que, apesar de ter sido construída apenas a primeira fase do projecto, o edifício não foi alvo de alterações ou adições, além de pequenos ajustes a paredes divisórias interiores, mantendo a sua volumetria original.

Segundo Agarez (2007), em 2010, foram feitas propostas pela SCMA e pela Direcção Regional de Cultura do Algarve para a classificação do CASP de Aljezur na categoria de Interesse Municipal. No entanto, foi-nos esclarecido pelo actual presidente da Câmara Municipal de Aljezur que não existe “qualquer processo conducente à Classificação do referido imóvel”.



FIG.4.2.05. CASP de Aljezur – Alçados norte e poente. Actualmente.



M. Gomes da Costa
Arq.^o

FIG.4.2.06. CASP de Tavira – Axonometria executada pelo arquitecto Gomes da Costa.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE DE TAVIRA

Através da análise e comparação das peças desenhadas do ante-projecto, de 1957, e do projecto final, de Outubro de 1959, juntamente com as peças escritas presentes no processo (DUF-178/MU/57) foi-nos possível perceber a proposta feita pelo arquitecto Manuel Gomes da Costa para o Centro de Assistência Social Polivalente de Tavira. No entanto, não conseguimos apurar os motivos que levaram a que este edifício não fosse construído.

O CASP de Tavira encontrava-se implantado numa zona urbana a norte do rio Gilão, num ponto alto da cidade “permitindo amplas vistas”, junto à ermida de S. Brás. Cedido pela Câmara Municipal de Tavira, o lote apresentava um formato rectangular de dimensões reduzidas que, orientando a sua maior extensão no sentido este-oeste, definia uma plataforma nivelada que contrastava com o declive acentuado das ruas para sudoeste.

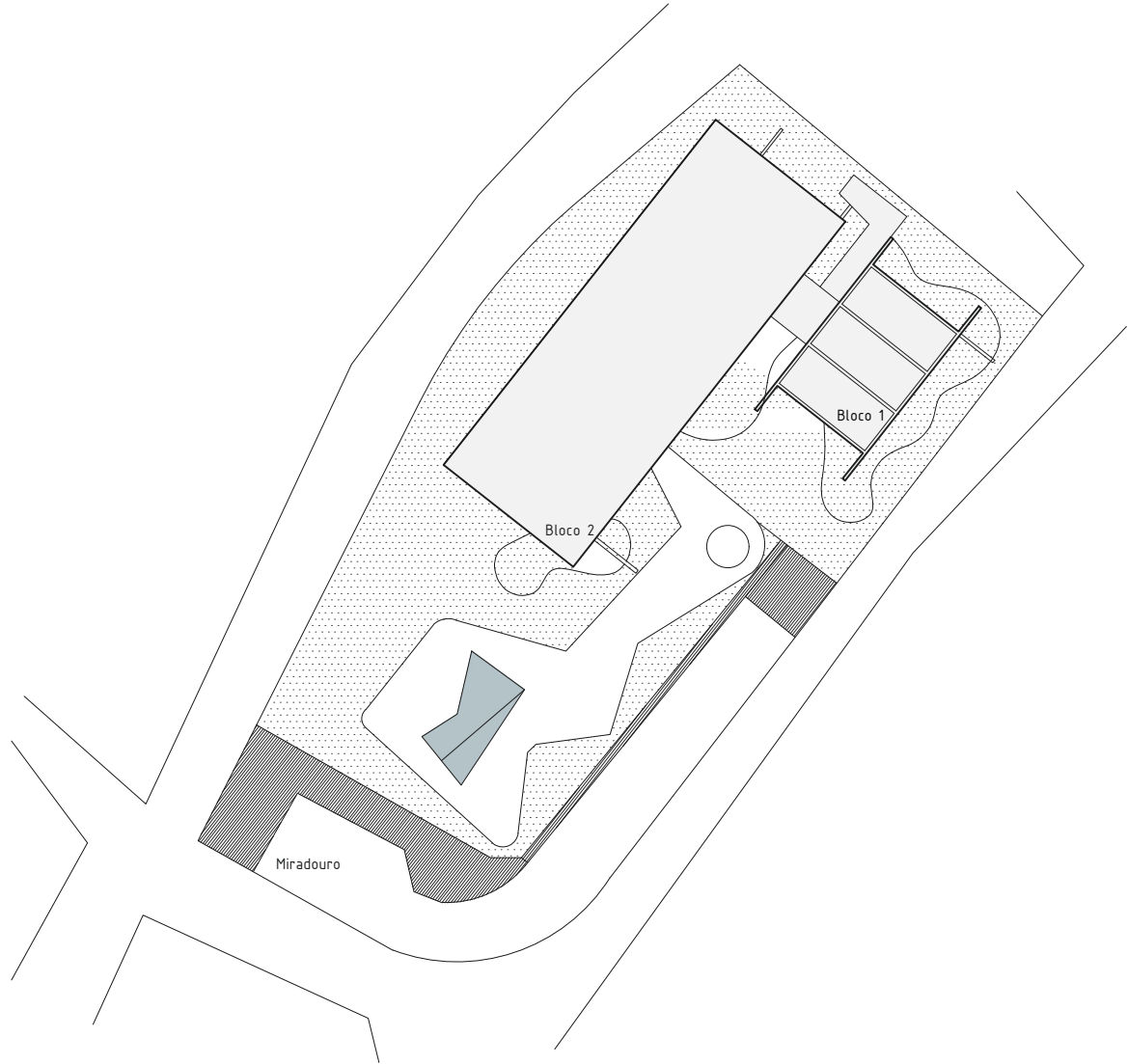
O edifício era composto por dois blocos que separavam o programa de Assistência Social, com serviços de assistência Materno-infantil e Inquérito Social, do programa da Creche, capacitado para acolher 60 crianças de ambos os sexos até à idade pré-escolar. Na memória descritiva do projecto, o arquitecto esclarecia que o posicionamento dos blocos seguia as mesmas premissas que tinham “presidido na elaboração dos projectos deste tipo, já apresentados”, privilegiando a relação do bloco de Assistência Social com a via pública e o recato do interior do lote no bloco da Creche.

Adaptando-se à reduzida dimensão do terreno e com a intenção de maximizar o espaço de recreio exterior, o arquitecto optou por organizar o bloco da Creche em dois pisos, deixando livre uma área significativa de terreno a sul do lote para um parque infantil, com lago e caixa de areia, e um pequeno miradouro, identificado apenas na planta de implantação.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE DE TAVIRA

Bloco 1.
Núcleo de Assistência Materno-Infantil e Inquérito Social (A)
Núcleo de Assistência à Família (B)

Bloco 2.
Creche (C)

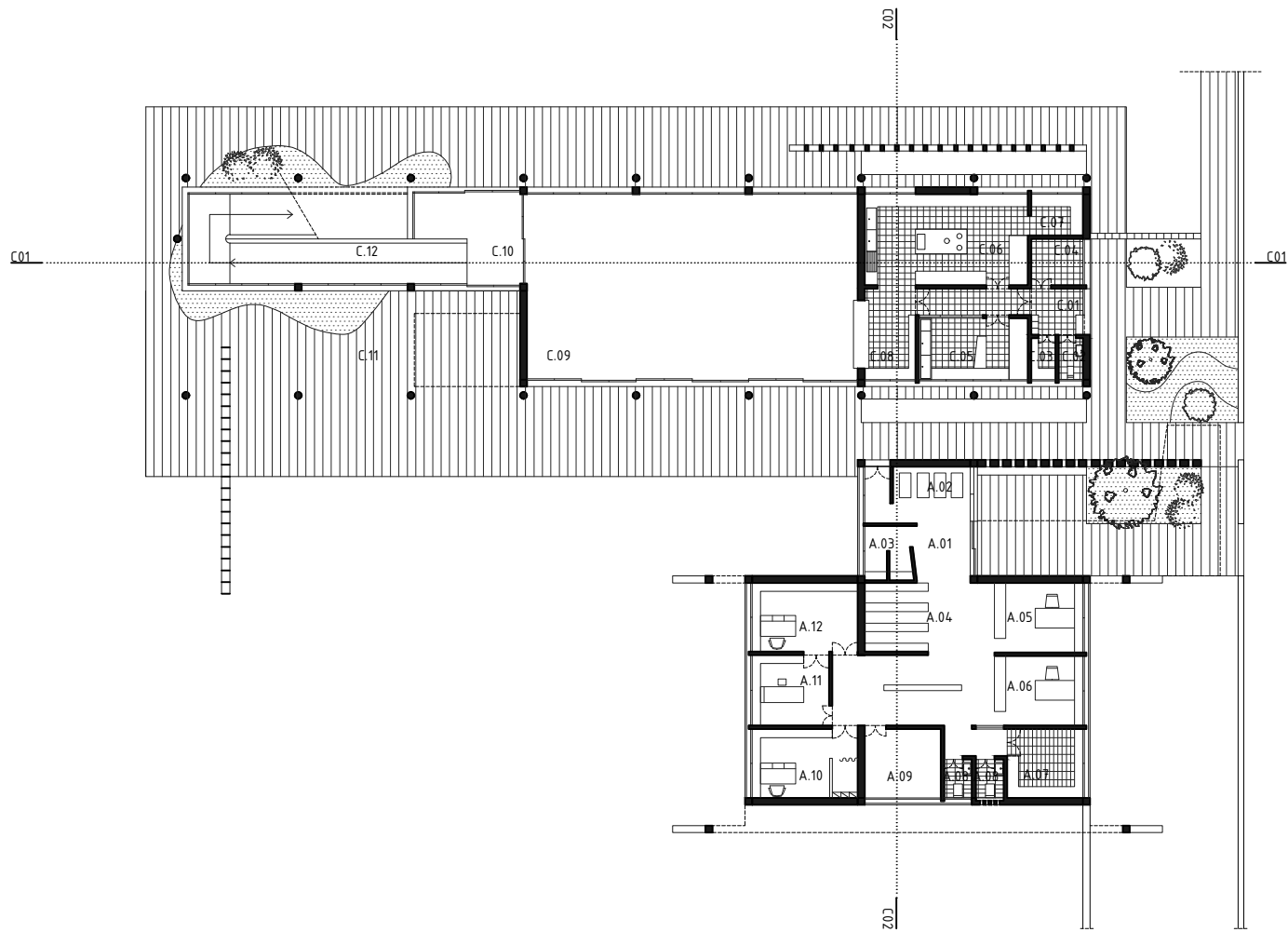


Implantação . esc. 1:500

FIG.4.2.f.

O acesso aos blocos era feito a este do lote, de frente para a fachada principal da ermida de S. Brás. Na descrição sobre o “Aspecto funcional” do edifício, esclarecia-se que o núcleo de Assistência Social e Materno-Infantil serviria exclusivamente o exterior, razão pela qual cada bloco tinha uma entrada independente a partir da rua. Assim, a entrada do bloco de Assistência era feita através de um átrio exterior, parcialmente coberto por uma pala de betão de forma irregular, com uma zona de espera separada do acesso ao bloco da Creche por um muro com elementos vazados. No interior, o programa era organizado em torno de um espaço central, que continha o hall de entrada, uma zona para carinhos de bebé, boxes de amamentação e sala de espera; distribuindo em seu redor o restante programa: sala de inquérito social; secretaria de serviços sociais e médicos; sala para armazenamento e distribuição de farinhas e leites; instalações sanitárias; sala de apoio à família e educação das mães, espaço que no ante-projecto era destinado a vestiário e sala de pesagem; gabinete médico para consulta de pediatria e puericultura, contendo, também, uma zona de vestiário, resultante das alterações mencionadas anteriormente; e gabinete médico para consultas de ginecologia e obstetrícia, com ligação interior e exterior à sala de observação e tratamentos.

O acesso ao núcleo da Creche, paralelo ao primeiro, possuía uma bifurcação resultante da criação de uma entrada de serviço, próxima da via pública, que dava acesso directo às zonas técnicas do piso térreo, constituídas por: vestiário, instalação sanitária, arrumos, sala de combustível, lavandaria e engomadoria, e cozinha com despensa e copa com balcão passa pratos. O acesso principal ao bloco era feito através de uma galeria exterior coberta, utilizada também como espaço recreio, nesta, o átrio que antecedia o hall interior, era marcado através de uma zona de duplo pé direito que atravessava a laje do piso superior e permitia uma relação visual directa entre este espaço e o hall do primeiro piso, acedido através de uma rampa interior de dois tramos. Ainda no piso



A. Nucleo de Assiatência Materna-Infantil, Inquerito Social e Apoio à Família
01 - Hall . 02 - Garagem para carrinhos de bebe . 03 - Boxes de Amamentação . 04 - Espera . 05 - Inquério Social . 06 - Secretaria
07 - Distribuição de Farinha e Leite . 08 - Instalações Sanitárias . 09 - Sala de Apoio à Família / Educação das mães . 10 - Gabinete Médico Puericultura . 11 - Sala de Observação . 12 - Gabinete Médico Pré-Natal.

C. Creche
01 - Vestiário . 02 - Instalação Sanitária . 03 - Arrumo . 04 - Combustível . 05 - Lavandaria e Engomadoria . 06 - Cozinha
07 - Despensa . 08 - Copa . 09 - Refeitório / Sala de Jogos . 10 - Hall . 11 - Recreio Coberto . 12 - Rampa.



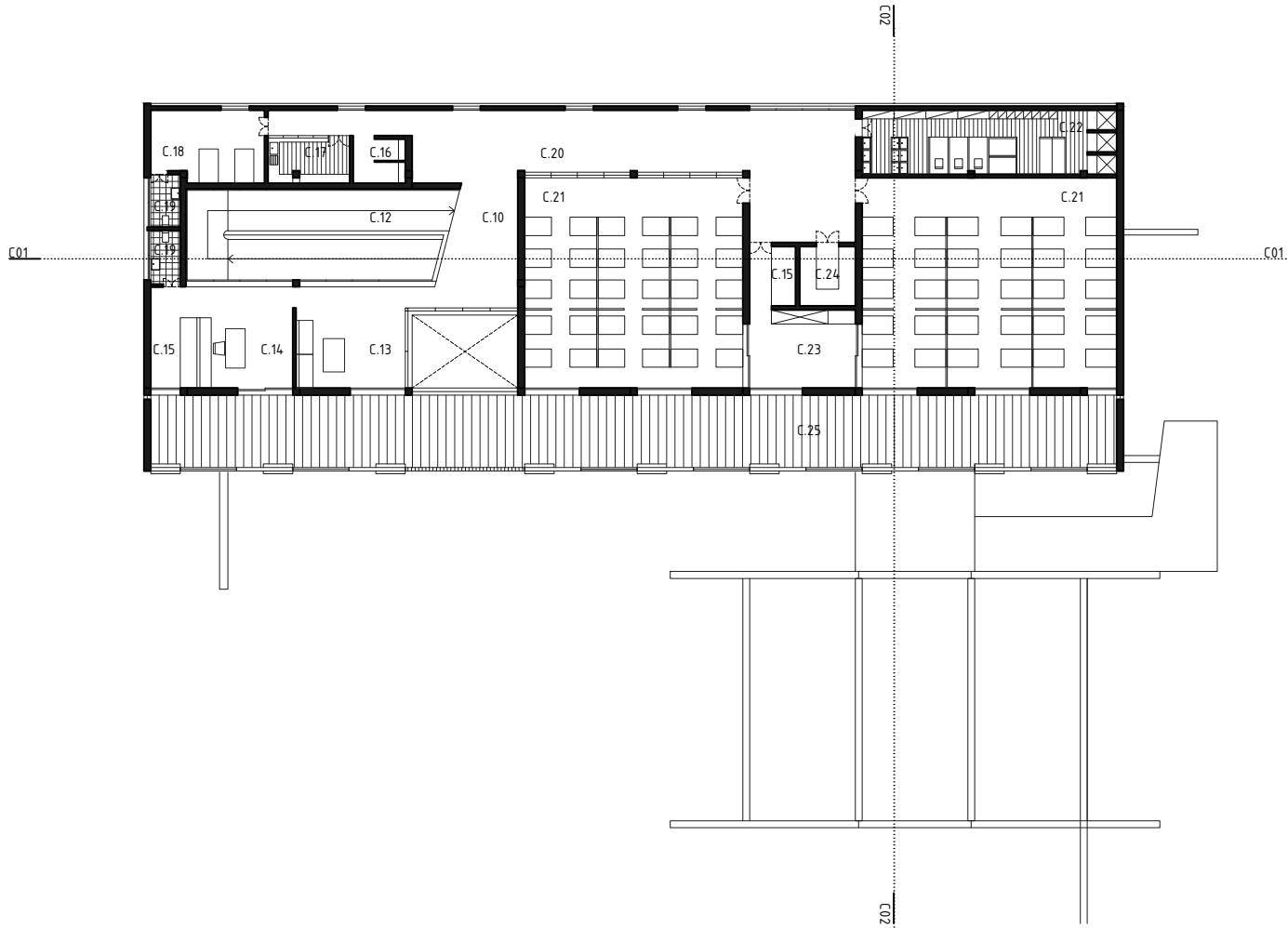
Bloco 1 e 2
Planta do piso 0 . esc. 1:250
FIG.4.2.g.

térreo encontrava-se o refeitório, um amplo espaço que servia também como de sala de jogos e que era caracterizado pelo seu alçado sul completamente envidraçado, diluindo o limite entre o recreio interior e exterior.

No piso superior, os espaços de hall, sala de espera e sala da direcção usufruíam da amplitude resultante da zona de duplo pé-direito criada pela rampa. O acesso ao restante programa da Creche era feito por um corredor que distribuía, para oeste, a copa de leite e boxes de amamentação, programa adicionado apenas no projecto final, e a sala de isolamento com instalação sanitária. Para este, programa consistia em balneários com instalações sanitárias, para as crianças, e dois dormitórios separados pela sala das vigilantes e espaços de arrumos. Percorrendo todo o alçado sul, existia uma galeria exterior coberta que tinha como função proteger os espaços interiores da exposição solar ao mesmo tempo que proporcionava um espaço de recreio exterior para as crianças.

O edifício definia-se, formalmente, por dois volumes completamente distintos implantados paralelamente e ligados apenas pela continuidade do pavimento, que percorria os principais espaços exteriores cobertos do piso térreo. O bloco de Assistência era marcado pela sua cobertura composta por três abóbadas apoiadas em quatro contrafortes inclinados, que criavam a ilusão de prolongamento o seu movimento ondulante até ao terreno. O bloco da Creche era definido por um volume paralelepípedo que elevado do terreno, sobre pilares circulares, criava espaços de sombra no piso inferior e a ilusão de leveza, reforçada pela implantação e materialização do piso térreo que, além de se encontrar recuado em relação a todos os alçados do volume superior era, também, a sul e pontualmente a norte, composto por grandes envidraçados que criavam uma continuidade de vistas e a ilusão de um piso térreo livre.

Através da memória descritiva do projecto de estabilidade, de Novembro de 1960, foi possível verificar que, estruturalmente o bloco da Creche era constituído por vários



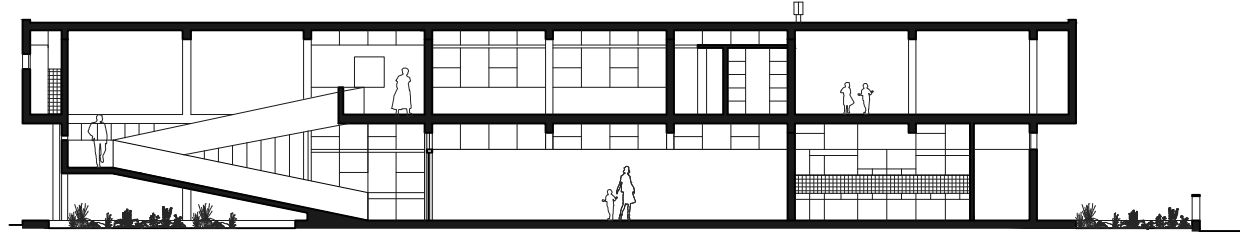
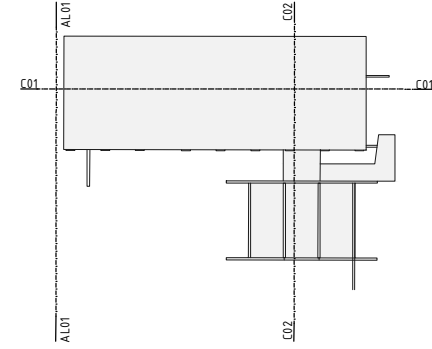
C. Creche
10 - Hall . 12 - Rampa . 13 - Espera . 14 - Direcção . 15 - Arrumos . 16 - Boxes Amamentação . 17 - Copa de Leite . 18 - Isolamento
19 - Instalações Sanitárias . 20 - Galeria . 21 - Dormitorio . 22 - Banheiros / Instalações Sanitárias Crianças . 23 - Vigilante
24 - Rouparia . 25 - Terraço Coberto.



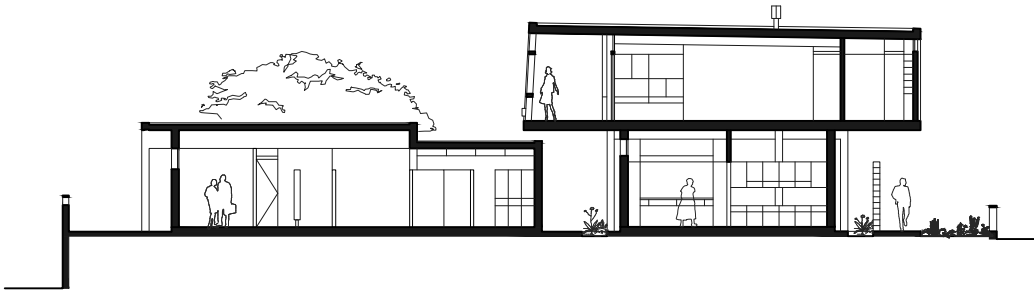
Bloco 2
Planta do piso 1 . esc. 1:250
FIG.4.2.h.

“pórticos de dois andares” dispostos transversalmente. As lajes aligeiradas eram compostas por tijolo, tipo “Tijomel P-12”, com uma lâmina de betão armado de 3cm. Na laje de pavimento do primeiro piso era, também, adicionada uma camada de “5cm de betão de jorra”, para aumentar a espessura total da laje e embeber completamente as vigas laterais, de modo a que a superfície inferior das áreas em balanço fosse completamente plana. O bloco de Assistência possuía uma estrutura em pilares de betão armado e uma cobertura em abóbadas de betão armado de 0.08m de espessura.

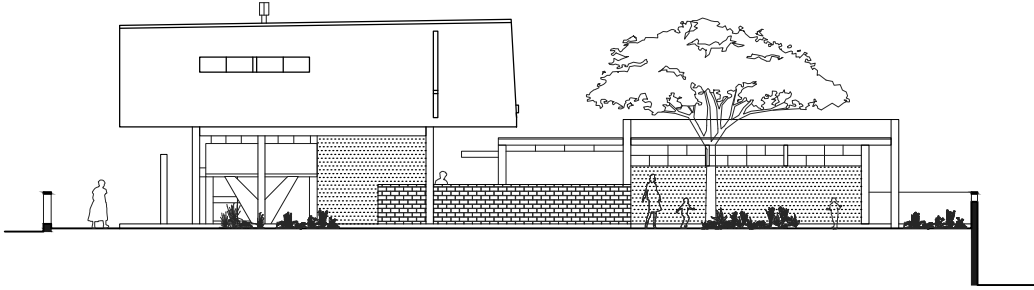
As paredes eram em alvenaria de tijolo com argamassa mista, dispostos a 1 vez nas paredes exteriores e a ½ vez nas paredes interiores. O revestimento dos pavimentos, à semelhança do CASP de Aljezur, variava entre tacos de pinho, mosaico hidráulico e tijoleira. Estavam também previstos painéis com elementos cerâmicos decorativos para alguns dos paramentos exteriores bem como elementos de sombreamento exterior, dando especial destaque às reixas em madeira que ritmavam o alçado sul do primeiro piso do bloco da Creche, elementos que segundo o arquitecto eram muito usados no “Algarve e em especial em Tavira” (DUF-178/MU/57).



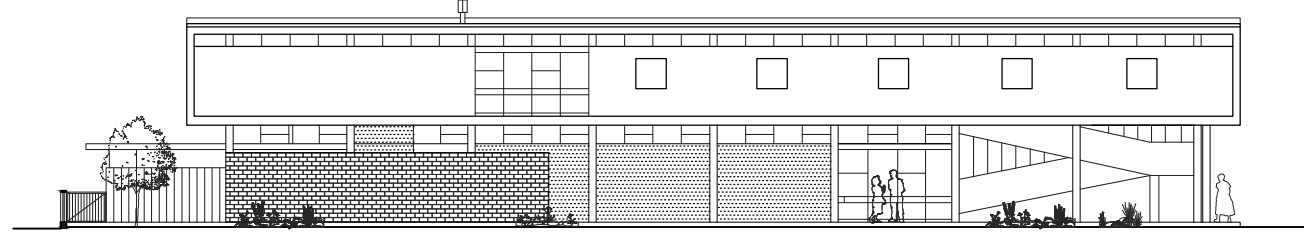
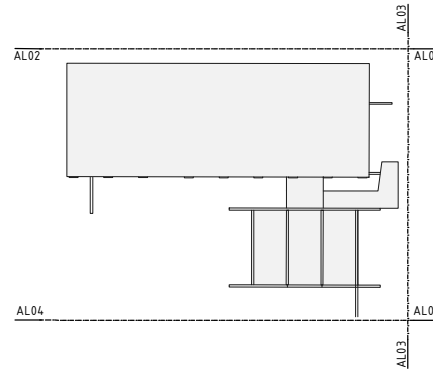
Corte 01



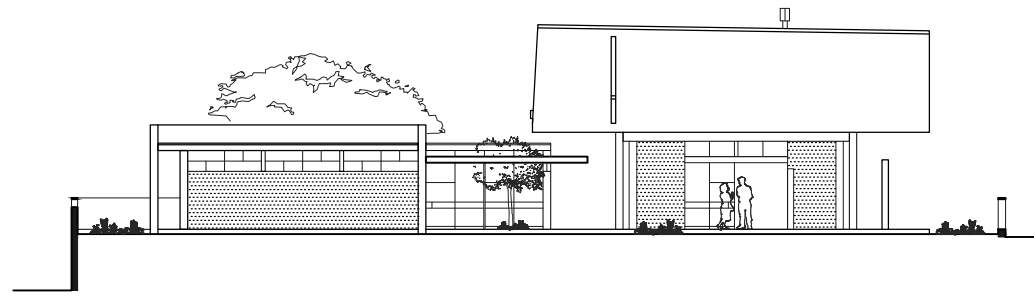
Corte 02



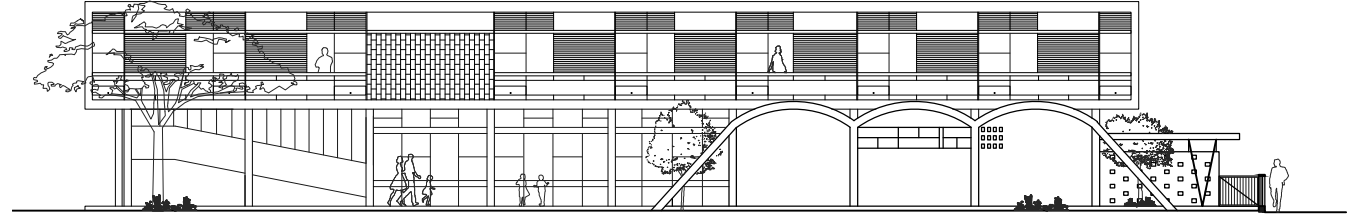
Alçado 01 . Poente



Alçado 02 . Norte



Alçado 03 . Nascente



Alçado 04 . Sul

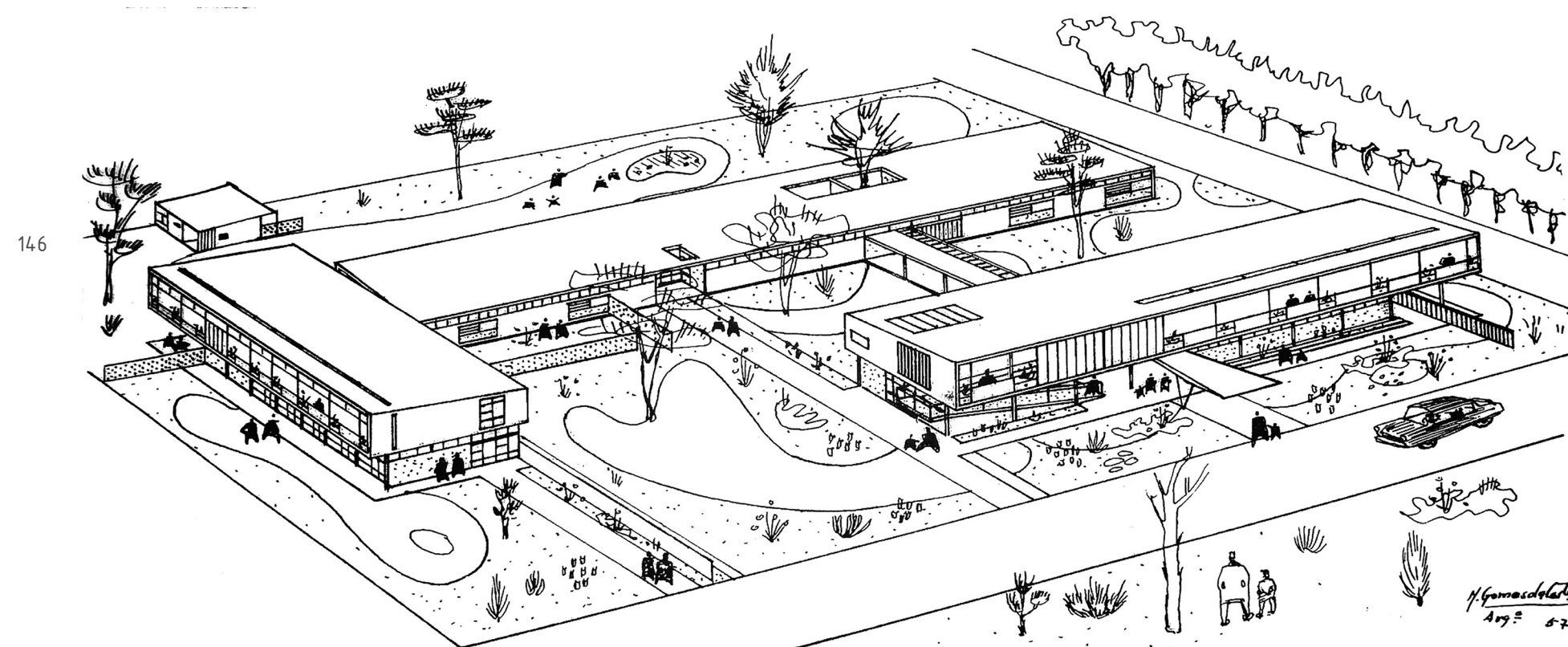


FIG.4.2.06. CASP de Vila de Real de Sto. António – Axonometria executada pelo arquitecto Gomes da Costa.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

O Centro de Assistência Social Polivalente de V.R. de Sto. António surgiu da iniciativa conjunta da Comissão Municipal de Assistência do concelho e do Centro de Assistência Social Nossa Senhora da Encarnação, presidido pelo Dr. Reinaldo Raul Prazeres.

A construção deste edifício tinha como objectivo melhorar a prestação de apoio e assistência à numerosa população, pobre e necessitada, de V.R. de Sto. António. Especificamente, às mães e crianças da vila que, segundo o CSHAS, não eram devidamente acompanhadas pelo Posto de Protecção à Infância local, por falta de condições do mesmo; e às operárias da indústria conserveira que, como esclarecia o director da DUF, deslocavam-se em grande parte do concelho vizinho de Castro Marim e não tendo possibilidades de voltar diariamente para suas casas viviam em “condições de indesejável promiscuidade” em várias casas da povoação.

Do programa apresentado no ante-projecto deste CASP, em 1957, faziam parte: núcleos de Assistência Social e de Assistência à Família, Creche, Jardim Escola, Cantina Social, e Habitação para o Guarda (DUF-103/MU/57).

O terreno de implantação, cedido pela Fazenda Nacional e pela Câmara Municipal V.R. de Sto. António, encontrava-se inserido numa zona de Mata Nacional rodeada de pinheiros onde o conjunto se poderia proteger do sol e do calor. A distribuição do programa, segundo o arquitecto, seguiu os critérios anteriormente adoptados para classificação e separação de serviços, resultando em quatro blocos distintos, que eram implantados segundo as suas necessidades específicas.

Do primeiro bloco faziam parte os serviços de Assistência Materno-Infantil, Inquérito Social e Assistência à Família, distribuídos em dois pisos ligados por uma rampa. Este bloco encontrava-se implantado a norte do lote, mais próximo da via pública, por onde era feito também o seu acesso principal marcado por uma pala em betão assente sobre pilares metálicos em V. Este acesso atravessava o piso térreo do bloco de Assistência, marcando a separação do seu programa, e através de uma galeria exterior coberta ligava-o ao bloco da Creche.

No piso térreo, o programa era divido em duas partes, acomodadas entre as duas fileiras de pilares que suportavam o piso superior. A este, encontrava-se o programa de Inquérito Social e administração da instituição responsável, composto por: hall com sala de espera e corredor de distribuição, secretaria, sala de entrevistas e inquérito social, sala da Comissão da Direcção de Assistência Social, sala da Direcção, arrumos e instalações sanitárias.

A oeste, o programa de Assistência Materno-Infantil possuía um espaço de entrada amplo, organizado através de mobiliário e divisórias leves, que continha: duas zonas de espera, boxes de amamentação com instalação sanitária, secretaria, sala de armazenamento e distribuição de farinhas e leites, e sala de isolamento com instalação sanitária. Por sua vez, o programa médico era organizado em três áreas principais: pediatria e puericultura, com vestiários e sala de pesagem adjacentes ao gabinete de consultas; genecologia e obstetrícia, com gabinete de consultas e ligação interior e exterior a uma sala de tratamentos; e no centro, com acesso directo através das áreas anteriores, encontravam-se as salas de agentes físicos e laboratório.

O núcleo Assistência à Família, situado no piso superior, era acedido através de um percurso exterior coberto composto por uma rampa de dois tramos e um átrio, que fazia a transição entre o interior do núcleo e a galeria exterior coberta que percorria todo o alçado norte do piso. No interior, o programa era divido por: espaço de entrada;

sala de espera; uma sala denominada de “gabinete do vigilante”, que em comparação com os outros CASP seria, provavelmente, a sala da assistente social; cozinha de aprendizagem, com arrumos e terraço exterior; sala polivalente, que poderia ser dividida em cinco espaços através de divisórias móveis “em fole”; vestiário; e balneários com instalações sanitárias.

O segundo bloco continha o programa da Creche e Jardim de Infância implantando num piso único a sul do lote e distante da via pública. Este núcleo possuía três acessos que permitiam separar o percurso dos seus distintos utilizadores, ainda que o espaço interior fosse contínuo. Assim, a oeste, através da galeria exterior coberta que atravessava o núcleo de Assistência, encontrava-se o acesso aos espaços de administração e Jardim de Infância, podendo ser também considerado o acesso principal do bloco, devido ao destaque construtivo que possuía em comparação aos outros. No interior o programa era distribuído por: com hall de entrada com zona para carrinhos de bebé e sala de espera; boxes de amamentação; secretaria; sala de isolamento com instalação sanitária; e gabinete médico. Dispostos ao longo de um corredor através do qual se fazia, também, o acesso ao Jardim de Infância, composto por: vestiário; duas salas de aula; e instalações sanitárias. A segunda entrada, localizada ao centro do bloco, seria destinada à Creche, composta por: dois dormitórios, para 60 crianças, separados pela sala da vigilante e arrumos; e balneários com instalações sanitárias para as crianças. O espaço de refeitório e sala de jogos servia os dois programas e encontrava-se no extremo sudeste do bloco. O terceiro acesso, a este, situava-se entre este bloco e o bloco da Cantina Social funcionando com acesso de serviço de ambos. Através deste e de um vestíbulo com cacifos acedia-se aos espaços técnicos do segundo bloco: lavandaria e engomadoria; cozinha com copa e balcão passa pratos; despensa; e sala de combustível. O alçado sul deste bloco era marcado por uma galeria exterior coberta, que servia como recreio e sombreamento aos espaços interiores da Creche e do Jardim de Infância.

O terceiro bloco possuiu duas denominações ao longo do processo consultado, sendo mencionado na memória descritiva e nas plantas do ante-projecto como Cantina Social e pelo director da DUF, num dos pareceres, como Patronato, por se tratar de um internato para as operárias das fábricas de conservas. Este bloco, dividido em dois pisos, era também acedido pelo limite norte do lote. No interior, um átrio de entrada fazia a distribuição entre o programa público do piso térreo, composto por: zona de lavabos e cacifos que antecedia o amplo espaço de refeitório. E a rampa de acesso ao piso superior, onde o restante programa do bloco, destinado às operarias era organizado de forma semelhante aos espaços de creche, sendo composto por: vestíbulo e sala de espera; quarto de isolamento; dois dormitórios separados pela sala da vigilante e espaço de arrumos; e balneários com instalações sanitárias. No piso térreo, a oeste, encontrava-se a entrada de serviço, partilhada com o bloco da Creche, que dava acesso aos espaços para funcionários, contendo: um vestiário com instalação sanitária; dois quartos, para a criada e para a cozinheira, com uma instalação sanitária comum; um quarto para a directora de serviços, com instalação sanitária privada; copa de apoio ao refeitório, uma vez que a cozinha da creche seria partilhada pelos dois programas; e refeitório para funcionários. Foi considerado pelo director da DUF que os quartos da criada e da directora eram dispensáveis, visto que os serviços domésticos do internato, com excepção à cozinha, seriam feitos pelas operárias.

O último bloco, a Habitação do Guarda, enquadrava-se na tipologia habitacional T2, composta por um espaço comum com cozinha e sala de refeições; dois quartos, orientados a nascente; uma instalação sanitária completa; e três espaços exteriores cobertos, junto aos espaços de cozinha, sala e quarto. Este bloco foi considerado dispensável pela DUF, por se encontrarem incluídos em todos os blocos espaços para vigilantes.

Formalmente este edifício poderia ser descrito como um conjunto de três blocos mais um, visto que a habitação do guarda se descolava do conjunto e não participava

da composição principal. Esta, era definida por três blocos paralelepípedicos, dois paralelos e um perpendicular, ligados por uma rede de percursos pavimentados que em conjunto com os espaços não construídos, nos pisos térreos dos blocos, criavam uma permeabilidade e continuidade entre eles, numa abordagem quase urbana.

Construtivamente, os blocos possuíam uma estrutura de vigas e pilares de betão armado, paredes em tijolo e lajes aligeiradas nos pisos e coberturas, também à semelhança do CASP anterior, nos blocos de dois pisos eram utilizados os pilares cilíndricos destacados dos alçados recuados dos pisos inferiores criando, através do balanço dos volumes superiores, a ilusão de leveza. Para o sombreamento dos espaços eram utilizadas as galerias exteriores cobertas, presentes em todos os blocos junto às principais áreas de permanência; as grelhagens cerâmicas e as lâminas de betão verticais.

Em Novembro de 1959, o CSHAS emitiu um parecer aprovando o ante-projecto e reforçando a importância do CASP para a cidade. Após revisão e cumprimento das alterações solicitadas, o projecto final foi submetido, em Dezembro de 1960, sem o bloco referente “à Cantina Social e Lar” de operários.

Em Fevereiro de 1961, o director do Centro de Assistência Social Nossa Senhora da Encarnação de V.R. de Sto. António dirigiu-se ao MOP solicitando a inclusão da obra no Plano de Melhoramentos Urbanos do mesmo ano. Referia a aprovação do projecto final e o tempo e dinheiro despendidos durante o processo, bem como as verbas angariadas a execução da obra, que incluíam os subsídios da Câmara Municipal e do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe do Sotavento Algarvio. Concluímos, assim, que o projecto possuía as condições e motivações necessárias para a sua execução, no entanto, o CASP de V.R. de Sto. António não foi construído.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE DE VILA REAL DE SANTO ANTÔNIO

Bloco 1.
Núcleo de Assistência Materno-Infantil
e Inquérito Social (A)
Núcleo de Assistência à Família (B)

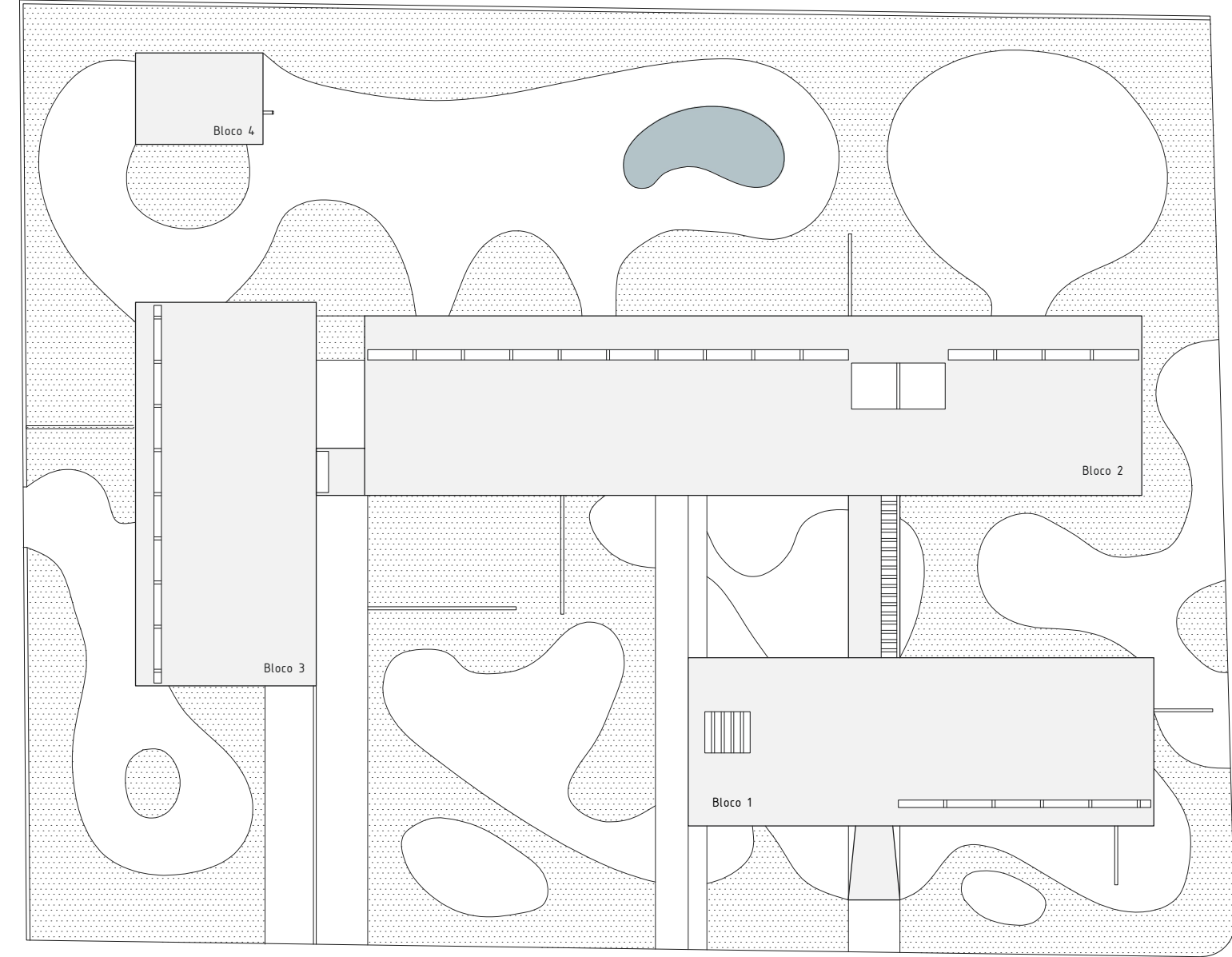
Bloco 2.
Creche e Jardim Escola (C)

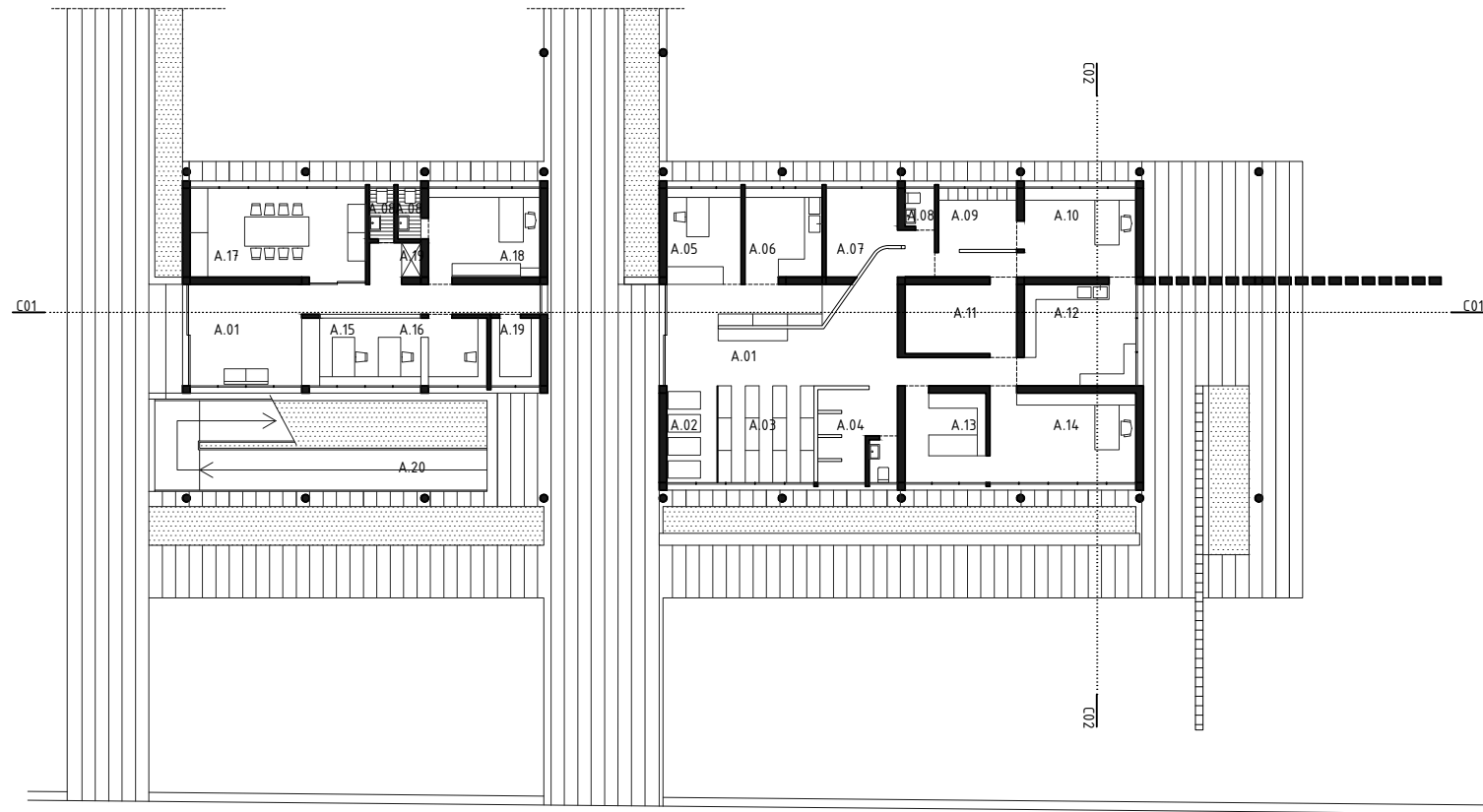
Bloco 3.
Cantina Social e Patronato
para Operárias (D)

Bloco 4.
Habitação do Guarda (E)



Implantação . esc. 1:500
FIG.4.2.k.



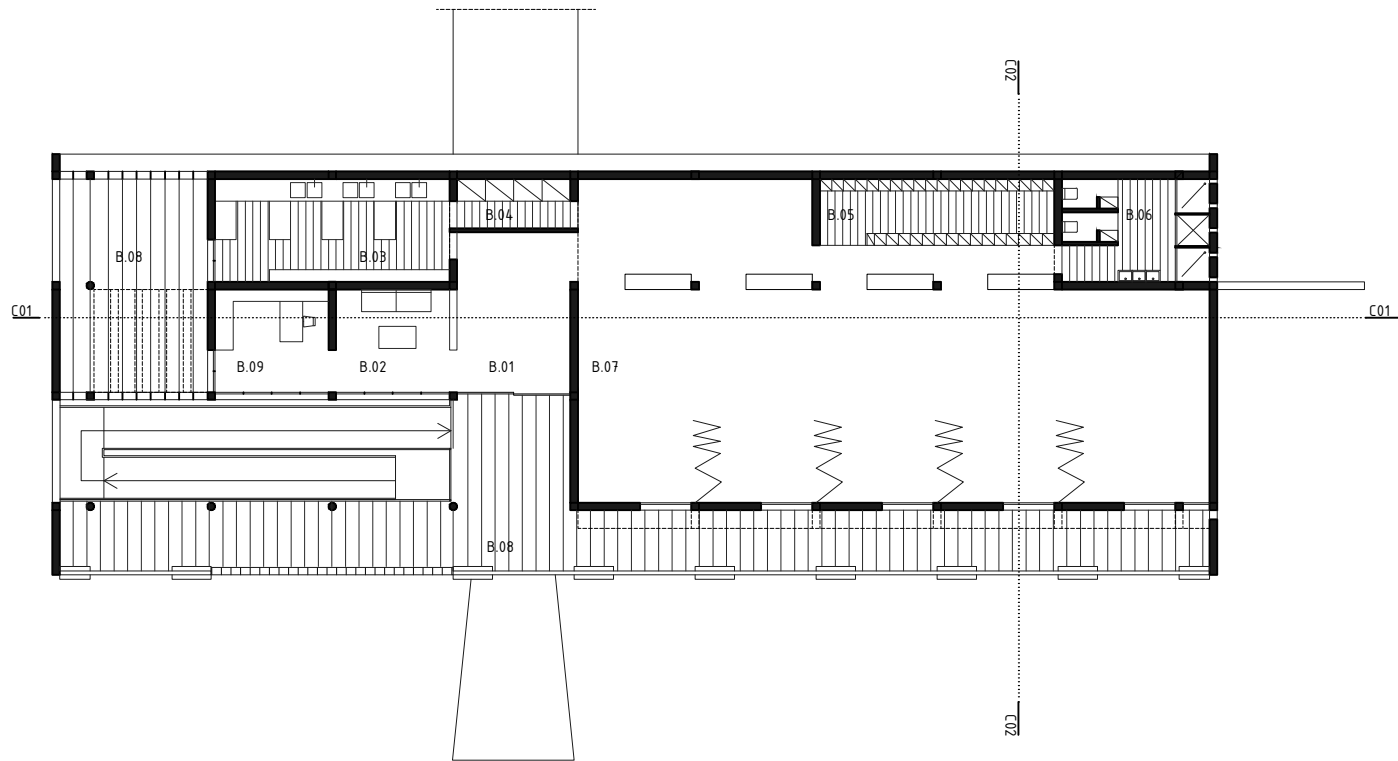


A. Nucleo de Assiatência Materna-Infantil e Inquerito Social

01 - Hall . 02 - Garagem para carrinhos de bebe . 03 - Espera . 04 - Boxes de Amamentação . 05 - Secretaria (Serviços de Saúde) 06 - Distribuição de Farinhas e Leite . 07 - Isolamento . 08 - Instalação Sanitária . 09 - Vestiários . 10 - Gabinete Médico Puericultura . 11 - Sala Agentes Físicos . 12 - Laboratório . 13 - Sala de Tratamentos - 14 - Gabinete Médico Pré-Natal 15 - Secretaria (Serviços Sociais) . 16 - Inquérito Social . 17 - Sala da Comissão de Direcção de Assistência Social . 18 - Direcção 19 - Arrumos . 20 - Rampa.



Bloco 1
Planta do piso 0 . esc. 1:250
FIG.4.2.l.

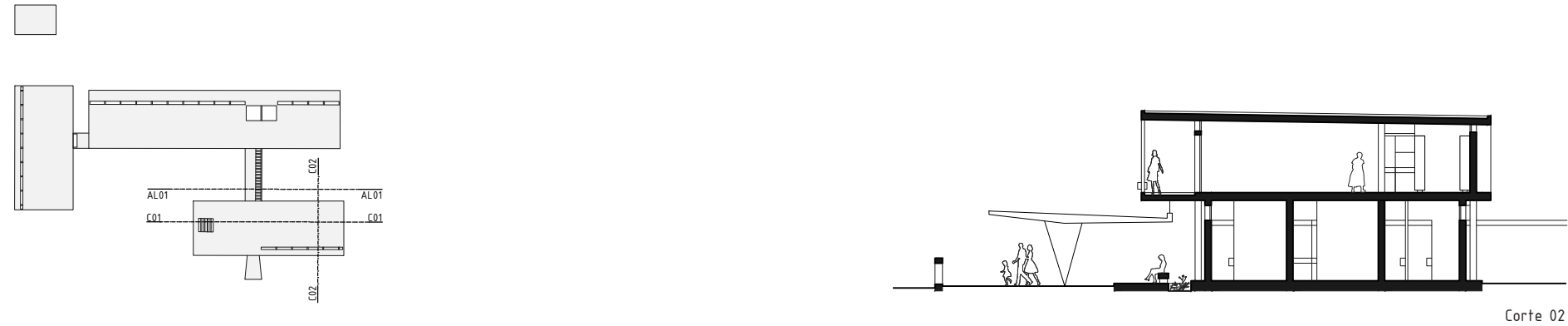


B. Nucleo de Assiatência à Família

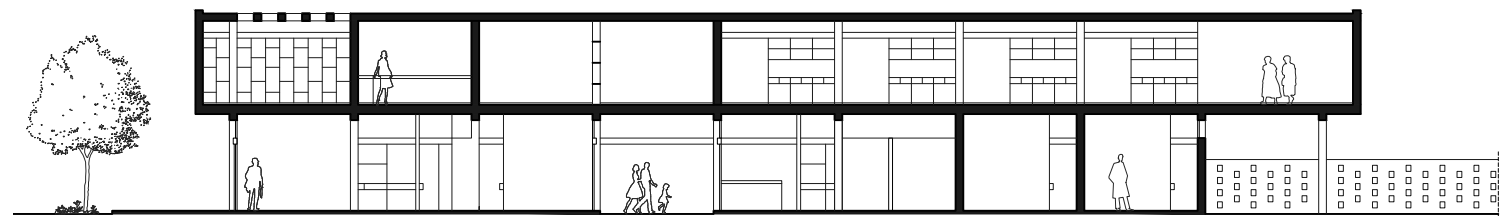
01 - Hall . 02 - Espera . 03 - Cozinha . 04 - Despensa . 05 - Vestiário . 06 - Banheiros . 07 - Nucleo de Assistência à Família / Sala Polivalente . 08 - Terraço . 09 - Gabinete da assistente social.



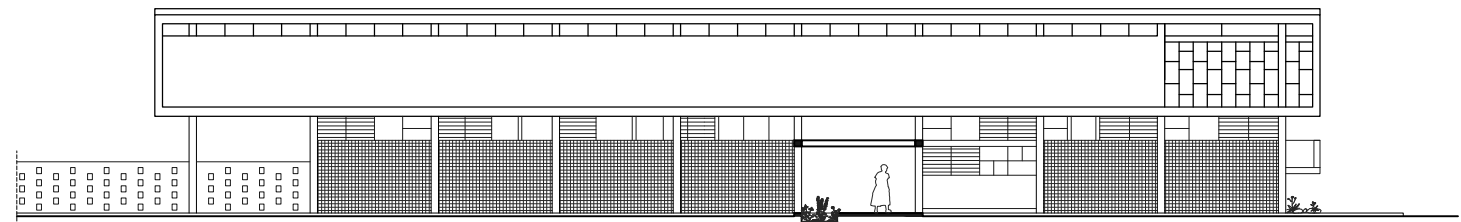
Bloco 1
Planta do piso 1 . esc. 1:250
FIG.4.2.m.



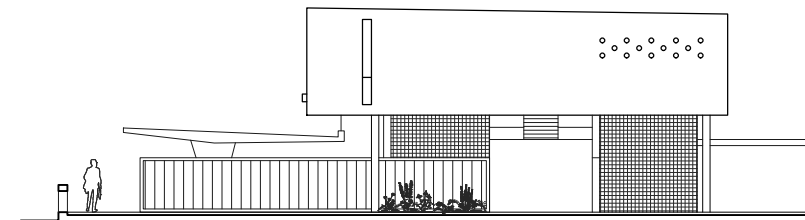
Corte 02



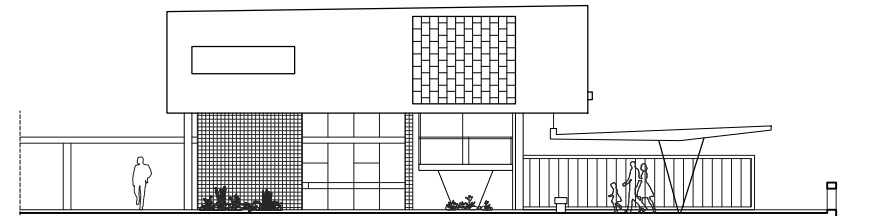
Corte 01



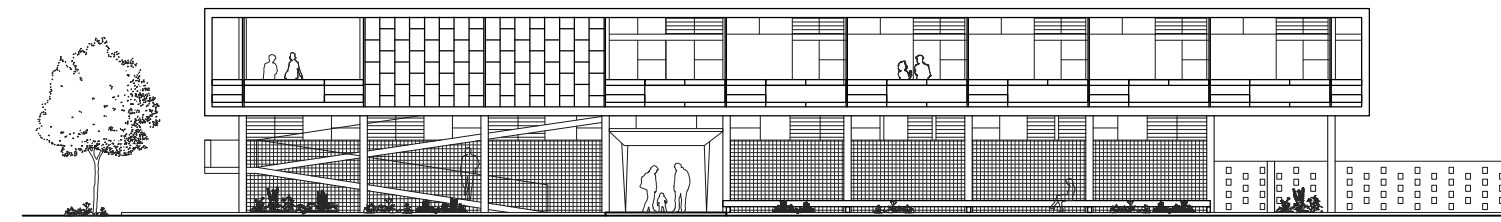
Alçado 01 . Norte



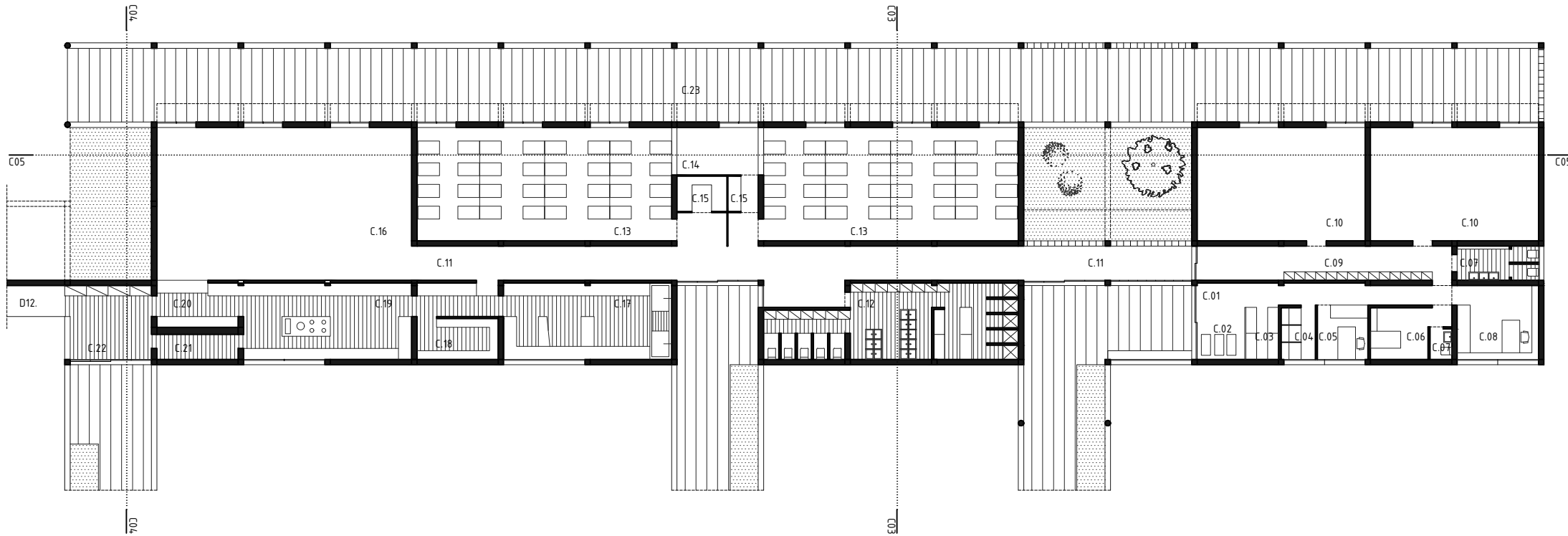
Alçado 02 . Poente



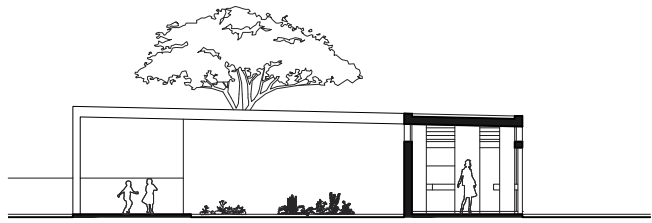
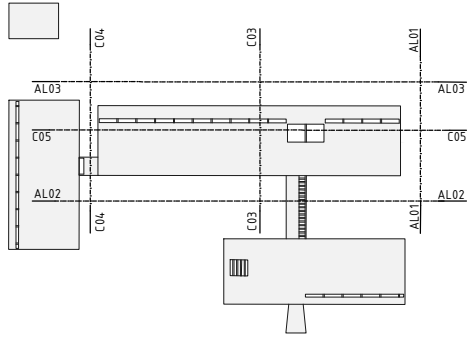
Alçado 03 . Nascente



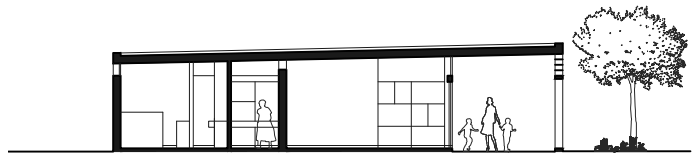
Alçado 04 . Sul



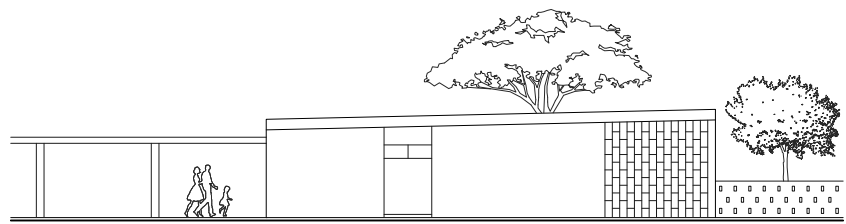
C. Creche e Jardim Escola
01 - Hall . 02 - Garagem para carrinhos de bebê . 03 - Espera . 04 - Boxes de Amamentação . 05 - Secretaria . 06 - Isolamento
07 - Instalações Sanitárias . 08 - Gabinete Médico . 09 - Vestiários . 10 - Salas de Aula . 11 - Galeria . 12 - Banheiros /
Instalações Sanitárias Crianças . 13 - Dormitórios . 14 - Vigilante . 15 - Rouparia . 16 - Refeitório / Sala de Jogos . 17 - Lavandaria
e Engomadoria . 18 - Despensa . 19 - Cozinha . 20 - Copa . 21 - Combustível . 22 - Vestibulo . 23 - Recreio Coberto.



Corte 04



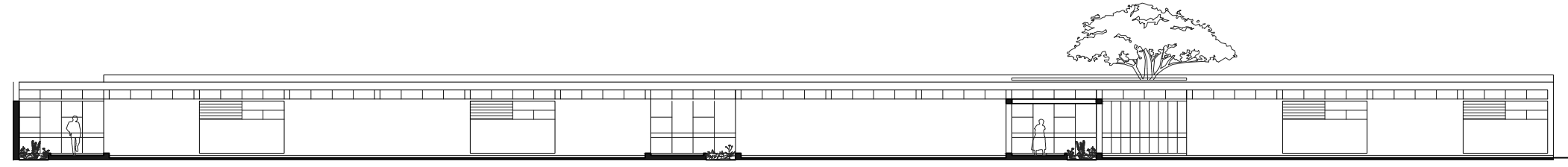
Corte 03



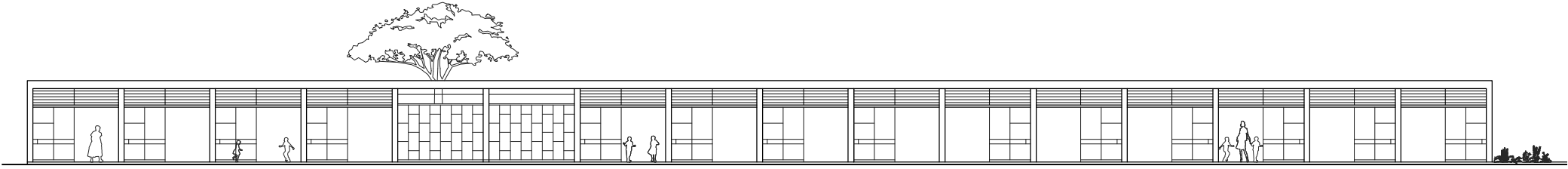
Alçado 01 . Poente



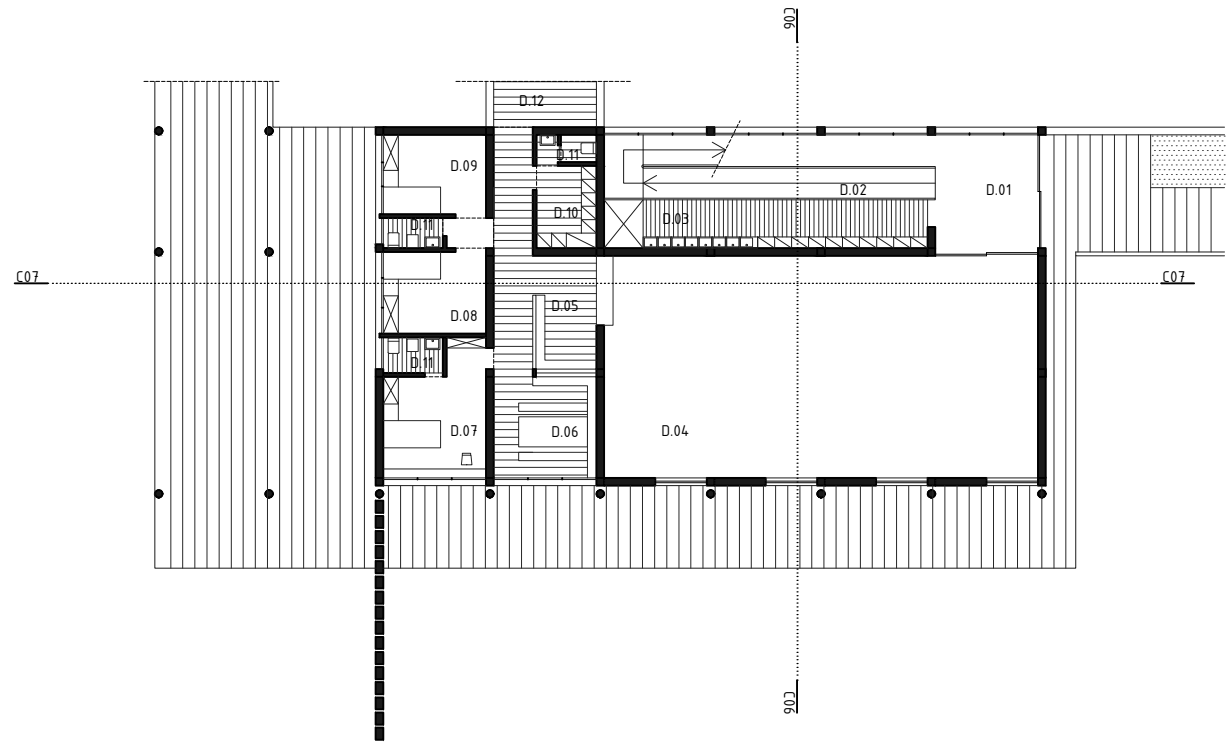
Corte 05



Alçado 02 . Norte



Alçado 03 . Sul



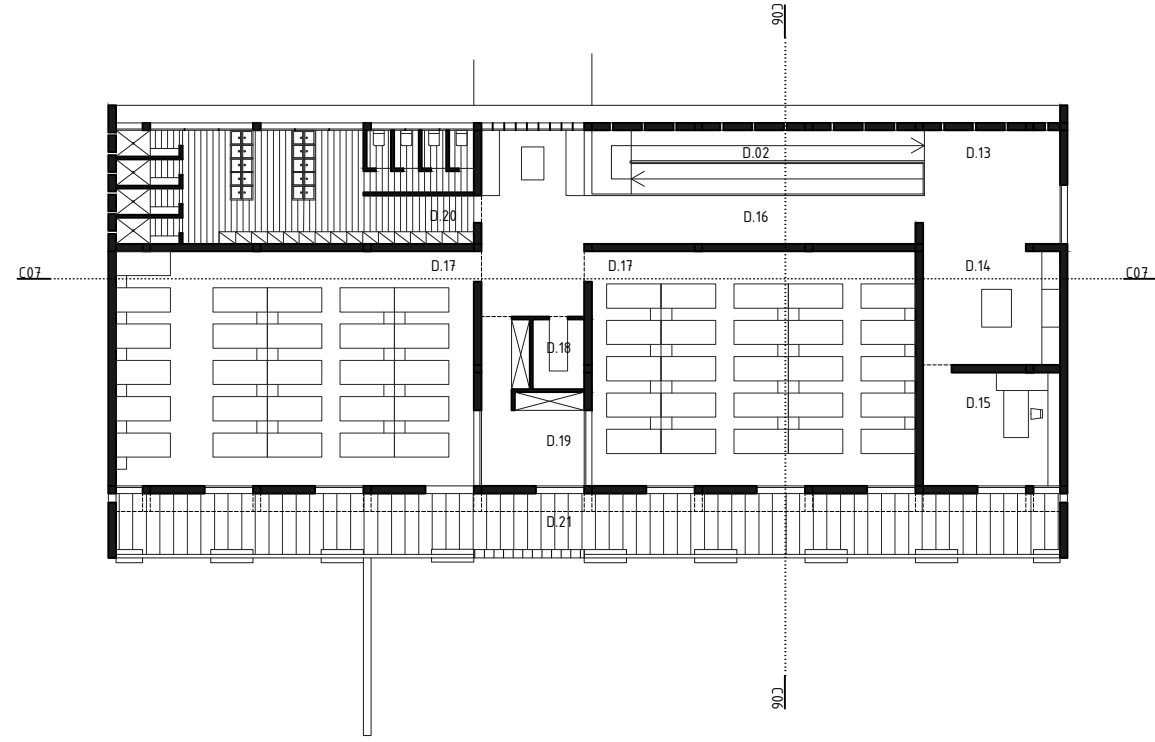
D. Cantina Social e Patronato

01 - Hall . 02 - Rampa . 03 - Lavabos . 04 - Refeitório . 05 - Copa . 06 - Refeitório dos funcionários . 07 - Quarto da Direcção
08 - Quarto da Cozinha . 09 - Quarto da Criada . 10 - Vestiário dos funcionários . 11 - Instalações Sanitárias . 12 - Acesso à
Cozinha (Nucleo da Creche).



Bloco 3
Planta do piso 0 . esc. 1:250

FIG.4.2.s.



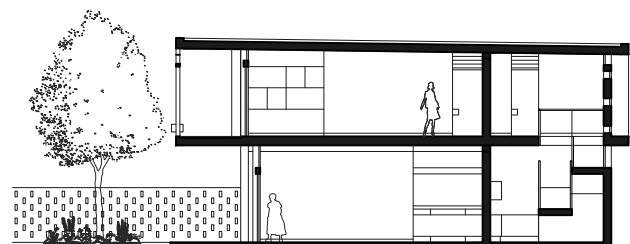
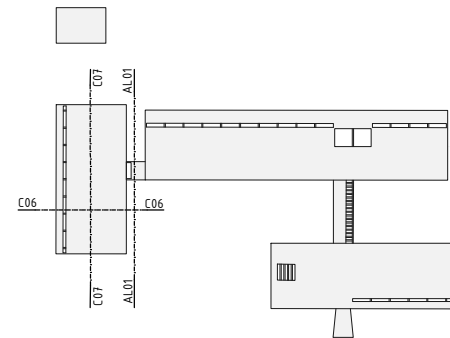
D. Cantina Social e Internato para Operárias

02 - Rampa . 13 - Vestibulo . 14 - Espera . 15 - Isolamento . 16 - Galeria . 17 - Dormitório . 18 - Rouparia . 19 - Vigilante
20 - Bálnearios . 21 - Terraço

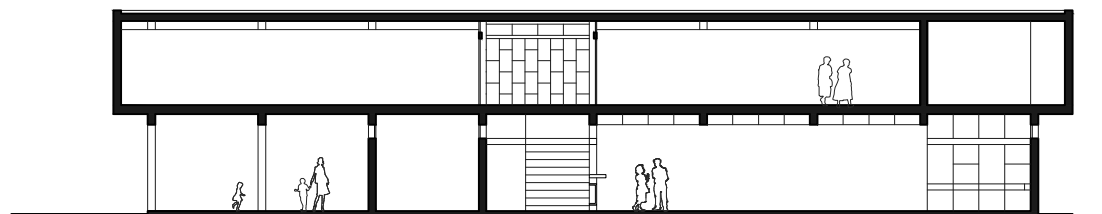


Bloco 3
Planta do piso 1 . esc. 1:250

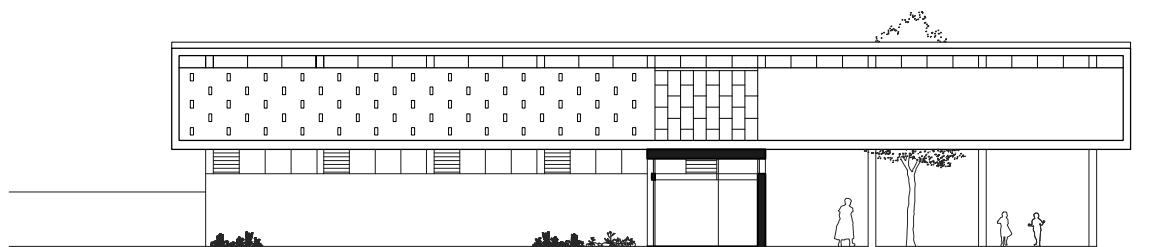
FIG.4.2.t.



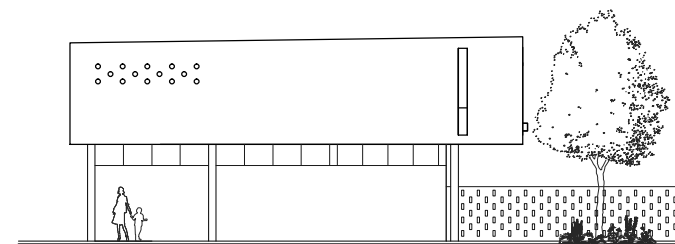
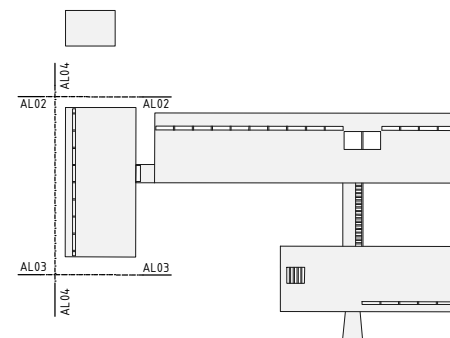
Corte 06



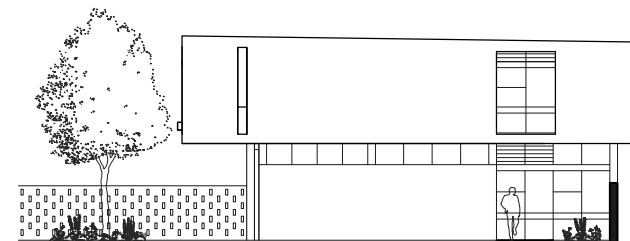
Corte 07



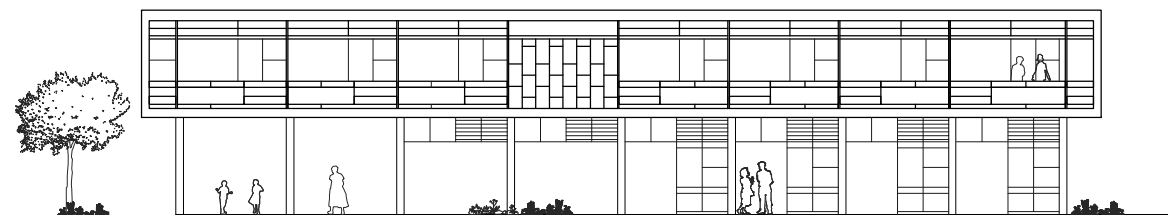
Alçado 01 . Poente



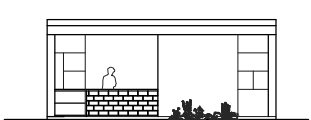
Alçado 02 . Sul



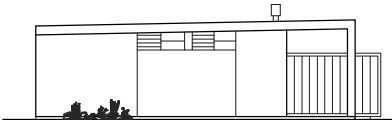
Alçado 03 . Norte



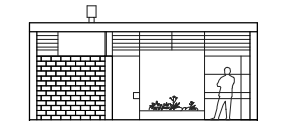
Alçado 04 . Nascente



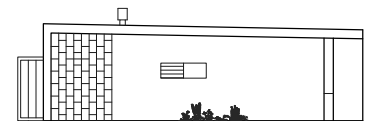
Alçado 01 . Nascente



Alçado 02 . Norte



Alçado 03 . Poente



Alçado 04 . Sul



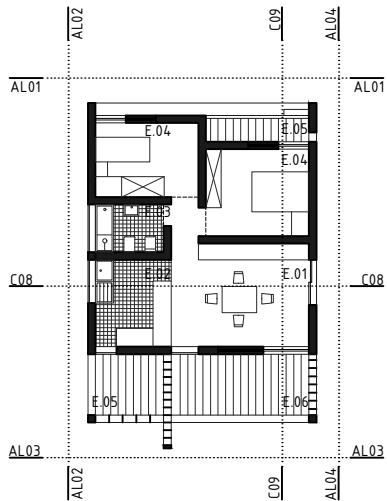
Corte 08



Corte 09

E. Habitação do Guarda

01 - Sala comum . 02 - Cozinha . 03 - Instalação Sanitaria . 04 - Quarto . 05 - Terraço . 06 - Terraço Coberto



4.3 CENTROS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE
ARQUITECTO ANTÓNIO VICENTE DE CASTRO

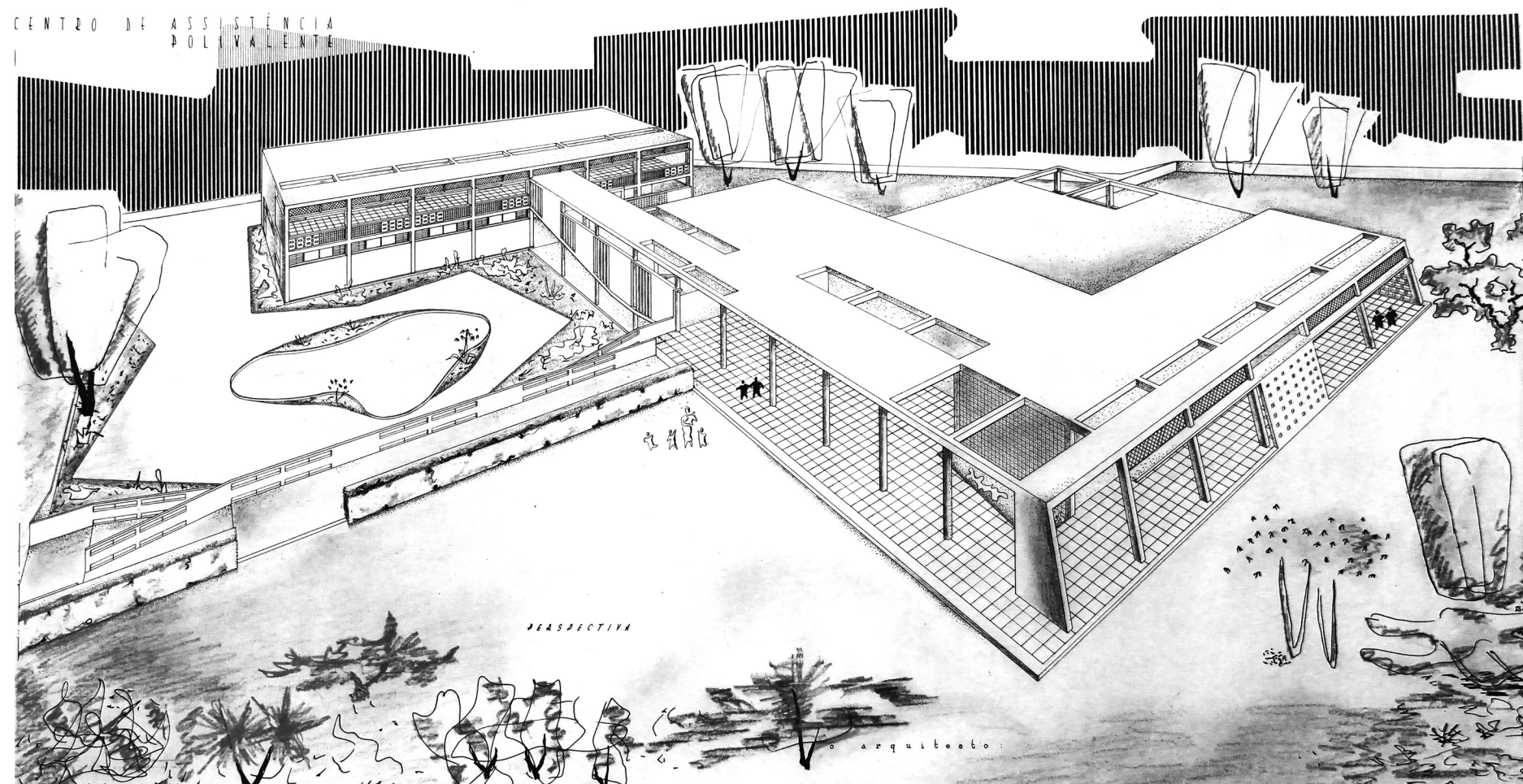


FIG.4.3.01. CASP Portimão – Perspectiva executada pelo arquitecto Vicente de Castro

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE DE PORTIMÃO

O LAR DA CRIANÇA DE PORTIMÃO

O Centro de Assistência Social Polivalente de Portimão teve como entidade particular responsável, em coordenação com a Comissão Municipal de Assistência, o Lar da Criança de Portimão (LCP). Instituição fundada com o apoio da Câmara Municipal de Portimão, a 23 de Dezembro de 1941, com o objectivo de melhorar a assistência social no concelho. O LCP, presidido pelo Dr. Frederico Ramos Mendes, propunha nos seus estatutos de 1942 dividir os seus serviços em três secções: “o Serviço Social, a Maternidade e a Puericultura, que funcionariam no mesmo edifício e em íntima ligação com Santa Casa da Misericórdia de Portimão” (Duarte, 2016).

A instituição instalou-se em dependências do antigo Hospital da Misericórdia de Portimão e em Maio de 1942 inaugurou a sua primeira secção de Serviço Social onde eram feitos inquéritos demográficos, a esta seguiu-se a secção de serviços de assistência à maternidade, dispensário, focada na higiene pré-natal e puericultura. No entanto, devido à elevada procura dos seus serviços e à falta de condições das suas instalações, o LCP, em 1945, mudou os seus serviços para um “prédio arrendado” onde se manteve até à conclusão do Centro de Assistência Social Polivalente (Duarte, 2016).

O Lar da Criança de Portimão era, em grande parte, financiado por sócios, entre os quais se encontravam os industriais e comerciantes da cidade. O apoio destes sectores foi o resultado da Lei de Assistência de 1944 que, para incentivar a prestação de assistência, se propunha a aplicar taxas sobre as “Indústrias que empreguem mulheres e não tenham organizada suficiente assistência à maternidade e à primeira infância” (Lei nº.1:998, 1944). Como foi anteriormente abordado, Portimão era um dos principais

centros da Indústria Conserveira no Algarve, sector este que empregava um grande número de mulheres e que como alternativa a criar as suas próprias creches optava, muitas vezes, por financiar projectos que forneciam esses serviços e que fossem dirigidos por outras entidades.

O PROCESSO

O Centro de Assistência Social Polivalente de Portimão surgiu com o objectivo de substituir as instalações precárias em que o Lar da Criança de Portimão exercia os seus serviços de dispensário e assistência social, pretendendo, simultaneamente, alargar e melhorar estes serviços e a sua capacidade de assistência.

Da autoria do arquitecto António Vicente de Castro, o ante-projecto deste CASP, datado de 20 de Fevereiro de 1956, tinha o seu programa distribuído por: Creche, para 60 crianças entre os 18 meses e os 3 anos de idade; núcleo de Assistência Materno-Infantil; serviço de Inquérito Social; núcleo de Assistência à Família; e Patronato de Raparigas (DUF-57/MU/56).

Em Julho de 1956, após o deferimento da Comissão Municipal de Higiene de Portimão, foi emitida a aprovação do Ministério do Interior juntamente com o parecer favorável da 8ª Secção do CSHAS, dirigida por Agostinho Pires. Neste parecer era reforçada a importância da obra e analisados os documentos submetidos, elogiando a proposta que se mostrava elaborada “após cuidadoso estudo da orgânica funcional do futuro “Centro” e das necessidades reais dos diferentes serviços que nele irão funcionar” (DUF-57/MU/56). Eram feitas, também, algumas recomendações relativas à organização e funcionamento de alguns espaços e solicitada a apresentação do orçamento.

O projecto final do CASP de Portimão foi submetido para apreciação em Março de 1957.

Composto por: peças escritas, Memória Descritiva e Justificativa do Projecto; peças desenhadas, plantas, cortes e alçados; mapa de vãos e mapa de acabamentos. Junto ao projecto de arquitectura foram também submetidos os projectos de especialidades assinados pelo arquitecto António Vicente de Castro e pelo engenheiro Luís Cabeça Dutra, estes incluíam a Memória Descritiva dos Trabalhos de Construção, o Mapa de medições e o Orçamento Total no valor de 1.259.988\$30. (DUF-57/MU/56)

O PROJECTO

O Centro de Assistência Social Polivalente de Portimão encontrava-se implantado num terreno expropriado, em 1955, à Quinta do Malheiro pela Câmara Municipal de Portimão que pretendia construir nesse espaço um bairro para classes médias, uma zona para o campo da feira e equipamentos de assistência social. Tendo sido, em 1956, cedida gratuitamente ao Lar da Criança de Portimão uma parcela com 4.515m2 para a construção do CASP (Duarte,2016).

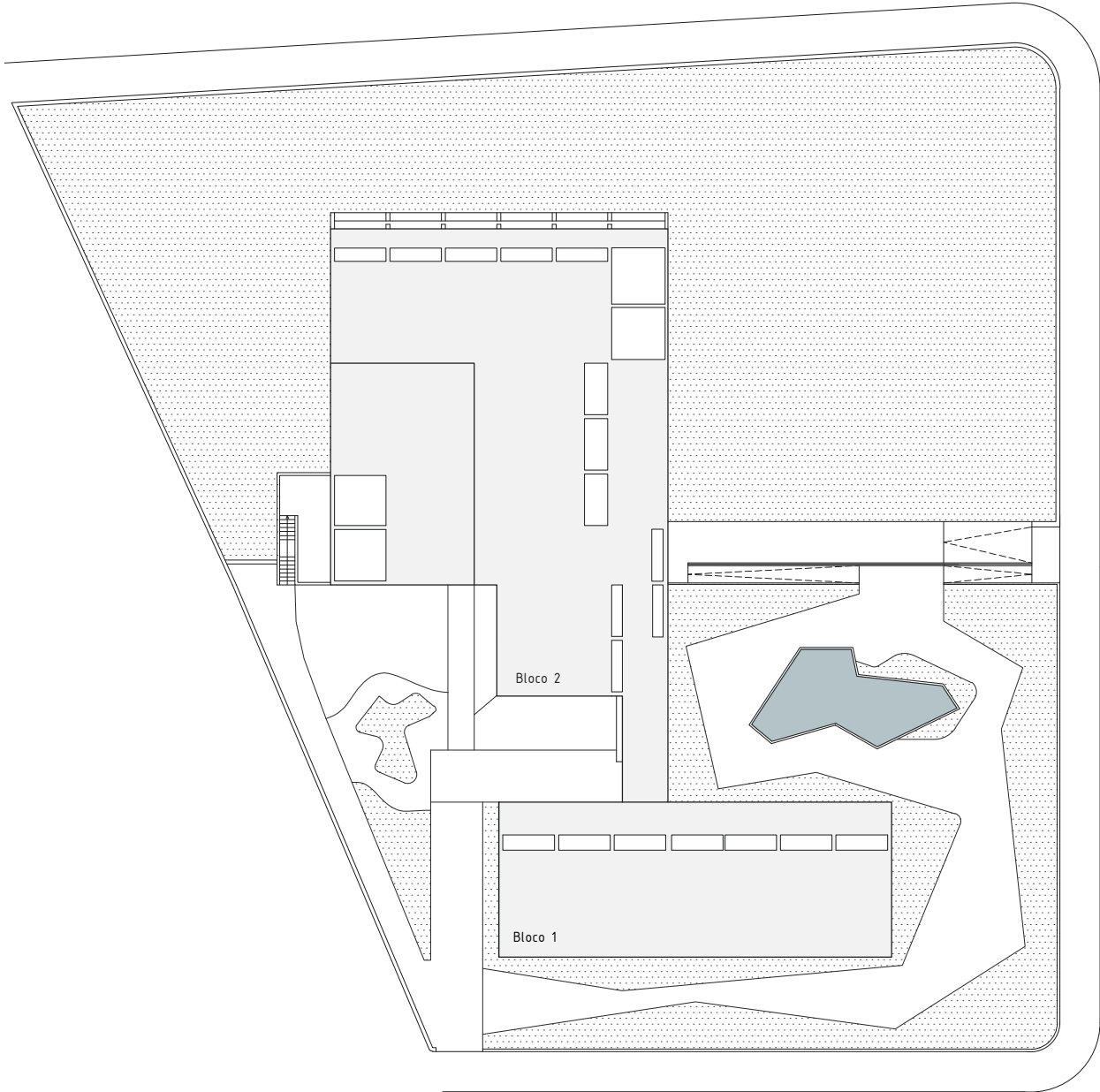
Segundo o arquitecto (1956), o terreno localizava-se junto à principal zona fabril da cidade, num lote que apresentava uma pendente acentuada para norte, dividida em três níveis, que condicionava a implantação do edifício. Assim, com o objectivo de economizar em trabalhos de movimentação de terras, a solução foi abater o desnível superior sobre o intermédio e utilizar a diferença de cotas resultante como base para a composição arquitectónica, organizada em dois blocos ligados por uma rampa exterior coberta, apoiada, também, nas recomendações de estudos já mencionados.

O primeiro bloco, a norte, era dividido em dois pisos e continha os programas de Assistência Materno-Infantil e Inquérito Social, no piso térreo, e Assistência à Família e Patronato de Raparigas, no primeiro piso. O seu acesso principal era feito a partir

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE DE PORTIMÃO

Bloco 1.
Núcleo de Assistência Materno-Infantil e Inquérito Social (A)
Núcleo de Assistência à Família (B)

Bloco 2.
Creche (C)



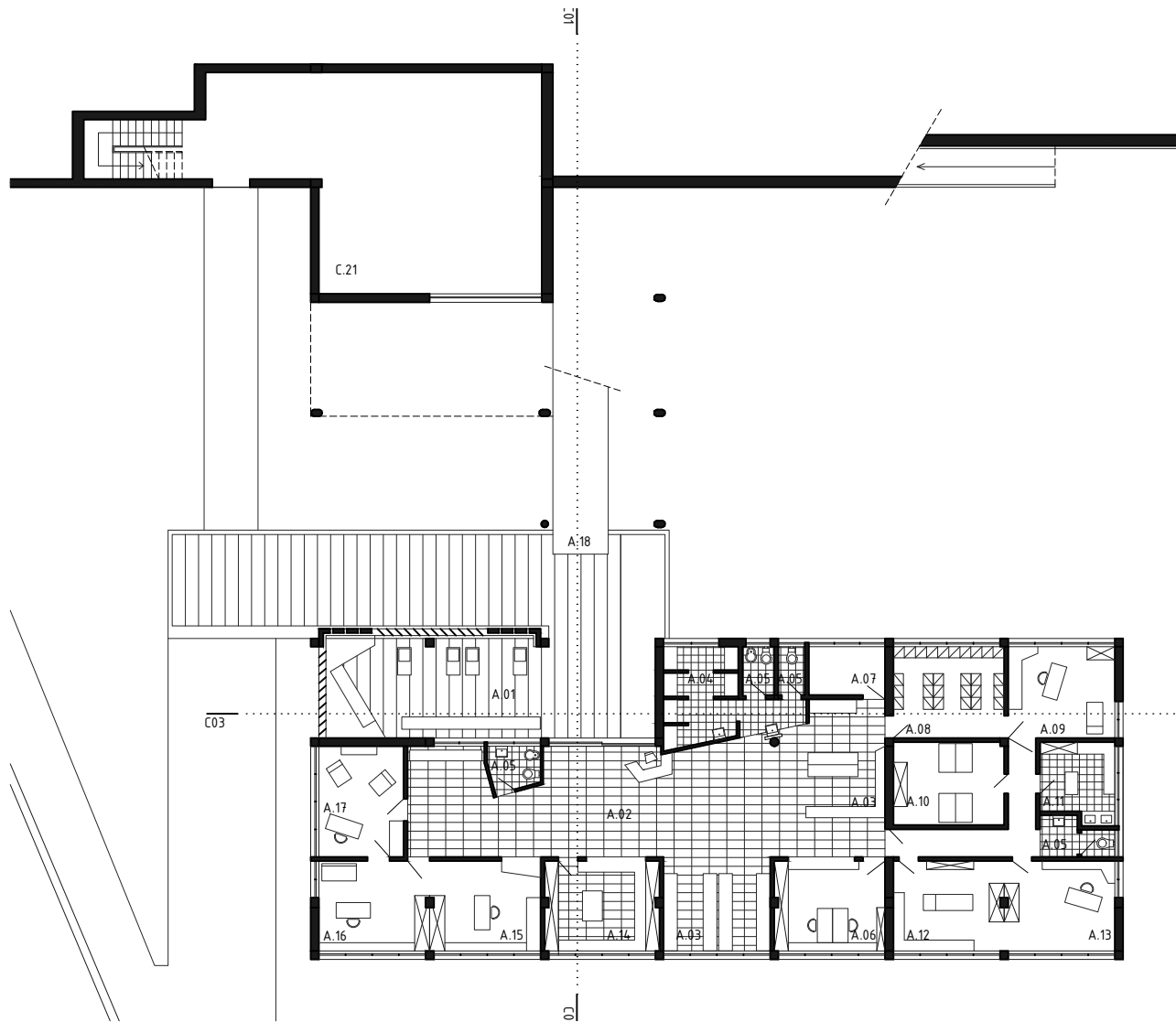
Implantação . esc. 1:500
FIG.4.3.a.

de um arruamento no limite norte do lote, que contornava parcialmente o edifício até à entrada do bloco onde o percurso se dividia para o piso térreo, com um átrio exterior coberto que fazia a transição entre o interior e o exterior, e para a rampa de ligação ao piso superior e ao bloco da Creche.

No interior do núcleo de Assistência Materno-Infantil e Inquérito Social, os espaços eram organizados em bolsas programáticas dispostas em redor de um espaço central de entrada. A este, o programa de Assistência Social era composto por: zona de espera; sala de inquérito social; sala da assistente social; secretaria e arquivo dos serviços sociais, com balcão de atendimento; e instalação sanitária. A oeste, os espaços públicos e de atendimento referentes ao programa médico eram separados por: duas zonas de espera; secretaria dos serviços de saúde e sala de armazenamento e distribuição de farinhas e leites, ambos com balcão de atendimento; boxes de amamentação com lavabos; instalações sanitárias; e sala de isolamento. Em contraste, os estantes espaços de assistência Materno-Infantil seguiam um modelo regrado, repetido em quase todos os CASP, dividido em três áreas: a de pediatria e puericultura, com vestiário e zona de pesagem adjacente ao gabinete de consultas; a área técnica central, com sala de agentes físicos, laboratório e instalações sanitárias para funcionários; e a área consultas de ginecologia e obstetrícia, com sala de tratamentos adjacente ao gabinete médico.

No piso superior, o acesso era feito através de uma galeria exterior coberta que percorria todo o alçado sul. No interior, o programa era composto por: hall com zona de espera e corredor de distribuição; sala de assistência à família; vestiários e instalações sanitárias; cozinha educativa com copa e despensa; e a sala polivalente do patronato que, seguindo as recomendações do CSHAS, poderia ser dividida em quatro espaços, através de divisórias móveis.

O bloco da Creche, implantado a sul, era acedido por um arruamento no limite oeste do lote. A transição entre o exterior e o interior deste bloco era feita através de uma galeria exterior coberta que percorria os alçados sul e poente e fazia a ligação, numa cota



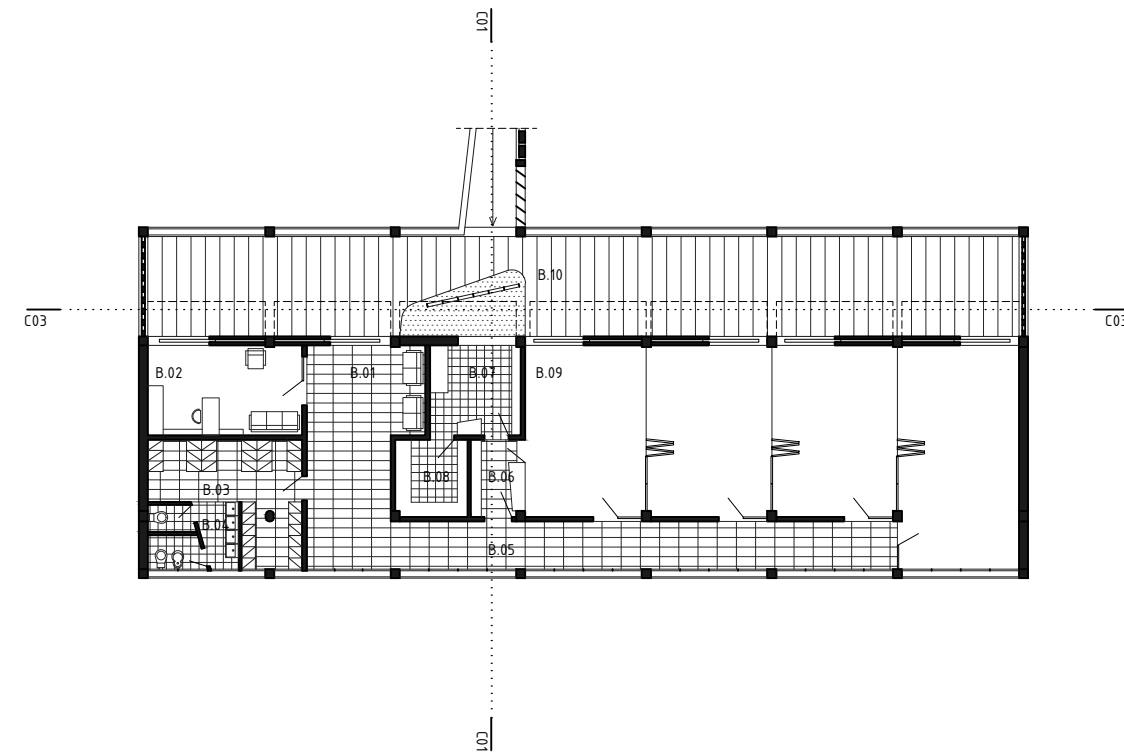
A. Nucleo de Assiafência Materna-Infantil e Inquerito Social
 01 - Garagem para carrinhos de bebe . 02 - Hall . 03 - Espera . 04 - Sala de Amamentação . 05 - Instalações Sanitárias
 06 - Secretaria (Serviços de Saude) . 07 - Isolamento . 08 - Vestiários . 09 - Consulta Infantil . 10 - Sala Agentes Físicos
 11 - Laboratório . 12 - Tratamentos . 13 - Consulta Maternal . 14 - Distribuição de Farinhas e Leite . 15 - Arquivo / Secretaria
 (Serviços Sociais) . 16 - Assistente Social . 17 - Inquerito Social . 18 - Rampa.

C. Creche - 21 - Arrecadação.

intermédia, à rampa que no sentido descendente dava acesso ao núcleo de Assistência e no sentido ascendente ao núcleo do Patronato. No interior do núcleo da Creche, o programa era separado por espaços de acesso público e espaços destinados às crianças. A primeira parte deste programa continha: hall de entrada com espaço para carrinhos de bebé; sala de espera; instalação sanitária; secretaria; boxes de amamentação com lavabos; gabinete médico e gabinete da direcção, ambos com instalação sanitária privada. A segunda parte era organizada ao longo de um corredor de distribuição central que dividia, para este, os espaços técnicos, compostos por: copa de leite e arrecadação; lavandaria e engomadoria; cozinha com copa e despensa; sala de combustível; instalação sanitária e vestíbulo para funcionários, com entrada de serviço através de um terraço a norte. E para sul o poente, os espaços das crianças, distribuídos por: refeitório que servia também como sala de jogos; balneários e instalações sanitárias; sala da vigilante com espaço de roupeiros; e dois dormitórios onde, por recomendação do CSHAS, cada um era dividido em três espaços, através divisórias fixas de madeira e vidro, para que fosse possível a separação das crianças por idade, permitindo que, além da creche, pudesse funcionar também um jardim de infância pré-escolar, garantindo a assistência das crianças até ao seu ingresso na escola primária. Este bloco tinha, também, uma cave localizada à cota do núcleo de assistência, que poderia ser acedida através de uma escadaria no interior da creche ou por um acesso exterior, de nível, no alçado norte do bloco.

O arquitecto referia, na memória do ante-projecto, que para garantir a comodidade e conforto das crianças e utentes as diferenças de cota seriam vencidas por "rampas de pendente suave", com excepção dos acessos às zonas técnicas (cave e terraço de serviço) que eram feitos através de escadas. A orientação e protecção solar dos espaços de permanência era, também, uma das preocupações do arquitecto, razão para que estes possuíssem uma galeria exterior que os sombreava e que ao mesmo tempo que servia como recreio exterior. Estes espaços encontravam-se orientados a sul com





B. Nucleo de Assiatência à Família / Patronato

01 – Hall . 02 – Sala de Assistência à Família / Sala Polivalente . 03 – Vestiário . 04 – Instalações Sanitárias . 05 – Galeria
06 – Copa . 07 – Cozinha . 08 – Despensa . 09 – Sala Polivalente / Patronato . 10 – Terraço Coberto.

Bloco 1
Planta do piso 1 . esc. 1:250
FIG.4.3.c.

excepção do espaço de refeitório que por se orientar para oeste possuía um maior afastamento do limite da galeria exterior.

Eram também utilizadas, como elementos de sombreamento exterior e de composição de fachada, as grelhagens cerâmicas, ou cobogós, as reixas de madeira e as lâminas de betão verticais. Como sistema de ventilação, estavam previstos vãos altos, junto à laje, com grelhas fixas ou móveis que promoviam uma ventilação cruzada e uma luz suave.

Este CASP, em comparação com os anteriores, não possuía uma clareza volumétrica tão marcada, resultando da combinação de um volume paralelepípedo ligado perpendicularmente a outro, menos definido, cuja cobertura se dividia em dois planos a cotas distintas. Esta diferença de cotas na cobertura do bloco da creche fazia com que as áreas técnicas tivessem um pé direito mais baixo, permitindo, por sua vez, que os espaços restantes pudessem ter entradas e de luz e ventilação abertos nos paramentos que ligavam verticalmente as lajes.

MATERIAIS E CONSTRUÇÃO

Construtivamente, o projecto tinha a intenção de tirar partido da resistência e economia dos métodos construtivos modernos e, ao mesmo tempo, manter a relação com a arquitectura tradicional através dos materiais de acabamento. O edifício era composto por fundações em alvenaria de pedra com argamassa hidráulica; pórticos estruturais, constituídos por pilares e vigas em betão armado; lajes aligeiradas, compostas por tijolo isotérmico nº2 da cerâmica “Luzitânia” e lâmina de compressão em betão, montadas em tramos entre vigas, de modo a absorvê-las criando uma superfície inferior plana. Os paramentos eram em alvenaria de tijolo furado de 30x20x4cm, colocados a 1 vez nas paredes principais, a ½ vez nas paredes divisórias e a ¼ de vez nas divisórias secundárias e nas caixas das portas de correr.

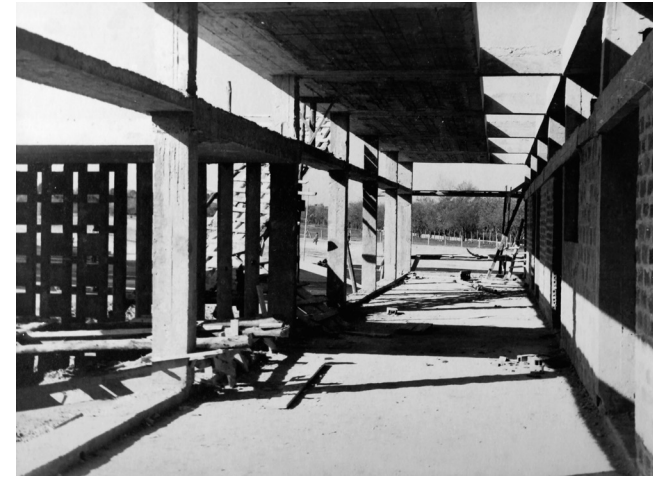
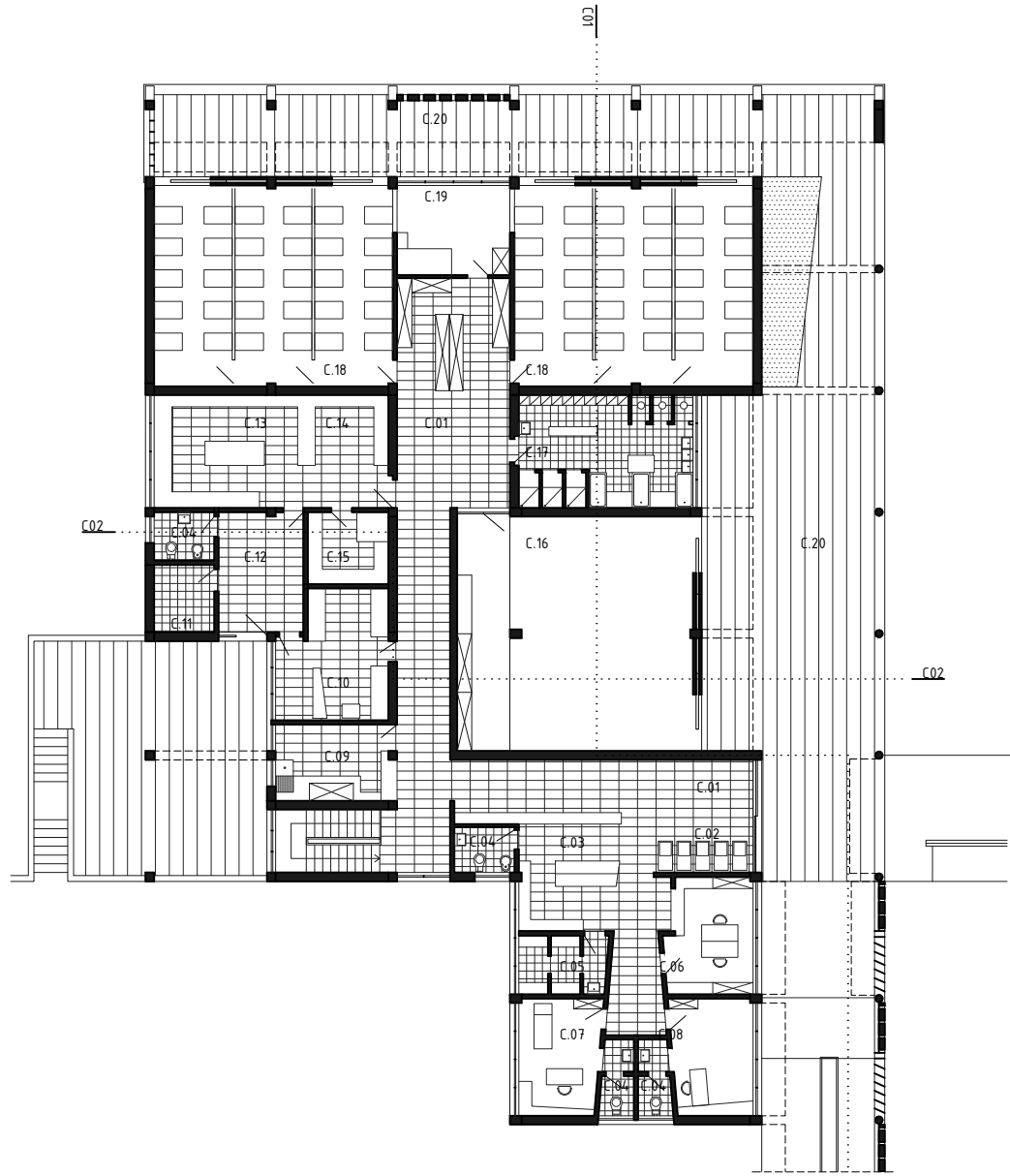


FIG.4.3.02. CASP de Portimão – Foto da obra – Alçado sul.
FIG.4.3.03. CASP de Portimão – Foto da obra – Bloco 1 – Piso 1 alçado sul.



C. Creche
01 - Hall . 02 - Garagem para carrinhos de bebe . 03 - Espera . 04 - Instalações Sanitárias . 05 - Boxes de Amamentação
06 - Secretaria . 07 - Gabinete Médico . 08 - Direcção . 09 - Copa de Leite / Arrecadação . 10 - Lavandaria e Engomadoria
11 - Combustível . 12 - Vestibulo . 13 - Cozinha . 14 - Copa . 15 - Despensa . 16 - Refeitório / Sala de Jogos . 17 - Balneários /
Instalações Sanitárias Crianças . 18 - Dormitório . 19 - Vigilante . 20 - Recreio Coberto



Bloco 2
Planta do piso 0 esc. 1:250
FIG.4.3.d.

Os materiais de acabamento, à semelhança dos CASP anteriormente analisados, foram escolhidos e aplicados nos diversos espaços conforme as suas necessidades técnicas e de conforto.

O pavimento em “tacos de pinho assentes com cola betuminosa, afagados e encerados” e “rodapé de pinho com 0.07m de altura” foi utilizado nos principais espaços de permanência, como: secretarias; gabinetes médicos; sala da direcção; salas de assistência; salas de isolamento e enfermarias; salas de amamentação; dormitórios; sala da vigilante; vestiários; e sala polivalente. O mosaico hidráulico com rodapé de 10cm de altura, assente com argamassa, foi utilizado nos espaços de entrada e de espera dos blocos e nas galerias e corredores de distribuição.

A marmorite polida, resistente e impermeável, foi utilizada em pavimentos e paredes. Aplicada em pavimento e lambrim, de 2,10m de altura, nas salas de laboratório e agentes físicos. E em pavimento e lambrim, de 0,52m de altura, no refeitório e núcleo de escadas interior da creche.

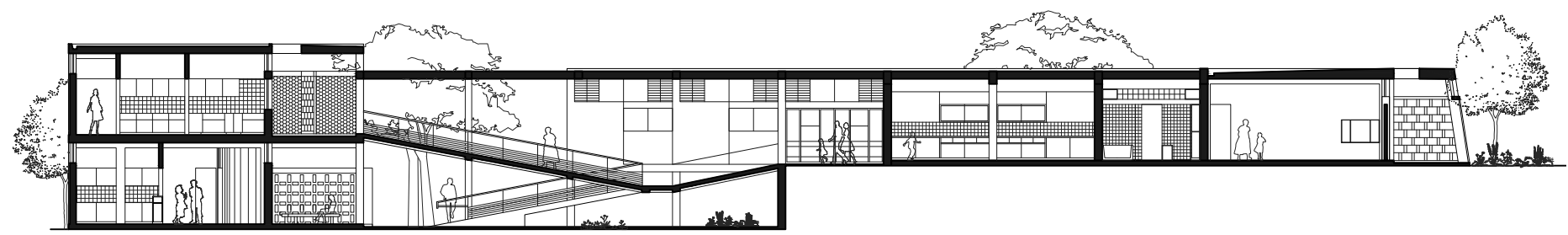
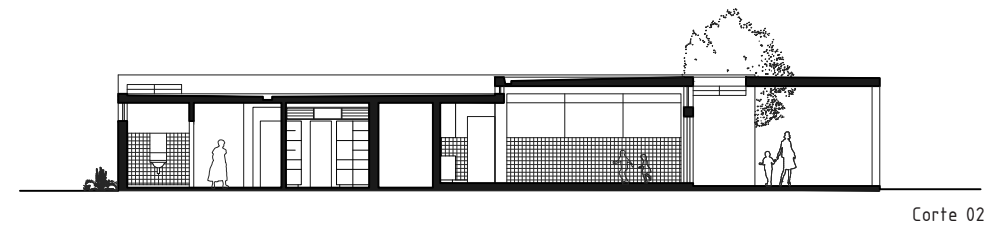
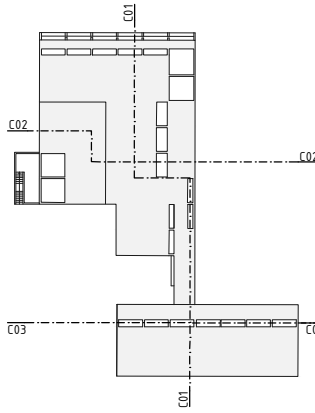
A combinação de pavimento em mosaico hidráulico e lambrim de marmorite, com 2,10m de altura, foi usada em espaços húmidos ou com necessidade específicas de limpeza, como são exemplo: as instalações sanitárias; balneários; cozinhas, copas e despensas; lavandaria; copa de leite e sala de distribuição de leites e farinhas; arrumos e sala de combustível; vestíbulo de serviço; e corredor de distribuição do Patronato.

E o pavimento em tijoleira, assente com argamassa hidráulica de cimento, nas galerias e terraços exteriores adjacentes a espaços de permanência.

O acabamento de paramentos e tectos em espaços interiores e exteriores consistia, em grande parte, em “paredes embuçadas, rebocadas, guarneçadas e caiados à espoja” e “tectos de reboco liso caiados à esponja”, com excepção dos espaços principais de permanência, como dormitórios, consultórios, gabinetes e salas, que tinham “paredes embuçadas, rebocadas, guarneçadas e pintadas a tinta de água” e “tectos de reboco liso pintados a tinta de água”.



FIG.4.3.04. CASP de Portimão – Foto da obra – Bloco 2 . alçado poente . FIG.4.3.05. CASP de Portimão – Foto da obra – Rampa alçado nascente.



esc. 1:250
FIG.4.3.e.

Na descrição do edifício, o arquitecto referia também os principais materiais representativos da tradição algarvia, entre eles, as reixas de madeira, os paramentos revestidos com peças cerâmicas coloridas e as superfícies caiadas de branco. O arquitecto acrescentava que, apesar de o acabamento principal das paredes ser a cal, os planos recuados que emolduravam os vãos poderiam receber “côr, tão estimulante da sensibilidade infantil”, que por contraste valorizaria o branco das superfícies restantes, em comparação ao que “acontece nos campos e povoações do Algarve em que os caiados parecem mais vivos quando emoldurados em faixas de côr”.

Os arranjos exteriores, definidos pelo arquitecto, eram compostos por: pavimento em lajedo rusticados com pedra da região, na entrada norte; pavimento em “betonilha corada e estriada” com os paramentos laterais revestidos a pedra rusticada, nas rampas na e entrada poente; saibro batido ou calçadinha portuguesa branca, em pavimentos circundantes; zonas verdes com heras e chorões; um espelho de água de 30cm de fundo, revestido a pastilha cerâmica de 0.05x0.05m; e circundado todo o perímetro do lote um muro de vedação com 80cm de altura.

Em Abril de 1958, o Lar da Criança de Portimão solicitou à Fundação Calouste Gulbenkian apoio financeiro para a construção do bloco da Creche, na forma de subsídio no valor de 300 contos, e autorização para que esta fosse denominada de Creche Gulbenkian. A resposta foi positiva, mas o subsídio concedido foi apenas metade do solicitado. A 4 de Janeiro de 1962, a direcção do Lar da Criança atribuiu à Fundação o titulo de “sócio-benemérito” como reconhecimento pelo apoio financeiro concedido. Para além do apoio de 150.000\$00 concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian, o mesmo montante foi também cedido pela Câmara Municipal de Portimão, pelo Ministério da Saúde e Assistência e pelo Grémio dos Industriais das Conservas do Barlavento, juntamente com 50 contos de contributo particular e a comparticipação do Estado, através do Fundo de Desemprego, no valor de 630 contos (Duarte,2016).

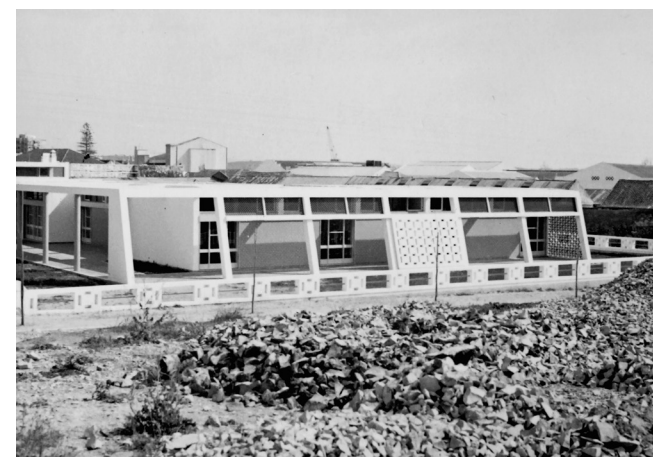
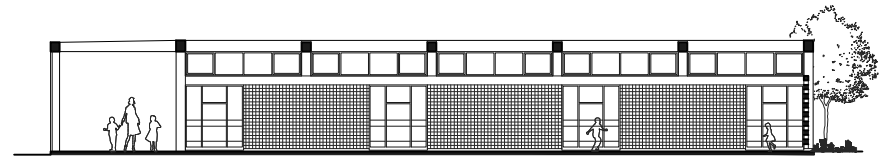
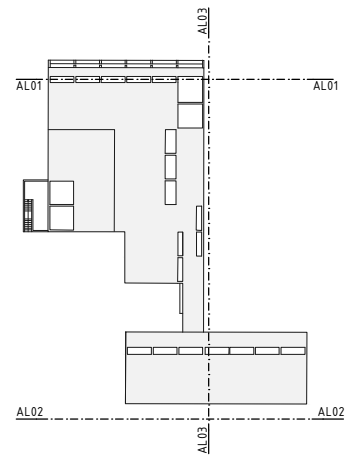
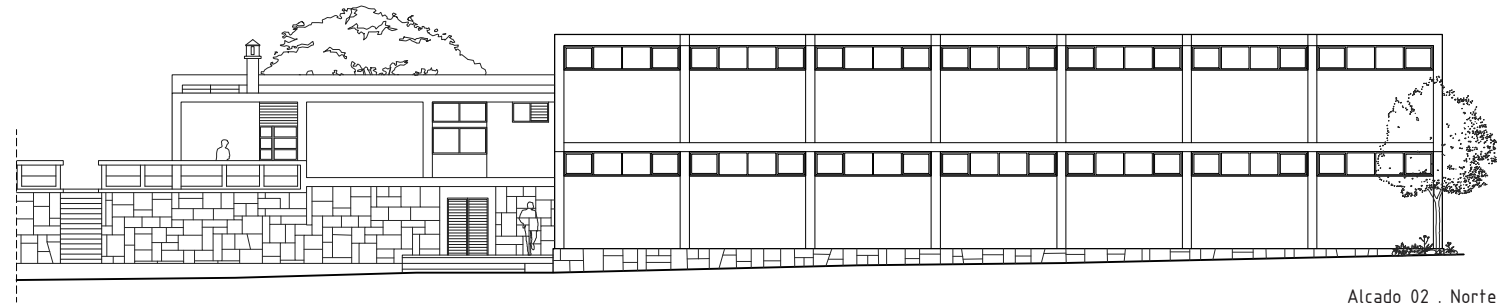


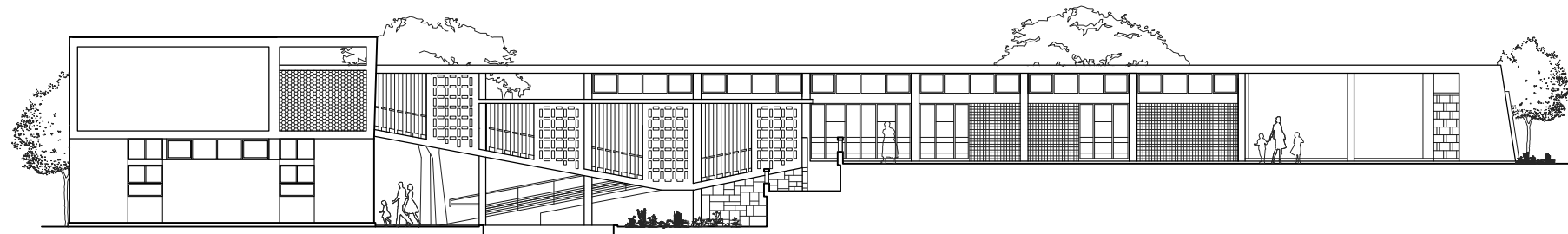
FIG.4.3.06. CASP de Portimão – Bloco 1 . alçado sul.
FIG.4.3.07. CASP de Portimão – Bloco 2. . alçado sul.



Alçado 01 . Sul



Alçado 02 . Norte



Alçado 03 . Poente

esc. 1:250

FIG.4.3.f.

A obra foi adjudicada em Dezembro de 1958, por concurso público ao construtor e engenheiro Aníbal de Brito, construtor também do CASP de Loulé. Através de correspondência trocada entre o LCP, a DUF, o arquitecto e o construtor (DUF-57/MU/56), foi-nos possível verificar que durante o andamento da obra surgiram inúmeras questões relativas a trabalhos a mais e trabalhos mal executados, que resultaram em atrasos na execução da mesma. A obra foi dada como terminada a 2 de Janeiro de 1965, sem mobiliário e com um acerto orçamental de trabalhos a mais que resultou num montante total de 1.748.774\$00 (Duarte,2016).

Pouco depois da conclusão da obra, foi aberta a Secção de Assistência Materno-Infantil, integrada no Instituto Materno Infantil, que iniciou as suas actividades com consultas pré-natais e de apoio à maternidade, dirigidas pelo Dr. Rocha da Silveira, e com serviço de puericultura e pediatria dirigido pelo Dr. Fernando Lopes, que viria a ser o médico da creche.

No final do ano de 1966, apenas o núcleo Materno-Infantil estava mobilado, faltando ainda mobilar o núcleo de Assistência à Família e a Creche. Razão pela qual, a troco da concessão de mobiliário, a Direcção Geral de Assistência impôs ao Lar da Criança um contracto entre a Instituição e o Grémio dos Industriais de Conservas do Barlavento, acordando que, mediante um contributo monetário mensal concedido por três fábricas conserveiras locais, o Lar da Criança comprometia-se a prestar assistência aos filhos dos funcionários das mesmas, "de modo a que aquelas firmas continuassem, como até então, isentas do pagamento da taxa para o Fundo de Socorro Social, obrigatória quando as empresas não tiverem organizada essa assistência" (Duarte, 2016). Assim, a Creche do CASP começou a receber as crianças dos funcionários das fábricas em 1969 e foi oficialmente inaugurada em Junho de 1970, depois de estar completamente equipada.

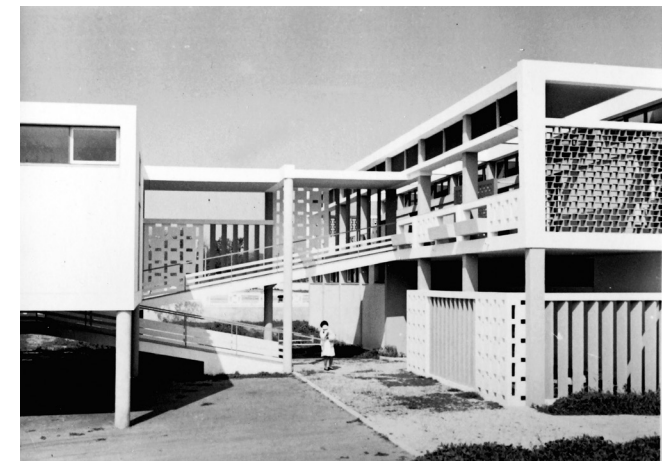
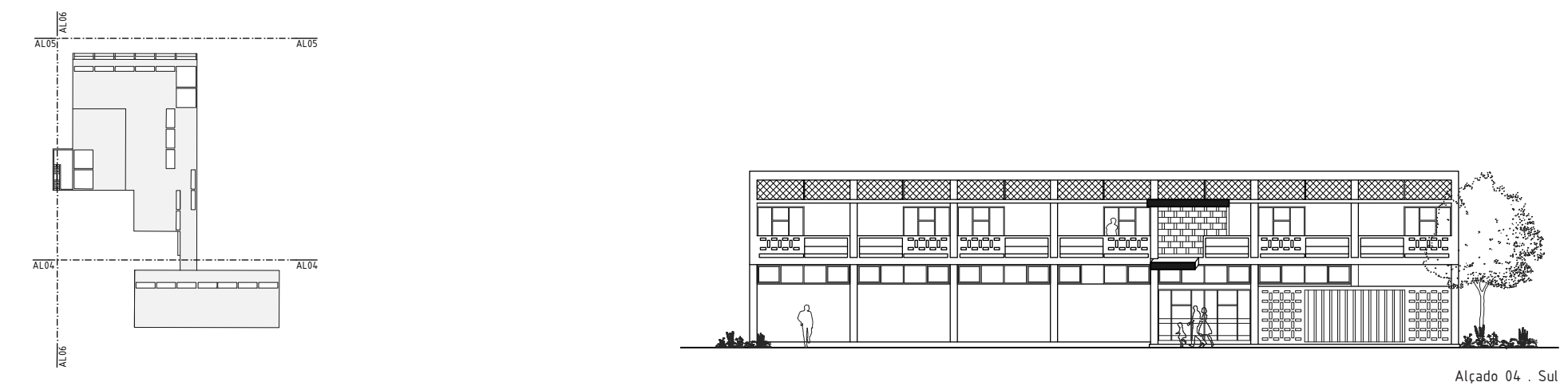
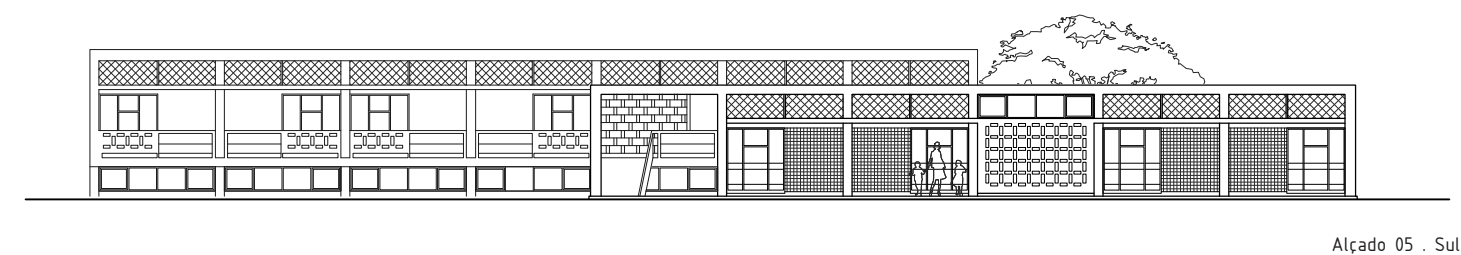


FIG.4.3.08. CASP de Portimão – Rampa . Alçado nascente.

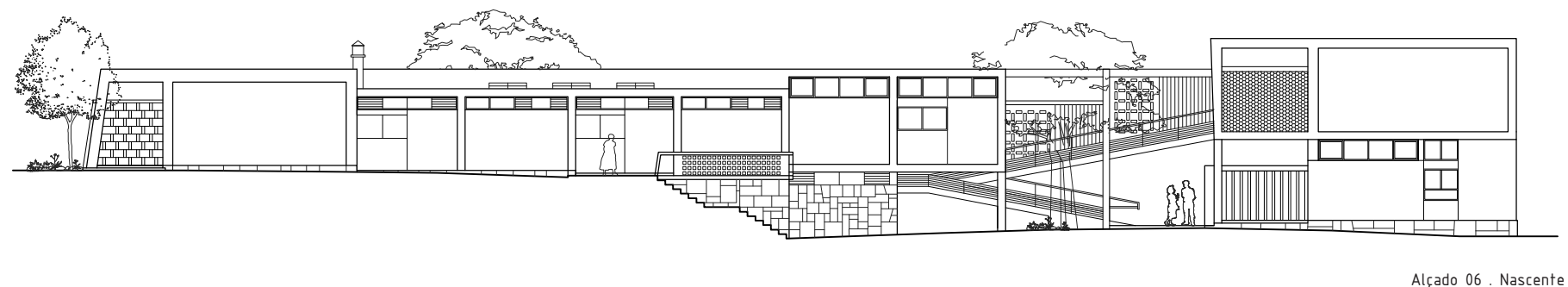


Alçado 04 . Sul

186



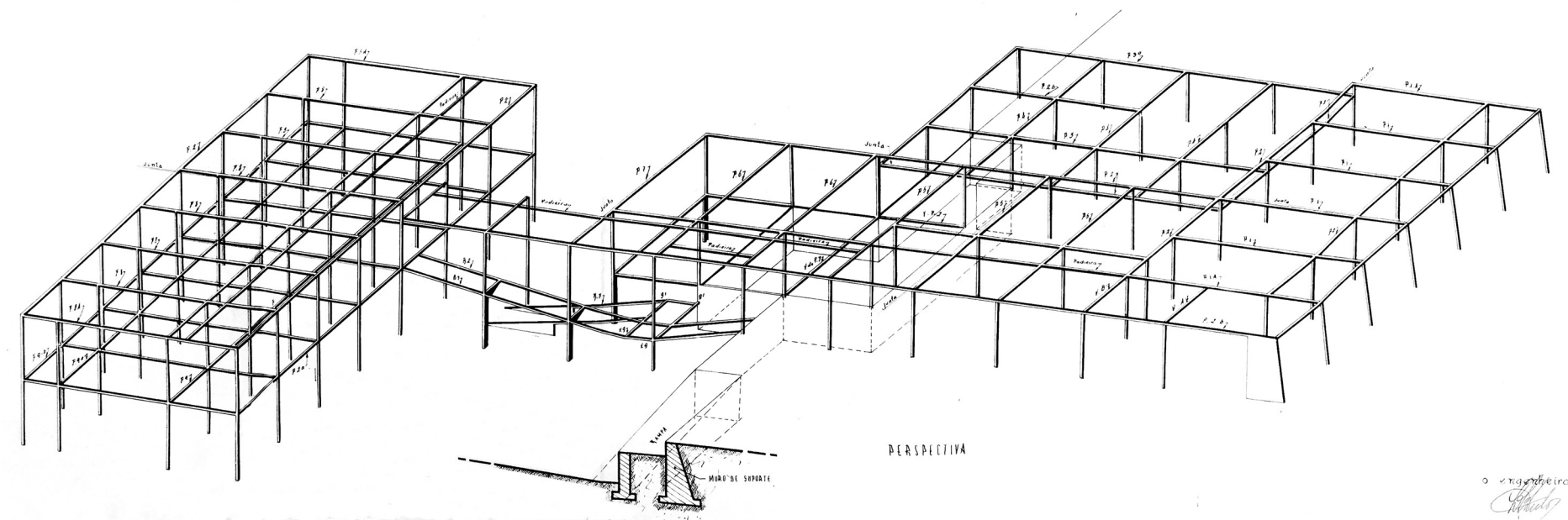
Alçado 05 . Sul



Alçado 06 . Nascente

esc. 1:250

FIG.4.3.g.



187

FIG.4.3.09. CASP Portimão – Axonometria de “Cálculos do Cimento Armado” executada pelo engenheiro Dutra.

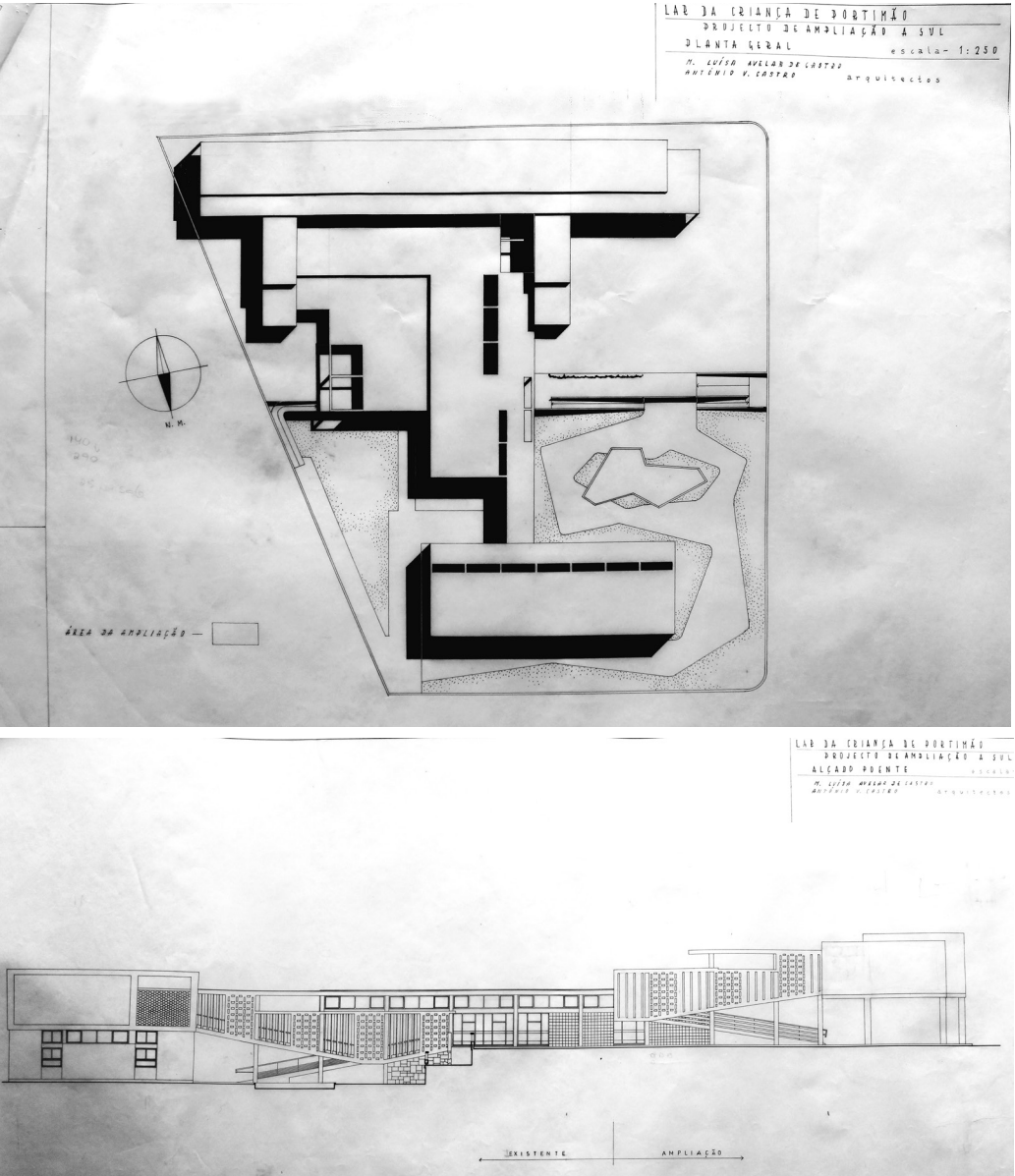


FIG.4.3.10 e FIG.4.3.11 – CASP de Portimão – Projecto de Ampliação 1997 – Planta geral e alçado poente.

ESTADO ACTUAL

Com o aumento da população e a evolução das necessidades locais, a procura dos serviços de Creche fornecidos pelo Lar da Criança de Portimão foi crescendo. Em 1983, quando o Centro de Saúde de Portimão liberta as instalações que ocupava, o LCP ocupa a totalidade do edifício acrescentando à creche o serviço de Centro de Actividades e Tempos Livres (Magalhães, 2018).

Em 1997, de modo a responder à crescente necessidade de espaço da instituição, foi elaborado o projecto de ampliação do CASP de Portimão da autoria do arquitecto António Vicente de Castro em colaboração com a sua filha, a arquitecta Maria Luísa Avelar de Castro. O projecto consistia na criação de um novo bloco, a sul do lote, que se elevava do pavimento, apoiado sobre pilotis de betão, criando no piso térreo um amplo recreio exterior coberto e no piso superior espaços interiores para salas. Este bloco era ligado à da Creche através de dois núcleos de rampas, localizados nos extremos da galeria exterior coberta a sul da mesma.

Depois desta ampliação oficial, até à presente data, o CASP de Portimão foi alvo de inúmeras obras de ampliação clandestinas, ocupando, quase na totalidade, o terreno livre a este do bloco da Creche, deixando a sua volumetria irreconhecível, foram também encerrados todos os espaços exteriores cobertos, com excepção das rampas de acesso.

Em Agosto de 2017, o CASP de Portimão foi proposto para a classificação de “monumento de interesse público” pela Docomomo. Em Março de 2018, foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 52, o Anúncio 38/2018 de 19 de Fevereiro, relativo à abertura do procedimento de classificação do imóvel. No entanto, em Setembro do mesmo ano, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé travou o processo de classificação, deferindo a providência cautelar interposta pela direcção da instituição alegando que os interesses das crianças se sobrepunham à defesa do edifício. (Revez, 2018).



FIG.4.3.12. CASP de Portimão – Rampa . alçado nascente – actualmente.

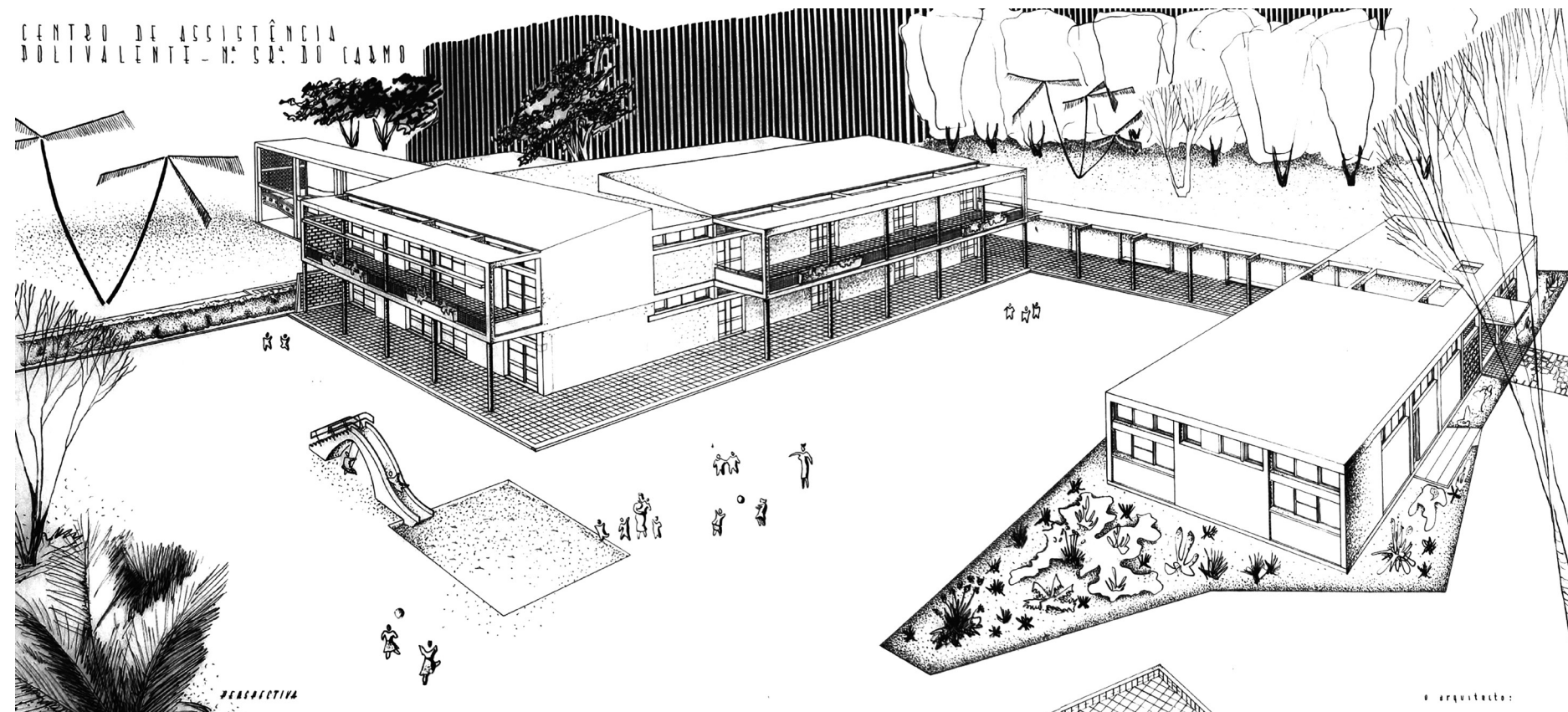


FIG.4.3.13. CASP de Lagos – Perspectiva executada pelo arquitecto Vicente de Castro.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE DE LAGOS

O Centro de Assistência Social Polivalente de Lagos teve como entidade particular responsável, em conjunto com a Comissão Municipal de Assistência, a Instituição de Assistência Nossa Senhora do Carmo, fundada em 1931 por Lucinda Anino dos Santos. Este CASP tinha como objectivo substituir as instalações precárias em que a instituição se encontrava, permitindo melhorar e expandir a sua capacidade de assistência.

O ante-projecto, de Março de 1957, era da autoria do arquitecto António Vicente de Castro. No seu programa base encontravam-se os serviços de Assistência Materno-Infantil; Inquérito Social; Assistência à Família; Creche, para 60 crianças entre os 18 meses e os 3 anos de idade; Patronato, para de 40 raparigas; e Cantina Social, com capacidade para a distribuição de refeições a cerca de 100 pessoas (DUF-116/MU/57). Após a aprovação do ante-projecto pelos órgãos responsáveis, foi elaborado, em Junho de 1958, o projecto final.

O CASP de Lagos foi implantado num terreno cedido pela Câmara Municipal de Lagos, próximo da entrada nascente da cidade, para onde estava também prevista uma avenida marginal. O terreno encontrava-se convenientemente próximo da principal zona fabril da cidade, visto que os seus serviços iriam beneficiar em grande parte estes trabalhadores.

O lote era plano, com um perímetro rectangular e orientava o seu maior comprimento no sentido nascente-poente. A implantação do edifício, dividido em dois blocos, era paralela a esta orientação que, por sua vez, seria, também, paralela à futura avenida. Assim, tendo em conta a proximidade às vias, o bloco com o programa de Assistência Materno-Infantil e Inquérito Social foi implantado a nascente e, no extremo oposto, foi implantado o bloco com o programa de Creche, Patronato e Cantina Social.

Com o objectivo de organizar de forma segura e eficiente os diferentes programas para os diferentes utilizadores, o arquitecto criou três entradas em localizações distintas, estes percursos garantiam, por exemplo, que os utilizadores da Cantina Social não se cruzariam com as crianças do núcleo da Creche.

O bloco de Assistência era acedido por um arruamento a nascente, esta entrada definia um percurso continuo que atravessava perpendicularmente, por um átrio semi-coberto, o bloco de assistência e ligava-o ao núcleo da creche, através de uma galeria exterior coberta. O programa do bloco de Assistência encontrava-se dividido em dois núcleos, separados pelo átrio exterior coberto, já referido. A norte, o núcleo de Inquérito Social e Assistência à Família era composto por: zona de espera exterior e interior; instalação sanitária; gabinete da assistente social; sala de palestras e inquérito social; arquivo; e zona de armazenamento e distribuição de farinhas e leite. A sul, o núcleo de Assistência Materno-Infantil era composto por: hall de entrada, com zona para carrinhos de bebé, sala de espera e boxes de amamentação com lavabos, organizados através de mobiliário e divisórias leves; instalações sanitárias; sala de isolamento; secretaria; gabinete para consultas de pediatria e puericultura com vestiário e zona de pesagem adjacente; gabinete para consultas de ginecologia e obstetrícia com sala de tratamentos; sala de agentes físicos; instalação sanitária para funcionários; e a uma sala para educação das mães criada por sugestão do Instituto Maternal, no seu parecer, que passou a ocupar o espaço definido para o laboratório, no ante-projecto, obrigando ao ajuste da área da secretaria para o reposicionamento do mesmo.

A oeste do lote, encontrava-se o bloco com o núcleo da Creche, Patronato e Cantina Social divido em dois pisos. A Creche, localizada no piso térreo, era acedida pela entrada a nascente do lote, através de uma galeria exterior coberta que, segundo o arquitecto, protegia e limitava, a norte, a zona de parque infantil localizada entre os blocos. No interior, o programa organizava-se, num primeiro momento de cariz público, através de

espaço de entrada com arrumação para carrinhos de bebé e zona de espera; instalação sanitária; sala da direcção, com espaço de secretaria e balcão de atendimento, e gabinete médico, ambos com instalação sanitária privada. O restante programa, dividido por um corredor de distribuição, organizava para nascente e sul os espaços para as crianças, compostos por dois dormitórios com divisórias envidraçadas, separados pela sala da vigilante e boxes de amamentação; balneários e instalações sanitárias para as crianças; e o refeitório, também utilizado como sala de jogos, que servia os programas de Creche e de Patronato, de forma conjunta ou separada, podendo ser dividido através de uma divisória móvel. A oeste, encontravam-se os espaços técnicos partilhados pelos três programas e compostos por: lavandaria e engomadoria; balneário com instalação sanitária, para funcionários; cozinha com copa, despensa e sala de combustível; copa de leite; refeitório para funcionários; copa com balcão de distribuição, para o programa de Cantina Social; e duas salas de arrumos incorporados na fase final do projecto, por recomendação do Instituto Maternal. Esta zona técnica possuía também uma entrada de serviço, com acesso através do limite poente do lote, coincidente com o percurso para a Cantina Social. Este programa era acedido através de um “hall de asseio”, que continha dois espaços de vestiários e lavatórios separados por dois conjuntos de instalações sanitárias, masculinos e femininos. Garantindo que na transição entre o exterior e o refeitório os utentes eram lembrados da importância das boas práticas de higiene pessoal. O espaço de refeitório era, por sua vez, ligado ao programa técnico através da copa com balcão de distribuição, já mencionado.

O núcleo do Patronato, localizado no primeiro piso deste bloco, era acedido através do percurso com entrada a sul do lote. Ao nível do piso térreo, antes da rampa exterior coberta que fazia a ligação ao piso superior, encontrava-se a entrada para o refeitório partilhado com a Creche. No interior do piso superior, o programa era composto por: sala polivalente, com uma divisória móvel, um espaço de arrecadação e terraço exterior

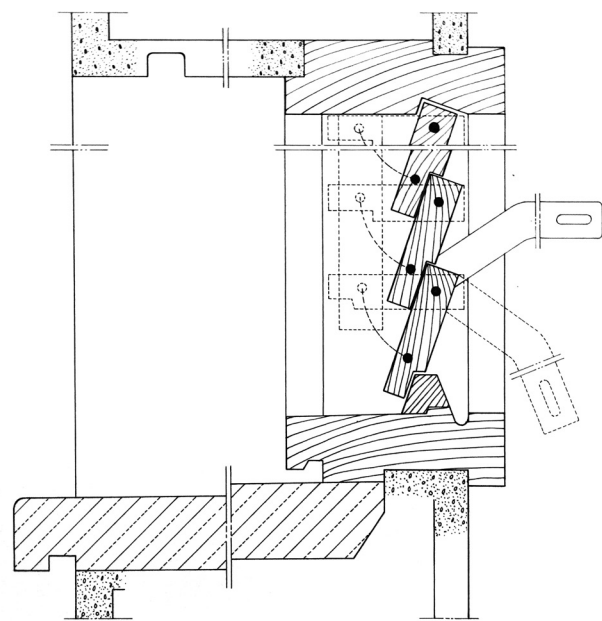


FIG.4.3.14. CASP de Lagos – Pormenor de vão com persiana móvel.

coberto; balneário com instalações sanitárias; sala para artesanato; capela; duas salas de aula com arrumos e um terraço exterior coberto que percorria todo o alçado. Segundo o arquitecto, o Patronato não tinha cozinha educativa por estar previsto que a cozinha da Creche tivesse também essa função.

Durante a apreciação do projecto foi questionada a capacidade do CASP de Lagos para acompanhar o desenvolvimento das crianças até ao seu ingresso na escola primária, sendo esclarecido, pelo do Instituto Maternal, que no núcleo de Patronato poderia funcionar também o programa de Jardim de Infância, de modo a acolher crianças entre os 3 e os 7 anos.

Volumetricamente, o edifício seguia o mesmo princípio do CASP de Portimão, resultando da composição entre um volume regular, paralelepípedo, ligado por um plano a um volume composto pela aglutinação de formas diversas.

No que respeita à adequação dos espaços interiores, o arquitecto distribuía os principais espaços de permanência a sul e a nascente dos blocos, potenciando esta orientação privilegiada com a adição de elementos de protecção solar exterior, sob a forma de terraços e galerias, cobertos e sombreados com grelhagens cerâmicas ou de madeira, o que permitia, também, a sua utilização como espaços de recreio. Como sistema de ventilação e para garantir uma iluminação natural constante e suave, o arquitecto propunha vãos altos, junto à laje, que variavam entre envidraçados fixos ou basculantes, combinados com persianas móveis. No pormenor destas persianas (FIG.4.3.14), apresentado no mapa de vãos, podemos verificar a sua semelhança com o mesmo tipo de vão desenhado pelo arquitecto Manuel Laginha para o CASP de Olhão.

Construtivamente o edifício possuía um sistema estrutural distribuído em pórticos, constituídos por vigas e pilares em betão armado, lajes aligeiradas, de piso e cobertura, e paramentos em alvenaria. Esteticamente, o arquitecto apontava para a utilização da cal como elemento marcante do conjunto e indissociável da tradição algarvia, em paralelo

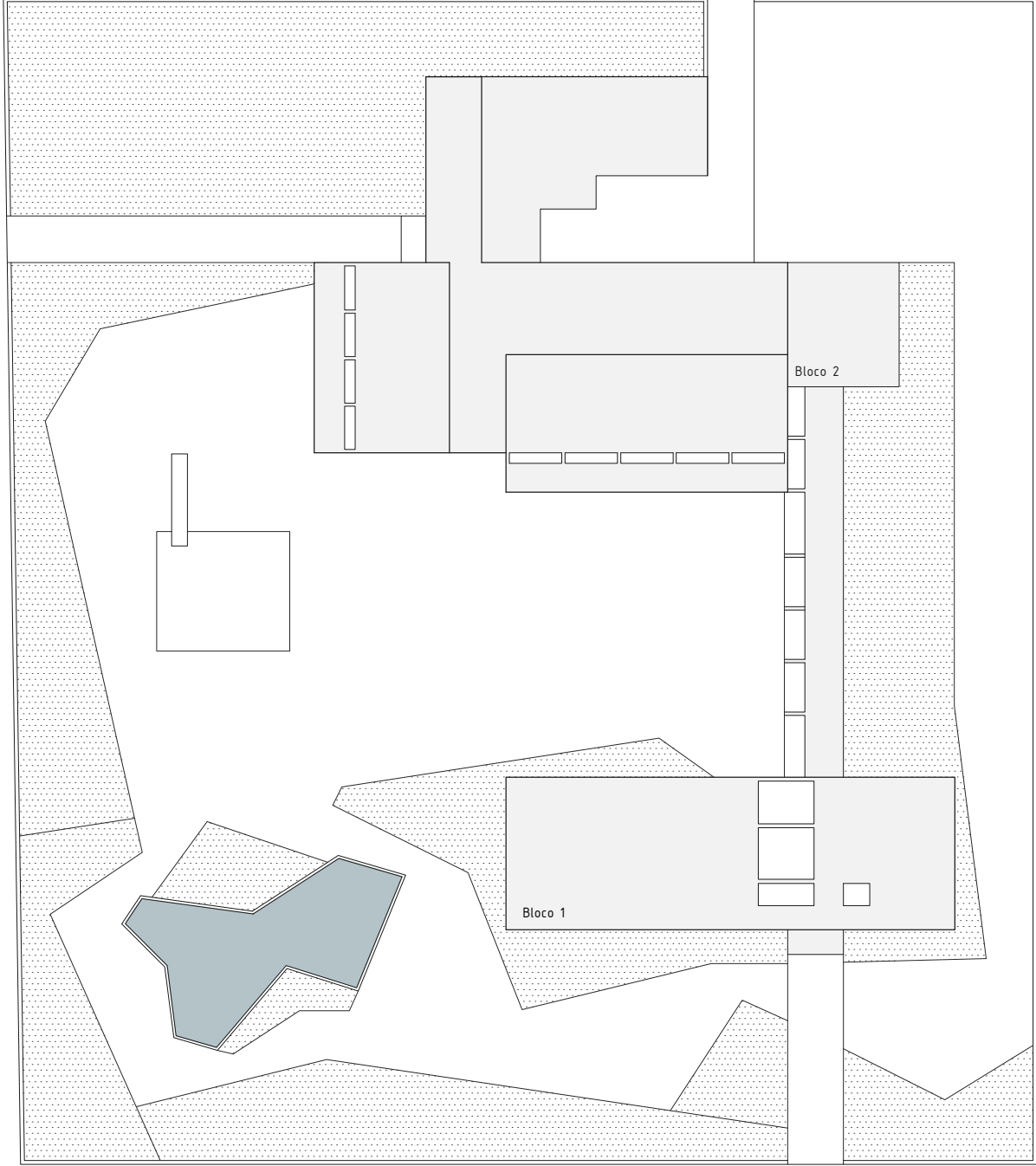
com a importância da cor, como apontamento de valorização do espaço, introduzindo-a nos elementos cerâmicos e de betão, que dinamizavam as composições das fachadas, e nos paramentos recuados do piso térreo através painéis em pastilha cerâmica.

Em Setembro de 1959, a DUF submeteu um pedido de comparticipação para a obra do CASP de Lagos, com um valor total de 1.763,589\$00. O pedido foi aprovado em Dezembro do mesmo ano, através do Fundo de Desemprego, e as obras foram iniciadas em 1960. Em 1962 foi aberto ao público o núcleo de Assistência Materno-Infantil, tendo a obra sido concluída e inaugurada apenas em 1969 (Ferro,2002).

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE DE LAGOS

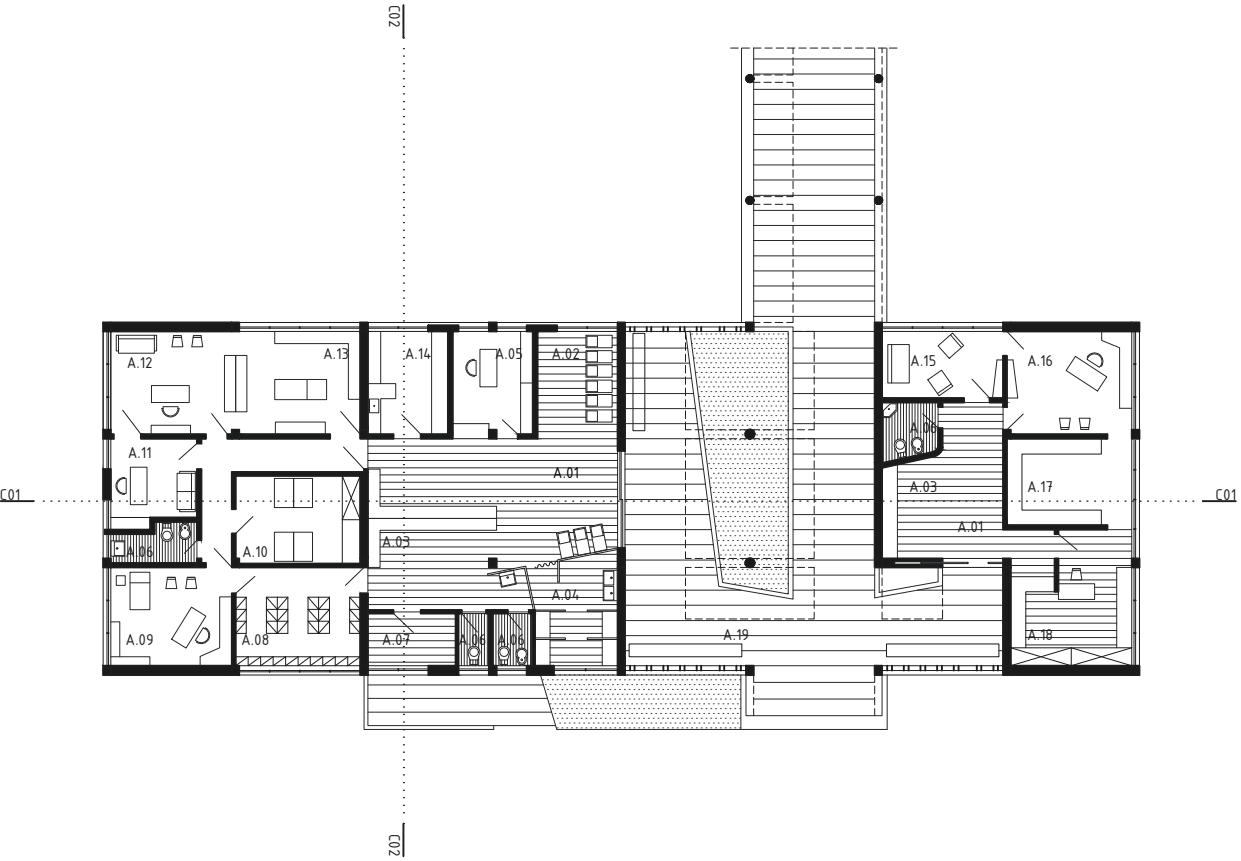
Bloco 1.
Núcleo de Assistência Materno-Infantil e Inquérito Social (A)
Núcleo de Assistência à Família (B)

Bloco 2.
Creche e Cantina Social (C)
Núcleo de Patronato para Raparigas (D)



Implantação . esc. 1:500

FIG.4.3.h.



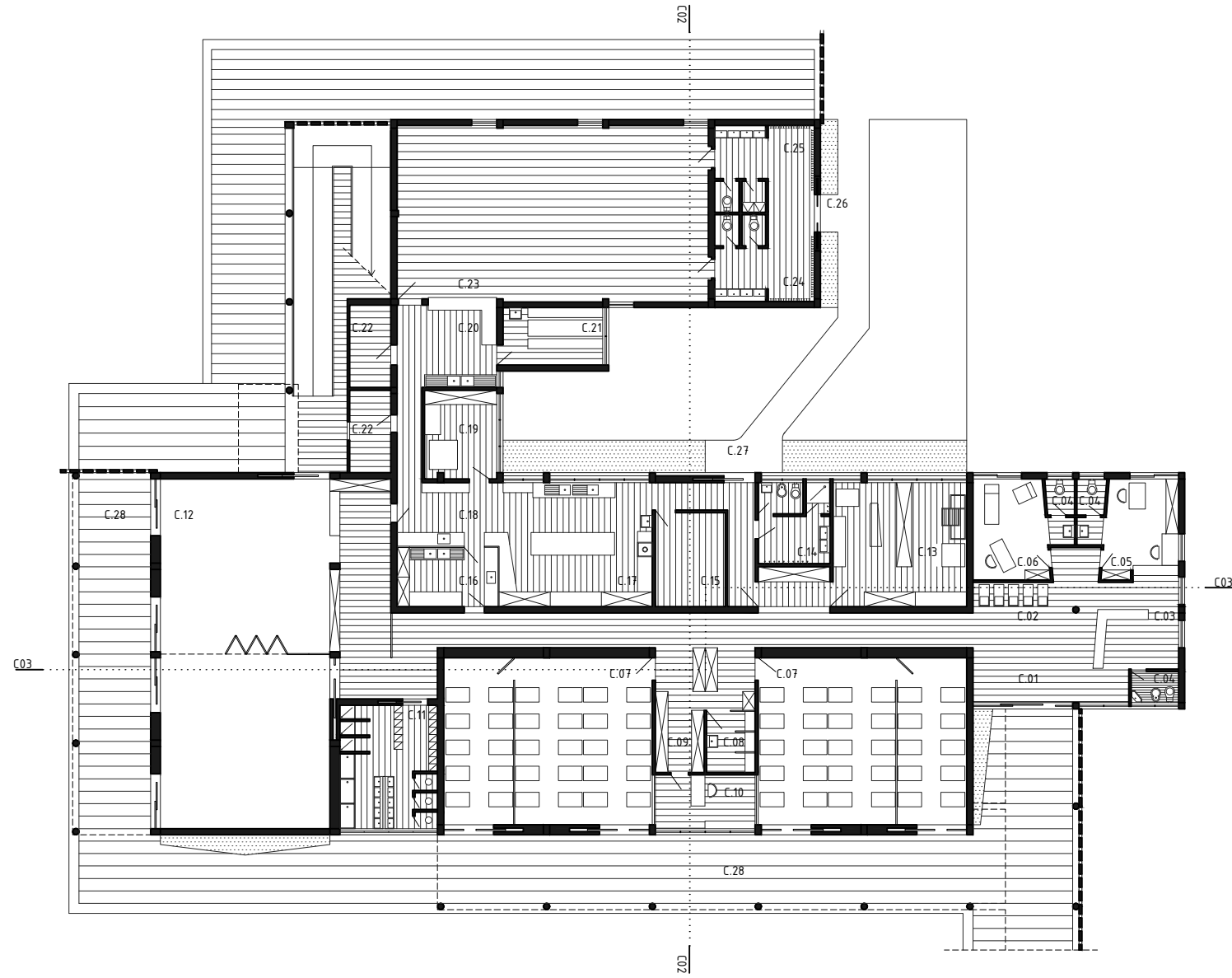
A. Nucleo de Assiatência Materna-Infantil e Inquerito Social

01 - Hall . 02 - Garagem para carrinhos de bebe . 03 - Espera . 04 - Sala de Amamentação . 05 - Secretaria (Serviços de Saúde)
06 - Instalações Sanitárias . 07 - Isolamento . 08 - Vestiários . 09 - Consulta Infantil . 10 - Sala Agentes Físicos . 11 - Educação
Sanitária Mães . 12 - Consulta Maternal . 13 - Tratamentos . 14 - Laboratório . 15 - Inquerito Social . 16 - Assistente Social
17 - Arquivo . 18 - Distribuição de Farinhas e Leite . 19 - Espera Exterior.



Bloco 1
Planta do piso 0 esc. 1:250

FIG.4.3.i.

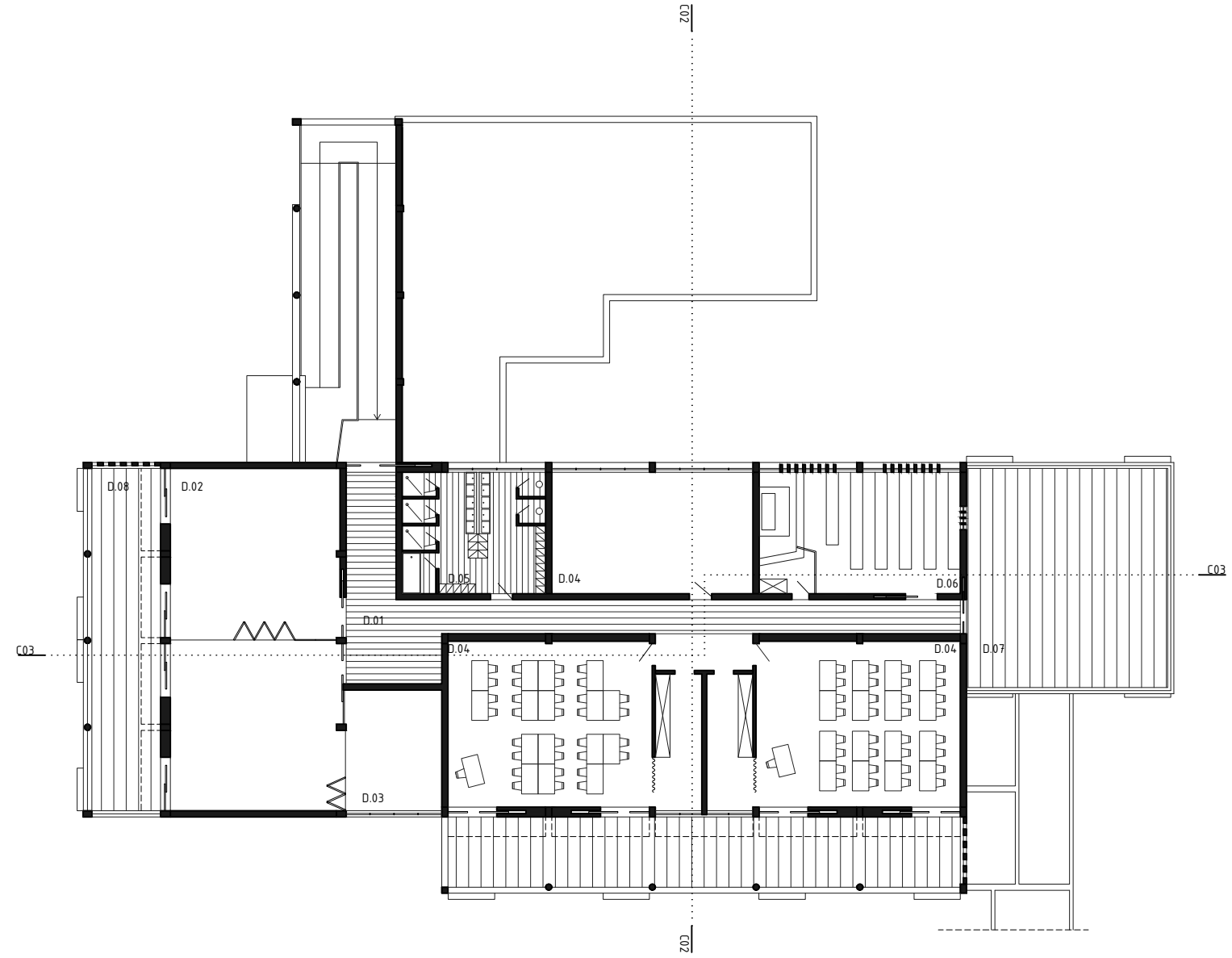


C. Creche e Cantina Social

01 - Hall . 02 - Garagem para carrinhos de bebe . 03 - Espera . 04 - Instalações Sanitárias . 05 - Direcção e Secretaria
06 - Gabinete Médico . 07 - Dormitório . 08 - Boxes de Amamentação . 09 - Roupeiro . 10 - Vigilante . 11- Banheiros /
Instalações Sanitárias Crianças . 12 - Refeitório / Sala de Jogos . 13 - Lavandaria e Engomadoria . 14 - Banheiro dos funcionários
15 - Combustível . 16 - Copa de Leite . 17 - Cozinha . 18 - Copa . 19 - Despensa . 20 - Copa de Distribuição . 21 - Refeitório dos
funcionários . 22 - Arrumos . 23 - Cantina Social . 24 - Instalações Sanitárias Femininas . 25 - Instalações Sanitárias Masculinas
26 - Entrada Cantina Social . 27 - Entrada de Serviço . 28 - Recreio Coberto.



Bloco 2
Planta do piso 0 esc. 1:250
FIG.4.3.j.

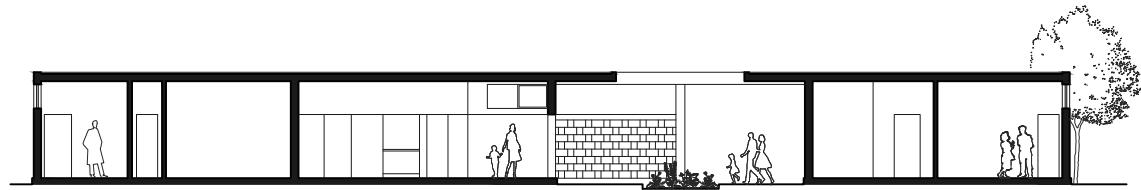
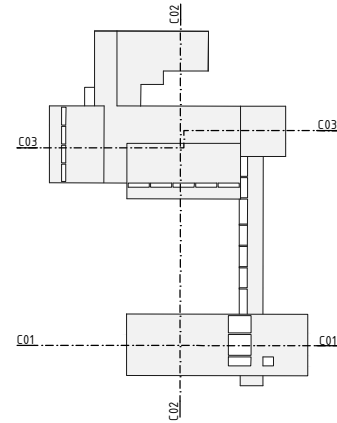


D. Nucleo do Patronato de Raparigas

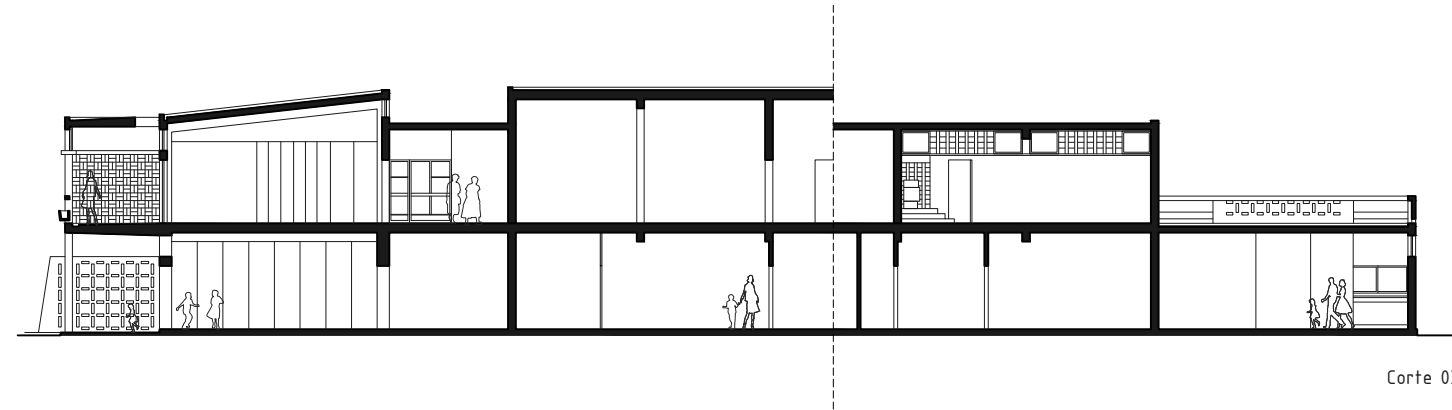
01 - Hall . 02 - Sala Polivalente . 03 - Arrecadação . 04 - Sala de Aula . 05 - Banheiros / Instalações Sanitárias . 06 - Capela
07 - Terraço . 08 - Terraço Coberto.



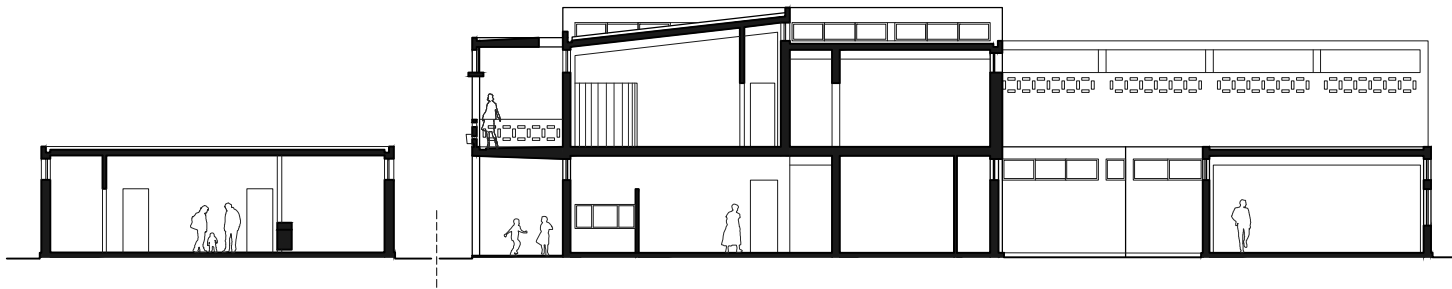
Bloco 2
Planta do piso 1 esc. 1:250
FIG.4.3.k.



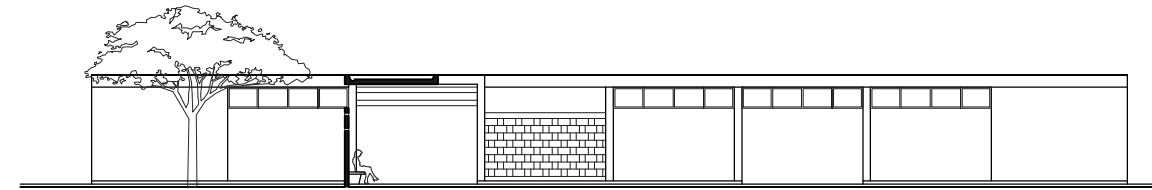
Corte 01



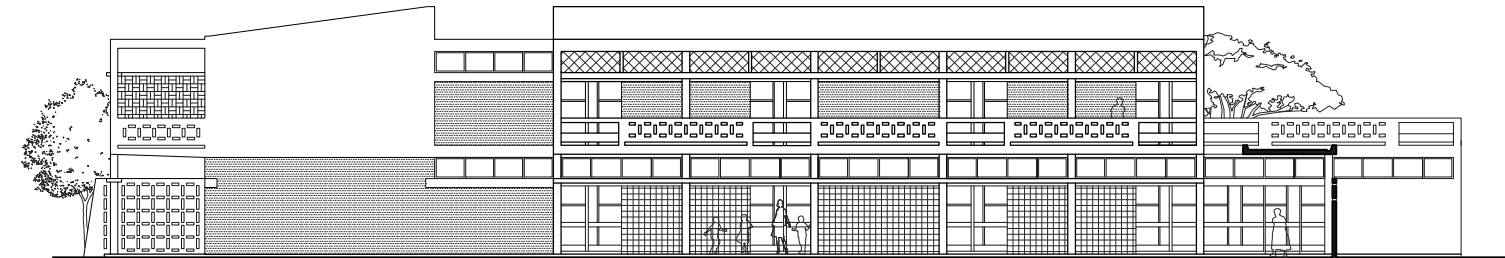
Corte 03



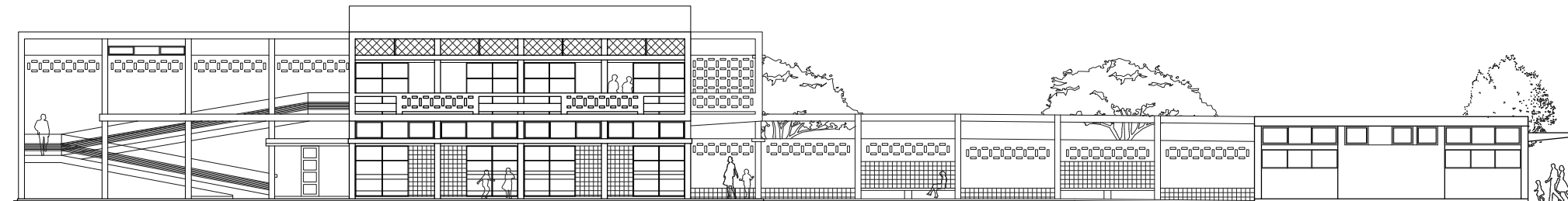
Corte 02



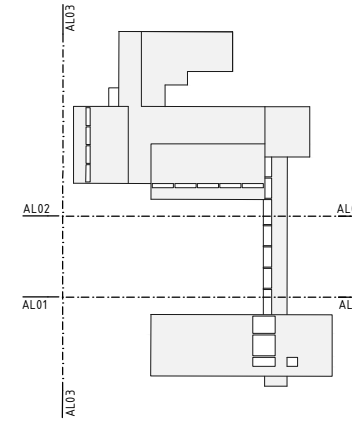
Alçado 01 . Poente

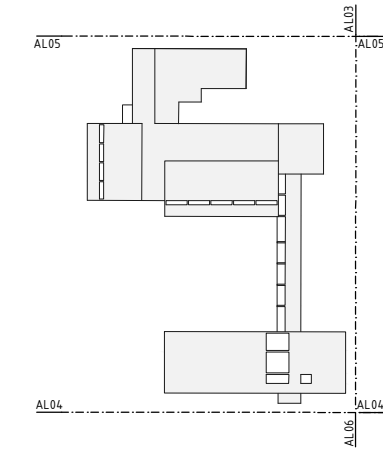


Alçado 02 . Nascente

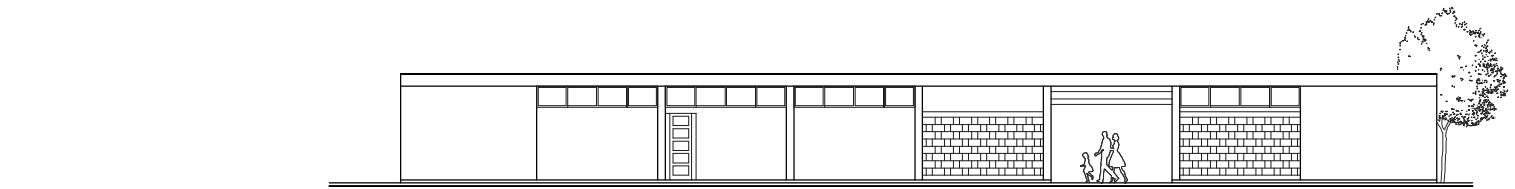


Alçado 03 . Sul

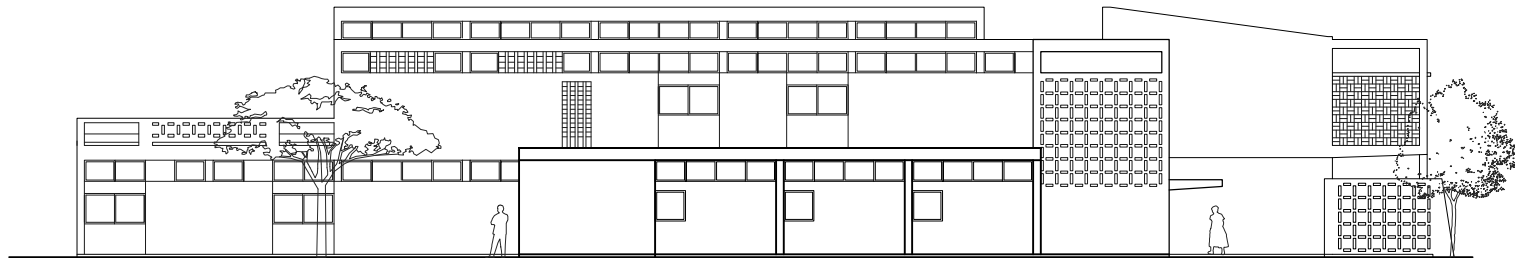




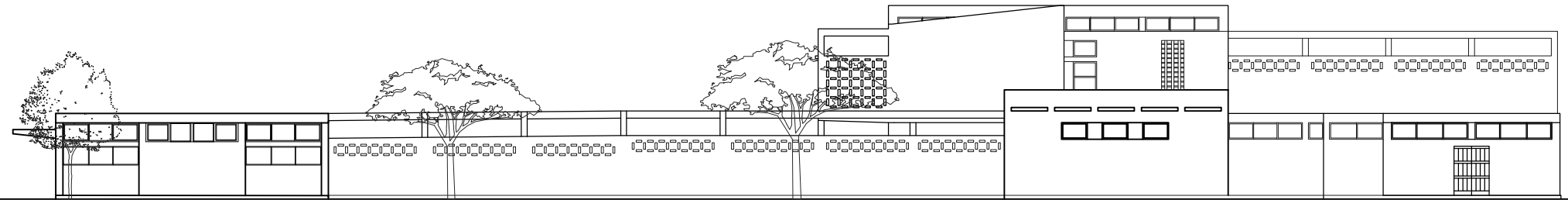
202



Alçado 04 . Nascente



Alçado 05 . Poente



Alçado 03 . Norte

esc. 1:250
FIG.4.3.n.

ESTADO ACTUAL

O CASP de Lagos encontra-se em funcionamento e sob a tutela da mesma instituição, agora denominada Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos. O edifício sofreu inúmeras alterações e adições tendo sido ocupado todo o terreno a norte do lote. No entanto, apesar das alterações feitas no interior para adaptação dos espaços, as fachadas nascente e sul mantêm-se fiéis ao projecto original, com excepção de um terraço, adjacente a uma das salas de aula do patronato, que foi fechado.

Quanto à organização programática, no bloco de Assistência funcionam actualmente o serviço de Segurança Social de Lagos e a direcção da Creche e Jardim de Infância. O núcleo da Creche mantém seu programa tendo as suas instalações sido ampliadas. E nos espaços do núcleo de Patronato e Cantina Social funciona actualmente um lar de jovens, em regime de internato, com capacidade para cerca de 55 jovens, entre os 3 e os 20 anos, que necessitem de acolhimento.

Não nos foi possível identificar qualquer tentativa de classificação deste edifício, concluindo que nunca terá sido aberto o processo de classificação do mesmo.

203



FIG.4.3.15. CASP de Lagos – Bloco 2- Alçado sudoeste.

4.4 CENTROS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE
ARQUITECTO MANUEL MARTINS GARRIDO



FIG.4.4.01. CASP de São Brás de Alportel – foto da maqueta.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Durante o processo de investigação para o presente estudo foi identificada a existência de um projecto para o Centro de Assistência Social Polivalente de São Brás de Alportel. Projecto este que não se encontrava identificado como CASP na bibliografia específica consultada, tendo o seu autor, o arquitecto Manuel Martins Garrido¹, sido identificado por Agarez (2009) como o autor de uma Creche em S.B. de Alportel em 1957.

Apesar da escassa informação recolhida sobre o processo deste CASP optámos por apresentá-lo de modo a possibilitar uma compreensão mais abrangente do foi esta rede distrital de Assistência.

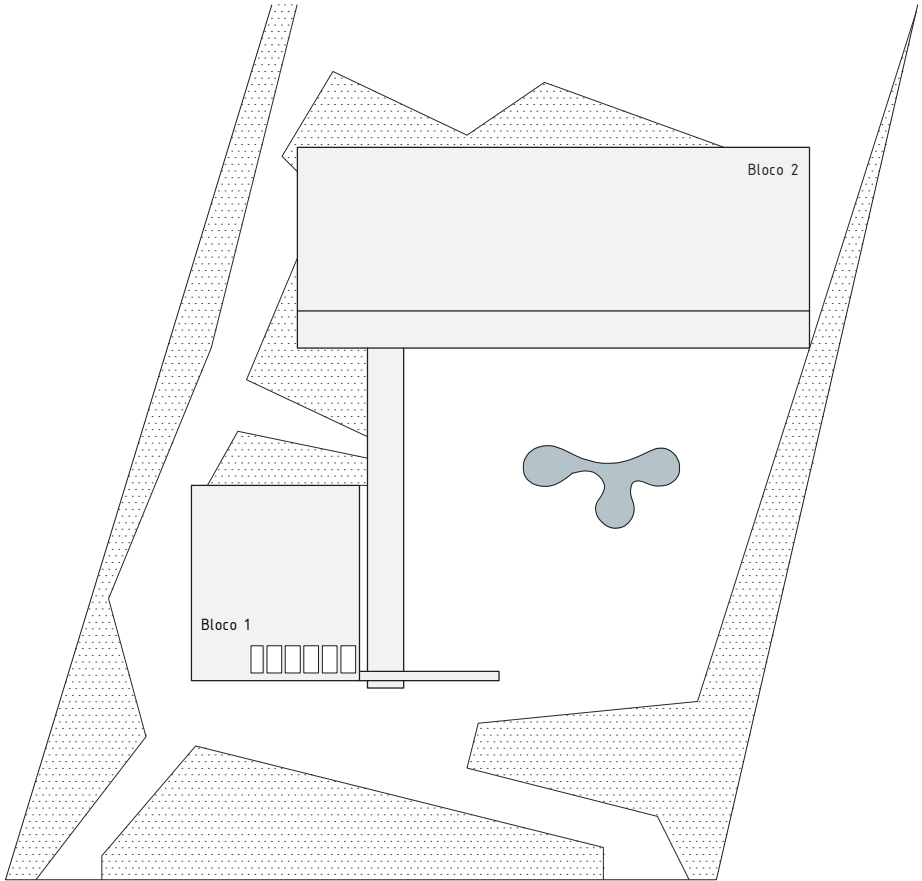
Em correspondência, datada de 1952 (ADMTSBA-Doc.461), o Governador Civil de Faro, António Baptista Coelho, informava o Presidente do Centro de Assistência Social de S.B. de Alportel que o Ministro das Obras Públicas tinha aprovado, por proposta do subdelegado do Instituto Maternal de Faro, incluir nas instalações e inacabadas do Hospital de S.B. de Alportel o programa de Centro Social, Creche e dispensário Materno-Infantil, como complemento aos restantes serviços clínicos. Ainda que sem informação concreta, supomos que o hospital referido se tratava do edifício desenhado por Carlos Ramos para o mesmo efeito, segundo Agarez (2016), a sua construção teria sido iniciada em 1931 e em 1939 ainda se encontrava inacabado. Não nos foi possível apurar o desfecho desta iniciativa que pretendia ligar estes edifícios.

No entanto, em 1956 (ADMTSBA-Doc.463), por acção da Comissão Instaladora do Centro de Assistência Social de São Brás de Alportel, presidido por Amável Faria, seria elaborado para S.B. de Alportel um projecto para abrigar os serviços de assistência prestados por esta associação de beneficência.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Bloco 1.
Núcleo de Assistência Materno-Infantil e Inquérito Social (A)

Bloco 2.
Creche (C)



Implantação . esc. 1:500

FIG.4.4.a.

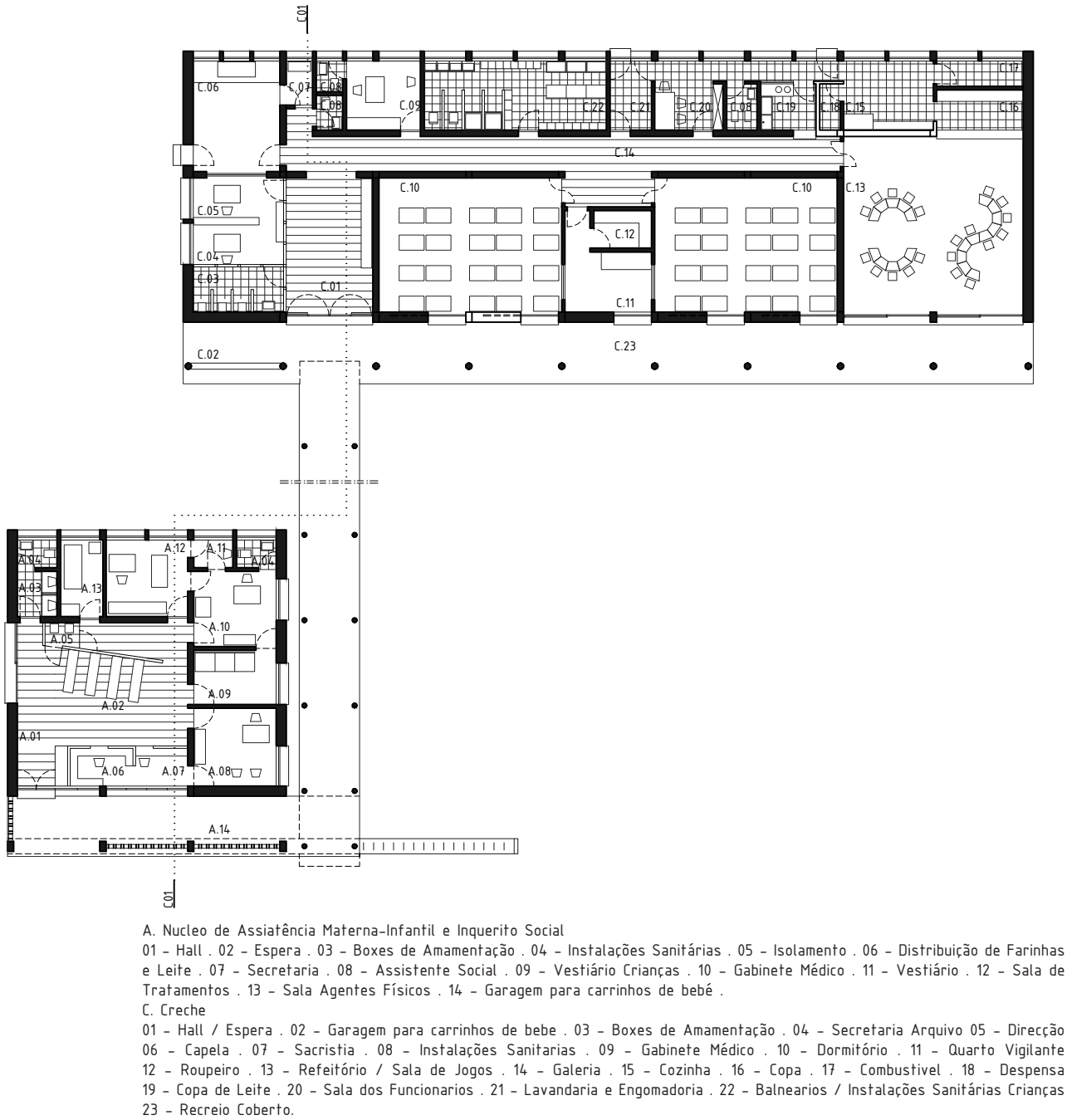
Este CASP tinha como objectivo a assistência à população pobre da cidade e aos filhos dos operários da indústria corticeira local. Tendo como entidade privada responsável o Centro de Assistência Social de São Brás de Alportel, em cooperação com a Santa Casa da Misericórdia da S.B. de Alportel, este CASP beneficiou, também, do importante contributo do benemérito local, António Martins Calçada, e do incentivo do subdelegado distrital do Instituto Maternal (DUF-98/MU/56).

O ante-projecto, submetido em 1956, implantava-se num terreno localizado na entrada sudoeste da cidade, anexo aos terrenos do Hospital da Misericórdia, proximidade justificada pelo objectivo de partilhar os serviços médico-sociais entre as duas instituições (ADMTSBA-Doc.466). O seu programa seria distribuído em duas fases, a primeira com Assistência Social, Materno-Infantil e Creche, e a segunda com Patronato, Cantina Social e Secção de Assistência a Inválidos. O ante-projecto e o projecto final consultados correspondem apenas à primeira fase.

O programa, à semelhança dos CASP de Loulé e Olhão que se encontravam em construção na altura do projecto, dividia-se em dois blocos ligados por uma galeria exterior coberta. Nos desenhos inicialmente apresentados estes elementos encontravam-se à mesma cota, tendo sido assumido que o terreno era plano, no entanto, o arquitecto procedeu depois à substituição das peças desenhadas, explicando que ao contrário do inicialmente previsto, o terreno apresentava um declive considerável para sul, reposicionando então, os dois blocos a cotas diferentes vencidas por uma rampa exterior coberta.

Em Março de 1957, foi apresentado o projecto final que incluía as alterações recomendadas pela 8ª Secção do CSHAS durante a apreciação do ante-projecto.

O bloco com o núcleo de Assistência Materno-Infantil e Inquérito Social foi implantado a sul do lote, próximo da via de circulação. O seu programa continha um átrio exterior coberto, com espaço para carrinhos de bebé; no interior o espaço de entrada era organizado através de mobiliário e divisórias leves de forma a criar uma zona de

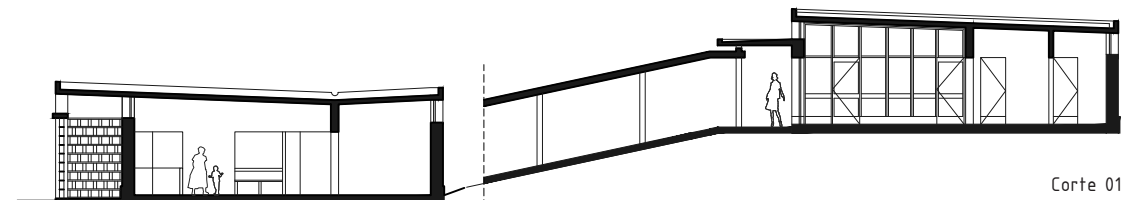
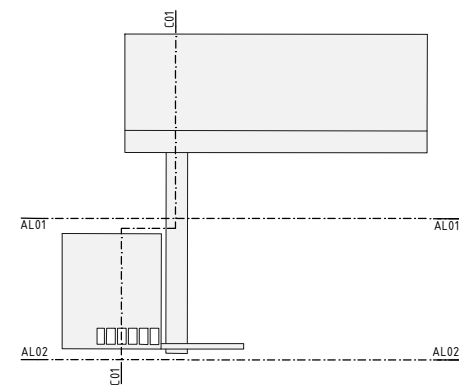


Bloco 1 e 2
Planta do piso 0 . esc. 1:250
FIG.4.4.b.

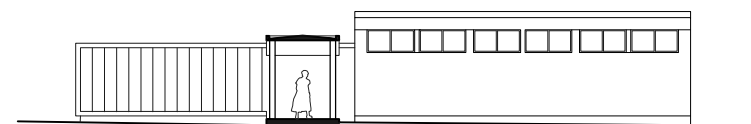
espera e um pequeno compartimento para isolamento, que no ante-projecto partilhava o acesso com a sala de agentes físicos, mas que por recomendação do CSHAS passou a ter acesso directo pela zona espera de modo a evitar contágios; o restante programa, distribuído em volta deste espaço de recepção, era composto por: boxes de amamentação com instalação sanitária; espaço de distribuição de farinhas e leite; secretaria; sala da assistente social; sala de agentes físicos; e um único gabinete médico, com instalação sanitária, para consultas de mães e crianças sendo, por isso, colocado no centro e com acesso directo aos espaços de vestiário de crianças, com zona de pesagem e análises e à sala de tratamentos com vestiário para as mães.

O bloco da Creche, dimensionado para 40 crianças, encontrava-se a norte do lote, numa zona mais recatada, com o acesso principal através da rampa de ligação entre blocos. O seu programa era composto por: hall de entrada com zona de espera e corredor de distribuição; boxes de amamentação com lavabos; espaço comum para secretaria e sala da direcção; instalação sanitária publica; gabinete médico com instalação sanitária privada; dois dormitórios, um para crianças dos 18 meses ao 3 anos e outro para crianças dos 3 aos 7 anos, separados pela sala da vigilante e zona de roupeiros; balneários e instalações sanitárias para crianças; lavandaria com acesso de serviço; área para funcionários com sala de estar, vestiário e instalação sanitária; copa de leite; cozinha com despensa, sala de combustível e copa com balcão passa pratos; refeitório, que servia também como sala de jogos; e capela com sacristia, com acesso directo pelo alçado poente, esta terá sido incluída no projecto a pedido do falecido benemérito, António Calçada.

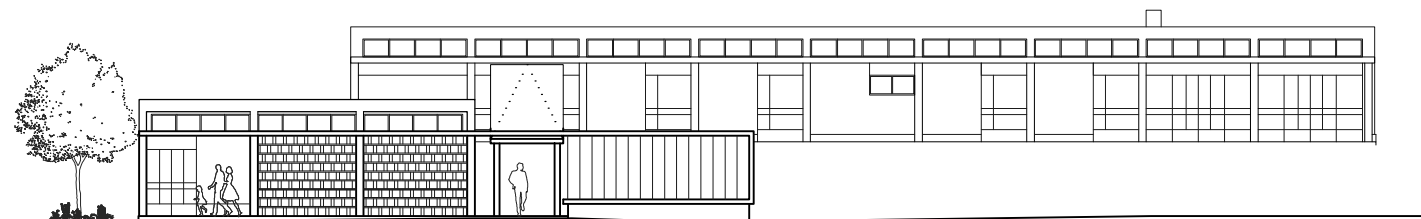
Os blocos foram dispostos de modo a que os principais espaços de permanência se orientassem a sul. Utilizando como elementos de sombreamento, no bloco de assistência, as grelhagens cerâmicas, e no bloco da creche uma galeria coberta ao longo de todo o alçado sul, que protegia os espaços interiores e servia como recreio coberto para as crianças.



Corte 01



Alçado 01 . Norte



Alçado 02 . Sul

Volumetricamente, o edifício era o resultado da composição de dois blocos de forma regular, um quadrado e outro rectangular, ligados perpendicularmente pelo plano inclinado da rampa.

Construtivamente o edifício possuía uma estrutura em pilares e vigas de betão armado, paredes exteriores em alvenaria de pedra e paredes interiores em alvenaria de tijolo. As lajes de cobertura eram compostas por elementos cerâmicos pré-fabricados tipo “Luzitânia” com uma lâmina de compressão em betão; a pala da galeria exterior da creche e a cobertura da rampa eram em laje simples de betão armado. A obra foi orçamentada em 850.000\$00 e adjudicada ao construtor Eng. Aníbal de Brito.

A creche foi construída com o dinheiro doado por António Calçada e com os subsídios do Estado. O benemérito faleceu em 1955, deixando em testamento os bens e apoios que desejava que fossem cedidos a este Centro. No entanto, por acção da família do mesmo estes não terão chegado ao destino pretendido (ADMTSBA-Doc.475/476). Devido à falta de verbas, a instituição a pediu o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Tendo este sido negado, o pedido foi depois remetido para o Estado, que aprovou o subsidio em 1960, altura em que o edifício já se encontrava concluído, faltando apenas a vedação do recinto, o mobiliário e o arranjo do logradouro. Resultando num custo total da obra de 1.056.565\$00. O Centro de Assistência Social Polivalente de São Brás de Alportel estabeleceu um acordo de Cooperação com o Instituto Maternal em Junho de 1962 (ADMTSBA-Doc.477), e foi inaugurado em 1964.

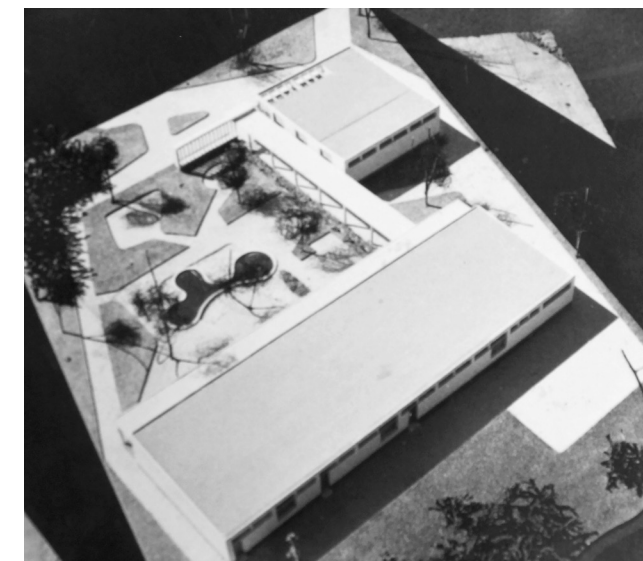
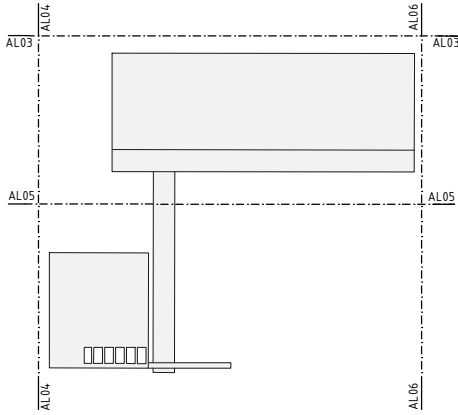
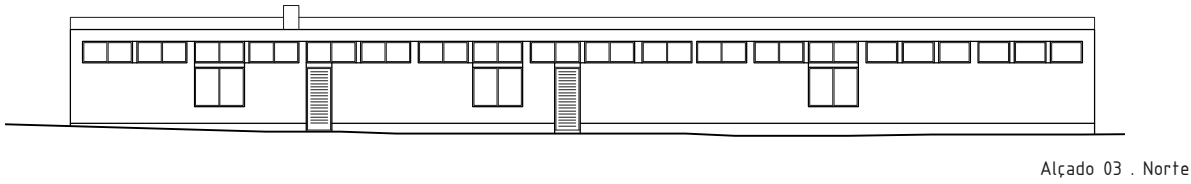
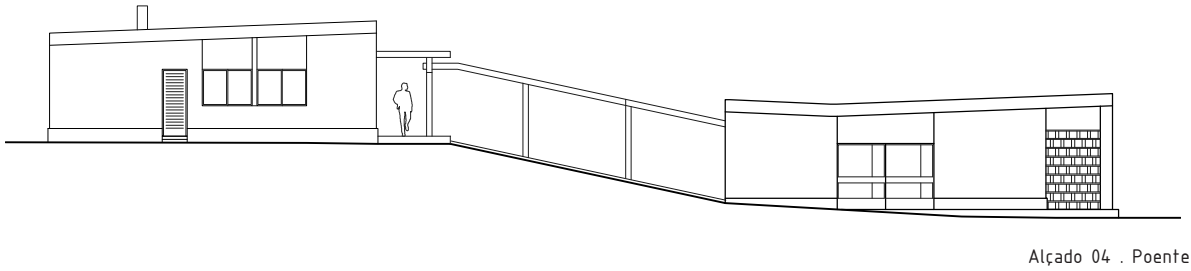
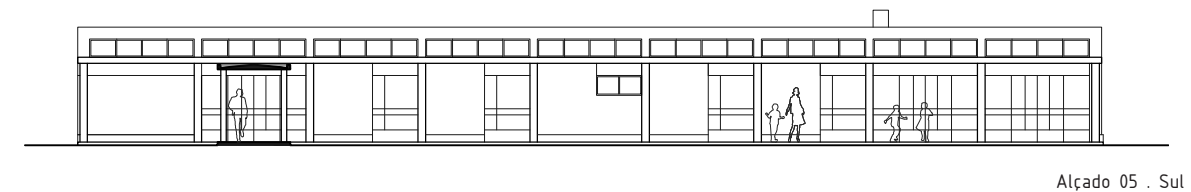
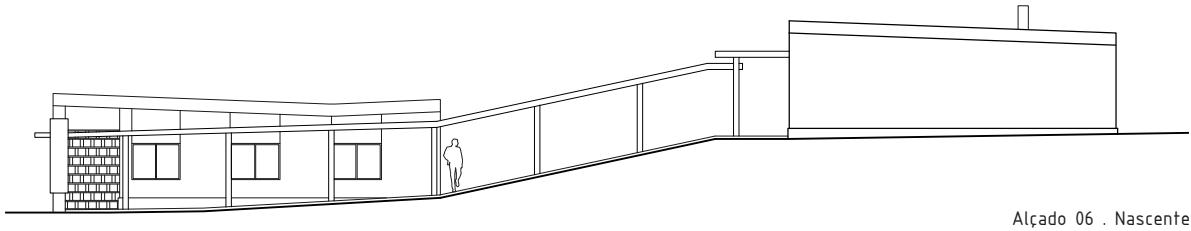


FIG.4.4.02. CASP de São Brás de Alportel – foto da maquete.



esc. 1:250
FIG.4.4.d.



ESTADO ACTUAL

O CASP de São Brás de Alportel encontra-se actualmente em funcionamento sob a direcção da Santa Casa da Misericórdia da S.B. de Alportel, contendo os programas de Creche, Jardim de Infância e centro de jovens. O edifício foi alvo de inúmeras alterações que ocuparam, quase na sua totalidade, o terreno a norte e este do bloco de Assistência. No entanto são ainda identificáveis os alçados sul dos blocos e a rampa de ligação, que é agora um espaço interior completamente absorvido pelas ampliações. Não foi encontrada referência a qualquer intenção ou processo de classificação deste edifício.

NOTA:

¹ Manuel Martins Garrido (1930-)

Foi colaborador nos escritórios de Braúla Reis e de Chorão Ramalho e Rafael Botelho, durante o curso e tirocínio, respectivamente, tendo sido diplomado pela E.B.A.L. em 1956. Foi o autor de diversos projectos de para edifícios de habitação multifamiliar e moradias, em Lisboa, bem como de projectos para a indústria, comércio e edifícios de escritórios.

Funcionário da Direcção-Geral de Assistência, entre 1962 e 1973, consultor do Instituto da Família e Acção Social, entre 1973 e 1975, e do Departamento de Pessoas Idosas deste Instituto, entre 1976 e 1979, do qual foi também Técnico Superior Principal, entre 1979 e 1981. Foi funcionário da Direcção-Geral da Segurança Social entre 1981 e 1995.

No exercício da sua profissão especializou-se no campo dos equipamentos sociais, tendo colaborado na elaboração do Programa Básico de Creches de 1972, do Programa de Equipamentos para idosos de 1973, entre outros. Foi o autor de vários projectos de Creches e Jardins de Infância, entre os quais se encontra identificado o de São Brás de Alportel, em 1957, e de projectos de Lares para crianças e jovens e para idosos. E foi também o autor de diversos projectos de remodelação e ampliação de instalações ligadas à Administração da Saúde e Assistência Social. (Agarez, 2009)



FIG.4.4.03. CASP de São Brás de Alportel – Bloco 1 – Alçado sul actualmente.

5. CENTROS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE
MOBILIÁRIO

MOBILIÁRIO

O Estado Novo promovia a concentração das actividades ligadas à construção e ao design, que estivessem associadas ao regime, dentro das funções do Ministério das Obras Públicas, onde os arquitectos eram chamados a intervir a diversas escalas abrangendo os temas do planeamento urbano, da arquitectura ou do mobiliário.

Em 1940 foi criada, no âmbito do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, uma Comissão para Aquisição de Mobiliário (CAM) que funcionava junto da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Martins e Diniz,2014). Esta comissão tinha como objectivo executar estudos e aquisições de mobiliário para as obras do Estado, fossem estas edifícios novos, reflectindo a linguagem conservadora do regime, ou edifícios existentes, adaptados ou ampliados, onde a linguagem revivalista prevalecia sob a premissa de que deveria “existir harmonia entre o mobiliário e a traça arquitectónica dos referidos edifícios” (Decreto-Lei n.º 30:359, 1940). Premissa esta que viria, igualmente, a validar a vertente funcionalista e despojada de adornos impulsionada pelo ambiente do pós-guerra, influenciada pelo movimento moderno europeu e pelos novos materiais e técnicas. A utilização do metal, por exemplo, consequência do desenvolvimento da indústria metalúrgica, combinava a sua função de suporte, de linguagem estrutural, com o seu partido estético minimalista, como são exemplo os característicos apoios triangulares de ângulos arredondados.

No âmbito do CAM existiam trabalhos executados por funcionários do Estado, como são exemplo os arquitectos: Luís Benavente (1902–1993), interveniente nas obras de cariz médico-social da responsabilidade do doutor Bissaya Barreto, em Coimbra; ou Jorge Tavela de Sousa (1914–1998), responsável pelos desenhos desenvolvidos pela Junta de Construções para o Ensino Técnico e Secundário. E trabalhos executados por profissionais exteriores aos quadros do estado, como é exemplo, Daciano da Costa

(1930–2005) que, entre outras, participou na obra da Biblioteca Nacional.

Esta comissão intervinha em de inúmeras obras com programas e necessidades distintas, tendo por isso, como directiva a determinação de “um principio de ligação que deve sempre existir entre a entidade que estuda, propõe, adapta e manda adquirir o mobiliário e os serviços que hão-de utilizá-lo” (Decreto-Lei n.º 30:359, 1940). Assim, era promovido o diálogo entre as partes envolvidas de modo a garantir que o mobiliário se adequaria às necessidades do edifício, verificado através da correspondência entre a DUF e o “Gabinete de Estudos” onde eram listadas as peças a adquirir bem como as suas especificidades (dimensões, material ou acabamento) (DUF-168/MU/55). Como resultado das inúmeras intervenções em obras com linguagens e programas distintos foi constituído um catálogo com “mobiliário-tipo”, que continha as peças criadas e utilizadas em obras anteriores, o que expedia o processo de resposta da comissão (Martins e Diniz,2014).

Através da análise dos documentos dos CASP foi-nos possível identificar diversas semelhanças nas propostas formais e técnicas entre os projectos de mobiliário elaborados para os diversos CASP. O que, no entanto, não confirma o envolvimento da CAM ou a utilização de um catálogo de “mobiliário-tipo” para a elaboração dos mesmos.

Nestes processos foram identificadas três variações à encomenda e criação do mobiliário, distinguindo-se por: mobiliário desenhado por arquitecto exterior aos quadros do estado (CASP Olhão); mobiliário desenhado por arquitecto integrado nas estruturas oficiais do estado (CASP Aljezur); e mobiliário desenhado por arquitecto enquanto função acumulada ao papel de autor do projecto de arquitectura (CASP S.B. Alportel). Estas variações serão de seguida apresentadas com base na informação encontrada nos respectivos processos:

No CASP de Olhão, o projecto de mobiliário, datado de Julho de 1956, foi da autoria do arquitecto Manuel Gomes da Costa. Não nos foi possível apurar o que motivou esta colaboração, sabemos, no entanto, que entre 1950 e 1953, anos coincidentes com o início do processo, Gomes da Costa foi estagiário no atelier de Manuel Laginha, podendo ter sido durante este período que o respectivo projecto foi elaborado.

Na memória descritiva do projecto de mobiliário (DUF-173/MU/52), o arquitecto Manuel Gomes da Costa apresentava o objectivo de satisfazer não só as necessidades funcionais do programa, mas também de criar “móveis cujo aspecto estético corresponda ao espirito arquitectónico do edifício projectado”. Referindo a utilização do “Modulor” como base para a concepção das peças e como guia na procura de uma harmonia individual e de conjunto, conjugada com a intenção de equilíbrio entre a função e forma.

Os materiais utilizados para a construção deste mobiliário foram a “madeira de tola, ferro, plástico, vidro”, entre outros, com acabamentos com tinta de esmalte sintético. Era também mencionada a aplicação da cor, considerada um elemento importante para a integração da criança no espaço.

Dos desenhos fazem parte: cadeiras de tola simples e estofadas; secretárias de tola; mesas em tola e vidro; estantes em tola; camas de ferro; entre outros. Num valor total de 204.738\$30 escudos.

Através de uma visita feita ao edifício, no decorrer da presente investigação, foi-nos possível verificar que algumas das peças originais de mobiliário encontram-se ainda em utilização e em bom estado de conservação (FIG.5.04).

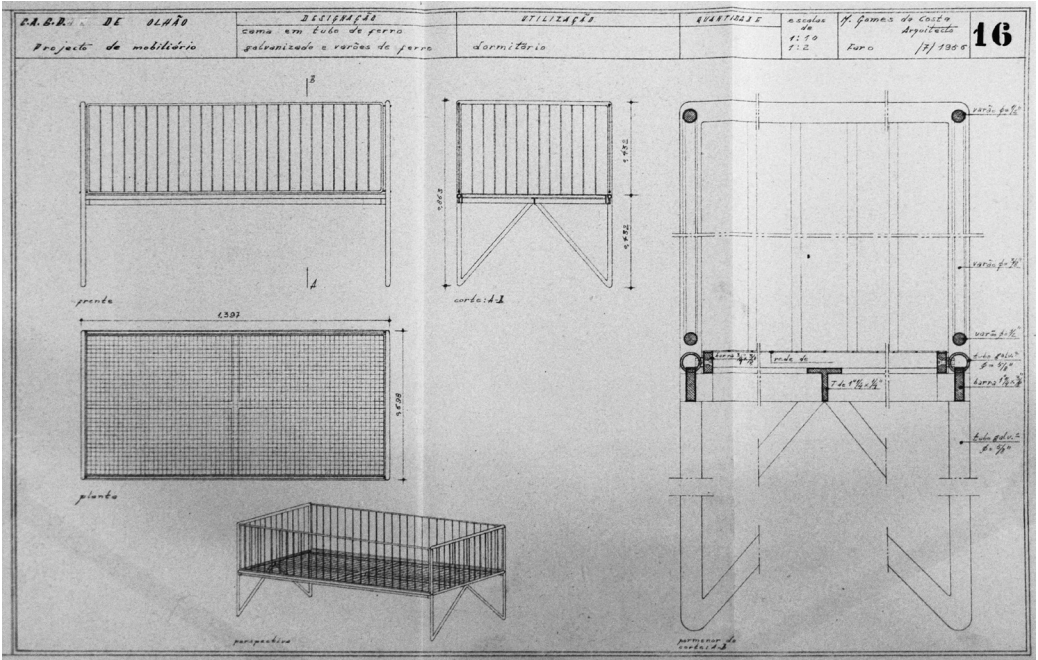


FIG.5.01. CASP de Olhão – arq. Gomes da Costa.
Cama móvel nº 16.
Estrutura em tubos e varões de ferro galvanizado.

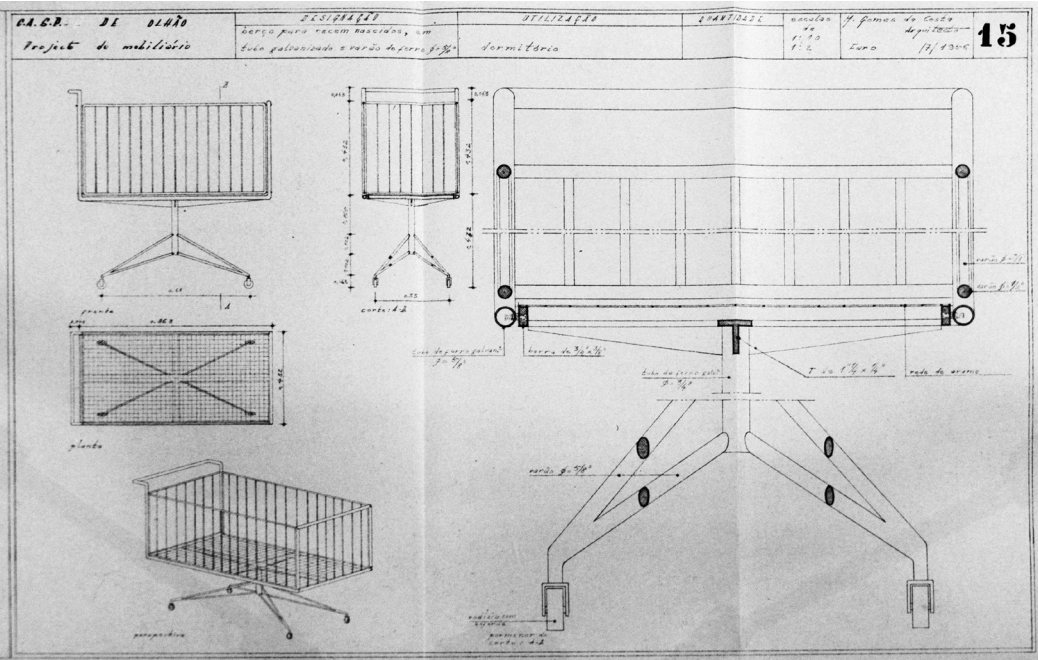


FIG.5.02. CASP de Olhão – arq. Gomes da Costa.
Berço com rodas para recém-nascidos móvel nº 15.
Estrutura em tubos e varões de ferro galvanizado.

FIG.5.03 e FIG.5.04. CASP de Olhão – arq. Gomes da Costa.
Secretária para gabinete médico, móvel nº 2. e Fotografia actual.
Secretária em madeira de tola; pernas em varão de ferro; puxadores em latão.

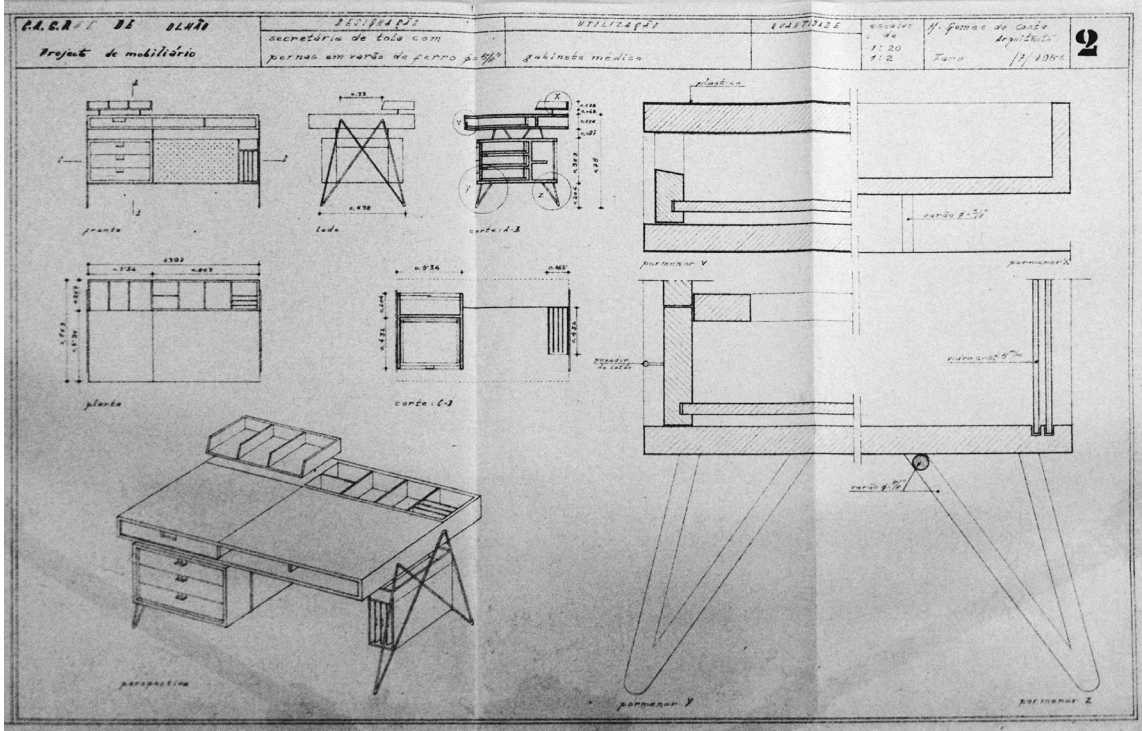


FIG.5.05. CASP de Olhão – arq. Gomes da Costa.
Cadeirão da sala de visitas, móvel nº 3.
Cadeirão em tola estofado com pernas em varão de ferro.

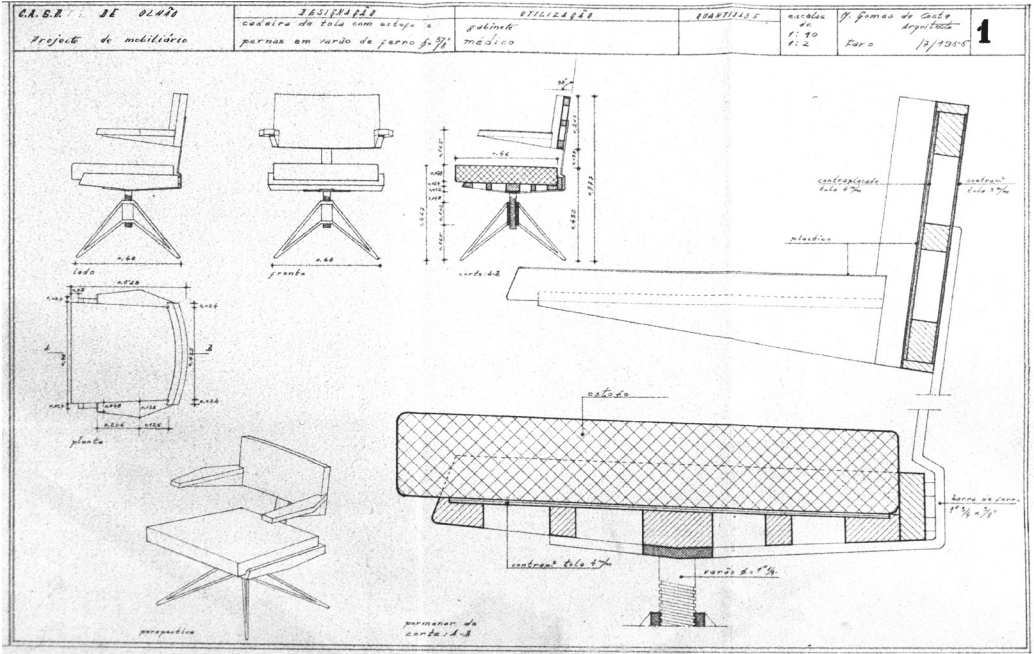
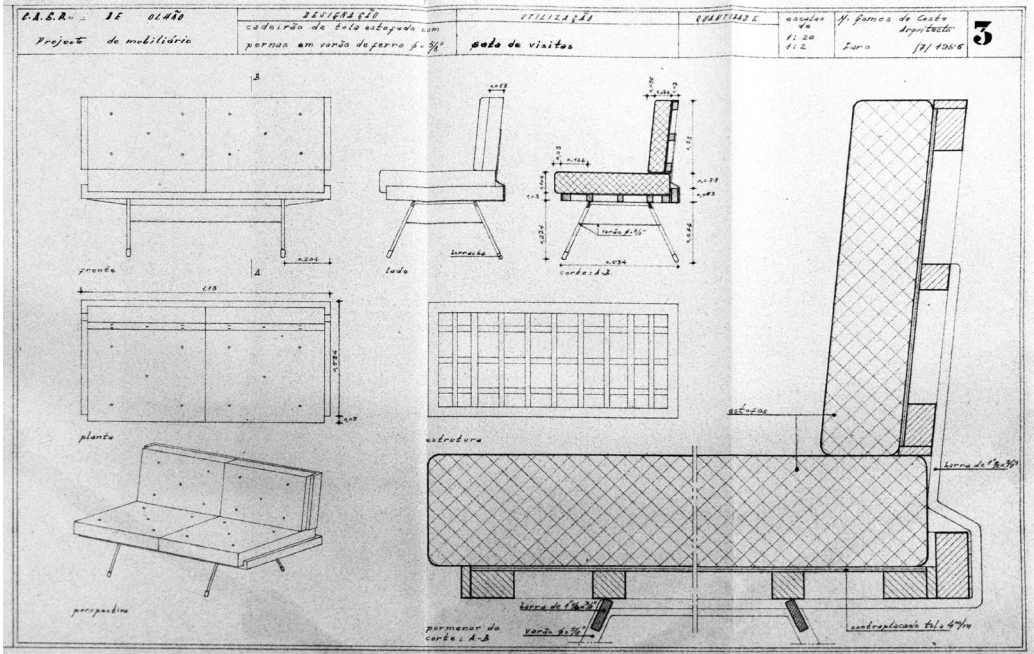


FIG.5.06. CASP de Olhão – arq. Gomes da Costa.
Cadeira de altura ajustável, móvel nº 1.
Cadeira em madeira de tola com estofagem; pernas em varão de ferro.

No decorrer do processo do CASP de Aljezur (DUF-168/MU/52), no final de 1961, foi feito um pedido ao MOP para a comparticipação do mobiliário. Como resposta, o subsecretário de estado das Obras Públicas informou que, dada a impossibilidade de enquadramento de tal comparticipação no plano orçamental de 1962, seria apenas prestada assistência técnica gratuita.

Em Janeiro de 1962, a DUF submeteu à DGSU o programa para o projecto de mobiliário. Deste constava uma lista de equipamentos para cada um dos espaços que variavam entre: cadeiras, secretárias, armários arquivadores ou de medicamentos, divãs de observação de pacientes, bancos corridos, mesas e cadeiras de refeitório, berços e camas, tabiques separadores, entre outros. Quanto aos materiais era apenas referida a necessidade de execução em metal das camas, berços e brinquedos para o parque infantil.

Em Março do mesmo ano foi entregue o projecto de mobiliário estudado e elaborado pelo arquitecto Ferrão de Oliveira¹, do qual constavam: desenhos de pormenor, planta de distribuição do mobiliário e memória descritiva com listagem de peças. Nesta memória, o arquitecto explicava que para a elaboração do projecto procurou “seguir a orientação dada aos vários tipos de móveis utilizados noutras instalações similares construídas no Algarve”. No mesmo mês foi lançado o concurso de empreitada da construção do mobiliário adjudicado, no valor 239.640\$00, à fabrica de móveis Magol, segundo Oliveira², ainda durante o processo de elaboração do projecto, foi feita uma visita à obra juntamente com o representante desta fábrica.

Em Março de 1964, por informação do provedor da Misericórdia, a DUF comunica à DGSU a entrega e instalação do mobiliário, conforme contratado. Informando, também, que para o pagamento do mesmo a Misericórdia possuía apenas o subsídio que obteve através da Fundação Calouste Gulbenkian, no valor 119.840\$00, e que caberia à Direcção-Geral de Assistência participar os restantes 50% (DUF-168/MU/52).

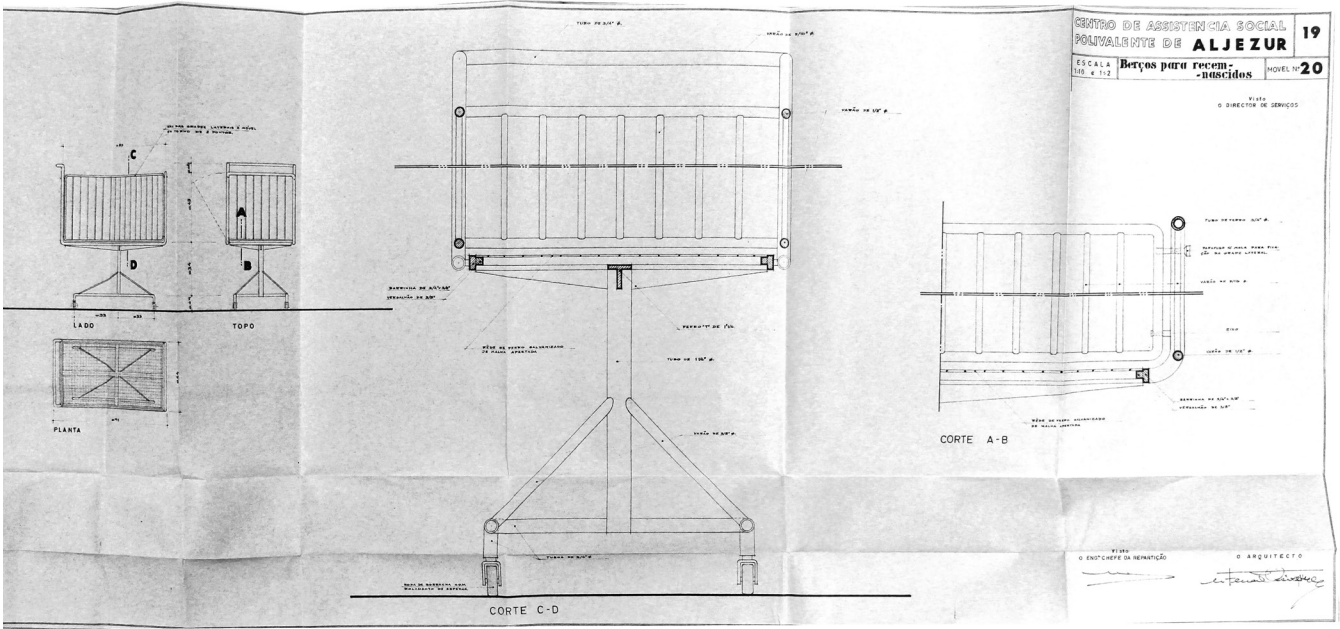


FIG.5.07 CASP de Aljezur – arq. Ferrão de Oliveira
Berços com rodas para recém-nascidos, móvel nº 20
Estrutura em tubos e varões de ferro; suporte para colchão em rede de ferro galvanizado de malha apertada.

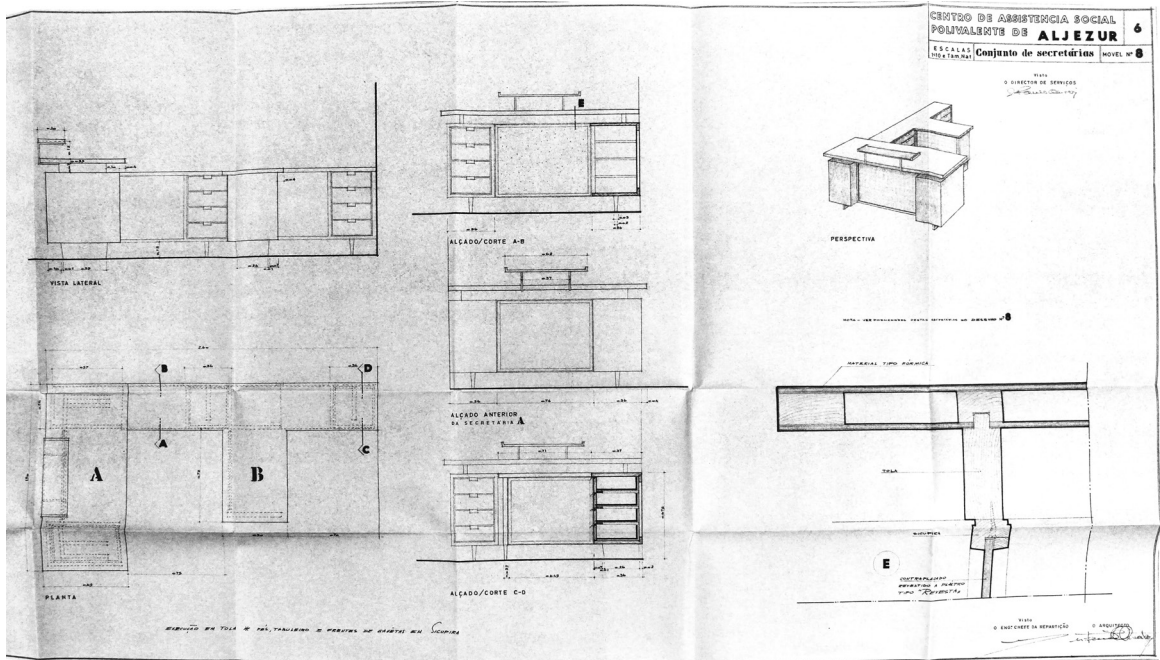


FIG.5.08. CASP de Aljezur – arq. Ferrão de Olivera.
Conjunto de secretárias, móvel nº8.
Peça executada em madeira de tola, com pés, tabuleiro e frentes de gavetas em madeira de sucupira.

O projecto de mobiliário para o do CASP São Brás de Alportel, tal como o de arquitectura, era da autoria do arquitecto Manuel Martins Garrido (DUF-98/MU/56). Em Janeiro de 1961, a DUF solicitou ao MOP a comparticipação para os trabalhos de finalização da obra, nomeadamente, a vedação do recinto, o arranjo do logradouro e o fornecimento do mobiliário. Em Junho 1962, Amável Faria, director do Centro de Assistência Social de S.B. de Alportel, informava a DGA que, com base no subsidio concedido, tinha sido feita a adjudicação da empreitada para o mobiliário à “Fábrica de Móveis Magol de Além Rio”, em Setembro de 1961, na importância de 141.563\$00, tendo este sido entregue e instalado a 20 de Fevereiro 1962 (ADMTSBA – DOC.476).

NOTA:

¹ Manuel Carlos Ferrão de Oliveira (1929), arquitecto diplomado pela Escola de Belas Artes de Lisboa em 1956, foi funcionário do Estado de 1956 a 1964, onde exerceu o cargo de Arquitecto Contratado na DGSU e foi chefe do Gabinete de Estudos da Direcção de Serviços de Melhoramentos Urbanos, onde, entre outros projectos, colaborou com Manuel Laginha no Observatório Magnético das Dunas de Mira, de 1963. A partir de 1964, com gabinete próprio em Lisboa, passou a trabalhar a título independe e para outros, participando em no projecto do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Oleiros (1969), Mercado Municipal de Alcains (1974), entre outros.

² Informação fornecida pelo arquitecto durante entrevista no seu atelier em Junho de 2017.

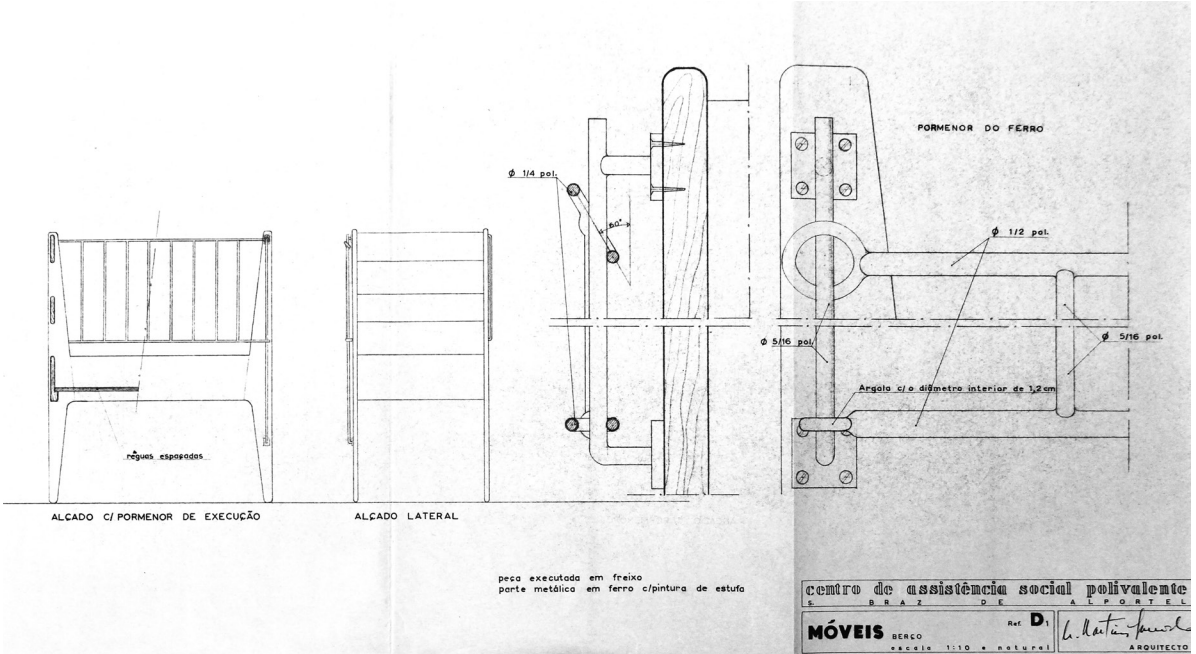


FIG.5.09. CASP de São Brás de Alportel – arq. Manuel Garrido. Berços, móvel ref: D1. Estrutura em madeira de freixo; pormenores em ferro com pintura em estufa.

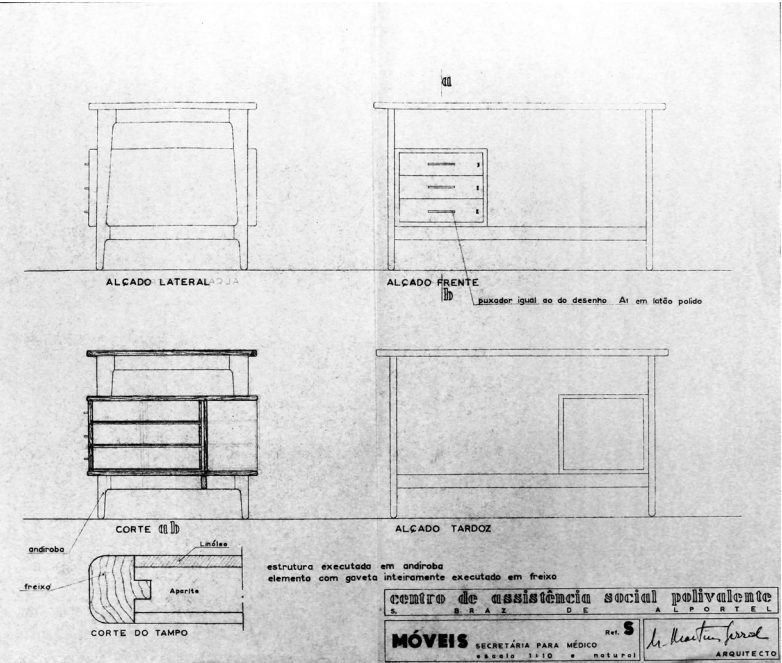


FIG.5.10. CASP de São Brás de Alportel – arq. Manuel Garrido. Secretária para médico, móvel ref: S. Estrutura executada em madeira de andiroba; elemento com gavetas executado em freixo.

Esta dissertação foi desenvolvida com o objectivo de conhecer e compreender a rede distrital de Centros de Assistência Social Polivalente projectada para o Algarve na segunda metade do século XX. Os edifícios foram analisados com o intuito de perceber de que forma arquitectos distintos responderam a um desafio comum e de que modo estas propostas, de linguagem moderna, surgiram inseridas num contexto de regime político autoritário e conservador.

Com base na documentação e bibliografia consultadas, foi-nos possível verificar que esta rede distrital de assistência surgiu como resposta à alarmante taxa de mortalidade infantil documentada por todo o país. Fomentada pelo Governo Civil de Faro e pelo Instituto Maternal de Faro, esta iniciativa conjunta, entre as Comissões Municipais de Assistência e as entidades particulares de assistência e solidariedade de cada localidade, teve como principal objectivo colmatar a ineficácia ou a inexistência de serviços de assistência materno-infantil e de protecção da criança.

A combinação destes serviços surge em contraste com as soluções implementadas nos grandes centros do país, onde o problema era abordado a outra escala através da criação de programas e edifícios específicos, encontrados em inúmeras investigações individuais relativas a hospitais, maternidades e jardins de infância da mesma época, justificados pela numerosa população a que se destinavam. No entanto, no Algarve, onde a população se encontrava mais dispersa no território, houve a necessidade de concentrar estes programas num edifício único de escala adequada à população local, tornando viável a sua repetição por todo o distrito de Faro, junto dos concelhos mais necessitados.

Assim, ao programa do Centro de Assistência Social foi associada a vertente polivalente, característica referente ao “que envolve vários campos de actividade” (AAVV Houaiss, 2003), tornando possível a adaptação do programa incluído em cada edifício, respondendo às necessidades específicas de cada localidade, sem que fosse necessária a alteração da sua denominação, garantindo a sua coerência enquanto rede de serviços.

Como foi anteriormente analisado (capítulo 2, ponto 2.1.5), esta rede terá sido informada pela lição do Dr. Francisco Homem, intitulada Erros e deficiências da obstetrícia e puericultura concelhias (INSA, IP, 1947), referida na memória descritiva do CASP de Loulé, da autoria dos arquitectos Laginha e Martins, como “conselhos de especialistas idóneos”, que juntamente com as recomendações, publicadas pela ONU, do Cours de Pediatrie Sociale foram as bases orientadoras para a definição deste programa (ML–NP386). Verificámos, então, que os restantes arquitectos assimilaram as informações e ilações fornecidas nesta memória descritiva como guia e referência para as suas propostas, justificando frequentemente nas suas memórias descritivas que a organização do programa seguia os estudos anteriormente realizados.

O programa base, presente em todos os CASP, encontrava-se distribuído em dois blocos. O primeiro continha os programas de Assistência e Inquérito Social, Assistência Materno-Infantil e Assistência à Família, sendo que, este último era entendido como um espaço de assistência vocacionado para a educação de jovens e mães, que coincidia com o entendimento de Patronato, tendo, assim, sido alvo de vários tipos de identificação, foi frequentemente representado enquanto núcleo de Assistência à Família ou associado, enquanto sala, ao programa de Patronato ou de Assistência Materno-Infantil, tendo sido excluído apenas dos CASP de Aljezur e São Brás de Alportel. O segundo bloco continha o programa da Creche, que por norma incluía a vertente de Jardim de Infância; este possuía sempre uma ligação exterior coberta ao primeiro bloco, de modo a facilitar a partilha de recursos humanos entre os dois.

Partindo do entendimento de obra social e polivalente, adaptável às necessidades específicas da população para a qual era projectada, foram encontradas algumas variações e adições ao programa base:

– No CASP de Aljezur, verificou-se a adição da Secção Hospitalar de Urgência, composta principalmente por enfermarias e salas de isolamento, adjacentes ao programa de

assistência médica Materno-infantil, podendo ser considerada como uma adição insólita visto inserir-se num dos raros exemplos, apenas equiparável com o CASP de Tavira, em que o programa médico se encontrava francamente incompleto, não possuindo salas diferenciadas para mães e crianças nem laboratório ou sala de agentes físicos. No entanto, tal como foi referido durante a análise do edifício, este programa foi retirado do projecto na fase final de apreciação. O CASP de Aljezur possuía uma variação à modalidade de Creche, contendo neste bloco o programa de Albergue (ou internato) para crianças.

– O CASP de Vila Real de Sto. António possuía, também, uma variante ao programa da Creche, tendo nesta sido incluída a vertente de Jardim Escola, composta por duas salas de aula. Neste CASP, foram adicionados, num terceiro bloco, específico para o efeito, os programas de Cantina Social e Patronato (ou Albergue) para operárias, sendo o último entendido enquanto abrigo em vez de espaço educacional. Foi também adicionado um quarto bloco com o programa de Habitação para o Guarda. Estes dois novos blocos foram retirados do projecto na fase final de apreciação.

– No CASP de Lagos, foram aglutinados ao bloco da Creche os programas de Cantina Social e Patronato para Raparigas, executados juntamente com o restante programa. Este foi o único CASP em que o programa de Assistência educacional para as mães existia separadamente do programa de Patronato, tendo o primeiro uma sala específica no núcleo Assistência Materno-Infantil.

– A última variação ao programa base identificada nos CASP foi a adição de uma capela, encontrada nos CASP de Lagos e São Brás de Alportel.

Os CASP de Loulé e Olhão, possivelmente por terem sido os primeiros projectos deferidos desta rede, ou pela imediata valorização e divulgação do projecto de Olhão, publicado na revista Arquitectura ainda em fase de ante-projecto, ou, talvez, pela vontade de criar uma co-relação e coerência formais entre os diversos CASP, foram, de certo modo, tomados como exemplo para os restantes projectos. A sua definição formal em volumes geométricos alongados, paralelepípedicos, dispostos paralelamente de forma desfasada, e ligados perpendicularmente por um plano foi repetida em quase todos os edifícios, com excepção dos CASP de Portimão e Lagos, do arquitecto Vicente de Castro, nos quais a pureza regular do paralelepípedo foi substituída por um jogo de volumes que se intersectavam, esta variação, curiosamente, nos dois casos, verificou-se apenas no bloco da Creche.

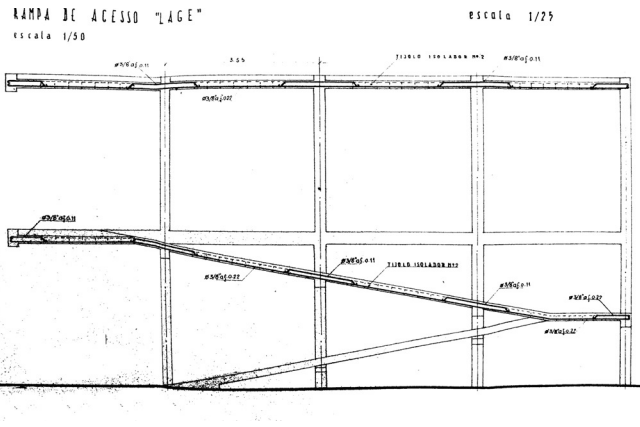
De notar que, tal como foi exposto na análise do CASP de Loulé, estas formas simples e regulares que caracterizam os CASP foram, inicialmente, alvo das críticas do Ministro das Obras Públicas (IPA – DGMEN: DSARH-ED-3.17/18), que demonstrou o seu desagrado comparando esta linguagem formal à arquitectura de pavilhão expositivo, que pertencendo ao léxico do movimento moderno internacional, criava uma oposição ideológica em relação aos valores nacionalistas do Estado.

Através da análise das peças escritas e desenhadas dos diversos projectos foi-nos possível verificar a forte influência dos ensaios teóricos de Le Corbusier. Os arquitectos abordavam, assim, alguns dos temas tratados nas recomendações Carta de Atenas de 1933, como: a importância de uma criteriosa implantação dos edifícios, aproximando os blocos de Assistência das vias de circulação e recolhendo os blocos da Creche ao interior dos lotes; a transição e continuidade entre espaços exteriores e interiores, através de galerias exteriores cobertas que intermediavam a relação da criança com os espaços exteriores, permitindo o aproveitamento do efeito terapêutico do sol e a

protecção das áreas de permanência e repouso; e as preocupações associadas aos modernos conceitos de saúde e salubridade, através do controlo da insolação e da boa ventilação dos espaços.

Nestes projectos identificou-se, também, a subtil aproximação a algumas das premissas apresentadas nos cinco pontos da arquitectura moderna, como a utilização de pilotis para elevação dos edifícios, presente nos exemplos de Olhão, Tavira e Vila Real de Sto. António, onde a opção de minimizar a construção no piso térreo era justificada pela intenção de dar continuidade ao parque infantil proporcionando uma zona de recreio exterior coberto. O conceito de planta livre, possível de ser aplicado nestes edifícios devido à utilização de uma estrutura constituída por pórticos, que eliminava a necessidade de paredes portantes, era explorado através da organização fluída de espaços interiores, marcada por elementos móveis que evidenciavam a amplitude dos espaços e a sua capacidade de mutação e adaptação. As janelas horizontais, que marcavam e enfatizavam a horizontalidade das principais fachadas destes volumes paralelepípedicos, eram utilizadas para garantir uma boa ventilação natural dos espaços e para a criação de um ambiente luminoso suave, colocadas ao nível alto, junto à laje, eram muitas vezes associadas a recortes nas lajes das galerias exteriores que permitiam a iluminação indirecta destes vãos quando colocados em fachadas recuadas.

A noção de *Promenade Architecturale*, criada por *Le Corbusier*, encontrava-se também integrada na estratégia conceptual destes edifícios, visível na criação dos diferentes percursos com narrativas contínuas entre interior e exterior, entre pisos e entre blocos. Sendo que, com excepção dos acessos aos espaços técnicos do CASP de Portimão, não existiam escadas em nenhum dos projectos, todos os acessos eram feitos por rampas, muitas vezes divididas em dois tramos dando ênfase ao conceito de passeio arquitectural. A sua utilização nestes edifícios era frequentemente justificada pela intenção de garantir um percurso agradável, cómodo e seguro para as crianças.



A influência da Arquitectura Moderna Brasileira era evidente nestes projectos, principalmente nas obras da autoria dos arquitectos Laginha e Martins, e Gomes da Costa. Como foi analisado no segundo capítulo (ponto 2.2.4), a arquitectura brasileira, a par do movimento moderno europeu, era objecto de estudo e admiração pelos arquitectos portugueses, que se identificavam não só com a sua linguagem, mas também com os seus princípios.

“(…) a arquitetura brasileira de agora (…) já se distingue no conjunto geral da produção contemporânea e se identifica aos olhos do forasteiro como manifestação de carácter local (…). Conquanto se antecipasse ao desenvolvimento cultural ambiente, ela se ajusta e integra facilmente ao meio, porque foi conscientemente concebida com tal propósito. Não se trata da procura arbitrária da originalidade por si mesma, ou da preocupação alvar de soluções “audaciosas” – o que seria o avêssio da arte –, mas do legítimo propósito de inovar, atingindo o âmago das possibilidades virtuais da nova técnica, com a sagrada obsessão, própria dos artistas verdadeiramente criadores, de desvendar o mundo formal ainda não revelado.” (Costa, 1951, p.189)

Estas referências plásticas e ideológicas, apontadas por Gomes da Costa como influência presente nas suas primeiras obras (Vargas, 2009), eram justificadas pela sua proximidade nas relações com o clima algarvio e com os materiais ditos tradicionais. A sua representação nos CASP era particularmente identificável nos elementos de sombreamento exterior, que filtravam a luz para os espaços interiores e sombreavam as galerias exteriores e rampas de acesso. Eram utilizados, em simultâneo, pela sua função protectora e como elementos de composição de alçado, criando um jogo de formas, de cheios e vazios, e de projecção de sombras que enriqueciam plasticamente o edifício, proporcionando às crianças experiências visuais variáveis com o percurso solar. Os elementos mais utilizados eram as lâminas de betão, dispostas verticalmente; as vigas-pala, muito utilizadas no coroamento das varandas, comparadas, num exercício de abstracção, à marcação horizontal das platibandas características da região;

os paramentos em elementos cerâmicos vazados, cobogós, referidos nas memórias descritivas dos CASP como uma alusão aos rendilhados das chaminés algarvias; e os rotulados, ou reixas, de madeira que formando uma quadricula diagonal, eram associados a elementos frequentemente utilizados para a protecção solar em portas e janelas no Algarve, particularmente em Tavira.

O CASP de Tavira (Fig.6.03) era, provavelmente, o exemplo que melhor representava a profunda influência da arquitectura moderna brasileira nestes edifícios. Presente na composição harmoniosa dos blocos paralelos de volumetrias distintas, onde os elementos de sombreamento, a sul do bloco da Creche, definiam um plano de fachada inclinado na galeria do piso superior que, por sua vez, se encontrava apoiado em pilotis colocados em destaque pela implantação recuada do piso inferior. No bloco de Assistência, de planta rectangular, a cobertura era definida por três abóbadas apoiadas em quatro contrafortes inclinados, que criavam a ilusão de prolongamento o seu movimento ondulante até ao terreno. Esta linguagem formal remete-nos para as obras de Óscar Niemeyer, como são exemplo a Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha, em 1940; a residência Burton Tremaine, de 1947 (Fig.6.02); ou o Auto Posto Clube dos 500, de 1953 (Fig.6.04). Apesar desta ligação, aparentemente óbvia, à arquitectura brasileira, na memória descritiva deste CASP encontramos a utilização deste sistema de cobertura justificado como um elemento pertencente às características construtivas do Algarve.

Estas associações entre influências internacionais e a arquitectura regional algarvia, foram possíveis e aceites, de certo modo, graças à imagem abstracta e geométrica que a propaganda do Estado Novo atribuiu ao Algarve. Esta acção pode ser entendida, também, através do conceito de Regionalismo crítico, adaptado por Frampton (1997, p.397), considerando que, apesar da sua oposição à “simulação sentimental do vernáculo local, em certos momentos o Regionalismo crítico vai inserir elementos vernáculos reinterpretados como episódios disjuntivos dentro do todo. Além do mais, irá às vezes buscar tais elementos em fontes estrangeiras”.

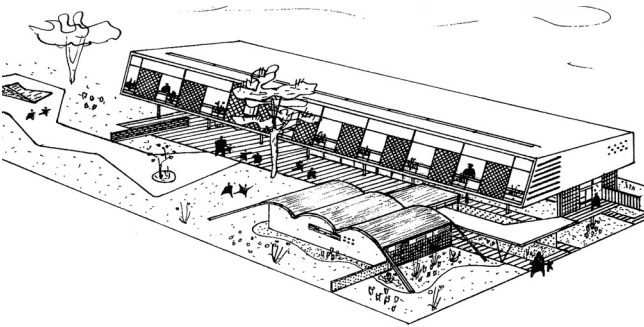
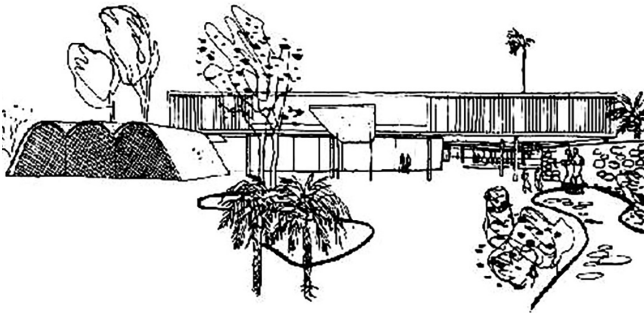


FIG.6.02. Óscar Niemeyer – Residência Burton Tremaine, 1947.
FIG.6.03. Gomes da Costa – CASP de Tavira, 1957.
FIG.6.04. Óscar Niemeyer – Auto Posto Clube dos 500, 1953.

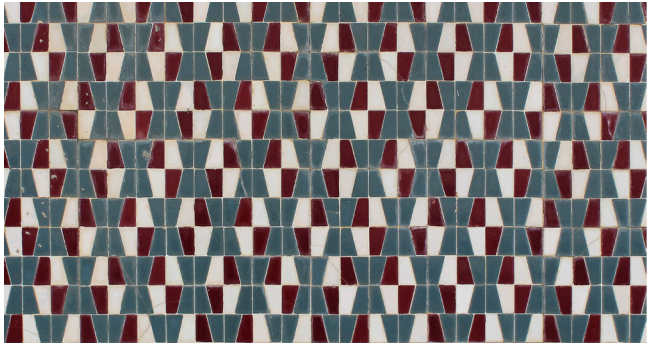


FIG.6.05. CASP de Aljezur – paramento em pastilha cerâmica.



FIG.6.06. CASP de Portimão – paramento em pastilha cerâmica.

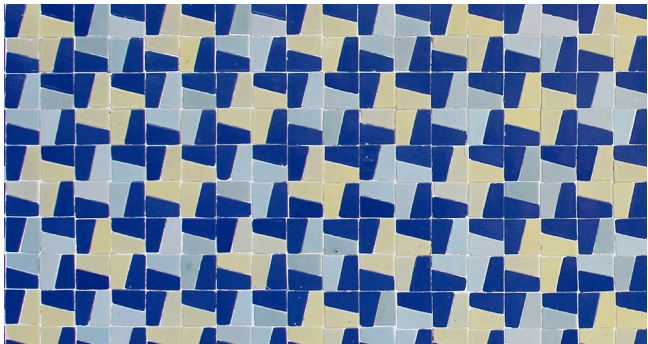


FIG.6.07. CASP de Lagos – paramento em pastilha cerâmica.

Outro exemplo deste intercâmbio de fontes foi a utilização de peças cerâmicas para criar padrões coloridos, associada à reinterpretação do uso dos azulejos pelos artistas brasileiros, descritos em *Brazil Builds* (1943) como elementos da herança portuguesa. Por sua vez, esta nova interpretação do azulejo, apresentada também em Portugal através das exposições de arquitectura moderna, foi aplicada em alguns CASP com padrões geométricos, em pastilha cerâmica, elaborados pelos respectivos arquitectos. Deste modo, através do desenho de painéis cerâmicos, do desenho de arranjos exteriores e do desenho do mobiliário, analisado no capítulo 5, estes arquitectos transpunham o acto de projectar o edifício, intervindo a várias escalas.

“Os seus campos de actividade são múltiplos – porque múltiplas são as facetas do espaço organizado” (Távora,2006, p.74).

Partindo do entendimento de Portas (2008) sobre a poética da Obra aberta, definida por Umberto Eco como dinâmica, adaptável e em transformação, este comparava-a à problemática da “flexibilidade” na arquitectura moderna e à teorização da “mutabilidade de funções em relação à necessidade de caracterização dos espaços”. (Portas, 2008, p.81)

A problemática da flexibilidade e da mutabilidade da arquitectura era abordada no programa dos CASP em dois momentos distintos: no espaço de refeitório e no espaço polivalente, associado ao núcleo de Patronato e de Assistência à Família. O termo polivalente, apresentado anteriormente na definição desta rede distrital de assistência, possui a nosso ver uma dupla interpretação, no primeiro caso, relativo à denominação desta rede, o termo encontrava-se associado à mutabilidade da função independentemente da formalização do espaço, e neste, associado às salas polivalentes, trata da flexibilidade da inerente à formalização de um espaço, de modo a permitir a mutabilidade das funções nele desenvolvidas.

Assim, a estratégia utilizada, e repetida, para a definição destes espaços tinha por base o aproveitamento máximo da amplitude espacial permitida pelas características estruturais dos edifícios, sem que houvesse a necessidade de elementos fixos que fraccionassem o espaço. Como tal a sua utilização seria informada apenas por elementos amovíveis. No caso do espaço de refeitório destinado também a sala jogos, este era frequentemente complementado por um espaço, delimitado ou não, destinado a arrumos, permitindo que os elementos que o definiam como sala de refeições fossem retirados para dar lugar a uma nova função. No caso da sala polivalente eram utilizados tabiques móveis que permitiam a divisão da sala num número máximo de espaços predefinido, assumindo que estes tabiques que funcionavam em fole teriam que estar fixos numa das extremidades, assim, este espaço não possuía apenas características que permitam a alteração da sua função, mas também a multiplicação da sua função, sendo que poderiam ser desenvolvidas actividades diferentes em simultâneo.

No desenvolvimento da sua interpretação de Obra aberta, do âmbito do programa para o âmbito do edifício, Portas (2008) definia três características fundamentais para que este conceito fosse aplicável:

- a disponibilidade para diversas fruições a partir de um princípio inicialmente marcado na estrutura da obra;
- o carácter incompleto, que indica mas não vincula ampliações ou alterações possíveis;
- a atitude activa pedida aos utilizadores: não apenas a sua compreensão e exploração cultural, mas para a completarem, a transformarem segundo uma pedagogia logo contida na apreensão da obra” (Portas, 2008, p.82)

Neste sentido, podemos apontar os CASP da autoria dos arquitectos Laginha e Martins como os únicos possíveis de integrar neste conceito de Obra Aberta adaptado ao edifício, visto serem os únicos que, *a priori*, incorporavam os dois primeiros pontos.

Nestes CASP, os arquitectos incluíram a execução de conjuntos estruturais, vigas e pilares ou vigas, pilares e laje, que seriam, literalmente, deixados em aberto, assinalando as zonas preparadas para uma “futura expansão” (ML–NP386), ainda que, sem vincular esta acção, uma vez que a harmonia do conjunto não dependia da mesma.

No entanto, o terceiro ponto, da responsabilidade dos ocupantes do espaço, não correspondeu às expectativas teoricamente propostas. Com efeito, foi possível verificar, através da análise e comparação entre os projectos consultados e as respectivas obras visitadas no decorrer desta investigação, que estes CASP foram alvo de alterações e ampliações, algumas destas, inseridas nas zonas preparadas para o efeito, contudo a formalização destas alterações não teve como base a compreensão do edifício existente criando uma ruptura na linguagem harmoniosa do mesmo. Como foi abordado individualmente na análise de cada CASP, todos os edifícios em funcionamento, independentemente da sua pré-disposição para o efeito, foram alvo de intervenções alterações e ampliações.

7. CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Nesta investigação foi nosso objectivo contribuir para o conhecimento e valorização dos Centros de Assistência Social Polivalente projectados para o Algarve na segunda metade do século XX. Através do tratamento e análise dos dados recolhidos foi-nos possível verificar que esta rede distrital de assistência, concretizada nos CASP, foi o resultado de uma iniciativa criada com o intuito de colmatar as falhas existentes na assistência materno-infantil da região, tendo sido eficazmente implementada e capacitada para responder aos parâmetros a que se propunha.

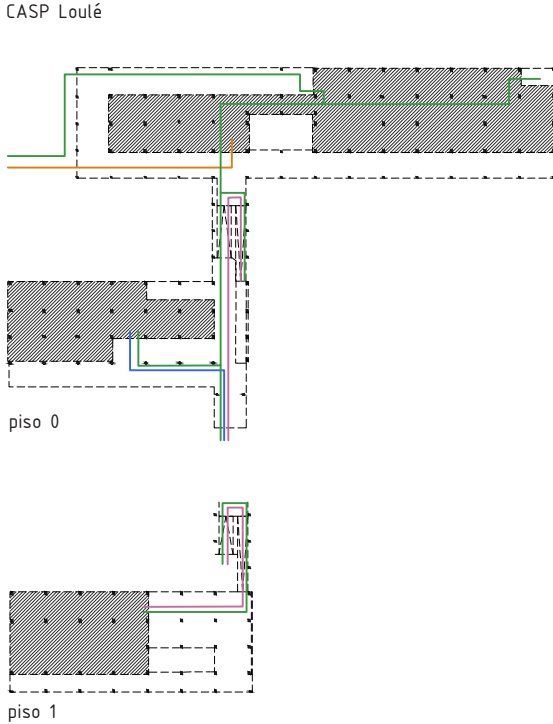
Para este efeito foram projectados Centros para os concelhos de Loulé, Olhão, Portimão, Lagos, São Brás de Alportel, Aljezur, Tavira e Vila Real de Santo António, dos quais apenas os dois últimos não foram construídos. Formal e construtivamente os edifícios possuíam uma identidade de conjunto onde, apesar de ser perceptível o cunho pessoal de cada um dos arquitectos intervenientes, sobressaía a coerência dos valores e influências comuns a todos. O seu programa polivalente, intrinsecamente relacionado com questões sociais e de saúde pública, e ligado a componentes educacionais e de recreio, alinhava-se com os ideais modernos de Le Corbusier e dos CIAM, resultando numa resposta funcional e humanista, onde a linguagem arquitectónica era apresentada como consequência do programa. A peculiaridade programática desta rede, de certo modo, favoreceu o seu distanciamento em relação aos edifícios representativos do Estado facilitando a sua aceitação, apesar do enquadramento político nacional. A censura estilística foi derrotada pela clareza funcional que angariou o apoio dos especialistas das áreas da assistência e da saúde. Não descorando, no entanto, da cuidada justificação de todos os elementos susceptíveis a opiniões desfavoráveis, tendo como vantagem a imagem abstracta atribuída ao Algarve e a inexistência de precedentes.

No início desta investigação propusemo-nos a reunir e compilar toda a informação disponível com o objectivo de conhecer e compreender as propostas para esta iniciativa distrital, individualmente e enquanto conjunto. No entanto, o maior obstáculo desta investigação revelou-se na inacessibilidade da informação, quer por motivos de dispersão dos acervos documentais ou por desorganização dos mesmos. Problema encontrado, por exemplo, no arquivo da Direcção de Urbanização de Faro, que por altura desta investigação não possuía inventário ou catálogo geral, encontrando-se este fundo documental em fase de tratamento e organização, resultando numa consulta orientada pelo acaso de entre centenas de pastas conseguirmos identificar as que sugeriam alguma ligação ao tema. Método através do qual nos foi possível identificar o CASP de São Brás de Alportel, um edifício que não se encontrava mencionado em qualquer publicação relacionada com esta iniciativa. Assim, tendo em conta as limitações da presente investigação, consideramos a possibilidade de existirem, ainda, outros edifícios por identificar e informação inédita por recolher relativamente à iniciativa distrital dos Centros de Assistência Social Polivalente, trabalho que poderá ser continuado numa fase seguinte.

Esta investigação contribui com elementos gráficos e descritivos inéditos que poderão servir como ferramenta para a elaboração de uma metodologia de protecção e salvaguarda dos edifícios existentes.

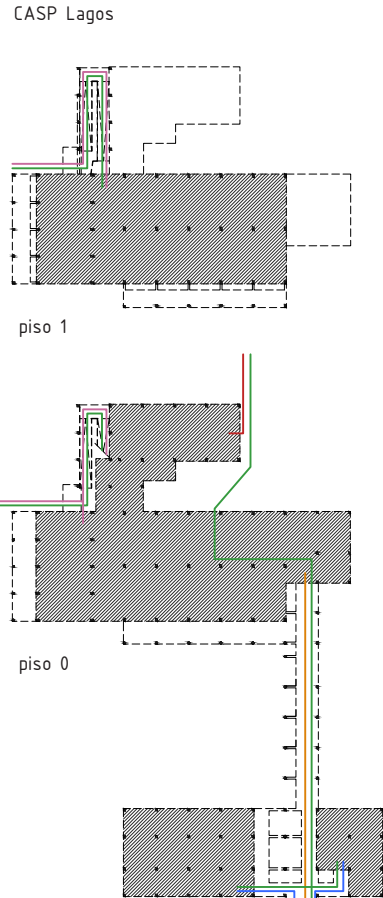
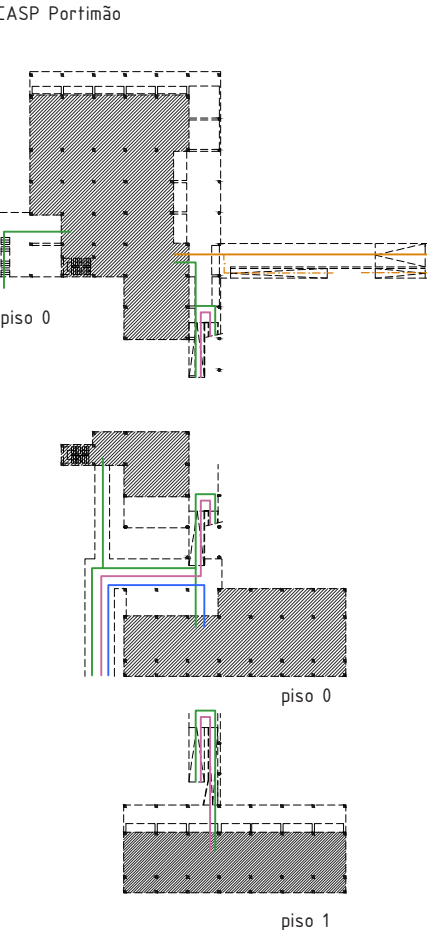
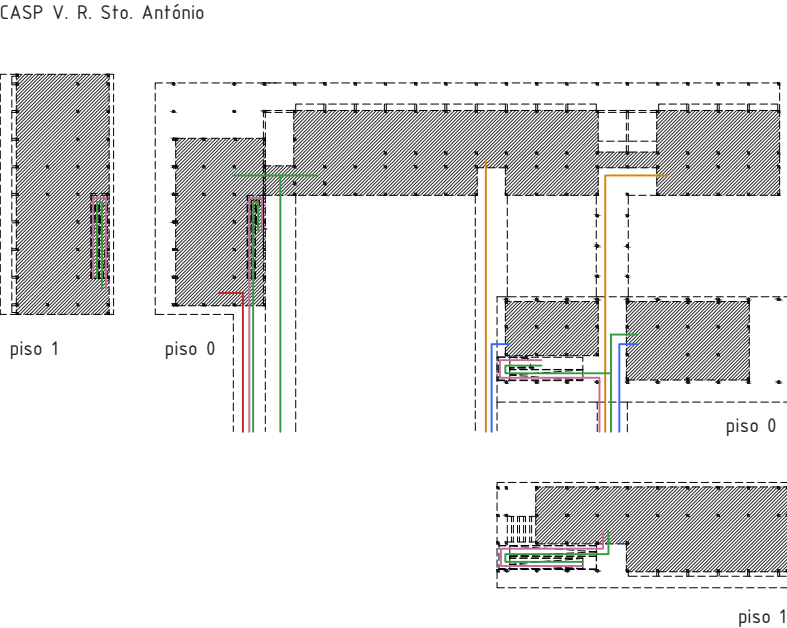
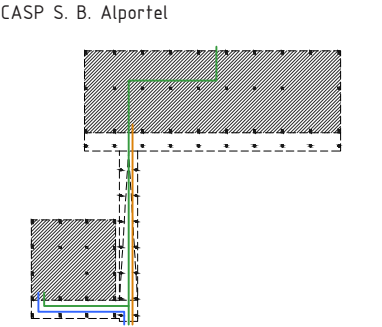
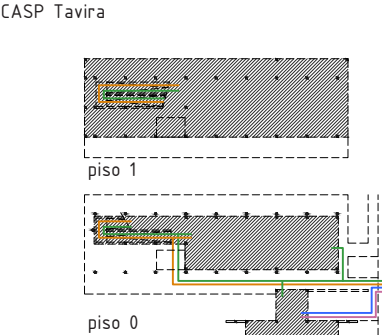
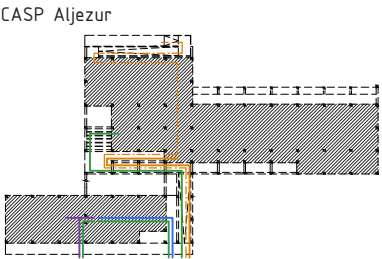
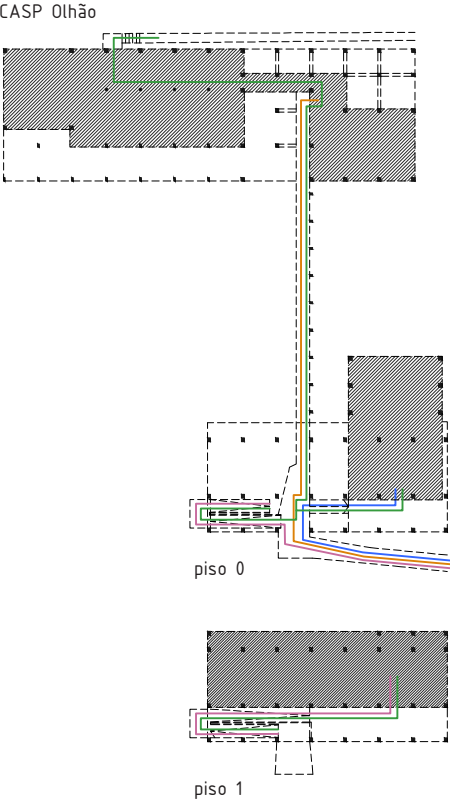
8.1 . CENTROS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE
ESQUEMA DE PERCURSOS

246



- Funcionários
- Assistência Materno-Infantil
- Assistência à Família . Patronato
- Creche
- Creche - Parque infantil
- Cantina Social
- Secção Hospitalar de Urgências

escala 1:1000



247

PROJECTO	CASP DE LOULÉ	CASP OLHÃO	CASP ALJEZUR
Denominação actual	Casa da Primeira Infância – Creche Silvina Bonixe	Centro Matreno-Infantil Creche Maria Helena Rufino	Creche da Santa Casa da Misericórdia de Aljezur / Centro de Saúde de Aljezur
Nº. Processo	39/MU/52	173/MU/52	168/MU/55
Data do Projecto	1951	1951	1955
Autor	Arq. Manuel Maria Laginha	Arq. Manuel Maria Laginha	Arq. Manuel Gomes da Costa
	Arq. Rogério Buridant Martins	Arq. Rogério Buridant Martins	
Técnicos			
Engenheiro	Jose Apolonia Correia e Vieira Pinto	Ruy José Gomes	
Construtor	Eng Anibal de Brito	Francisco Pedro Lopes	Jose Gonçalves Vieira
Mobiliário	Arq. Manuel Gomes da Costa	Arq. Manuel Gomes da Costa	Arq. Ferrão de Oliveira – DGSU
Instituição / entidade particular	Casa da 1ª Infância de Loulé	Santa Casa da Misericórdia de Olhão	Santa Casa da Misericórdia de Aljezur
Orçamento	1.024.577\$55	1.163.650\$00	750.600\$00
Custo elaboração de projecto			
Datas Projecto / Processo	1951-1958	1952-1958	1955 – 1964
Data de inauguração	25 de Maio de 1958	25 de Maio de 1958	1972 – cedido ao Centro Distrital de Saúde de Faro

CASP TAVIRA	CASP V.R.S. ANTÓNIO	CASP PORTIMÃO	CASP LAGOS	CASP S.B. ALPORTEL
		Lar da Criança de Portimão	Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos	Centro Infantil António Calçada
178/MU/57	103/MU/57	57/MU/56	116/MU/57	98/MU/56
1957	1957	1956	1957	1956
Arq. Manuel Gomes da Costa	Arq. Manuel Gomes da Costa	Arq. Vicente de Castro	Arq. Vicente de Castro	Arq. Manuel Garrido
		Luís Cabeça Dutra	Luís Cabeça Dutra	
		Eng Anibal de Brito		Eng Anibal de Brito
				Arq. Manuel Garrido
	Centro de Assist.Social N.º. Sr.ª da Encarnação	Lar da Criança de Portimão	Centro de Assistência Social N.º. Sr.ª. Do Carmo	Santa Casa da M. de S.B. de Alportel
1.200.000\$00	1.900.000\$00	1.259.988\$30	1.762.226\$00	978.000\$00
50.000\$00		57.683\$00	72.829\$86	
1957-1959	1957- 1961	1956 – 1970	1957 – 1969	1956-1964
não construído	não construído	Junho de 1970	1962 / 1969	1964

PROJECTO	CASP DE LOULÉ	CASP OLHÃO	CASP ALJEZUR
Localidade (toponimia actual)	Rua Maria José Cabeçadas S.Clemente, Loulé	Rua José dos Santos Rufino Quelfes, Olhão	Rua do Centro de Saúde Aljezur, Aljezur
Coordenadas	37.140536, -8.018054	37.034857, -7.846680	37.315614, -8.795247
Áreas Globais / Programa			
Área do lote	3.000,00 m2	4.931,90 m2	4.830,00 m2
Área de Construção	936,54 m2	1.171,56 m2	495,60 m2
Área Impermeabilizada	1467,64 m2	1.419,30 m2	740,99 m2
Área exterior coberta/sombreada	653,31 m2	708,88 m2	179,56 m2
Área de Assistência Materno-Infantil	179,74 m2	191,90 m2	33,27 m2
Área de Assistência/ Inquérito Social	45,92 m2	42,54 m2	32,72 m2
Área de Assist. à Família/ Patronato	200,08 m2	305,90 m2	.
Área de Creche	510,80 m2	567,60 m2	366,97 m2
Área de Cantina Social			.
Área de Secção Hospitalar de Urgências			59,50 m2
Área Casa do Guarda			
Nº de Blocos	2	2	2
Nº de Pisos	2	2	1
Altura das edificações	4,00m / 7,30m	3,80m / 7,70m	3,30m

CASP TAVIRA	CASP V.R.S. ANTÓNIO	CASP PORTIMÃO	CASP LAGOS	CASP S.B. ALPORTEL
Largo de São Brás, Santa Maria e Santiago, Tavira	Rua Santo Antóni de Arenilha, V.R.Sto António	Avenida Miguel Bombarda, Portimão	Rua José Ferreira Canelas, São Sebastião, Lagos	Rua João Rosa Beatriz, São Brás de Alportel
37.128893, -7.647765	37.190509, -7.419164	37.133906, -8.538389	37.108411, -8.676547	37.151070, -7.892850
2.354,00 m2	7.710,77 m2	4.635,40 m2	6.968,45 m2	3.104,58 m2
621,77 m2	1.944,00 m2	1.143,46 m2	1.510,81 m2	483,22 m2
629,02 m2	2.668,17 m2	1.568,49 m2	1.616,57 m2	645,95 m2
370,43 m2	934,81 m2	411,55 m2	500,71 m2	160,76 m2
81,10 m2	168,59 m2	219,56 m2	200,96 m2	97,31 m2
42,23 m2	87,28 m2	76,10 m2	86,85 m2	48,20 m2
33,40 m2	330,05 m2	235,20 m2	479,68 m2	.
504,71 m2	650,75 m2	518,67 m2	571,44 m2	365,56 m2
.	650,93 m2	.	171,96 m2	.
.
	56,39 m2	.	.	.
2	4	2	2	2
2	2	2	2	1
6,60m / 3,45m	6,60m /3,30m / 6,60m / 3,20m	3,60m / 7,00 m	8,10 m / 3,50 m	3,60 m

BIBLIOGRAFIA

AAVV (1948) *Duas obras do arquitecto Manuel Laginha. Moradia em Loulé. Prédio em Loulé.* In: *Arquitectura, revista de arte e construção, n.º 53.* pp10-15
Lisboa: ICAT

AAVV (1952) *Centro de Assistência Polivalente a Construir em Olhão.* In: *A arquitectura portuguesa e cerâmica e edificação nº1.* (p.3-7) Lisboa: Sociedade Editora «Frace», Lda.

AAVV (1953) *habitação e artes domésticas, n.ºs 3 e 4. A arquitectura portuguesa e cerâmica e edificação.* Lisboa: Sociedade Editora «Frace», Lda.

AAVV. (1958). *Centro de Assistência Polivalente em Olhão (1952-1957).* In *Binário n.º 6* (pp.16-23). Lisboa: A. Palmares

AAVV (2003). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Volume V.* Lisboa: Temas e Debates

AGAREZ, R. (2005). *Centro de Assistência Social Polivalente / Infantário Maria Helena Rufino.* (IPA.00016281). Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16281

AGAREZ, R. (2005). *O Centro de Assistência Social Polivalente de Loulé no arquivo do arquitecto Manuel Laginha.* In: *Revista Monumentos, nº 23.* (pp. 172 - 183) Lisboa: DGEMN

AGAREZ, R. (2005). *Conjunto habitacional na Avenida dos Estados Unidos da América e na Rua Epifânio Dias.* (IPA.00016747) Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16747

AGAREZ, R. (2006). *Casa Aleixo / Edifício na Rua Maria Campina, n.º 145*. (IPA.00016265). Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16265

AGAREZ, R. (2009). *O moderno revisitado : Habitação unifamiliar em Lisboa nos anos de 1950*, pp. 272. Lisboa : CML-DPC.

AGAREZ, R. (2016). *Algarve Building: Modernism, Regionalism and Architecture in the south of Portugal, 1925–1965*. London : Routledge.

ALMEIDA, M. A. P. (2014) *Dicionário Biográfico Do Poder Local Em Portugal, 1936–1913*. (eBook) Disponível em: https://books.google.pt/books/about/Dicion%C3%A1rio_biogr%C3%A1fico_do_poder_local_e.html?id=7A†QBAAQBAJ&redir_esc=y

ALMEIDA, P. V. (1964), “Da Utilidade Social da Arquitectura”, in *Análise Social* Vol.II nº6, pp. 237–248. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224162206R5yQG5ap5Hu31ID0.pdf>

ARRUDA, L. (1995) *Decoração e desenho. Tradição e modernidade*. In: *História da Arte Portuguesa*, vol.3, Barcelona: Círculo de Leitores

BAPTISTA, V. R. (2012) *Protecção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal: as origens do estado-providência*. (Tese de doutoramento, ISCTE-IUL). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/6225>

BIGODE, L.V.S. (2013). *Espaços para a infância. O projecto centrado na criança*. (Dissertação de mestrado, IST-Arquitectura). Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/cursos/ma/dissertacao/2353642465729>

BONITO, M. (1948). *Tarefas do Arquitecto* In: SNA (1948) 1o Congresso Nacional de Arquitectura, Lisboa, Maio/Junho de 1948 : Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso (Ed. Fac-Similada, pp. 136–146) Lisboa: OA-CDN, 2008

CASTRO, C; GANDRA, H. (1954). *Exposição de Arquitectura Contemporânea Brasileira*. In: *Arquitectura, revista de arte e construção, n.º 53*. Lisboa: ICAT

COLIN, R. (1950). *Création d’un centre international de l’enfance à Paris*. In: *Population, 5º année, nº1*. pp. 199–200. Disponivél em: http://www.persee.fr/doc/pop_0032-4663_1950_num_5_1_2431

COSTA, L. (1951). Depoimento de uma arquiteto carioca. In: XAVIER, Alberto (Org.). Lúcio Costa: sobre arquitetura. Porto Alegre: Centro de Estudantes Universitários de Arquitectura, 1962. p.169–201. Disponivel em: <http://icaadocs.mfah.org/icaadocs/THEARCHIVE/FullRecord/tabid/88/doc/1110348/language/en-US/Default.aspx>

DUARTE, M. J. (2016) *Lar da Criança de Portimão, a Utopia de um Colo*. Edição: Lar da Criança de Portimão, IPSS

ECO, U. (1991) *Obra Aberta*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A.

European Society for Social Pediatrics [ESSOP] (1989). *A criança em meio urbano : comunicações do Congresso Europeu de Pediatria Social*. Lisboa: ESSOP

FERNANDES, J. M.; JANEIRO, A., (2005). *Arquitectura no Algarve, dos primórdios à actualidade, uma leitura de síntese*. Faro : CCDRA

FERRO, S. M. (2002). *Vultos na Toponímia de Lagos. Lagos: Câmara Municipal de Lagos.*

FILGUEIRAS, O. L. (1985). *Da função social do arquitecto para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada.* Porto: ESBAP

FRAMPTON, K. (2003). *História Crítica da Arquitectura Moderna* (3o). São Paulo: Martins Fontes.

GOODWIN, P. L.; SMITH, G. E. K. (1943) *Brazil builds : architecture new and old, 1652–1942.* Disponível em: <https://www.moma.org/calendar/exhibitions/2304>

INSRJ, IP (1946–1953) *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge.* Editora: Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.18/1013>

INUAF, AAVV (2005). *Um olhar sobre a Casa da Primeira Infância.* Loulé: INUAF

JEANNERET, P. e BOESIGER, W. (1964) *Le Corbusier et Pierre Jeanneret: oeuvre complete 1910–1929.* Zurich : Les Editions d'Architecture

LEVY, M. L. (2002). *Contribuição para a História da Pediatria Social em Portugal* In: *Acta Pediátrica Portuguesa SPP*, Vol. 33 n.º4, pp. 229–234. Disponível em: <https://doi.org/10.25754/pjp.2002.5186>

LOPES, F., & CORREIA, M. B. (2014). *Património Cultural – Critérios e Normas Internacionais de Protecção.* Casal de Cambra: Caleidoscópio.

MAGALHÃES, N. (2018). DRCAIg Proc.º SIUlisses nº CS:169444. "*Proposta de Abertura de Classificação como Monumento de Interesse Público*" – Dispensário Materno-Infantil/Centro de Assistência Social/Lar da Criança, Portimão. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_imovel/classificacao_do_patrimonio/despachosdeaberturaearquivamento/2018/dispensario/er1.pdf

MARTINS, J. P.; DINIZ, S. (2014) *Layers of Invisibility: Portuguese State Furniture Design 1940–74.* In: *Investigating and Writing Architectural History: Subjects, Methodologies and Frontiers.* Papers from the third EAHN International Meeting, pp.501–513. Turim: Politecnico di Torino. Disponível em: <https://eahn.org/app/uploads/2015/07/EAHN2014proceedings.pdf>

MILHEIRO, A. V. (2012) *Nos Trópicos sem Le Corbusier. Arquitectura luso-africana no Estado Novo.* Editor: Relógio D'Água

PEREIRA, N.T. (2008). *Que fazer com estes 50 anos?* In: SNA (1948) *1o Congresso Nacional de Arquitectura, Lisboa, Maio/Junho de 1948 : Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso* (Ed. Fac-Similada, pp. 43–49). Lisboa: OA-CDN, 2008.

PIMENTEL, I. F. (2001) *História das Organizações Femininas do Estado Novo. O Estado Novo e as Mulheres.* Lisboa: Temas & Debates.

PORTAS, N. (2008) *A Arquitectura para Hoje; seguido de: Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal.* Lisboa: Livros Horizonte

POUCA, O.R.P.V. (2013). *Escolas Primárias. Edifícios com propósito.* (Dissertação de mestrado, FAUP). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/80407>

REVEZ, I. (2018, Outubro 16). *Lar da Criança de Portimão não pode ser classificado como monumento de interesse público*. In Jornal Público. Disponível em: <http://www.publico.pt>

RODRIGUES, J. M. V. (1997). *A indústria de conservas de peixe no Algarve: 1865–1945*. (Dissertação de mestrado, FCSH: DH). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/21335>

SÁ, I.G.; LOPES, M.A. (2008) *História breve das misericórdias portuguesas : 1498–2000*. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/12120>

SANTOS, M. A. I. (2013) *A saúde e o apoio social para a infância no Algarve, em meados do século XX: Os Centros de Assistência Social Polivalente*. In: *Contributo para a história da saúde no Algarve. Promontoria Monográfica História do Algarve 01* (pp.87–119). Faro: CEPHA–UAlg. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/4151>

SILVA, H. S. (2006). *Arquitectura Moderna para Habitação Popular: A apropriação dos espaços no Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho)*. (Dissertação de mestrado, PROARQ/ FAU/ UFRJ, Rio de Janeiro). Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp020005.pdf>

SNA (1948). *1o Congresso Nacional de Arquitectura, Lisboa, Maio/Junho de 1948 : Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso* (Ed. Fac–Similada) Lisboa: OA–CDN, 2008

SPP – Sociedade Portuguesa de Pediatria (1952) *Congresso Nacional de Protecção à Infância*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Pediatria

TÁVORA, F. (1996). *Da Organização do Espaço*. Porto: FAUP

TOSTÕES, A., (1995) *Arquitectura portuguesa do século XX*. In: *História da Arte Portuguesa, vol.3*, Barcelona: Círculo de Leitores

TOSTÕES, A., (1997). *Os Verdes Anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*. Porto: FAUP

TOSTÕES, A. (2004). *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920–1970*. Lisboa: IPPAR.

TOSTÕES, A. (2004) *Construção Moderna: as grandes mudanças do Século XX*. In HEITOR, M., Brito, B., Rolo, F. (ed.), *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no século XX, Vol. 2* (p.131–153) Lisboa: Dom Quixote

LEGISLAÇÃO

Decreto nº 14.498/1927 do Ministério do Interior – Direcção Geral de Saúde – Repartição de Saúde. Diário do Govêrno n.º 240/1927, Série I. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/677810>

Decreto–Lei n.º 32651/1943 do Ministério do Interior – Sub–Secretariado da Assistência Social. Diário do Govêrno n.º 26/1943, Série I de 1943–02–02. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/597928>

Lei n.º 1998/1944 do Ministério do Interior. Diário do Govêrno n.º 102/1944, Série I de 1944–05–15. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/548976>

Decreto-Lei n.º 35108/1945 do Ministério do Interior – Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. Diário do Govêrno n.º 247/1945, Série I de 1945-11-07. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/466238>

Anúncio n.º 38/2018 da Direção-Geral do Património Cultural (2018). Diário da República: 2.ª série , N.º 52 – 14 de março de 2018. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/114854343>

DOCUMENTOS DE ARQUIVO

FERNANDES, J. M. (2003) Textos da Exposição Arquitectos da Geração Moderna

VARGAS, G. (2009) Textos da Exposição MGC: Moderno ao Sul.

VARGAS, G. (2009) [vídeo] Entrevista a Manuel Gomes da Costa para a Exposição MGC: Moderno ao Sul.

Arquivo da Direcção de Urbanização de Faro	
CASP Loulé	Processo 39/MU/52
CASP Olhão	Processo 137/MU/52
CASP Aljezur	Processo 168/MU/55
CASP Tavira	Processo 178/MU/57
CASP V.R. Sto. António	Processo 103/MU/57
CASP Portimão	Processo 57/MU/56
CASP Lagos	Processo 116/MU/57
CASP São Brás de Alportel	Processo 98/MU/56

Arquivo Pessoal e Biblioteca do arquitecto Manuel Maria Laginha
ML NP386 – Desenhos:SIPA.FOTO.00559298; SIPA.FOTO.00559299;
SIPA.FOTO.00559300; SIPA.FOTO.00559301;
SIPA.FOTO.00559302; SIPA.FOTO.00559303;
SIPA.FOTO.00559304; SIPA.FOTO.00559305;
SIPA.FOTO.00559306; SIPA.FOTO.00559307;
SIPA.FOTO.00796802; SIPA.FOTO.00796804:
SIPA.FOTO.00796806; Mapa de acabamentos;
Esquema de vãos.

Arquivo Histórico Municipal de Loulé
Pasta temática biografias – Documento Agraciados pelo Município de Loulé. CML 1997
Pasta temática biografias – Arquitecto Manuel Maria Laginha

Arquivo e Biblioteca Pessoal do Arquitecto António Vicente de Castro
(documentos não catalogados)

Arquivo Documental do Museu do Trajo de São Brás de Alportel
Docs. 461; 463; 465; 466; 469; 470; 476; 477;

ÍNDICE DE FIGURAS

1. INTRODUÇÃO

FIG.2.1. Capa da revista *Monumentos n.º23*, 2005 | Fonte: (DGPC, 2005)

FIG.2.2. Capa da revista *Binário n.º6*, 1958 | Fonte: (Lisboa: A. Palmares, 1958)

FIG.2.3. Cartaz da exposição *Arquitectos da Geração Moderna*, sobre Vicente de Castro, 2004. | Fonte: (Museu de Portimão – CMP, 2004)

FIG.2.4. Cartaz da exposição *Manuel Gomes da Costa – Moderno ao Sul*, 2009 | Fonte: Arquivo pessoal arquitecto Manuel Gomes da Costa

FIG.2.5. Fotografia do Arquivo e Biblioteca Pessoal do Arquitecto António Vicente de Castro, 2017 | Fonte: A autora

FIG.2.6. Fotografia de desenhos originais do CASP de Lagos no Arquivo e Biblioteca Pessoal do Arquitecto António Vicente de Castro, 2017 | Fonte: A autora

FIG.2.7. Digitalização de desenho original do CASP de Loulé, 2017 | Fonte: Arquivo Pessoal e Biblioteca do Arquitecto MANUEL MARIA LAGINHA, Arquivo DGEMN – ML NP386 Creche Loulé, Des. 03

2. CONTEXTOS

FIG.2.1. Capa da Publicação do *Cours de Pediatrie Sociale*, 1949 | Fonte: (ONU, 1949)

FIG.2.2. Capa do Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge, Volume II, 1947 | Fonte: (Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, 1947)

FIG.2.3. Raul Lino 1909, Alçado e Planta do Jardim-Escola João de Deus em Coimbra Autor: Raul Lino | Fonte: Biblioteca de Arte Gulbenkian – Espólio Raul Lino 1902-1974 – Cota RL 380

FIG.2.4. Raul Lino. Tipologia para o Algarve – Escolas de Castro Marim, Distrito de Faro
Fonte: Arquivo Direcção-Geral das Construções Escolares | Via: POUCA, O.R.P.V. (2013). Escolas Primárias. Edifícios com propósito. (Dissertação de mestrado, FAUP). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/80407>

FIG.2.5. Raul Lino. Tipologia para o Alentejo – Escola de Santo António, Freguesia da Sé, Conselho e Distrito de Évora. | Fonte: Arquivo Direcção-Geral das Construções Escolares, 1969 | Via: POUCA, O.R.P.V. (2013). Escolas Primárias. Edifícios com propósito. (Dissertação de mestrado, FAUP). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/80407>

FIG.2.6. Cartaz Promocional do Algarve | Fonte: <http://blog.turismodoalgarve.pt>

FIG.2.7. Capa da Publicação do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, Lisboa, 28 de Maio a 4 de Junho de 1948 [Ed. Fac-similada] | Fonte: (Ordem dos Arquitectos, 2008)

FIG.2.8. e FIG.2.9. – Esquema funcional e Pormenor da fachada noroeste do Ministério de Educação e Saúde Publica, do Rio de Janeiro. | Autor: G. E. Kidder Smith | Fonte: (Goodwin, 1943)

FIG.2.10. Artigo na revista *Arquitectura* nº53 sobre a Exposição de Arquitectura Contemporânea Brasileira de 1953. | Fonte: (*Arquitectura* nº53, 1954)

FIG.2.11. Affonso Reidy – Conjunto Residencial Perfeito Mendes e Moraes, aerolevante-mento de 1950 | Fonte: Núcleo de Documentação – MAM. Foto de Carlos Botelho | Via: <https://www.archdaily.com.br/br/776776/uma-arquitetura-para-a-cidade-a-obra-de-affonso-eduardo-reidy>

FIG.2.12. FIG.2.13. e FIG.2.14. Affonso Reidy – Conjunto Residencial Perfeito Mendes e Moraes. Escola Primária – Rampa de entrada; Escola Primária – Alçado sul; Posto de Saúde – Entrada | Autor: Marcel Gautherot – Instituto Moreira

Salles | Via: <https://oglobo.globo.com/rio/livro-documenta-historia-do-conjunto-habitacional-prefeito-mendes-de-moraes-pedregulho-17138871>

FIG.2.15. Ministério de Educação e Saúde Pública, Rio de Janeiro | Architectura: Lúcio Costa e equipa; Azulejo: Cândido Portinari, | Autor: Leonardo Finotti | Via: <http://www.leonardofinotti.com/projects/ministry-of-education-and-health/image/05597-070807-017d>

FIG.2.16. Centro Comercial do Restelo, Lisboa | Architectura: Raúl Chorão Ramalho; Azulejo: Querubim Lapa | Autor: Ana Almeida | Via: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.148/4490>

FIG.2.17. Conjunto Habitacional da Avenida Infante Santo, Lisboa | Architectura: Alberto José Pessoa, Hernâni Gandra e João Abel Manta; Azulejo/Painel: Maria Keil | Autor: Ana Almeida | Via: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.148/4490>

3. OS ARQUITECTOS E PERSONALIDADE INTERVENIENTES

FIG.3.01. Fotografia do Architecto Manuel Laginha, data desconhecida | Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Loulé - Pasta temática biografias - Architecto Manuel Maria Laginha

FIG.3.02. Edifício na Rua Maria Campina, Loulé - Esquema de justificação Quebra-luz | Autor: Manuel Laginha | Fonte: Revista Architectura nº26

FIG.3.03. Edifício na Rua Maria Campina, Loulé - Alçados | Fonte: SIPA FOTO.00790711

FIG.3.04 Edifício na Rua Maria Campina, Loulé - Alçados | Fonte: SIPA FOTO.00790704

FIG.3.05. Conjunto habitacional na Avenida dos Estados Unidos da América e na Rua Epifânio Dias - Pormenor de Fachada | Fonte: SIPA FOTO.00548888

FIG.3.06. Conjunto habitacional na Avenida dos Estados Unidos da América e na Rua Epifânio Dias | Fonte: SIPA FOTO.00795862

FIG.3.07. Fotografia do Architecto Gomes da Costa, data desconhecida | Fonte: Arquivo Pessoal Manuel Gomes da Costa

FIG.3.08. Moradia Guerreiro, “Milagre”em Faro | Fonte: Arquivo Pessoal Manuel Gomes da Costa

FIG.3.09. FIG.3.10. Edifícios Brandão / Edifícios na Avenida Cinco de Outubro, Faro - Alçado principal e alçado tardoz | Fonte: Arquivo Pessoal Manuel Gomes da Costa

FIG.3.11. FIG.3.12. Ampliação do Colégio Nossa Senhora do Alto, Faro - Bloco de Salas de Aula e Bloco Multifunções | Fonte: Arquivo Pessoal Manuel Gomes da Costa

FIG.3.13. Fotografia do Architecto Vicente de Castro, data desconhecida | Fonte: Arquivo Pessoal António Vicente de Castro

FIG.3.14. FIG.3.15. Posto Rodoviário em Lagos, lagos - Bombas de abastecimento e Estalagem | Fonte: Arquivo Pessoal António Vicente de Castro

FIG.3.16. FIG.3.17. FIG.3.18 Residência da Quinta do Malheiro / Casa Cordeiro, Portimão. - Pormenor sombreamento; Alçados | Fonte: Arquivo Pessoal António Vicente de Castro

FIG.3.19. Diagrama - Personalidades intervenientes | Fonte: A autora

4. CENTROS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE

FIG.4.0. Ortofotomapa do Algarve com a identificação dos CASP | Fonte: Manipulado . Google Maps

4.1. ARQUITECTO MANUEL LAGINHA

FIG.4.1.01. CASP de Loulé – Entrada bloco de Assistência | Materno-infantil, alçado sudeste. | Fonte: SIPA FOTO.00753997

FIG.4.1.02. CASP de Loulé – Axonometria – entrada bloco de Assistência Materno-infantil, alçado sudeste-nordeste. | Fonte: Arquivo Pessoal e Biblioteca do Arquitecto Manuel Maria Laginha, Arquivo DGEMN – ML NP386 Creche Loulé, Des. 09

FIG.4.1.03. CASP de Loulé – Esquema de Incidência Solar .| Fonte: Arquivo Pessoal e Biblioteca do Arquitecto MANUEL MARIA LAGINHA, Arquivo DGEMN – ML NP386 Creche Loulé, Des. 08b

FIG.4.1.04. CASP de Loulé – Maquete | Fonte: SIPA FOTO.00795942

FIG.4.1.05. CASP de Loulé – Durante a obra . Bloco 1, alçado sudeste | Fonte: SIPA FOTO.00779967

FIG.4.1.06. CASP de Loulé – Durante a obra . Bloco 2, alçado noroeste | Fonte: SIPA FOTO.00779952

FIG.4.1.07. CASP de Loulé – Bloco 2, galeria exterior coberta | Fonte: SIPA FOTO.00767317

FIG.4.1.08. CASP de Loulé – Durante a obra . Bloco 1, alçado nordeste | Fonte: SIPA FOTO.00779967

FIG.4.1.09. CASP de Loulé – Bloco 1, alçado sudeste | Fonte: SIPA FOTO.00548878

FIG.4.1.10. CASP de Loulé – Bloco 2, galeria exterior coberta | Fonte: SIPA FOTO.00767316

FIG.4.1.11. CASP de Loulé – Durante a obra . Bloco 1, alçado noroeste | Fonte: SIPA FOTO.00779948

FIG.4.1.12. CASP de Loulé – Bloco 2, alçado sudeste | Fonte: SIPA FOTO.00767314

FIG.4.1.13. CASP de Loulé – Rampa de acesso ao bloco 1, alçado sudeste (durante a obra) | Fonte: SIPA FOTO.00779968

FIG.4.1.14. CASP de Loulé – Rampa de acesso ao bloco 1, alçado sudeste (após alteração) | Fonte: SIPA FOTO.00753994

FIG.4.1.15. CASP de Loulé – Grelhagem cerâmica | Fonte: SIPA FOTO.00754002

FIG.4.1.16. CASP de Loulé – Bloco 1, galeria exterior coberta | Fonte: SIPA FOTO.00767312

FIG.4.1.17. CASP de Loulé – Bloco 1, alçado sudeste | Fonte: SIPA FOTO.00548877

FIG.4.1.18. CASP de Loulé – Alçado sudeste actualmente | Fonte: A autora

FIG.4.1.19. Centro de Assistência Social de Olhão – Bloco 1, alçado sudeste | Fonte: SIPA FOTO.00767468

FIG.4.1.20. Planta do piso 0 do bloco 1, dos CASP de Olhão, em destaque na capa da revista “a arquitectura portuguesa e cerâmica e edificação”, nº1. Abril de 1952 | Fonte: (Sociedade Editora Frace Lda., 1952)

FIG.4.1.21. CASP de Olhão – Entrada principal. alçado este. | Fonte: SIPA FOTO.00767470

FIG.4.1.22. CASP de Olhão – maquete | Fonte: SIPA FOTO.00779787

FIG.4.1.23. Centro de Assistência Social de Olhão – Bloco 1 . alçado noroeste | Fonte: SIPA FOTO.00795364

FIG.4.1.24. Centro de Assistência Social de Olhão – Bloco 2 . alçado oeste | Fonte: SIPA FOTO.00795363

FIG.4.1.25. Centro de Assistência Social de Olhão – Sul | Fonte: SIPA FOTO.00767471

FIG.4.1.26. Centro de Assistência Social de Olhão – Bloco 1 . alçado sudeste | Fonte: SIPA FOTO.00552745

FIG.4.1.27. Centro de Assistência Social de Olhão – Oeste | Fonte: SIPA FOTO.00552746

FIG.4.1.28. Centro de Assistência Social de Olhão – Bloco 1 . Sudeste | Fonte: SIPA FOTO.00795365

FIG.4.1.29. Centro de Assistência Social de Olhão – Bloco 2 . Nordeste | Fonte: SIPA FOTO.00795367

FIG.4.1.30. Desenho de pormenor do “conjunto de caixilhos fixo, basculantes e de persianas móveis”, publicado na revista Binário nº6 | Fonte: (Binário nº.6, 1958)

FIG.4.1.31. Esquema de vãos, projecto “prédio em Loulé”, revista Arquitectura nº26, de 1948 | Fonte: (Arquitectura nº26, 1948)

FIG.4.1.32. CASP de Olhão – Entrada principal. Alçado este – actualmente | Fonte: A autora.

FIG.4.1.a.; FIG.4.1.b.; FIG.4.1.c.; FIG.4.1.d.; FIG.4.1.e.; FIG.4.1.f.; FIG.4.1.g.; FIG.4.1.h.; FIG.4.1.i.; FIG.4.1.j.; FIG.4.1.k.; FIG.4.1.l.; FIG.4.1.m. – Redesenho da informação gráfica (assistido por computador) | Fonte: A autora.

4.2. ARQUITECTO MANUEL GOMES DA COSTA

FIG.4.2.01. CASP de Aljezur – Axonometria executada pelo arquitecto Gomes da Costa | Fonte: Arquivo pessoal arquitecto Manuel Gomes da Costa

FIG.4.2.02. CASP de Aljezur – Bloco 2 – Alçado sul | Fonte: Arquivo da Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur

FIG.4.2.03. e FIG.4.2.04. CASP de Aljezur – Alçados norte e poente | Fonte: Arquivo da Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur

FIG.4.2.05. CASP de Aljezur – Alçados norte e poente – actualmente | Fonte: A autora

FIG.4.2.06. CASP de Tavira – Axonometria executada pelo arquitecto Gomes da Costa | Fonte: Arquivo pessoal arquitecto Manuel Gomes da Costa

FIG.4.2.07. CASP de Vila de Real de Sto. António – Axonometria executada pelo arquitecto Gomes da Costa | Fonte: Arquivo pessoal arquitecto Manuel Gomes da Costa

FIG.4.2.a.; FIG.4.2.b.; FIG.4.2.c.; FIG.4.2.d.; FIG.4.2.e.; FIG.4.2.f.; FIG.4.2.g.; FIG.4.2.h.; FIG.4.2.i.; FIG.4.2.j.; FIG.4.2.k.; FIG.4.2.l.; FIG.4.2.m.; FIG.4.2.n.; FIG.4.2.o.; FIG.4.2.p.; FIG.4.2.q.; FIG.4.2.r.; FIG.4.2.s.; FIG.4.2.t.; FIG.4.2.u.; FIG.4.2.v.; FIG.4.2.w. – Redesenho da informação gráfica (assistido por computador) | Fonte: A autora.

4.3. ARQUITECTO VICENTE DE CASTRO

FIG.4.3.01. CASP de Portimão – Perspectiva executada pelo arquitecto Vicente de Castro | Fonte: Arquivo e Biblioteca Pessoal do arquitecto António Vicente de Castro

FIG.4.3.02. CASP de Portimão – CASP de Portimão – Foto da obra – Alçado sul | Fonte: Arquivo e Biblioteca Pessoal do arquitecto António Vicente de Castro

FIG.4.3.03. CASP de Portimão – Foto da obra – Bloco 1 – Piso 1. alçado sul | Fonte: Arquivo e Biblioteca Pessoal do arquitecto António Vicente de Castro

FIG.4.3.04. CASP de Portimão – Foto da obra – Bloco 2 . alçado poente | Fonte: Arquivo e Biblioteca Pessoal do arquitecto António Vicente de Castro

FIG.4.3.05. CASP de Portimão – Foto da obra – Rampa . alçado nascente | Fonte: Arquivo e Biblioteca Pessoal do arquitecto António Vicente de Castro

FIG.4.3.06. CASP de Portimão – Bloco 1 . alçado sul | Fonte: Arquivo e Biblioteca Pessoal do arquitecto António Vicente de Castro

FIG.4.3.07. CASP de Portimão – Bloco 2 . alçado sul | Fonte: Arquivo e Biblioteca Pessoal do arquitecto António Vicente de Castro

FIG.4.3.08. CASP de Portimão – Rampa . alçado nascente | Fonte: Arquivo e Biblioteca Pessoal do arquitecto António Vicente de Castro

FIG.4.3.09. CASP de Portimão – Axonometria de “Cálculos do Cimento Armado” executada pelo engenheiro Dutra | Fonte: (DUF-57/MU/56)

FIG.4.3.10. CASP de Portimão – Projecto de Ampliação 1997 – Planta geral | Fonte: Arquivo e Biblioteca Pessoal do arquitecto António Vicente de Castro.

FIG.4.3.11. CASP de Portimão – Projecto de Ampliação 1997 – Alçado poente | Fonte: Arquivo e Biblioteca Pessoal do arquitecto António Vicente de Castro.

FIG.4.3.12. CASP de Portimão – Rampa . alçado nascente – actualmente | Fonte: A autora

FIG.4.3.13. CASP de Lagos – Perspectiva executada pelo arquitecto Vicente de Castro | Fonte: Arquivo e Biblioteca Pessoal do arquitecto António Vicente de Castro.

FIG.4.3.14. CASP de Lagos – Pormenor de vão com persiana móvel | Fonte: Arquivo e Biblioteca Pessoal do arquitecto António Vicente de Castro

FIG.4.3.15. CASP de Lagos –Bloco 2. alçado sudoeste – actualmente | Fonte: A autora

FIG.4.3.a.; FIG.4.3.b.; FIG.4.3.c.; FIG.4.3.d.; FIG.4.3.e.; FIG.4.3.f.; FIG.4.3.g.; FIG.4.3.h.; FIG.4.3.i.; FIG.4.3.j.; FIG.4.3.k.; FIG.4.3.l.; FIG.4.3.m.; FIG.4.3.n. – Redesenho da informação gráfica (assistido por computador) | Fonte: A autora.

4.4. ARQUITECTO MANUEL GARRIDO

FIG.4.4.01. CASP de São Brás de Alportel – foto da maquete | Fonte: (DUF-98/MU/56)

FIG.4.4.02. CASP de São Brás de Alportel – foto da maquete | Fonte: (DUF-98/MU/56)

FIG.4.4.03. CASP de São Brás de Alportel – Bloco 1 – alçado sul – actualmente. | Fonte: A autora

FIG.4.4.a.; FIG.4.4.b.; FIG.4.4.c.; FIG.4.4.d. – Redesenho da informação gráfica (assistido por computador) | Fonte: A autora.

5. MOBILIARIO

FIG.5.01. CASP de Olhão – arq. Gomes da Costa, Cama móvel nº 16. | Fonte: (DUF-173/MU/52).

FIG.5.02. CASP de Olhão – arq. Gomes da Costa, Berço com rodas para recém-nascidos móvel nº 15 | Fonte: (DUF-173/MU/52)

FIG.5.03. CASP de Olhão – arq. Gomes da Costa, Secretária para gabinete médico, móvel nº 2 | Fonte: (DUF-173/MU/52)

FIG.5.04. CASP de Olhão – Secretária para gabinete médico, móvel nº 2 – foto actual.
| Fonte: A autora.

FIG.5.05. CASP de Olhão – arq. Gomes da Costa, Cadeirão da sala de visitas. móvel nº 3 | Fonte: (DUF-173/MU/52)

FIG.5.06. CASP de Olhão – arq. Gomes da Costa, Cadeira de altura ajustável, móvel nº 1 | Fonte: (DUF-173/MU/52)

FIG.5.07 CASP de Aljezur – arq. Ferrão de Oliveira, Berços com rodas para recém-nascidos, móvel nº 20. | Fonte: (DUF-168/MU/55)

FIG.5.08. CASP de Aljezur – arq. Ferrão de Olivera, Conjunto de secretárias, móvel nº8 | Fonte: (DUF-168/MU/55)

FIG.5.09. CASP de São Brás de Alportel – arq. Manuel Garrido, Berços, móvel ref: D1 | Fonte: (DUF-98/MU/56)

FIG.5.10. CASP de São Brás de Alportel – arq. Manuel Garrido, Secretária para médico, móvel ref: S | Fonte: (DUF-98/MU/56)

6. ANÁLISE COMPARATIVA

FIG.6.01. CASP de Lagos – Pormenor construtivo “Rampa de Acesso” engenheiro Dutra | Fonte: (DUF-57/MU/56)

FIG.6.02 Óscar Niemeyer – Residência Burton Tremaine, 1947 | Fonte: Fundação Óscar Niemeyer.

FIG.6.03. CASP de Tavira – Axonometria executada pelo arquitecto Gomes da Costa | Fonte: Arquivo pessoal arquitecto Manuel Gomes da Costa.

FIG.6.04 Óscar Niemeyer – Auto Posto Clube dos 500, 1953 | Fonte: Acervo FAUUSP |
via: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.193/6102>

FIG.6.05. CASP de Aljezur – paramento em pastilha cerâmica | Fonte: A autora.

FIG.6.06. CASP de Portimão – paramento em pastilha cerâmica | Fonte: A autora.

FIG.6.07. CASP de Lagos – paramento em pastilha cerâmica | Fonte: A autora.